

**SETOR CIÊNCIAS DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

HELENA MIDORI KASHIWAGI

**REPRESENTAÇÕES DA PAISAGEM NO PARQUE NACIONAL DE SUPERAGUI:
A HOMONÍMIA SÍGNICA DA PAISAGEM EM ÁREAS PRESERVADAS**

TESE DE DOUTORADO



CURITIBA

2011

HELENA MIDORI KASHIWAGI

**REPRESENTAÇÕES DA PAISAGEM NO PARQUE NACIONAL DE SUPERAGUI:
A HOMONÍMIA SÍGNICA DA PAISAGEM EM ÁREAS PRESERVADAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutora em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Salete Kozel Teixeira

CURITIBA

2011

Catálogo na Fonte:
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral
Matinhos – Paraná – Brasil

Kashiwagi, Helena Midori

Representações da paisagem no Parque Nacional de Superagui: a homonímia sónica da paisagem em áreas preservadas / Helena Midori Kashiwagi. – Curitiba, 2011.
274f.

Orientadora: Profa. Dra. Salete Kozel Teixeira

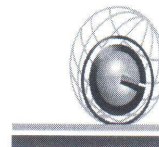
Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná. Área de Concentração: Espaço, Sociedade e Ambiente. Linha de Pesquisa: Território, Cultura e Representação.

1. Paisagem. 2. Fenomenologia. 3. Mapas Mentais. 4. Homonímia Sônica. 5. Comunidades Tradicionais. 6. Parque Nacional do Superagui. 7. I. Título.

CDD 123.4
CDU 910.98098111

TERMO DE APROVAÇÃO

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
- MESTRADO E DOUTORADO



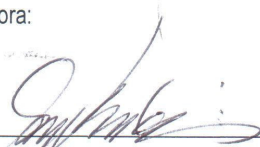
PARECER

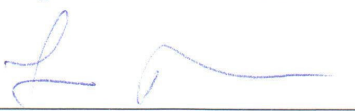
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para a arguição da Tese de Doutorado, apresentada pela candidata **HELENA MIDORI KASHIWAGI** intitulada "**REPRESENTAÇÕES DA PAISAGEM NO PARQUE NACIONAL DE SUPERAGUI: A HOMONÍMIA SÍGNICA DA PAISAGEM EM ÁREAS PRESERVADAS**", para obtenção do grau de Doutora em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**, Linha de Pesquisa **Território, Cultura e Representação**.

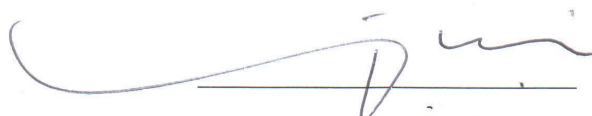
Após haver analisado o referido trabalho e argüida a candidata são de parecer pela Aprovada da Tese.


Curitiba, 03 de junho de 2011.

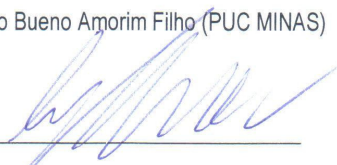
Nome e Assinatura da Banca Examinadora:


Dra. Salete Kozel - Orientadora


Dr. Francisco de Assis Mendonça (UFPR)


Dr. Josué da Costa Silva (UNIR)


Dr. Oswaldo Bueno Amorim Filho (PUC MINAS)


Dr. Sylvio Fausto Gil Filho (UFPR)

A Deus, a toda minha família e aos amigos queridos.

Aos meus grandes “mestres” desta caminhada.

Pelo amor, amizade e ensinamentos.

Por escreverem comigo as páginas
da minha História.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos e eterna gratidão se destinam a todas as pessoas e instituições que me apoiaram e colaboraram para a construção desta pesquisa.

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora professora Salete Kozel por aceitar-me como sua orientanda, por compartilhar seus conhecimentos, por incentivar-me a realizar o estágio de Doutorado *sandwich*, por sua energia e brilho que iluminaram meu caminho, pelos inúmeros conselhos, pela credibilidade em mim.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com os quais consolidei um olhar interdisciplinar, mais crítico, e essencialmente mais humano. Destaco aqui a colaboração do professor Sylvio Fausto Gil Filho para o meu aprofundamento nas discussões filosóficas na perspectiva da Geografia das Representações, e da professora Cicillian Luiza Löwen Sahr nas reflexões sobre a cidade sob o viés da Geografia Urbana. Aos professores Cristina de Araujo Lima e Wolf Dietrich Sahr pelas contribuições no processo de qualificação. Agradeço à coordenadora do Programa professora Inês Moresco Danni-Oliveira e ao Zem pela amizade e inestimável apoio para a resolução dos problemas burocráticos.

Agradeço honrosamente aos professores Francisco de Assis Mendonça (UFPR), ao Josué da Costa Silva (UNIR), Oswaldo Bueno Amorim Filho (PUC Minas) e Sylvio Fausto Gil Filho (UFPR) por aceitarem o convite para participar da banca de defesa desta.

Agradeço à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPR, especialmente à Jussara do Rego Elias, pela orientação e acompanhamento na documentação para concorrer à seleção do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE). À CAPES pela concessão da bolsa, cujo apoio financeiro foi fundamental para a realização do estágio de Doutorado *sandwich* na Universidade Autónoma de Madrid (UAM).

Aos professores do Programa de Pós-Graduação do Departamento de *Didácticas Específicas* da UAM agradeço as contribuições teóricas. Especial agradecimento ao professor Clemente Herrero Fabregat por se dispor a me orientar e a colaborar na construção de pensamento crítico sobre o geográfico. Aos professores e amigos Guillermo Jiménez-Ridruejo Gil e Montserrat Pastor Blázquez pela acolhida e reflexões teóricas. Às professoras Pilar Lacasta Reoyo pelas

valiosas reflexões sobre Paisagem e Elena Martín sobre Psicologia Cognitiva. Ao José Maria, pelas orientações sobre o funcionamento das Bibliotecas da UAM.

Ao Setor Litoral da UFPR, especial agradecimento à direção, professores Valdo Cavallet e Vera Israel, pela concessão de minha licença para o afastamento do país. Aos professores, colegas de trabalho, Antonio Sandro, Luciana Ferreira, Ione Aschidamini, Jackson Góis, Sibebe Takeda, Giselle Meirelles, David José de A. Silva, Antonio Serbena, Margio Klock, Liliani Tiepolo e Jussara Rezende. Às bibliotecárias Clarice Gusso e Liliam Orquiza pela eterna amizade, aos bibliotecários Fernando Moreira e Marilene Veiga pelo apoio na finalização da Tese. À Dra. Selma, Dra. Rosemari Zenoni e ao Dr. Luiz Arilton pela preocupação com o meu bem-estar.

Agradeço aos moradores da comunidade de Barbado, especialmente a professora Rosália Lopes Michaud e seu marido Jair do Rosário Michaud, pela amizade e hospitalidade. Ao carinho de Dona Cesarina e Senhor Lopes que tornaram as visitas mais agradáveis. Ao Jonatas da Costa Silva pelos esclarecimentos da situação legal na comunidade. Ao presidente da Associação, Antonio Custódio, por viabilizar minha pesquisa na comunidade. Agradeço ao guia local Renato Caiçara e a todos os moradores das comunidades às margens da Baía de Pinheiros que gentilmente me acolheram e me hospedaram em suas casas durante toda a pesquisa.

Ao prefeito e secretários da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, aos vereadores da Câmara, ao Aroldo Fonseca, chefe da Unidade do ICMBio desta cidade, ao atual chefe do Parque Nacional de Superagui, Marcelo Bresolin e à bióloga do ICMBio, Guadalupe Vivekananda. À Lélia Loyola responsável pelas ações da PROVOPAR na região. Ao Henrique Schmidlin (Vitamina) da Secretaria do Estado e Cultura. Ao Comandante Alvaro Gruntowski da Força Verde. À Marguit Hauer do Departamento Socioambiental (IAP) e, especialmente, a Edson E. L. Queluz (IAP), pela elaboração dos mapas.

A todos os amigos do doutorado que compartilharam angústias e momentos de alegrias, destaco aqui Ana Helena, Lucileyde, Sonia, Avacir, Maria Idelma, Clarinda, Silvana, Marcelo Chemim, Adnilson, Marcos Torres, Paulo Baqueiro, Renata, Claudião e Paulinho. As amigadas que consolidei na UAM Graziela, Luciana, Jean David, Mi-Sook, Augusto Pinheiro, Maria Cano, Sandra e Marta Bayo. Aos amigos Denise, Humberto, Laidines, Anderson e Antonio Costa por todo o apoio e colaboração na pesquisa. Não poderia deixar de agradecer a compreensão de

meus orientandos Michel, Julie, Val, Regininha, Graciele, Wesley, Alisson, Amanda, Bruna, Esther, Karina, Laudicéia, Silvana e Carlos durante toda essa caminhada.

À grande amiga Rita e sua maravilhosa família, agradeço por me acolherem nos momentos difíceis e também por compartilharem com alegria essa conquista. Agradeço a querida professora Ana Izabel pela minuciosa revisão deste trabalho. Não poderia deixar de agradecer o carinho e a “torcida” dos grandes amigos Guiomar, Jacqueline, Mimi, Elisangela, Nágila, Marlova, Téia, Massako, Neide, Cerize, Luceide, Valdir, Sérgio, Erenê e outros amigos que porventura não constam nesta lista, mas estão em meu coração. Agradeço o carinho de Nelson, Salete, Rita, Milton, Fátima e Flávia por zelarem com carinho meu lar. Especial agradecimento à Dona Nilda por me proporcionar a paz espiritual.

Reservo por último meu especial e mais importante agradecimento à minha família, pelo incondicional apoio para a realização desta Tese. À mamãe minha eterna conselheira, as minhas irmãs, Sayumi e Yuri por me confortarem nos momentos difíceis, aos meus cunhados respectivamente, Yoshikata e Julio por manterem a família unida, aos meus queridos sobrinhos Mika, Yuta e Sara pela compreensão e amor. Ao Rafael e Kiko por alegrarem meu cotidiano. Ao Artur, obrigada por tudo, por simplesmente estar ao meu lado neste momento.

A veces parece como si determinados lugares tuvieran una magia especial, porque en ellos – y sólo en ellos – hemos sido capaces de desvelar nuestros secretos más profundos, nuestros sentimientos más escondidos. Hemos vivido en ellos experiencias extraordinarias que nunca hubiéramos experimentado en nuestros espacios de vida cotidiana, hasta tal punto que, con el paso del tiempo y la lejanía física, llegamos incluso a dudar si se dieron en la realidad, o si fuimos nosotros sus verdaderos protagonistas y no otra persona. Y han sido, además, experiencias momentáneas, intensas pero breves, tanto que a menudo nos vienen a la memoria como si fueran un sueño; una ilusión que, al cabo de los años, queda reducida a una imagen, a una coreografía plástica llena a rebosar de sensaciones que queríamos saborear hasta el último detalle y que, sin embargo, somos incapaces de retener en su totalidad y riqueza de matices.

Joan Nogué (2009)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal identificar homonímias sógnicas da paisagem que subsidiem as políticas públicas de planejamento do Parque Nacional do Superagui. O recorte espacial para essa investigação é Barbado, uma comunidade tradicional caiçara consolidada no século XIX, que está situada dentro dos limites dessa Unidade de Conservação. A delimitação desse parque sobre áreas tradicionalmente ocupadas é uma das causas dos conflitos territoriais, socioculturais e ambientais entre o Poder Público e os moradores locais. A falta de um Plano de Manejo que estabeleça as regras de sustentabilidade local condiciona quaisquer ações cotidianas como a caça, o plantio e a pesca como irregulares, implicando a prática de atividades ilegais como meios de sobrevivência. Com efeito, percebem-se sutis transformações na paisagem cultural, ameaçando a extinção da cultura local e a ressignificação dessa paisagem. Contracenam nesse cenário de transformação os moradores locais, o Poder Público e turistas, cuja unilateralidade de interesses demonstram divergentes significados sobre uma mesma paisagem. Nesse sentido, trata-se de uma tese fronteiriça com panorama epistemológico, cujos alicerces se consolidam no aprofundamento teórico-conceitual dos aspectos legais, para se compreender a condução das políticas públicas em áreas de preservação ambiental, ocupadas por comunidades tradicionais. Na busca por fundamentar e decodificar as construções sógnicas da pesquisa qualitativa, recorreu-se aos aportes teórico-metodológicos da Geografia Humanista-Cultural, em sua vertente fenomenológica, com a interface das teorias sógnicas da Semiótica e da Linguística para a constituição conceitual das homonímias sógnicas. Na concepção de uma leitura fenomenológica da paisagem, as raízes socioculturais, referendadas na vertente humanística, perpassam os conceitos de mundo vivido e lugar. A pesquisa empírica se consolidou com base em inúmeras vivências, observações e participações do cotidiano, utilizando-se como ferramental de investigação as entrevistas abertas e/os mapas mentais por serem métodos bem aceitos pela comunidade. Na construção do significado das imagens sógnicas, apoiou-se nos aportes da Semiótica para definir a relação triádica imagem-objeto-interpretante. O que se propôs defender nesta tese é a existência de imagens homônimas constituídas da interpretação sógnica dos mapas mentais nos diferentes grupos entrevistados, demonstrando a existência de um distanciamento do discurso teórico à imagem retratada nos mapas mentais, e o ocultamento de sutis ou acentuadas divergências nos significados sobre um determinado signo. Esta tese se propôs muito mais que sugerir um método de interpretação das imagens sógnicas, mas demonstrar a contribuição desse estudo sob a abordagem da Geografia Humanista-Cultural às políticas de planejamentos ambiental, urbano e de turismo.

Palavras-Chave: Paisagem. Fenomenologia. Mapas Mentais. Homonímia Sógnica. Comunidades Tradicionais. Parque Nacional de Superagui.

ABSTRACT

This research's main objective is to identify homonym signs of the landscape which subsidize public policies of planning of the Superagui National Park. The spatial area for this investigation is Barbado, a traditional caiçara community consolidated in the XIX century, which is located within the boundaries of that Conservation Unit. The delimitation of this park into areas traditionally occupied is one of the causes of territorial, social-cultural and environmental conflicts between the public government and local residents. The lack of a Management plan which establishes the rules for local sustainability will condition all daily activities such as hunting, planting and fishing as irregular, implying the practice of illegal activities as a means of survival. Indeed, subtle changes are perceived in the cultural landscape, threatening the extinction of local culture and the redefinition of the landscape. In opposite sides in this scenario of transformation are the local residents, the public government and the tourists, whose unilateralism of interests set forth divergent meanings of the same landscape. Accordingly, it is a border thesis with epistemological perspective in which the foundations are consolidated in deepening the theoretical-conceptual legal aspects to understand the conduct of public policies in areas of environmental preservation, occupied by traditional communities. Seeking to justify and decode the signs construction of the qualitative research, we appealed to the theoretical-methodological contributions of Humanistic-Cultural Geography, in its phenomenological origination, with the interface of the sign theories of semiotics and linguistics for the conceptual formation of the sign homonyms. In the conception of a phenomenological reading of the landscape, the socio-cultural roots endorsed in the humanistic origination permeate the concepts of lived world and place. The empirical research was consolidated based on numerous experiences, observations and everyday life participation, utilizing open interviews as research tools and mind maps because they are methods well accepted by the community. In constructing the meaning of images of signs, we relied on the contributions of semiotics to define the triadic relation image-object-interpreter. What was proposed to defend in this thesis was the existence of homonymous images composed from the sign interpretation of mental maps in the different groups surveyed, demonstrating the existence of a detachment of theoretical discourse to the image portrayed in the mind maps, and the concealment of subtle or enhanced differences in meanings about a particular sign. This thesis proposed much more than suggest a method of interpretation of image signs, but to demonstrate the contribution of this study under an approach of Humanistic-Cultural Geography to the policies of environmental, urban and tourism planning.

Keywords: Landscape. Phenomenology. Mind Maps. Homonyms sign. Traditional Communities. Superagui National Park.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo principal identificar homonimias signicas del paisaje que subsidien las políticas públicas de ordenación del Parque Nacional del Superagui. La limitación espacial para esta investigación es Barbado, una comunidad tradicional caíçara consolidada el siglo XIX, que está situada dentro de los límites de esta Unidad de Conservación. La delimitación de este parque sobre áreas tradicionalmente ocupadas es una de las causas de conflictos territoriales, socioculturales y ambientales entre el Poder Público y los moradores locales. La falta de un Plan de Funcionamiento, que establezca las reglas de sostenibilidad local, condiciona cualquier acción cotidiana, como la caza, la agricultura y la pesca, como irregulares, implicando en la práctica de actividades ilegales como medios de supervivencia. Sus efectos, se perciben como sutiles transformaciones en el paisaje cultural, amenazando la extinción de la cultura local y la resignificación de ese paisaje. Convergen en este escenario de transformación los habitantes locales, el Poder Público y turistas, cuya unilateralidad de intereses resultan en divergentes significados sobre un mismo paisaje. En este sentido, los cimientos de esta investigación se inician por la profundización teórico-conceptual de los aspectos legales, para que se comprenda la conducta de las políticas públicas en áreas de preservación ambiental, ocupadas por comunidades tradicionales. En la búsqueda por fundamentar y decodificar las construcciones signicas de los tres grupos mencionados, se recurrió a las aportaciones teórico-metodológicas de la Geografía Humanista-Cultural, en su vertiente fenomenológica, con la interface de las teorías signicas de la Semiótica y de la lingüística para la construcción conceptual de las homonimias signicas. En la concepción de una lectura fenomenológica del paisaje, las raíces socioculturales, referenciadas en la vertiente humanística pasan por los conceptos de mundo vivido y lugar. La investigación empírica se consolidó a partir de incontables vivencias, observaciones y participaciones de lo cotidiano, utilizándose como herramientas de investigación las entrevistas abiertas y mapas mentales por ser métodos bien aceptados por la comunidad. La construcción del significado de las imágenes signicas, se apoyó en las aportaciones de la Semiótica para definir la relación trinómica imagen-objeto-interpretante. Lo que se propone defender en esta tesis es la existencia de imágenes homónimas constituidas a partir de la interpretación signica de los mapas mentales en los diferentes grupos mencionados. Demostrando que existe un distanciamiento del discurso teórico a la imagen retratada en los mapas mentales, y el ocultamiento de sutiles o acentuadas divergencias en los significados sobre un determinado signo. El delineamiento del foco de estudio de esta tesis se consolidó a partir de los comentarios irónicos y, sobre todo, de descrédito, por parte del grupo de entrevistados del poder público, respecto al uso de mapas mentales como herramienta de investigación científica. En esta tesis se propone mucho más que intentar proporcionar un método de interpretación de las imágenes signicas, va más allá, se pretende demostrar la contribución de este estudio, bajo el abordaje de la Geografía Humanista-Cultural, a las políticas de planificación ambiental, urbano y de turismo.

Palabras-clave: Paisaje. Fenomenología. Mapas Mentales. Homonimia Signica. Comunidades Tradicionales. Parque Nacional del Superagui.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	– Mapa Conceitual	22
FIGURA 2	– Localização do município de Guaraqueçaba	33
FIGURA 3	– Localização da área de estudo	34
FIGURA 4	– Percurso de reconhecimento da região de estudo	36
FIGURA 5	– Barbado e os limites do Parque Nacional de Superagui.....	41
FIGURA 6	– Dona Flozina: tataraneta de William Michaud	43
FIGURA 7	– Flores da casa de Dona Cesarina	44
FIGURA 8	– Flores da casa de Dona Flozina	44
FIGURA 9	– Flores da casa de Dona Luciene	44
FIGURA 10	– Restaurante do Senhor Lopes	46
FIGURA 11	– Escola Rural Municipal de Barbado	46
FIGURA 12	– Igreja da comunidade de Barbado	46
FIGURA 13	– Comunidade de Barbado	49
FIGURA 14	– Situando a Comunidade de Barbado	50
FIGURA 15	– Parque Nacional do Superagui – UC de proteção integral	51
FIGURA 16	– Comunidades de dentro, fora e entorno do Parque	53
FIGURA 17	– Árvore genealógica da família Michaud	57
FIGURA 18	– A paisagem de Barbado retratada por William Michaud	60
FIGURA 19	– Um dos vários cenários de encantamento	61
FIGURA 20	– Presença da tecnologia	63
FIGURA 21	– Moradias em alvenaria	63
FIGURA 22	– Espaço comunitário de Barbado (cozinha comunitária)	63
FIGURA 23	– Paisagem de Barbado em 1880	75
FIGURA 24	– Paisagem atual de Barbado	75
FIGURA 25	– Transformação da paisagem natural em cultural	108
FIGURA 26	– Modelo Sígnico Triádico de Peirce	179
FIGURA 27	– Processo de percepção de uma imagem	188
FIGURA 28	– Modelo Triádico de Ogden e Richards	204
FIGURA 29	– Modelo Triádico de Ullmann	204
FIGURA 30	– Significado de uma palavra	205

FIGURA 31	– Esquema básico de homonímia	208
FIGURA 32	– Modelo Triádico proposto	210
FIGURA 33	– Homonímia Sínica de Objeto	212
FIGURA 34	– Homonímia Sínica de Lugar	212
FIGURA 35	– Homonímia Sínica de Sentimento	213
FIGURA 36	– Esquema proposto de classificação Homonímia Sínica	215
FIGURA 37	– Relação Triádica Poder Público.....	223
FIGURA 38	– Relação Triádica Poder Público– Casa	223
FIGURA 39	– Homonímia Sínica Isolada	224
FIGURA 40	– Significado do signo “casa” no grupo Poder Público	238
FIGURA 41	– Significado do signo “casa” no grupo Moradores	240
FIGURA 42	– Significado do signo “casa” no grupo Turistas	241
FIGURA 43	– Homonímia Sínica Intergrupos	243
FIGURA 44	– Homonímia Sínica Intergrupos de Lugar	246
FIGURA 45	– Homonímia Sínica Isolada de Lugar	247
FIGURA 46	– Ramificações da Homonímia Sínica	248

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	–	Classificação peirceana dos signos	175
QUADRO 2	–	Combinação das tricotomias de Peirce	178
QUADRO 3	–	Classificação dos signos mapa mental Poder Público	222
QUADRO 4	–	Significado de casa: grupo Poder Público	224
QUADRO 5	–	Classificação dos signos mapa mental Moradores	228
QUADRO 6	–	Significado de casa: grupo Moradores	229
QUADRO 7	–	Classificação dos signos mapa mental Turistas	232
QUADRO 8	–	Significado de casa: grupo Turistas	233
QUADRO 9	–	Síntese do significado CASA	242
QUADRO 10	–	Signos de lugar nos mapas mentais Poder Público	244
QUADRO 11	–	Signos de lugar nos mapas mentais Moradores	245
QUADRO 12	–	Signos de lugar nos mapas mentais Turistas	245

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	–	Dados demográficos Parque Nacional do Superagui	54
----------	---	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	– Área de Proteção Ambiental
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONAPA	– Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.
IAP	– Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	– Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INPE	– Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPARDES	– Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITCF	– Instituto de Terras Cartografia e Florestas
MAP	– Museu de Artes do Paraná
MOM	– Museu Oscar Niemeyer
PROVOPAR	– Programa do Voluntariado Paranaense
PUC Minas	– Pontifícia Universidade Católica de Minas
SEEC	– Secretaria de Estado de Cultura
SEED	– Secretaria de Estado de Educação
SEMA	– Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SNUC	– Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPVS	– Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
SUREHMA	– Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente
UAM	– Universidad Autónoma de Madrid
UC	– Unidade de Conservação
UEL	– Universidade Estadual de Londrina
UFPR	– Universidade Federal do Paraná
UFRJ	– Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	– United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
UNESP	– Universidade Estadual Paulista
UNIR	– Fundação Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
I. OS ENCANTOS DA PAISAGEM DE SUPERAGUI	31
1.1 DESLUMBRES SOBRE A ÁREA DE ESTUDO	32
1.1.1 Primeiros contatos com a área de estudo	35
1.1.2 O desvelar da paisagem da Baía de Pinheiros	38
1.1.3 Deslumbramento sobre a paisagem de Barbado	42
1.2 CONTEXTUALIZANDO O CENÁRIO DE BARBADO	49
1.2.1 Localização geográfica de Barbado	49
1.2.2 O isolamento da comunidade	56
1.2.3 A origem da comunidade de Barbado: 157 anos de história	57
1.2.4 A paisagem de Barbado retratada nas pinturas de Michaud	59
1.2.5 Barbado atual: uma paisagem ameaçada	62
1.3 CARACTERIZANDO A COMUNIDADE TRADICIONAL DE BARBADO	66
1.3.1 Considerações sobre a expressão “comunidades tradicionais”	66
1.3.2 O desenvolvimento da cultura caiçara no Paraná	70
1.3.3 Caracterizando a comunidade caiçara e a Barbado atual	73
1.3.4 O prenúncio de um novo ciclo econômico em Barbado	81
II. VISLUMBRES SOBRE A PAISAGEM CULTURAL	86
2.1 OS VISLUMBRES SOBRE A PAISAGEM NA GEOGRAFIA	87
2.1.1 Os primeiros vislumbamentos da paisagem na Geografia	87
2.1.2 Os estudos de paisagem na disciplina de Geografia	91
2.1.3 O viés positivista e historicista na paisagem	94
2.2 CONCEBENDO A PAISAGEM CULTURAL	102
2.2.1 A valorização do ser humano no estudo da paisagem	102
2.2.2 Da paisagem natural à concepção da paisagem cultural	105
2.2.3 Dinâmica de transformação da paisagem cultural.....	108
2.3 PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM DA PAISAGEM CULTURAL	112
2.3.1 Olhares sobre a paisagem cultural	112

2.3.2	A paisagem “cultural” no momento atual	116
2.3.3	A paisagem na abordagem Humanista-Cultural no Brasil	119
III.	ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA DA PAISAGEM	126
3.1	CONTEXTUALIZANDO A FENOMENOLOGIA	127
3.1.1	As origens da Fenomenologia Moderna	127
3.1.2	Considerações sobre fenômeno na Fenomenologia	136
3.1.3	Fenomenologia: a construção de um método	140
3.2	ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA NA GEOGRAFIA	147
3.2.1	A Fenomenologia no contexto da Geografia Humanística	147
3.2.2	Contribuições do mundo vivido à apreensão da paisagem	150
3.2.3	Concebendo uma leitura fenomenológica da paisagem	154
3.3	A ESSÊNCIA DO LUGAR NA LEITURA DA PAISAGEM	158
3.3.1	O sentido de lugar na perspectiva fenomenológica	158
3.3.2	Reconhecendo os lugares privilegiados	160
3.3.3	Significados atribuídos ao lugar	163
3.3.4	Identidade de um lugar	165
IV.	O OLHAR FENOMENOLÓGICO DOS SIGNOS DA PAISAGEM	169
4.1	CONTEXTUALIZANDO A CONSTRUÇÃO SÍGNICA	170
4.1.1	As bases fenomenológicas da Semiótica e interfaces disciplinares	170
4.1.2	A construção sígnica com base na teoria peirceana	173
4.1.3	Contextualizando a imagem como signo	182
4.2	O APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO DOS MAPAS MENTAIS	184
4.2.1	Contextualizando os mapas mentais	184
4.2.2	Mapas mentais: um instrumento de investigação	189
4.2.3	Metodologias de análise e interpretação de mapas mentais	192
4.3	REFLEXÕES SOBRE UMA POSSÍVEL HOMONÍMIA SÍGNICA	203
4.3.1	Conceituando o termo “homonímia”	203
4.3.2	Vislumbres sobre uma homonímia sígnica entre mapas mentais	210
V.	DESVENDANDO A HOMONÍMIA SÍGNICA DA PAISAGEM DE BARBADO	215
5.1	METODOLOGIA DE ANÁLISE	216

5.1.1	Definindo a pesquisa qualitativa	216
5.1.2	As ferramentas para coleta de dados	218
5.1.3	Método de interpretação dos mapas mentais	220
5.2	IDENTIFICANDO AS HOMONÍMIAS SÍGNICAS	221
5.2.1	Identificando as homonímias sígnicas isoladas	221
5.2.2	Interpretando o significado do signo “casa”.....	237
5.2.3	Consolidando a homonímia sígnica intergrupos	242
5.3	CATEGORIZAÇÕES DAS HOMONÍMIAS SÍGNICAS	244
5.3.1	Homonímias sígnicas de Objeto, Lugar e Sentimento	244
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	249
6.1	Contribuições às Políticas de Planejamento Urbano e Ambiental	250
6.2	Os limites da pesquisa e perspectivas de novos estudos	252
	REFERÊNCIAS	255
	ANEXOS	271

INTRODUÇÃO

As aproximações com temáticas ambientais se iniciaram na carreira técnica, como representante do Poder Públicomunicipal, buscando soluções racionais para os problemas de ocupação irregular em áreas de preservação ambiental. O encontro com o Mestrado da Geografia permitiu-me refletir sobre essas comunidades marginalizadas no urbano e sob a abordagem geográfica da Geografia Humanística, em sua vertente fenomenológica, um viés mais humano respeitando as relações do indivíduo com o lugar. Esse aspecto consolidou em mim uma postura crítica em relação à condução das políticas públicas de planejamento.

O aprofundamento dessas reflexões se ampliou a partir de 2005, ao ingressar na carreira docente no Curso de Gestão Ambiental da UFPR – Setor Litoral. A mudança de casa e de vida para o litoral implicou a revisão do meu olhar sobre as comunidades marginais urbanas. Aos poucos, com as aulas de campo, tive a oportunidade de me aproximar e conhecer diversas comunidades, como as catadoras de papel (dependentes do turismo sazonal), as comunidades indígenas (muito presente no litoral), as comunidades de pescadores praianos e as comunidades tradicionais caiçaras insulares.

Constatee nessas comunidades conflitos de ordens social, econômica, cultural e principalmente territorial nas comunidades dentro de áreas de preservação ambiental. Apesar dos enfrentamentos legais, as comunidades resistem às desapropriações, mesmo sendo ceifadas da prática de seus costumes e cultura tradicional de subsistência. Nesse aspecto, as comunidades tradicionais caiçaras das margens da Baía de Pinheiros, no município de Guaraqueçaba, são exemplos de amor e enraizamento pelo lugar. Esses conflitos se intensificaram a partir dos anos 1980 quando o Poder Público, ofuscado pela visão ambientalista, criou inúmeras zonas ambientais para esse município. Iniciou-se uma era de desapropriações em prol da preservação ambiental.

Recentemente, em 2008, o governo estadual sensibilizado com as condições subumanas das famílias que resistiram às desapropriações e às proibições das atividades de subsistência (caça, plantio e a pesca), resgatou um antigo projeto de construção de cozinhas comunitárias como uma nova alternativa econômica. Essa iniciativa ocorreu em anos anteriores em Guaraqueçaba, na Ilha

das Peças, nas comunidades de Vila das Peças e Tibicanga com vistas a atender o desenvolvimento do turismo na região.

No entanto, apesar dos cursos de capacitação em gastronomia e artesanato ministrados às comunidades pelo Poder Público, este projeto não foi bem sucedido devido à falta de continuidade e acompanhamento pós-inauguração pelo poder público. A característica de projeto exógeno, ou seja, constituído sem a participação das pessoas da comunidade, não traduz a essência do grupo, sendo uma das principais causas do insucesso dessa iniciativa nas comunidades beneficiadas com este empreendimento.

Mesmo diante da possibilidade do insucesso o Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR – órgão vinculado à Secretaria do Estado da Saúde e Bem-Estar Social) iniciou-se a construção de uma cozinha comunitária na comunidade de Barbado. Da mesma forma que nas experiências anteriores, a falta de acompanhamento do Poder Público para a condução desse empreendimento gerou conflitos entre as mulheres locais. Mesmo com essa atmosfera de incertezas, o estilo moderno da construção da cozinha comunitária se destaca na paisagem, tornando-se um atrativo turístico e ponto obrigatório de visita dos passeios turísticos na região.

Num primeiro plano, esse é o cenário apresentado, cujas intervenções públicas estão conduzindo à transformação da paisagem cultural, desenvolvendo uma nova cultura local e impulsionando o desenvolvimento do turismo. A economia local baseada no escambo passou a ser movida pela moeda dos brancos, o dinheiro. Constatou-se nas primeiras impressões um velado sentimento de ganância, desunião, desejos de coisas materiais, caracterizando comunidades tradicionais aculturadas. Por outro lado, apesar dessas tristes impressões, não há como resistir ao sentimento de admiração e maravilhamento ao ver pela primeira vez as belas paisagens locais. A percepção extrapola a visão e a experiência desperta os outros sentidos, o que nos permite observar os valores culturais que constituem essa paisagem.

Nesse cenário de transformação, levantamos como *problemática central* a ressignificação das representações da paisagem do Parque Nacional de Superagui observadas nos últimos três anos, com as novas relações socioeconômicas. Com base na problemática apresentada, temos como *hipótese central* que: as recentes transformações socioeconômicas sofridas no Parque Nacional de Superagui pela

mercantilização da paisagem vão revelar uma homonímia sógnica da paisagem entre os moradores, o Poder Público e os turistas.

Na busca por compreender a ressignificação da paisagem, recorreremos ao aporte teórico-metodológico da *Geografia Humanista-Cultural*, em sua vertente fenomenológica, na interface com a Semiótica e Linguística, para se desvendar o significado do mundo vivido representado nas imagens mentais dos indivíduos. Na Linguística buscamos o aporte conceitual de homonímia para embasar o termo proposto de imagens homônimas ou signos homônimos. O mapa conceitual apresentado na Figura 1 expõe a construção do conhecimento e aportes teórico-metodológicos para a estruturação desta Tese.

O olhar na perspectiva fenomenológica se consagrou nas visitas de reconhecimento às comunidades isoladas da Baía de Pinheiros, navegando silenciosamente e experienciando com todos os sentidos um cenário com muitos sons de macacos bugio¹, de papagaios-de-cara-roxa, do vento, das águas, emoldurados por diversos matizes do verde da floresta. Contudo, apesar da riqueza cultural de todas as comunidades visitadas, optamos como *objeto de estudo* pela Comunidade de Barbado, por apresentar um contexto histórico diferenciado e relevante para o Paraná.

A comunidade de Barbado situa-se na Ilha de Superagui, na margem leste da Baía de Pinheiros, dentro dos limites do Parque Nacional de Superagui. É uma comunidade com 78 pessoas, significativa por ser uma das mais antigas da região. Essa comunidade foi fundada em 1854, pelo imigrante suíço William Michaud, o primeiro habitante do lugar. A maioria dos moradores dessa comunidade são seus descendentes e carregam com orgulho o sobrenome Michaud. Apesar da relevância histórica de Barbado para a cultura caiçara do Paraná, inseriram-na dentro dos limites do Parque Nacional do Superagui. Vislumbrando o turismo como nova cultura de subsistência, observa-se lentamente a configuração de novos elementos materiais e imateriais se integrando e renovando a paisagem cultural.

Nesse cenário de renovação da paisagem, identificamos três atores sociais: os moradores, o Poder Público e os turistas, os quais protagonizam a mesma cena com diferentes interpretações, ou seja, diferentes interesses sobre um mesmo lugar constituindo diferentes significados.

¹ O macaco bugio também é conhecido por guariba, barbado ou macaco-uvador. (FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio de língua portuguesa**. 4 ed. Curitiba: Positivo, 2009).

Construção conceitual do conhecimento:

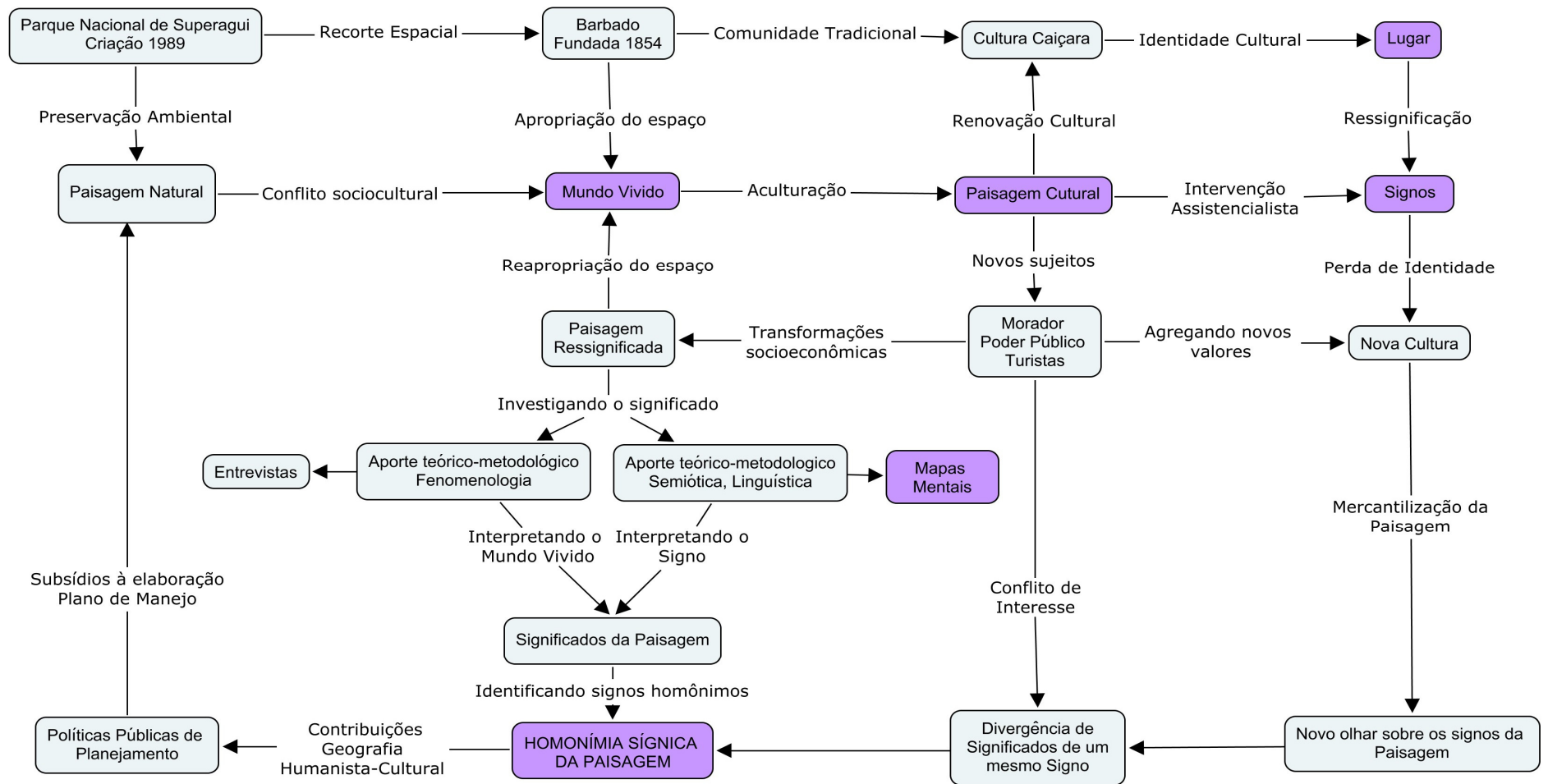


FIGURA 1 – MAPA CONCEITUAL
Organização: KASHIWAGI, H. M. (2011).

Na busca por compreender, com base nos três sujeitos identificados, as representações dessa nova paisagem cultural que vem se conformando em Barbado, delineamos nossos objetivos de investigação. O *objetivo geral* da tese é identificar as homonímias sógnicas da paisagem do Parque Nacional de Superagui representadas pelos três sujeitos, morador, Poder Público e turista. Os *objetivos específicos* são: a) identificar as possíveis homonímias sógnicas e a essência do significado da paisagem; b) avaliar a contribuição do uso de mapa mental como ferramenta de investigação; c) analisar as possíveis contribuições da identificação de homonímias sógnicas aos processos de intervenção pública como nas políticas de planejamento urbano e ambiental em áreas preservadas.

Diante dos objetivos definidos, a hipótese afirmada e a abordagem geográfica escolhida, nossa investigação se alicerça inicialmente na legislação ambiental presente no objeto de estudo, a fim de reconhecer sob o aspecto legal o conceito de comunidade tradicional, compreender as implicações da presença humana em Unidades de Conservação e quais as medidas voltadas para a garantia e preservação das comunidades tradicionais.

Nesse contexto, a busca por atingir nossos objetivos nos levou ao aprofundamento de alguns *conceitos fundantes* necessários para compreender o objeto de estudo, como *paisagem cultural*, *mundo vivido*, *lugar*, *mapas mentais*, *signos* e *homonímia sógnica*. Com o entrelaçamento desses conceitos sob a abordagem da Geografia Humanística-Cultural, em sua vertente fenomenológica, consolidamos o embasamento teórico preliminar para desvendar a homonímia sógnica da paisagem, termo que propusemos como o cerne desta tese, definindo-o como um conjunto de signos homônimos identificados nas imagens construídas pelos sujeitos, com a mesma nomenclatura, mas com significados diferentes.

O referencial teórico base dos conceitos fundantes

Nossa compreensão sobre *paisagem cultural* foi construída embasada no pensamento de Carl Sauer (1998), por ser um dos pioneiros das análises sobre paisagem, discutindo a importância das marcas culturais na paisagem natural. Sauer considera que o homem sob a influência de uma determinada cultura faz uso das formas naturais, alterando a morfologia da paisagem natural. Nesse sentido, a paisagem cultural é modelada pelas marcas deixadas pelo homem na paisagem

natural. Assim, nesse processo de transformação da paisagem, consideramos como referência para esta tese a estrutura da paisagem cultural delineada por Sauer que se resume nas seguintes palavras: cultura é o agente, a área natural é o meio e a paisagem cultural é o resultado.

Para se compreender o *mundo vivido* das pessoas da comunidade estudada, nosso fundamento é o conceito proposto por Maurice Merleau-Ponty (1999) que considera nesse processo de percepção e apropriação do lugar o elemento corpo. Considera-o intermediário obrigatório entre o mundo real e a percepção, pois as coisas são percebidas por uma ação sobre ele. O mundo se desdobra em real e naquele que é percebido pelo indivíduo, e o corpo se torna o sujeito para contemplar em si mesmo suas representações. Nossos sentidos percebem coisas reais que excitam a alma para percebê-los. A percepção é compreendida como a atualização na alma de alguma coisa que estava sensível em nós. Contudo, as percepções da alma são acionadas pelo cérebro, que obriga a buscar no corpo um equivalente fisiológico do percebido, distribuindo os diferentes pontos do campo sensorial seus valores espaciais e cromáticos.

O conceito de *lugar*, para complementarmos nossa construção de paisagem cultural, se fundamenta no pensamento de Yi-Fu Tuan (1980) que considera a experiência humana sobre o meio desencadeadora de aspectos subjetivos, constituindo espaços de significação que dão origem aos lugares e ao mundo vivido do indivíduo. Para se compreender essa relação que liga o homem com o lugar, Tuan propõe quatro conceitos: *Topofilia* que representa o sentimento de amor ao lugar, *Topoidolatria* que é o sentimento de idolatria ao lugar, *Topofobia* que significa o sentimento de rejeição ao lugar, e o último *Toponegligência* que denomina o sentimento de indiferença ao lugar. Com esses conceitos, Tuan introduz ao campo geográfico uma qualidade quase mística observada na união emocional que se produzia entre uma pessoa e um objeto exterior, pois estes poderiam despertar sentimentos quando projetadas sobre eles as emoções pessoais.

Outra categoria de análise considerada são os *mapas mentais* que, apesar de ser uma técnica de investigação, possui na sua constituição um extenso referencial teórico. Vamos nos fundamentar no conceito proposto por Juan Delval (1985), o qual considera os mapas mentais representações do indivíduo sobre o seu mundo vivido e, por esse motivo, tornam-se difíceis de se compreender precisamente devido ao seu caráter interiorizado. Os mapas mentais não são

simplesmente uma cópia do real, porque supõem um esforço de assimilação e de elaboração da realidade. Delval destaca que é preciso considerar a idade do indivíduo nas análises dos mapas mentais, pois representa muito mais que uma recordação de sua memória, depende também de sua *maturez* espacial, em que são considerados o conhecimento dos aspectos físicos e o caráter de sua personalidade em si.

O nosso embasamento teórico sobre o conceito de *signos* é fundado na Teoria Semiótica desenvolvida por Charles Sanders Pierce, pois os fenômenos eram descritos com uma preocupação fenomenológica e classificados em categorias que surgiam do exame atento e investigador da experiência. Pierce procurava gerar uma fundamentação conceitual simples e aplicável a qualquer assunto, sua lógica procurava a criação de instrumentos científicos e métodos para orientar o raciocínio, auxiliar e ampliar o poder da razão. A base de seu pensamento era a Teoria do Crescimento Contínuo do Universo e na mente humana, considerando que as leis naturais não são absolutas, mas em processo constante de evolução. Os princípios científicos, apesar de terem fórmulas rigorosas também são provisórios, pois estão sujeitos a mudanças contínuas.

O nosso entendimento sobre a *homonímia sígnica* é embrionário e se refere ao escopo de discussão desta tese. Propusemos nas construções sígnicas das imagens mentais de diferentes grupos de entrevistados a identificação dos signos homônimos. A análise dos mapas mentais com base nas tricotomias de Pierce e Ullmann nos indica possibilidades de variações nas construções do signo com o meio (consigo mesmo), com o objeto e com o interpretante. Nesse sentido, com a interface interpretativa do aporte da Fenomenologia podemos vislumbrar convergências sígnicas no mundo vivido de cada indivíduo participante do objeto estudado. Ainda que de forma preliminar, esta tese tem o desafio de apresentar teórica e metodologicamente a importância da identificação das homonímias sígnicas em diferentes grupos amostrais para convergir pensamentos comuns e nortear a elaboração de políticas públicas e amenizar os conflitos entre Poder Público e comunidade.

Contribuições do estágio de doutorado sandwich na Espanha

O desafio de vislumbrar a proposta desta tese de identificar *as homonímias sígnicas da paisagem* levou-me a realizar um estágio de doutorado *sandwich* como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Universidad Autónoma de Madrid (UAM), sob a orientação do Professor Clemente Herrero Fabregat para encontrar subsídios ao aporte teórico-conceitual interpretativo já estabelecido. Durante minha estada de cinco meses, o professor Clemente conduziu diversas leituras sobre mapas mentais e metodologias de interpretação sígnica, como as de Kevin Lynch e Constâncio de Castro. As ricas discussões sobre epistemologia da Geografia me permitiram compreender e situar o estudo da paisagem nas correntes geográficas. Herrero incentivou-me a dialogar com professores de outros departamentos para me aprofundar teoricamente sob outros olhares e abordagens.

Com a colaboração da Professora Elena Martín Pérez, psicóloga, do Departamento de Psicologia investigou-se o desenvolvimento da representação espacial no indivíduo, aspecto essencial para a compreensão do processo de construção de mapas mentais além de algumas metodologias de interpretação de mapas mentais, destacando-se as metodologias de Roger Hart e Gary Moore, Alexandre Siegel, Lloyd Rodwin, Kenneth Boulding, e Peter Gould e Rodney.

A compreensão sobre a episteme da paisagem e o conceito de paisagem cultural foi aprofundada com a colaboração das obras indicadas pela Professora Pilar Lacasta Reoyo, geógrafa, do Departamento de Educação. Notou-se na Espanha que os autores Eduardo Martínez de Pisón, Nicolás Ortega Cantero e Joan Nogué são referência no meio acadêmico, cujas obras foram citadas nesta pesquisa.

Outra questão importante para a gestão do território informada por Lacasta, mas aqui não aprofundada, é o Convênio Europeu de Paisagem². Nesse convênio, a paisagem desempenha um papel importante de interesse geral nos campos cultural, ecológico, meio ambiental e social, pois se constitui em um recurso favorável à atividade econômica, à proteção, à gestão e ordenamento e à criação de

² Convênio realizado em Florença (Itália) no dia 20 de outubro de 2000. Assinaram esse convênio 19 países. O objetivo desse convênio é alcançar uma união mais estreita entre seus membros com o fim de salvaguardar e promover os ideais e princípios que são de patrimônio comum. Esse objetivo prosseguirá mediante a celebração de acordos nos campos econômico e social. Em 2008, havia ao todo 35 países membros desse convênio (ESPANHA, BOE. n.31 Martes 5 febrero, 2008).

empregos. A Espanha atual, assolada pelo desemprego, tem encontrado dificuldades em colocar esse convênio em vigor, devido à forte especulação imobiliária e turística.

A título de esclarecimento, optei por utilizar nas citações e referências desta tese o primeiro sobrenome dos autores das obras espanholas, conforme as normas³ da Espanha. Salientamos que a escolha em utilizar em sua maioria autores espanhóis na construção do panorama epistemológico desta tese não significa desconsiderar os autores nacionais, mas mostrar a contribuição teórica de outros autores desconhecidos pelos brasileiros.

Procedimentos metodológicos para a pesquisa empírica

Os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa empírica foram definidos com as observações nas visitas de reconhecimento no local de estudo. Devido à pouca alfabetização das pessoas, a linguagem que predomina é oral, pois a linguagem escrita é domínio somente das crianças. Essa questão foi essencial para adotarmos o uso de mapas mentais, por ser menos impactante e aceito sem desconfiança. As entrevistas abertas seguiam um roteiro de perguntas (previamente memorizados) que iam sendo feitas no decorrer da conversa. Foi necessário esclarecer a importância de gravar os depoimentos, tal feito conseguido após dois anos de aproximações.

A necessidade de contratação de um guia local, nas primeiras visitas, foi essencial para realizar a ponte de aproximação, tornando-se desnecessário nas visitas seguintes. Os custos das viagens foram eventualmente compartilhados com

³ Durante o estágio na UAM, percebi nas obras consultadas que nos nomes dos autores nas citações e nas referências prevaleciam o primeiro sobrenome, diferente das normas utilizadas no Brasil, surgindo a dúvida de como citar nesta tese os nomes dos autores de origem espanhola. Ao questionar diversos professores sobre o porquê dessa forma, obtive com unanimidade a resposta de que o sobrenome do meio é o do pai, por isso vem primeiro. Na busca por uma explicação formal, um funcionário da biblioteca pesquisou e localizou um catálogo de regras do Ministério de Educação e Cultura publicado em 1995. E no capítulo 15 – Formas de Referências, no item 15.1.2, obtive a explicação formal sobre as regras gerais estabelecidas para identificar o elemento inicial de uma referência. Por exemplo, no nome de um autor com apenas um sobrenome, o sobrenome será o elemento inicial, seguido do nome separado por uma vírgula. Já nomes com dois sobrenomes, o elemento inicial para a referência é o primeiro sobrenome seguido do segundo sobrenome, desde que não se trate de autores portugueses e brasileiros, cujo elemento inicial será o segundo sobrenome a não ser que sejam mais conhecidos pelo primeiro. Apesar do esclarecimento formal adotei nesta tese nas citações de autores espanhóis somente o primeiro sobrenome (o mais conhecido) e nas referências o nome ficou de acordo com a norma espanhola, mas respeitando a norma brasileira. Para mim, pareceu-me importante fazer esse esclarecimento.

alguns orientandos dos cursos de Turismo, Gestão Ambiental e Serviço Social que acompanharam o trabalho de campo. A definição do recorte espacial foi fundamental para se planejar melhor os gastos locais, porém não havia como prever o preço de contratação de voadeiras⁴ e pequenos barcos para se deslocar à comunidade, dificultando o planejamento orçamentário. Apesar das dificuldades, mantivemos a periodicidade, realizando na comunidade de Barbado, uma visita por semestre entre 2008 a 2010.

Os capítulos da tese

A estrutura da tese foi concebida em cinco capítulos. O primeiro capítulo inicia-se com a caracterização da área de estudo, descrevendo os encantos da paisagem de Superagui com o deslumbramento e a sensação de maravilhamento da pesquisadora e os caminhos que nortearam a escolha do objeto de estudo. Retrata-se nesse capítulo a paisagem de Superagui na visão de William Michaud e a importância dele na perpetuação dessa comunidade. Discorre-se também sobre o impacto da criação do Parque Nacional de Superagui, a importância de um Plano de Manejo e as recentes transformações da paisagem causadas pelas intervenções do poder público. Ainda nesse capítulo busca-se o conceito legal de comunidades tradicionais e de algumas legislações ambientais para situarmos o objeto de estudo.

O capítulo segundo constitui a episteme da paisagem e a condução dos estudos de paisagem nas correntes geográficas, apresentando as influências das correntes historicistas e positivistas nos estudos da paisagem. Apresenta-se a concepção da paisagem cultural e o impacto da inserção de novas culturas, transformando uma paisagem cultural. Ainda se expõe nesse capítulo, os diversos olhares sobre a paisagem cultural e de que forma a paisagem cultural, atualmente, vem sendo tratada.

O terceiro capítulo é constituído de uma contextualização sobre a constituição da Fenomenologia em Husserl, situando a abordagem fenomenológica no contexto da Geografia Humanística. Estabelecem-se, nesse capítulo, considerações sobre fenômeno na Fenomenologia e a Fenomenologia como método

⁴ Pequena embarcação a motor para tráfego costeiro, para a atividade da pesca e lazer. (FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio de língua portuguesa**. 4 ed. Curitiba: Positivo, 2009).

de investigação. Apresentam-se as contribuições da abordagem fenomenológica para a leitura de uma paisagem, considerando o mundo vivido e o sentido de lugar para a identidade do lugar.

No capítulo quarto, contextualizamos os aportes teórico-metodológicos para nossa análise, começando com a conceituação do signo com base na Teoria Semiótica Peirceana, apresentando o conceito de mapa mental e possíveis metodologias de interpretação. Ainda nesse capítulo, concebem-se algumas reflexões sobre uma possível homonímia sógnica nas imagens dos mapas mentais sob os aportes da Linguística para conceituar nosso entendimento sobre homonímia.

Finalmente, o último capítulo retrata as considerações acerca do trabalho de campo, aqui se apresenta o processo de interpretação de mapas mentais com base nas entrevistas interpretadas sob a abordagem fenomenológica para a identificação dos signos nos mapas mentais, submetendo-os à análise triádica imagem-objeto-interpretante para se identificar os signos homônimos, ou seja, imagens homônimas ou como estamos propondo nesta tese homonímias sógnicas na interface da Geografia com a Psicologia. Apresenta-se a existência de signos homônimos como a possibilidade de contribuição na elaboração das políticas públicas de planejamentos urbano ou ambiental, em que se respeitem as relações do ser humano sobre um lugar.

Nesse sentido, ao utilizar o mapa mental como ferramenta de investigação, esta tese se justifica como mais uma contribuição científica sob os aportes da Geografia Humanista-Cultural que busca “quebrar” as visões racional e pragmática do uso exclusivo de métodos quantitativos e exatos na elaboração das políticas públicas de planejamento.

CAPÍTULO I

Os encantos da paisagem de Superagui

Navegando sobre as águas da Baía de Pinheiros



Kashiwagi, 2008

CAPÍTULO I

OS ENCANTOS DA PAISAGEM DE SUPERAGUI

O deslumbramento pela área de estudo motivou instigantes reflexões que nos despertaram o interesse de compreender as representações da paisagem, muito além daquilo que a visão nos permite ver, deixando-nos levar pelas ondas do mar e nos sentindo parte integrante da paisagem. As experiências e vivências nos permitiram fazer uma releitura da paisagem, com emoção e sentimentos aflorados. É o que se pretende neste capítulo: apresentar a área de estudo com seus encantos e problemáticas vividas, situando o recorte espacial de investigação.

Num primeiro momento, percebe-se a etapa do deslumbramento ao nos depararmos com uma paisagem tão intocada e preservada, que se renova a cada viagem que para ali se realiza. Por outro lado, tem-se a sensação de estar vivendo um universo paralelo, longe da civilização. A paisagem é mais do que se pode captar com a visão, é sentida com o corpo e com todos os sentidos, uma emoção inexplicável sobre as águas calmas da Baía de Pinheiros. Nas margens dessa baía, existem várias comunidades, entre elas Barbado.

Fundada em 1854 com a chegada de um imigrante suíço chamado William Michaud. Seu encantamento pelo lugar foi registrado em diversas telas (expostas no Museu Oscar Niemeyer e Museu de Vevey, na Suíça). A maioria dos habitantes de Barbado carrega o sobrenome Michaud e faz parte da história do lugar. Porém, a preservação dessa importante contribuição histórica foi ameaçada com as desapropriações decorrentes da criação de diversas leis ambientais na região.

Para compreender o sentido de ser uma comunidade tradicional, finalizamos o capítulo com contextualizações sobre a condução das políticas públicas em favor das comunidades tradicionais e as formas de conceituação. Procuramos subsídios para caracterizar a comunidade caiçara do litoral do Paraná, a cultura, os costumes e tradições. Refletimos sobre as políticas ambientais ou a falta delas, como um Plano de Manejo, e o atual cenário de uma paisagem ameaçada, com a extinção da cultura caiçara, e o prenúncio de um novo ciclo econômico renovando a paisagem cultural.

1.1 DESLUMBRES SOBRE A ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo está situada no município de Guaraqueçaba, litoral norte do Estado do Paraná (FIGURA 2). O Paraná está localizado entre 22°30'58" e 26°43'00" de latitude Sul e 48°05'37" e 54°37'08" de longitude Oeste, encontra-se no Planalto Meridional e na Região Sul do Brasil, na transição entre os climas tropical e subtropical. Cerca de 25% do seu território fica na Zona Equatorial (ao norte do Trópico de Capricórnio) e 75% na Zona Temperada do Sul (SEED, 2008, p. 14).

O Estado do Paraná faz divisa ao norte e nordeste com o Estado de São Paulo, quase todos demarcados pelo curso dos rios Paranapanema, Ribeira do Iguape e Ararapira. A oeste limita-se com a República do Paraguai, e o Estado do Mato Grosso do Sul, fronteira essa banhada pelo Rio Paraná. Ao sul, faz divisa com o Estado de Santa Catarina, desde a foz do Rio Saí-Guaçu, no litoral, até as nascentes do Rio Jangada, no Morro do Capão Doce, na região sudoeste do Estado. A sudoeste, com a República da Argentina, desde as nascentes do Rio Santo Antônio até a foz do Rio Iguaçu no Rio Paraná. A leste, após a formação da Serra do Mar, o limite com o Oceano Atlântico. A costa real, todavia, supera 150 quilômetros, se computados aqueles de reentrâncias e baías. Entre estas, destaca-se a baía de Paranaguá que avança 40 quilômetros dentro do continente, com área de 667 km². É a segunda maior do Brasil, e forma três baías secundárias: Antonina, Laranjeiras e Pinheiros (SEED, 2008).

O Paraná se constitui de cinco zonas de paisagens naturais: a Planície Litorânea, a Serra do Mar, o Primeiro Planalto ou Planalto de Curitiba, o Segundo Planalto ou Planalto de Ponta Grossa e o Terceiro Planalto ou Planalto de Guarapuava (SEED, 2008, p. 31). A Serra do Mar divide a Planície Litorânea do Primeiro Planalto (FIGURA 3). Diante desses aspectos físicos apresentados sobre o Estado do Paraná, objetivamos mostrar que o município de Guaraqueçaba, aonde se situa a área de estudo desta pesquisa, encontra-se na zona de Planície Litorânea.

Situação do Município de Guaraqueçaba no Estado do Paraná, no Brasil e na América Latina



FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA

FONTE: Secretaria de Estado de Educação do Estado do Paraná – SEED/PR (2008, p. 15), adaptado por KASHIWAGI, H. M. (2011).

Zonas de paisagens naturais do Estado do Paraná

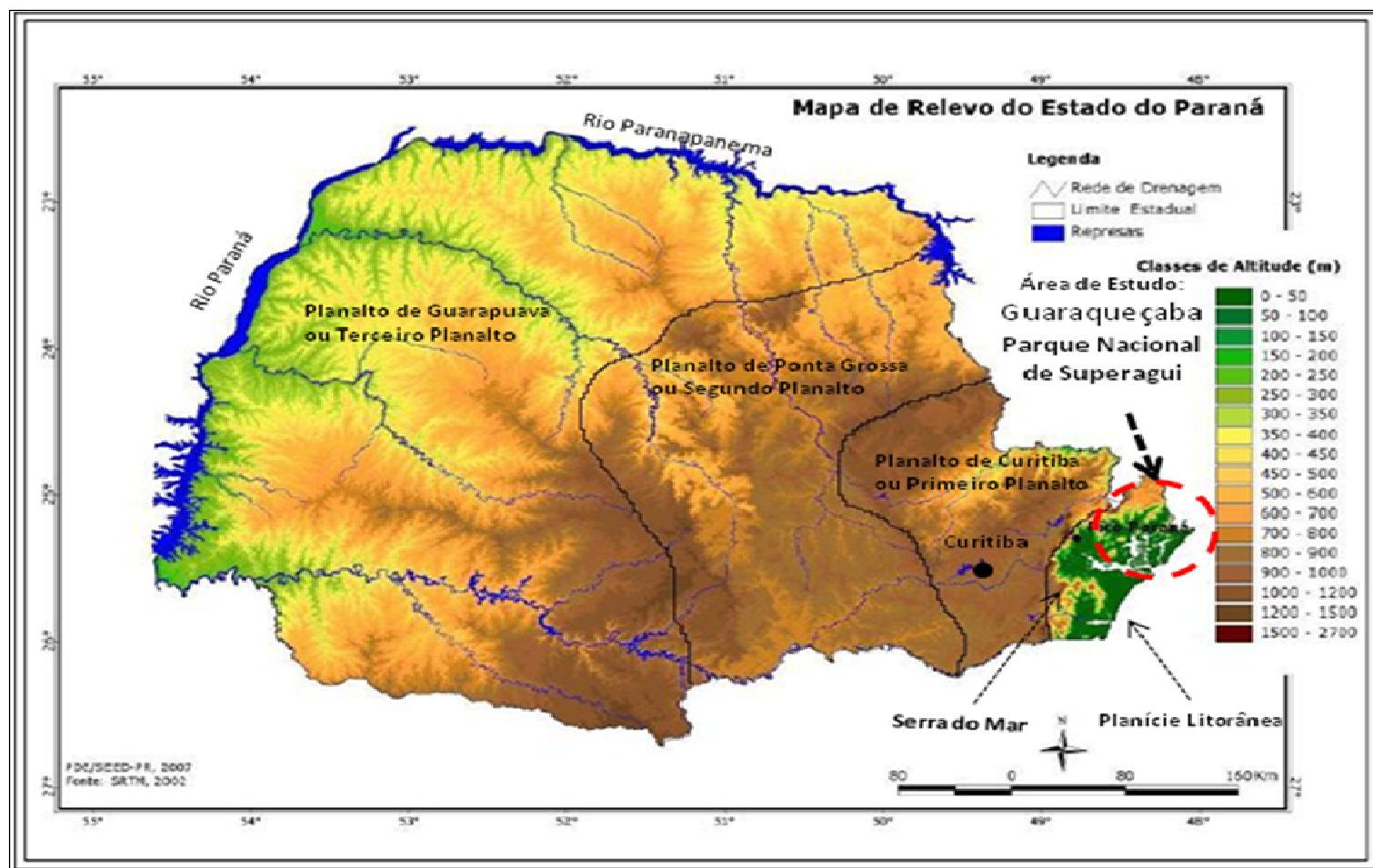


FIGURA 3 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

FONTE: Secretaria de Estado de Educação do Estado do Paraná – SEED/PR (2008, p. 20), adaptado por KASHIWAGI, H. M.(2011).

1.1.1 Primeiros contatos com a área de estudo

Os primeiros contatos com a região de estudo foram iniciados no primeiro semestre de 2008 com a intenção de realizar um reconhecimento das comunidades moradoras em áreas isoladas do litoral norte do Paraná. As aproximações a essas comunidades pelo continente eram impossíveis, sendo necessária a utilização de um meio de transporte aquático. O uso de barco a motor e a ausência de um guia local, num primeiro momento, dificultaram as primeiras conversas com os moradores locais. Numa postura de resistência e desconfiança, os moradores recolhiam-se em suas casas e ignoravam a presença de pessoas estranhas. Essa atitude é um reflexo do descrédito nos pesquisadores que constantemente frequentam a região, coletam informações e não mais retornam ao local. Apesar desse primeiro obstáculo, o deslumbramento pelas belezas cênicas daquela paisagem me instigaram a continuar com o reconhecimento local.

Na segunda vivência de reconhecimento, contratei um guia local⁵, morador da Ilha das Peças, o qual recomendou que utilizássemos a canoa como meio de transporte para não incorrer nos insucessos da primeira aproximação. Os moradores das comunidades não se sentem ameaçados ao verem canoas se aproximando, pois, além da ausência dos sons agressivos dos motores dos barcos, os “tripulantes” chegam muito cansados do ato de remar ou do próprio desconforto da canoa. Dessa forma, com a participação de dois estudantes do curso técnico em Turismo, organizei uma viagem de apenas uma semana por desconhecermos nossos limites físicos para suportarmos as várias horas de remada.

Apesar de termos iniciado a viagem em um barco de linha saindo do município de Paranaguá com destino à Ilha das Peças, consideramos o início dessa vivência a partir do momento que seguimos de canoa da Ilha das Peças às comunidades da Baía de Pinheiros (FIGURA 4).

⁵ Renato Pereira, mais conhecido como Renato Caiçara, morador da Ilha das Peças, é considerado um líder das comunidades daquela região, atuando com forte representatividade nos conflitos de ordem ambiental e defendendo os interesses dos moradores locais nas ações do poder público.

Imagem satélite do litoral norte do Paraná

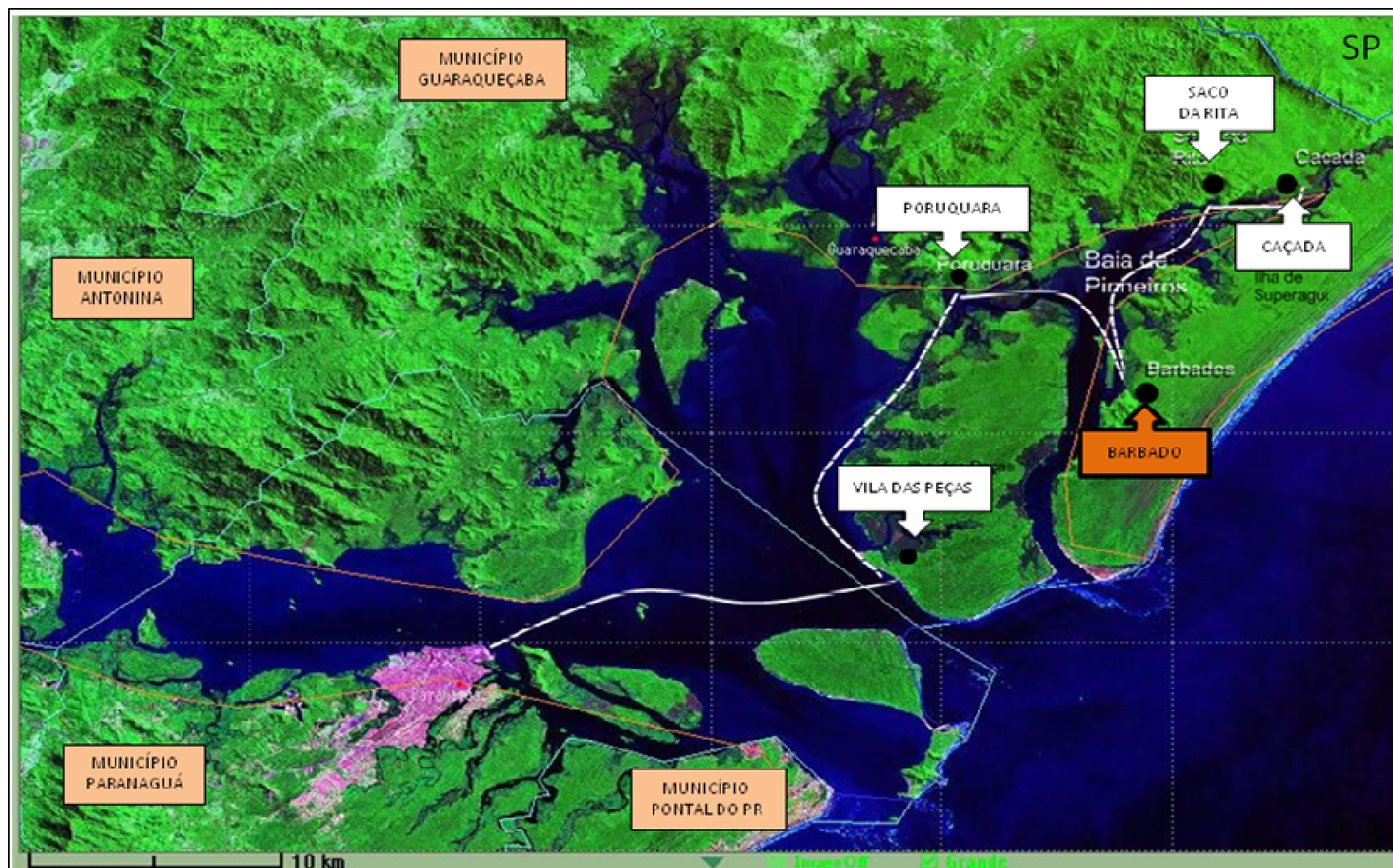


FIGURA 4 – PERCURSO DE RECONHECIMENTO DA REGIÃO DE ESTUDO
 FONTE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (2009).

Durante o percurso, remando lentamente entre labirintos de canais naturais, alguns estreitos e de pouca profundidade, a paisagem aparentemente “igual” aos nossos olhos, provocava perda de referencial e de senso de direção. Para o guia, no entanto, não havia como se perder, pois cada detalhe de forma e tonalidade das cores da paisagem servia como referencial. As horas eram medidas pelo sutil movimento das águas que indicavam as cheias ou as vazantes da maré. Nesse momento, percebemos que estávamos entrando num universo “paralelo” de crenças e valores que nos encantavam e despertavam nossos sentidos além da visão. Sentíamos a paisagem por meio do nosso corpo, num processo de envolvimento com o contexto vivenciado, em que todos os sentidos se aguçavam e delineavam os signos de uma paisagem. Uma leitura fenomenológica da paisagem estava sendo experienciada e cada indivíduo construía sua percepção sobre os elementos sógnicos constantemente sendo desvendados na paisagem.

O curto tempo disponibilizado, o desgaste físico visível para o deslocamento entre as comunidades, a dificuldade no acesso a alguns locais, além da surpresa nos custos de hospedagem e alimentação em cada comunidade, levaram-nos ainda no início da viagem a reduzir o número de comunidades a serem visitadas para a realização da vivência.

Consideramos importante conhecer as comunidades de Saco da Rita, Caçada e Barbado por suas diversidades: a primeira com uma tradição de agricultura; a segunda, de caça e a terceira, de pesca. Infelizmente, ao chegar na entrada da trilha para Caçada, às margens do Canal do Varadouro, decidimos não investir na jornada de aproximadamente 2 km de caminhada devido às dificuldades de se percorrer tal distância em mata fechada. Em todas as comunidades visitadas, mesmo naquelas em que não pernoitamos, houve boa receptividade devido à presença do guia, garantindo o sucesso em nossas primeiras aproximações. Em cada comunidade, no momento da chegada, percebemos que para entrar em algumas comunidades era preciso pedir a benção da curandeira⁶. Já em outras comunidades, essa benção não mais existia devido à influência das Igrejas Católica ou Evangélica, presentes em Barbado, por exemplo, desde a década de 1950. Com

⁶ Segundo Renato Caiçara, era comum ter uma curandeira em cada comunidade, pois além do ato da cura natural elas também eram as parteiras da comunidade. As curandeiras tornaram-se religiosas com a influência da Igreja e os moradores agora precisam recorrer aos hospitais da cidade para tratar de suas enfermidades. Atualmente, existem apenas nove curandeiras no litoral norte do Paraná. Por serem pessoas com certa idade, estima-se que em no máximo 10 anos elas estarão extintas.

a Igreja, veio a proibição da prática do curandeirismo, da cura natural e da perpetuação das lendas e crenças.

1.1.2 O desvelar da paisagem da Baía de Pinheiros

Ao adentrar na Baía de Pinheiros, ainda de manhã, deparamo-nos com uma névoa que encobria nossa visão sobre a dimensão dessa baía. Ouvíamos apenas os sons das batidas dos remos na água e sentíamos o vento em nossos rostos. Silenciosamente, remamos na direção indicada pelo guia com destino à comunidade de Saco da Rita e, por quase seis horas, pudemos contemplar a paisagem. Essa comunidade encontra-se bem isolada, em zona de conservação ambiental bem próxima à entrada do Canal do Varadouro. É constituída de aproximadamente 30 pessoas, todos da mesma família vindos nos anos de 1980 da comunidade do Rio dos Patos (lugarejo bem isolado no interior do Parque Nacional de Superagui). No século XVIII, a comunidade de Saco da Rita era sede de uma fazenda chamada de Santa Rita, que possuía cerca de 500 escravos para a extração de calcário (SIQUEIRA⁷ *et al.*, 2007). Esse local tão povoado no passado, hoje, apresenta-se pacatamente com poucas casas de madeira, um abrigo para fabricação de farinha de mandioca e pequenas áreas de agricultura. Não há escola, obrigando as crianças a se deslocarem de barco para outras localidades. Por esse motivo a desistência escolar nestes locais mais isolados é grande e acentua-se com a cultura do casamento entre os 13 e 15 anos.

A chegada de visitantes nas comunidades desde que acompanhadas do guia Renato Caiçara é sempre um momento de alegria para a comunidade. Ao pisar em terra firme em Saco da Rita, fomos encaminhados pelo líder da comunidade, Senhor Agostinho, à casa da curandeira para receber a benção e termos a permissão para entrar na comunidade. Recepcionados na cozinha de fogo⁸, fomos apresentados e iniciamos uma longa conversa com o Senhor Agostinho, a qual

⁷ SIQUEIRA, R. P. *et al.* **Recursos naturais na vida caiçara**. Curitiba: PETROBRAS, UFPR, GIA, HSBC, 2007. p. 46.

⁸ Cozinha de fogo é o local da casa (geralmente externo) onde a família cozinha, reúne-se, recebe e hospeda os visitantes. Também servia, antes da entrada das Igrejas nas comunidades, para reunir as crianças e ensiná-las sobre as lendas e crenças. A lenha do fogão é mantida acesa dia e noite.

adentrou a noite. Num sentimento de reivindicação dos direitos da comunidade sobre a posse da terra o Senhor Agostinho direcionou o tema da conversa para os conflitos territoriais vividos pelos moradores dessa comunidade.

A comunidade por estar dentro de uma área de preservação ambiental, é impedida pelo Poder Público de praticar suas atividades de subsistência que até então eram a caça, a pesca e a agricultura. As dificuldades para o sustento das famílias têm sido um dos motivos das práticas clandestinas de caça. Naquele momento, Senhor Agostinho em tom de desabafo falou sobre a falta de comida (carne), havia uma semana, devido a uma gripe que se abateu entre os homens da comunidade, ficando eles impossibilitados de prover o alimento às suas famílias. Por terem vindo de uma localidade distante do mar, não havia a tradição da pesca, mas, sobretudo da agricultura. Assim, por entre as casas, observamos várias pequenas áreas de plantio de mandioca, batata, aipim, inhame, arroz, milho, e frutas, como banana, laranja, abacate e goiaba.

Como a visita na comunidade de Caçada foi abortada, decidimos no caminho de retorno visitar a comunidade de Abacateiro. As famílias dessa comunidade também são oriundas da comunidade do Rio dos Patos e chegaram nesse local em que hoje se encontram e se consolidaram ainda nos anos de 1980. É constituída por aproximadamente 15 pessoas, uma comunidade muito pequena, com poucas casas. Nessa comunidade, fomos recepcionados pelo Senhor Leonildo, uma das últimas pessoas da região que ainda constrói as “rabecas”, instrumentos para se tocar o fandango, música típica do litoral do Paraná. Em Abacateiro, as lendas indígenas são respeitadas na atividade da caça, com a preocupação em não caçar nas épocas de reprodução dos animais. Para preservarem a carne, defumam-na em cima dos fogões a lenha.

As casas das comunidades até então visitadas eram muito simples, feitas de madeira, com um ou dois quartos, uma pequena sala, cozinha (às vezes externa) e eventualmente banheiro, desprovidas de luz e rede de esgoto. À noite a iluminação dava-se pelo fogo da cozinha, mas logo as pessoas recolhiam-se e iam dormir. Os aposentos para os visitantes eram na cozinha de fogo. Em meio à fumaça que servia para espantar os insetos, dormíamos ouvindo o som da mata. A única comida do dia era o almoço, muito simples e conforme o sucesso nas caçadas. A falta de banheiro nas casas, muito comum nessas comunidades, obrigava-nos a utilizar recursos alternativos. Ainda de madrugada, todos os homens partiam para a pesca com a

ajuda de algumas mulheres. O horário da caçada variava por ser uma atividade clandestina.

Nas margens da Baía de Pinheiros, avistamos algumas comunidades. Os moradores se comunicam entre si por meio de rádio, servindo para trocar informações sobre o tempo, sobre a chegada de visitantes e para solicitar auxílio para o atendimento de alguma emergência. A união e a solidariedade entre essas pessoas facilitam as aproximações e os casamentos, justificando o parentesco de todos entre as comunidades e na própria comunidade. A presença da comunicação via rádio ou celular vem possibilitando o atendimento de alguma emergência, principalmente de madrugada. O som de um barco a motor na silenciosa noite ecoa por toda a baía, deixando todos apreensivos e aguardando na manhã seguinte a notícia de falecimento ou nascimento de um parente.

Os sete quilômetros de extensão da Baía de Pinheiros são navegados com barco a motor em menos de uma hora, sendo esse o meio de transporte comumente utilizado pelos pesquisadores, dando-lhes uma percepção sintética, descritiva e limitada pelo sentido da visão. Ao contrário da percepção de quem navega de canoa e completa essa distância entre 6 a 7 horas, obriga o pesquisador a constantes paradas para descanso, cujo momento poderíamos denominar de momento de meditação e reflexão. Nesses momentos preciosos, fechávamos os olhos e deixávamos nossos corpos apreenderem e sentirem o espaço. Num exercício fenomenológico de percepção da paisagem, o corpo tornou-se a nossa ferramenta de experimentação.

Brindados com um entardecer que encobria a paisagem com um manto avermelhado, com o som da revoada dos papagaios-de-cara-roxa retornando à Ilha de Pinheiros e rugidos dos macacos bugio, prosseguimos em nossa viagem à Barbado, fixando para sempre aquela paisagem em nossa memória. Durante quase sete horas, navegamos dentro da Baía de Pinheiros, agora, já adaptados ao balanço da canoa. A sensação de tranquilidade possibilitou-nos momentos de contemplação da paisagem. Seguimos margeando a Ilha de Superagui e correspondendo aos acenos das pessoas das comunidades que avistávamos.

Imersos em uma paisagem cultural que encanta aos visitantes, percebemos sutis transformações dessa paisagem provocadas pela política de restrições ambientais com a delimitação da área de preservação do Parque Nacional de Superagui (FIGURA 5), a começar pelos altos custos de hospedagem, alimentação

e navegação cobrados pelos moradores locais. Há uma preocupação em construir pequenos restaurantes, pousadas e mercearias. Assim, a paz da Baía de Pinheiros é interrompida por pequenas lanchas com turistas curiosos em conhecer esse “paraíso”.

Na condição de investigadora, desvendou-se nessa baía diferentes paisagens, ao longo do dia, que variavam conforme a luminosidade, os sons, a temperatura e os ventos. Era como se a paisagem pudesse ter várias representações. As sutis percepções sobre a paisagem observadas pelo guia ao iniciarmos nossa viagem, haviam aflorado em nós após alguns dias longe da vida urbana. Aos poucos, nessa suspensão dos “pré-conceitos” eram-nos desvendados diferentes elementos sógnicos que antes não foram percebidos. Uma nova paisagem da Baía de Pinheiros havia sido revelada.

Os limites do Parque Nacional de Superagui e a Comunidade de Barbado

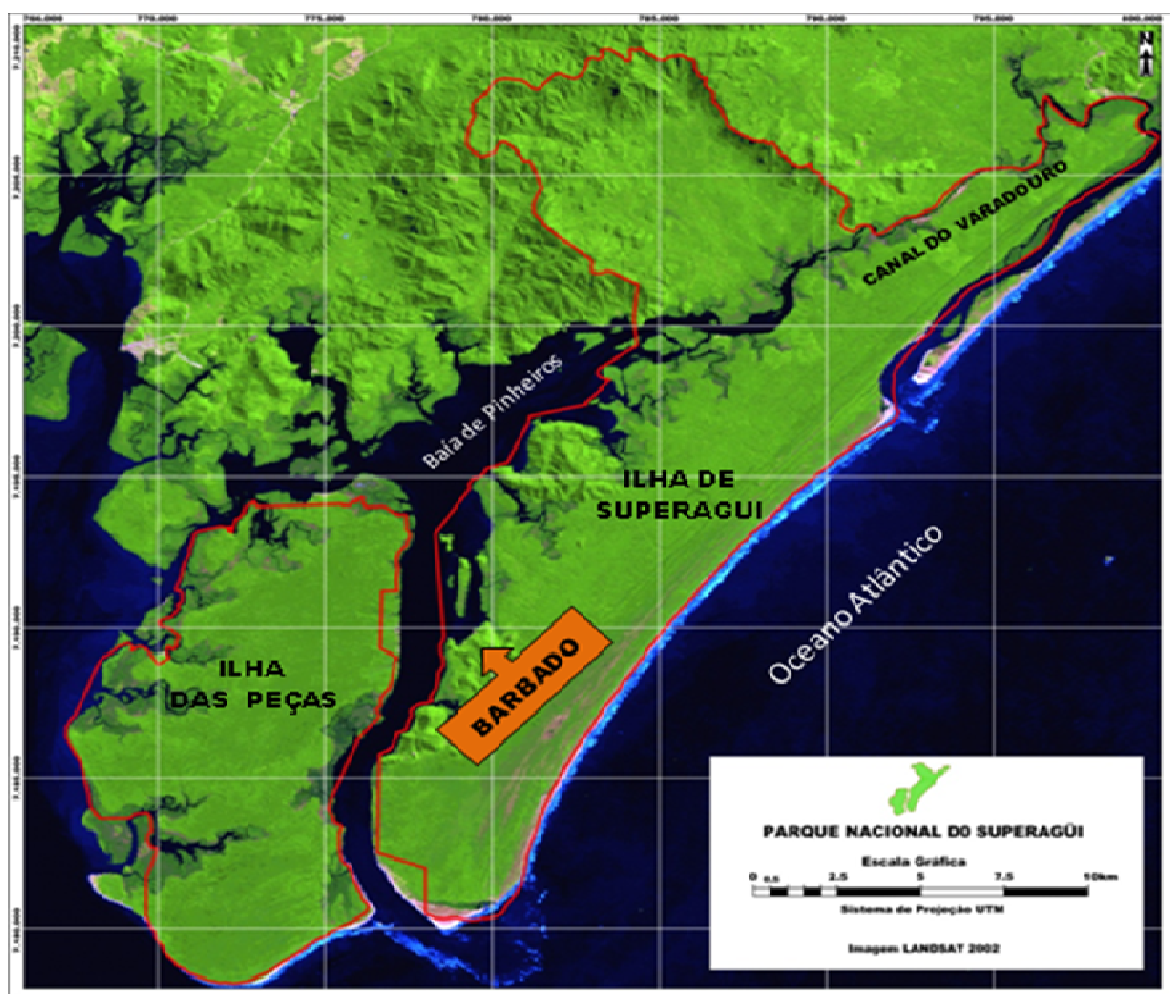


FIGURA 5 – BARBADO E OS LIMITES DO PARQUE NACIONAL DE SUPERAGUI
 FONTE: Elaborado por Edson Queluz – Instituto Ambiental do Paraná – IAP (2011).

1.1.3 Deslumbramento sobre a paisagem de Barbado

Chegamos à comunidade de Barbado à noite e, de início, o que nos impressionou foram alguns pontos de luzes, pois não existe rede de energia elétrica nessas comunidades. A luz em algumas casas era fornecida por gerador à base de *diesel* da casa do Senhor Lopes Michaud (68 anos), o dono do único restaurante da comunidade e de toda a região. Foi ele quem nos recebeu e orientou para que deixássemos nossa canoa em seu “porto” (pequena recua na margem da baía) na frente de sua moradia. Nos reunimos ainda de noite, pois havia luz na cozinha de fogo e a conversa não se alongou, pois o Senhor Lopes e sua esposa, Dona Cesarina (53 anos), precisavam acordar cedo para pescar. Era noite de lua cheia, o que tornava a atmosfera do lugar mais mística e encantadora, inspirando-nos a uma pequena caminhada por entre as rochas e a contemplação das estrelas ao som do vento soprando pelas árvores. Extremamente cansados, dormimos no chão da cozinha de fogo. Nem mesmo o cheiro da fumaça e a ardência nos olhos nos impediram de ter uma bela noite de sono. Na manhã seguinte, a percepção sobre o lugar foi dominada por um sentimento de encantamento.

Caminhamos com cuidado pelas trilhas para não tropeçar nas enormes raízes expostas das árvores e partes de rochas. Durante o caminho, víamos as casas escondidas entre as árvores e outras em meio às rochas, ficando quase imperceptíveis para quem navega pela baía. Num terreno bem irregular e em declive acentuado, as casas foram sendo construídas em diferentes níveis. Do alto da encosta, podemos ver os telhados das casas em escalonamento e uma linda vista da baía. Assim como em outras comunidades, as casas são de madeira, com as mesmas compartimentações.

A comunidade de Barbado diferencia-se das outras em vários aspectos, a começar pelo tempo de existência que é entorno de 156 anos. Vivem nessa comunidade 28 famílias, que somam 78 pessoas, mas com o nascimento de mais duas crianças até o final do ano de 2010 a população total, atualmente, está com 80 habitantes. O tronco familiar principal descende do primeiro habitante do local, o suíço William Michaud (1829-1902) que se instalou em Barbado no ano de 1854. Para iniciarmos nosso reconhecimento, procuramos pela pessoa com maior idade, nascida em Barbado e descendente desse pioneiro.

Sem dificuldades, encontramos Dona Flozina (81 anos), que se diz orgulhosa em ser tataraneta de William Michaud (FIGURA 6). Com seus relatos, fragmentados, porém, lúcidos, conhecemos um pouco da história de Barbado. Nossa primeira curiosidade era saber o porquê do nome da comunidade ser Barbado e ela nos explicou simplesmente “porque havia muitos bugios⁹”. Dona Flozina nos disse: “Gosto daqui porque não tem nada!” Para ela, o “nada” significava não se preocupar com a roupa que estava vestindo, poder andar descalça, ter muitas frutas no quintal da casa, poder andar no mato e cuidar de suas flores.

Dona Flozina na porta de sua casa



FIGURA 6 – DONA FLOZINA: TATARANETA DE WILLIAM MICHAUD
FONTE: A autora (2008).

As flores foram o grande motivo de tamanho encantamento por essa comunidade. As mulheres exibem seus jardins numa verdadeira competição, decorando as janelas, beiral e quintais de suas casas. As flores se misturam em meio às ervas medicinais, intensificando o perfume por todos os cantos da comunidade. A delicadeza no cuidado com as flores se personifica nos gestos das mulheres dessa comunidade (FIGURAS 7, 8 e 9).

⁹ O macaco bugio também é conhecido por guariba, barbado ou macaco-uivador. (FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio de língua portuguesa**. 4 ed. Curitiba: Positivo, 2009).



FIGURA 7 – FLORES DA CASA DE DONA CESARINA
FONTE: A autora (2008).



FIGURA 8 – FLORES DA CASA DE DONA FLOZINA
FONTE: A autora (2009).



FIGURA 9 – FLORES DA CASA DE DONA LUCIENE
FONTE: A autora (2010).

Em Barbado, além do restaurante do Senhor Lopes, há uma igreja, uma mercearia, uma escola rural que atende também as crianças de comunidades vizinhas e uma cozinha comunitária (FIGURAS 10, 11 e 12). Na comunidade, existem duas associações: a Associação de Moradores (criada há aproximadamente 10 anos), sendo atualmente presidida pelo Senhor Antonio Custódio, e a Associação das Mulheres (informal) organizada recentemente e liderada pela Dona Celi. Ambas as Associações utilizam o espaço da cozinha comunitária para realizar as reuniões. A Associação de Moradores foi criada, principalmente, com o objetivo de terem uma representação jurídica para defender o direito à posse da terra, tendo em vista os conflitos territoriais para a desapropriação da área. E a Associação das Mulheres foi a forma encontrada pelas mulheres para se organizarem coletivamente e atenderem a demanda em gastronomia e artesanato com o frequente aparecimento de turistas na comunidade. A cozinha comunitária, inaugurada em 2009, foi uma iniciativa do Estado para promover novas alternativas de geração de renda. Técnicos do Estado ministraram alguns cursos de capacitação em gastronomia e artesanato para as mulheres da comunidade.

A única escola da comunidade, a Escola Rural Municipal de Barbado, possui 16 alunos regularmente matriculados e uma professora, a filha do Senhor Lopes, Rosália (38 anos). O sistema de ensino é multisseriial (até a 4ª série) e a professora se esforça numa sala de aula, em condições precárias, para ensinar as crianças minimamente a ler e a escrever. Uma das dificuldades enfrentadas pela comunidade é a falta de apoio do Poder Público municipal para fornecer transporte escolar para as crianças poderem concluir o Ensino Fundamental em outras comunidades. Pela ausência de meios de transporte e pela indisponibilidade para manter os filhos na cidade, muitos pais não visualizam grandes perspectivas para as crianças além do casamento.

A professora Rosália acredita que com a conclusão de seu curso superior em Pedagogia possa contribuir para a implantação do Ensino Fundamental na comunidade. Sua filha, Janice, de 12 anos está morando com parentes em Paranaguá para continuar os estudos. Apesar da falta de recursos materiais e financeiros, a professora usa criatividade e improvisos para não deixar as crianças sem aula. Desabafa que por mais difícil que as coisas se apresentem seu maior desejo é continuar ministrando suas aulas naquela escola até o fim de sua vida.



FIGURA 10 – RESTAURANTE DO SENHOR LOPES
FONTE: A autora (2008).



FIGURA 11 – ESCOLA RURAL MUNICIPAL DE BARBADO
FONTE: A autora (2010).



FIGURA 12 – IGREJA DA COMUNIDADE DE BARBADO
FONTE: A autora (2010).

A igreja da comunidade abre as portas para o culto oficial, somente aos domingos, porque o padre vive em outra comunidade. Contudo, regularmente, uma vez por semana a professora Rosália reúne alguns fiéis na igreja e lê trechos da Bíblia. O surgimento das igrejas nas comunidades nas últimas décadas intensificou o processo de aculturação, pois as práticas de curandeirismo foram proibidas, a realização de festas típicas ao som de fandango e o acompanhamento do pré-natal das mulheres nas casas de parto. Hoje, as mulheres realizam o pré-natal na cidade e, quando conseguem chegar a tempo, realizam seus partos nos hospitais. É comum as mulheres não aguentarem três horas de viagem e terem seus filhos no próprio barco. Até pouco tempo, as curandeiras ainda praticavam a cura natural e as parteiras faziam o pré-natal e o parto na própria comunidade. Segundo a professora Rosália, as curandeiras não estão repassando seus conhecimentos por terem sido proibidas pela Igreja. Porém, mesmo que elas quisessem ensinar, não haveria a quem ensinar, pois os jovens, atualmente, demonstram falta de interesse nas lendas e crenças. Estão interessados nas tecnologias observadas nos turistas: celulares, máquinas fotográficas, filmadoras, roupas modernas... Assim, sob nossos olhos observamos a extinção de uma importante tradição. A curandeira da comunidade de Barbado, Dona Leontina, mesmo em situações de emergência, não pratica a cura natural, mas ao menos ensina como fazer os remédios para tal enfermidade.

O restaurante do Senhor Lopes (Natura) existe há oito anos e tem sido o principal local de recepção dos eventuais turistas. No alto da encosta, sua vista da baía encanta os turistas enquanto apreciam uma comida típica do lugar, essencialmente, à base de frutos do mar. Segundo Dona Flozina, no passado, a comida típica de Barbado era a “comida do mato”, à base de carne de paca, tatu e veado e, em menor proporção, peixes e ostras, além de muitos doces de banana, goiaba e abacaxi. Mas, com as proibições da prática da caça pelo Poder Público estadual¹⁰ foi declinando essa comida do mato para a comida do mar. Mesmo assim, existe um controle rigoroso na atividade da pesca, principalmente no período de defeso dos peixes – época de reprodução de 1º de novembro a 28 de fevereiro – sendo intensificadas as fiscalizações contra a pesca predatória.

Na comunidade de Barbado, as restrições ambientais desencadearam gradativamente transformações nos modos de vida da população e foram

¹⁰ IAP – Instituto Ambiental do Paraná e policiais do batalhão Polícia Ambiental Força Verde.

consolidando uma nova paisagem cultural. Observa-se a inserção de elementos indicadores da dinâmica da paisagem. Placas solares nos quintais das casas, gerador à base de *diesel* para fornecer energia elétrica, um refrigerador no restaurante, muitos celulares para se comunicar com outras comunidades ou simplesmente ver as horas, tomadas elétricas nas casas, rádio de comunicação, lanternas para andar à noite nas trilhas ou pescar, barcos a motor, algumas casas com banheiro em alvenaria e chuveiro elétrico e fogão a gás. Estes foram alguns dos indícios de constatação de uma população aculturada.

Com as restrições nas atividades de subsistência da pesca, caça e plantio, muitas famílias para sobreviverem optaram por migrar para outras comunidades e para os centros urbanos, como Paranaguá e Guaraqueçaba. Resta o turismo como principal alternativa de possível fonte de renda. Os próprios moradores instigam os visitantes a trazerem outros visitantes. Essa comunidade, assim como outras próximas, vem sendo aos poucos incluída nos roteiros de passeios de ecoturismo da região. Verifica-se de forma velada a transformação das casas dos pescadores em hospedagem para os turistas. Observa-se uma nova paisagem cultural sendo ressignificada pela inserção de novos elementos sógnicos. Nesse contexto de transformações na paisagem e renovações socioculturais, nas quais vemos os moradores lutando pela permanência na terra e perpetuação da família Michaud, desenvolvemos o respeito e o deslumbramento pela paisagem de Barbado.

1.2 CONTEXTUALIZANDO O CENÁRIO DE BARBADO

1.2.1 Localização geográfica de Barbado

A comunidade de Barbado é uma das comunidades que está dentro dos limites do Parque Nacional do Superagui¹¹, o qual está localizado no litoral norte paranaense, município de Guaraqueçaba, no limite dos Estados do Paraná e São Paulo. Barbado localiza-se na face oeste da Ilha de Superagui, às margens da Baía de Pinheiros (FIGURAS 13, 14 e 15).

Situando a Comunidade de Barbado



FIGURA 13 – COMUNIDADE DE BARBADO

FONTE: Elaborado por Edson Queluz – Instituto Ambiental do Paraná – IAP (2011).

¹¹ Criado pelo Decreto Federal n. 97.688 de 25 de abril de 1989 (Publicação no Diário Oficial da União em 26/04/1989). De acordo com VIVEKANANDA (2001) o Parque Nacional do Superagui possui área total de 33.998,00 ha e situa-se entre as coordenadas: norte – 25°12'21,79"S e 48°10'39,33"W; sul – 25°29'18,50"S e 48°17'28,43"W; leste – 25°13'49,60"S e 48°01'31,38" e oeste – 25°24'48,32"S e 48°20'35,12"W.

Localização do Parque Nacional de Superagui

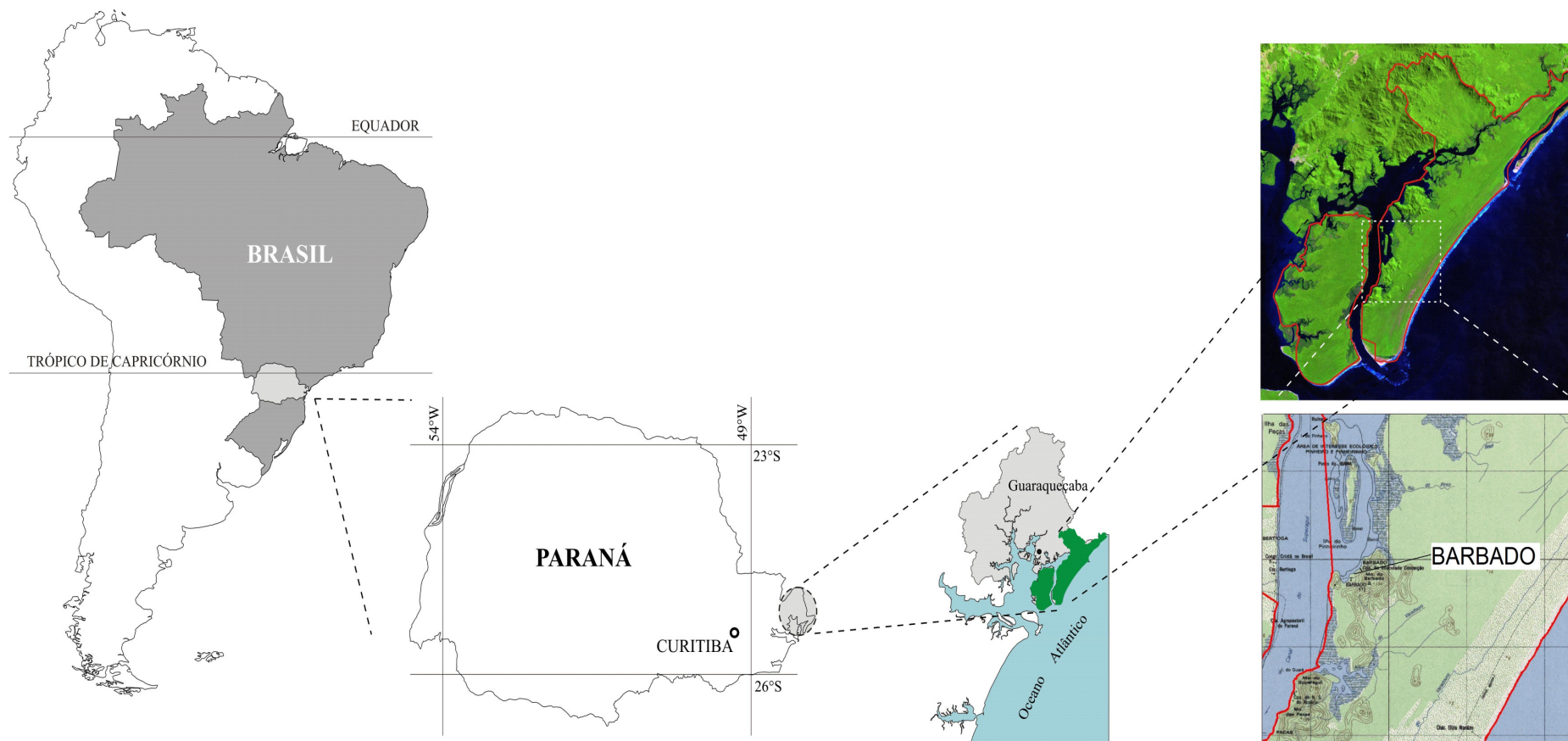


FIGURA 14 – SITUANDO A COMUNIDADE DE BARBADO

FONTE: Elaborado por Edson Queluz – Instituto Ambiental do Paraná – IAP (2011).

Distribuição das zonas ambientais no município de Guaraqueçaba

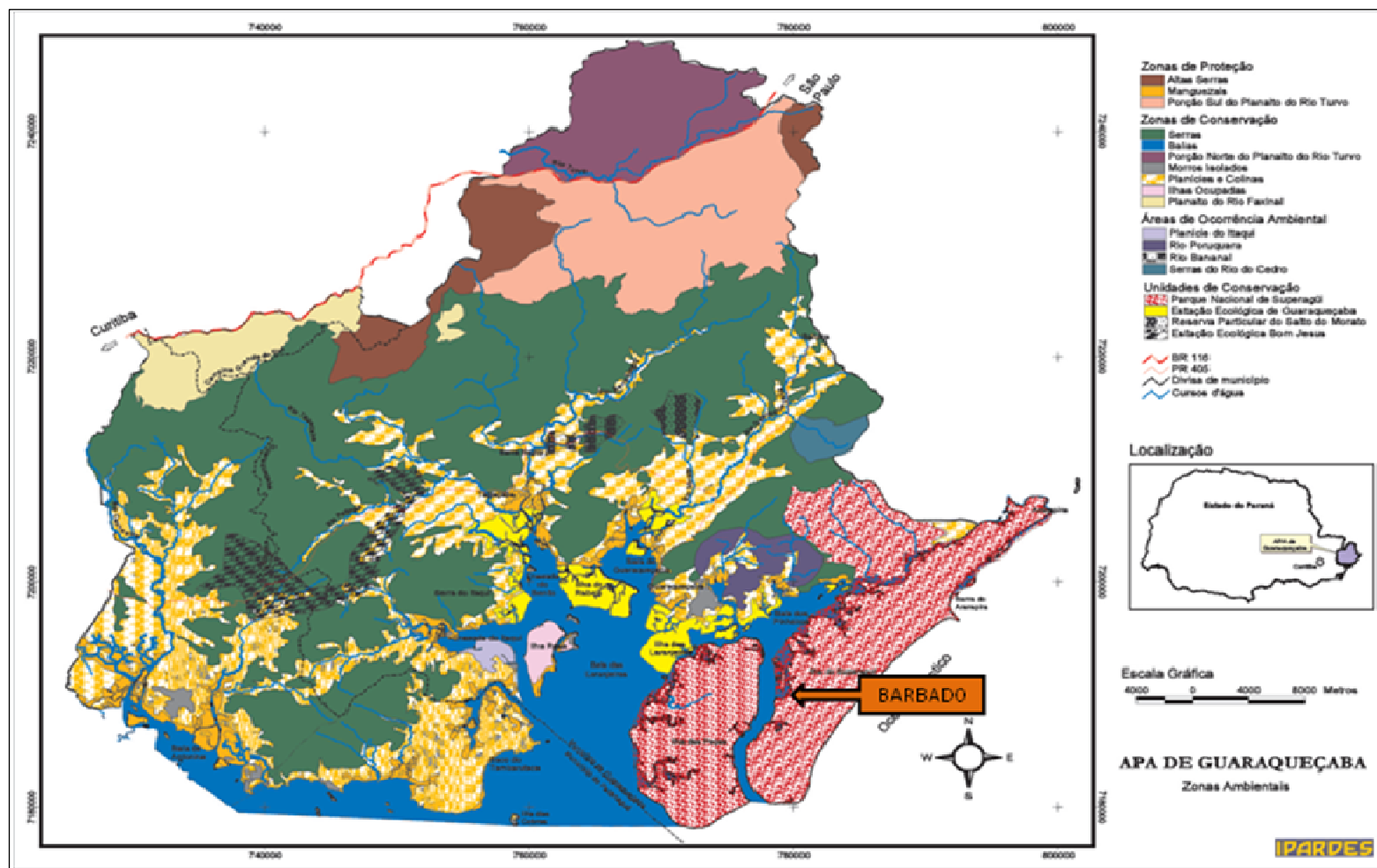


FIGURA 15 – PARQUE NACIONAL DE SUPERAGUI – Unidade de Conservação de Proteção Integral
 FONTE: IPARDES (2001).

O Parque Nacional de Superagui é uma Unidade de Conservação de proteção integral (FIGURA 14 e 15) e preserva ainda um dos mais significativos remanescentes de Floresta Atlântica do Brasil e constitui parte do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape – Cananeia (SP) e Paranaguá (PR), com uma das mais importantes reservas de manguezais do país (IPARDES, 2001). O Parque Nacional de Superagui foi declarado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1991, como Reserva da Biosfera e pouco depois, em 1999, declarado como Patrimônio Natural da Humanidade.

Em 1997, os limites do Parque foram redefinidos e ampliados¹², excluindo-se as áreas originalmente pertencentes à Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, incluindo-se as ilhas de Pinheiro e Pinheirinho e também uma parte do continente, denominada Vale do Rio dos Patos. Também se incluem na área do Parque os possíveis acréscimos de terra que venham sofrer as Ilhas de Superagui e das Peças, ao longo do perímetro que acompanha a orla marítima, em decorrência da deposição dos sedimentos e ação das correntes marinhas e marés. Na definição dos limites do Parque Nacional de Superagui, algumas comunidades foram preservadas devido à ocupação ser anterior a data de criação do Parque. No entanto, comunidades como Rio dos Patos¹³, Ararapira¹⁴, Porto Varadouro constam na carta topográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outras, mas não mais possuem moradores.

Verificou-se com os próprios funcionários do IBGE na unidade de Curitiba que as comunidades habitadas no interior da área do Parque, na Ilha de Superagui, são: Barbado, Saco do Morro (Colônia), Canudal e Fátima, e outros pequenos núcleos de ocupação menos expressivos, como, por exemplo, um casal de idosos da Ilha do Pinheiro. Assim como na Ilha das Peças, só há uma comunidade dentro do Parque, chamada de Guanantuba, com apenas um habitante com quase 80 anos. Entretanto, é importante esclarecer que na Ilha das Peças existem

¹² Lei Federal 9.513, criada em 20 de novembro de 1997.

¹³ Com as pressões ambientais e na busca pela sobrevivência, alguns moradores migraram para uma comunidade próxima, Abacateiro, situada às margens da Baía de Pinheiros, e outros foram embora. Como pequenos plantios foram preservados em Rio dos Patos, nos dias chuvosos os moradores pernoitam nas casas, constituindo um duplo lugar de moradia (LOPES, 2009).

¹⁴ Vila de Ararapira foi fundada no século XVII pela Coroa portuguesa, chegando a ser habitada por 500 famílias, mas um dos principais motivos para hoje o lugar ser conhecido com a Vila Fantasma deve-se ao avanço das máres, destruindo as casas, causado em boa parte pela abertura do Canal do Varadouro na década de 1950. Os habitantes decidiram deslocar-se para outro lugar próximo, mais seguro, denominado de Barra do Ararapira (LOPES, 2009).

comunidades consolidadas, com número significativo de habitantes, como a Vila das Peças, Tibicanga e Bertioga, as quais durante a demarcação dos limites do Parque reivindicaram com o Poder Público o direito de ficar fora da área do Parque, direito concedido também à comunidade de Barra do Superagui, na Ilha do Superagui (FIGURA 16).

Comunidades dentro, fora e no entorno do Parque Nacional de Superagui

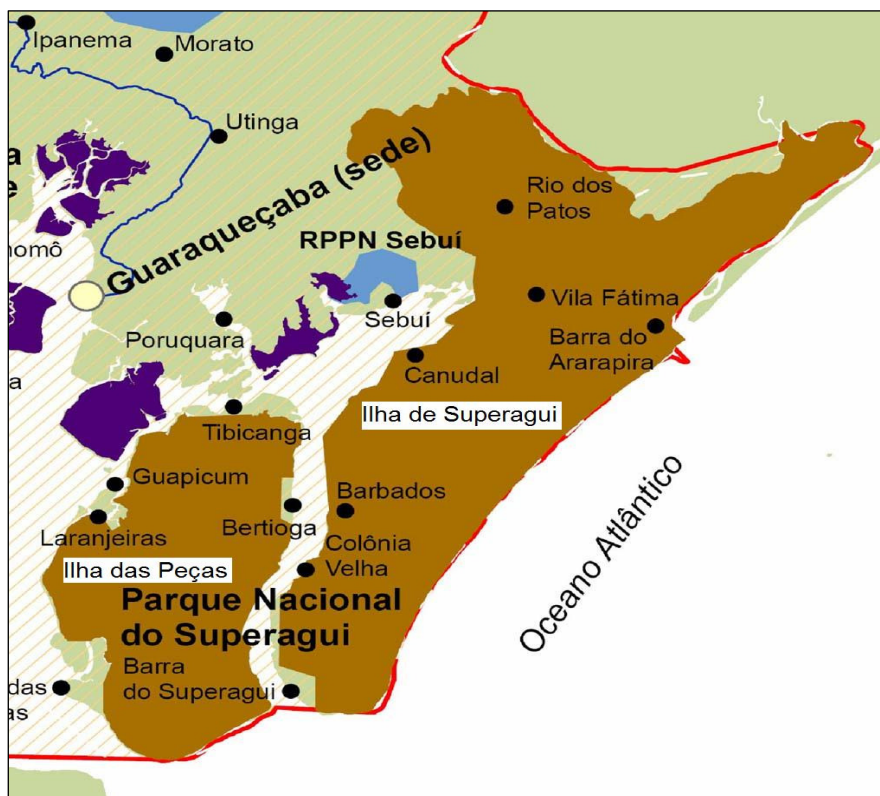


FIGURA 16 – COMUNIDADES DE DENTRO, FORA E ENTORNO DO PARQUE
FONTE: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (2010).

Segundo informações na própria sede do IBGE em Curitiba, o Censo de 2010 estará oficialmente disponível ao público no mês de abril de 2011. E na busca por dados mais atualizados, recorreremos aos originais coletados na área de estudo pelo próprio IBGE. Mas, a tentativa de obter o número exato de habitantes, por comunidade, dentro dos limites do Parque foi fracassada, pois o IBGE contabiliza os dados por setores censitários e informa o total de habitantes do setor, o qual abrange comunidades de dentro, de fora e do entorno do Parque. Dessa forma, evitando incorrer em conclusões errôneas com suposições incompatíveis a essa pesquisa, podemos fazer algumas considerações com base nos dados do IBGE (2011), conforme mostra a Tabela 1.

Setores censitários do IBGE

SETOR CENSITÁRIO	COMUNIDADES ¹⁵	TOTAL
410950010000001	Ararapira	1
410950010000002	Vila Fátima, Varadouro, Caçada, Barra do Ararapira	278
410950005000004	Saco do Morro (Colônia) e Barbado (80 pessoas)	104
410950005000005	Vila Barra do Superagui	640
410950005000006	Guananituba (Ilha das Peças)	1
410950005000007	Vila das Peças	309
410950005000008	Ilha do Benito, Pinheiro e Pinheirinho, Laranjeiras, Guapicum, Tibicanga e Bertiooga	398
	Total de moradores dentro dos limites do Parque	280

TABELA 1 – DADOS DEMOGRÁFICOS PARQUE NACIONAL DE SUPERAGUI
 FONTE: Adaptado de IBGE (2011).

Nesta tabela, os setores que nos preocupam são 410950010000002 e 410950005000004, pois são os que contemplam a “maioria” das comunidades do interior do Parque, num total de 382 habitantes. Se desconsiderarmos a comunidade de Caçada (52 pessoas – dados obtidos de SIQUEIRA et al, 2007) e Varadouro (53 pessoas – dados obtidos de FUNASA, 1997 *apud* VIVEKANANDA, 2001) que estão fora dos limites do Parque, restam 277 pessoas e, ao adicionarmos a esse total o habitante solitário de Guaninituba e o casal de idosos da Ilha do Pinheiro, então, teremos 280 pessoas vivendo, atualmente, dentro dos limites do Parque Nacional de Superagui.

Contudo, o IBGE não forneceu informações sobre a comunidade de Canudal (geograficamente está entre os dois setores citados) e, segundo o relatório técnico de Siqueira *et al* (2007) o êxodo para a cidade nessa comunidade é considerável, restando apenas oito casas, sem informações sobre o número de moradores. Mas, o objetivo dessa exposição numérica era de que existe um número significativo de pessoas dentro da área do Parque e que merecem ser respeitadas, com seus direitos preservados.

¹⁵ Comunidades situadas dentro, fora e no entorno do Parque Nacional Superagui.

A comunidade de Barbado nem sempre se situou em uma ilha¹⁶, pois a Ilha de Superagui era na verdade uma península que foi separada do continente após a abertura do Canal do Varadouro em 1954. De acordo com Lopes¹⁷ (2009), após longa pesquisa, a abertura desse canal remonta ao período do Império e os primeiros estudos de engenharia datam de 1825 por considerarem de grande importância econômica a ligação entre as baías de Paranaguá (PR) e Cananeia (SP) e uma prosperidade da região superior à própria colonização. Foi no governo de Getúlio Vargas¹⁸ que foi aprovada a concessão ao Estado do Paraná para a construção, conservação e exploração de um canal navegável. Em 1948, o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais assumiu o encargo da abertura do canal artificial, mas, em 1953, a obra do canal ainda não havia sido concluída. Não existem registros da data exata da conclusão da abertura do canal, mas há uma provável data de início de navegação, quando da organização de uma travessia no dia 16 de outubro de 1954 pela própria empresa executora do canal. Aos componentes dessa travessia foi oferecido um troféu denominado *Pioneiros da Travessia* – canal idealizado pelo Imperador D. Pedro II. Sobre as dimensões do Canal do Varadouro, existem algumas divergências. Em janeiro de 1955, um grupo do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá percorreu o canal e afirmou que ele possuía uma largura de 12 metros, profundidade de 5 metros e extensão de 3.000 metros. Em junho de 1955, com o Canal do Varadouro já em pleno funcionamento, foi publicada uma foto do canal na capa da revista *Divulgação* e constatou-se que a largura do canal era bem maior. Lopes¹⁹ conclui com base em outras informações que o Canal do Varadouro teria 50 metros de largura, uma profundidade de 6 metros e extensão de 6.000 metros, e que, em 1954, estava plenamente navegável, tendo por fim a península de Superagui se separado do continente e se transformado na atual Ilha de Superagui. Segundo informações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), atualmente, o Canal está muito assoreado, permitindo a passagem somente de voadeiras.

¹⁶ O termo “ilha” nas comunidades não implica necessariamente o isolamento por água, pois significa “isolado” no acesso, como a comunidade de Medeiros, localizada no continente, mas cujo acesso se dá apenas pelo mar e auto-denominada pelos moradores de Ilha de Medeiros.

¹⁷ LOPES, José Carlos Veiga. **Superagui**: Informações Históricas. Curitiba: Instituto Memória, 2009. p. 183.

¹⁸ Aprovou-se o Decreto-Lei federal n. 3999, de 6 de janeiro de 1942, que autorizava o contrato de concessão do canal do Varadouro.

¹⁹ *Id.*

1.2.2 O isolamento da comunidade

O isolamento a que nos referimos das comunidades da Ilha de Superagui, em particular, daquelas situadas às margens da Baía de Pinheiros, é em relação à dificuldade de acesso, por ser exclusivamente marítimo. Existem apenas dois locais disponíveis para pegar as embarcações: um ponto de embarque fica no próprio município de Guaraqueçaba, no núcleo urbano; o outro local, mais comumente utilizado, fica próximo ao porto de Paranaguá. Para ir à Guaraqueçaba por terra, é preciso percorrer aproximadamente 176,10 km, se a viagem iniciar em Curitiba. O percurso segue a rodovia federal BR-277 até o município de Morretes, prosseguindo pelas rodovias estaduais PR-408 em 23 km, PR-340 em 17 km e PR-405 em 80 km de estrada de chão, esta última rodovia atravessando o limite do município de Antonina e finalizando na área urbana de Guaraqueçaba. Para seguir viagem às comunidades da Ilha de Superagui, é preciso contratar um barqueiro particular.

Outro caminho pelo continente, mais viável devido às más condições da PR-405, é seguindo da capital paranaense pela mesma rodovia federal até o município de Paranaguá. Nesse município, existem embarcações que regularmente levam turistas e moradores locais à Guaraqueçaba, à Vila Barra do Superagui, na Ilha de Superagui. Ambos os percursos têm duração aproximada de três horas. Para se chegar à Barbado saindo desses dois locais, é preciso enfrentar mais uma hora de viagem em um barco pequeno²⁰ navegando nas águas da Baía de Pinheiros, permeando manguezais e desviando solitários pescadores.

O barco a motor é o principal meio de transporte dessas comunidades e, há alguns anos, ele passou a fazer parte da paisagem local, mas as canoas ainda prevalecem, servindo de ferramenta de sobrevivência. Aos poucos, observa-se as comunidades adaptando-se à modernidade e aderindo a um novo modo de vida como consequência das restrições ambientais impostas pelo Parque.

²⁰ Este barco é contratado no momento da chegada. Apesar de nos apresentarmos na condição de estudante de doutorado, os pescadores nos consideram turistas e estabelecem sua própria tabela de preço. Como viagens à comunidade de Barbado são eventuais, o percurso é extremamente oneroso.

1.2.3 A origem da comunidade de Barbado: 157 anos de história...

Discorrer sobre a origem da comunidade de Barbado remete-nos a resgatar um pouco da história da vida do suíço William Michaud (1829-1902) por ter sido uma pessoa importante na consolidação dessa comunidade. Muitos moradores que vivem em Barbados são seus descendentes e carregam com orgulho o sobrenome Michaud. Na comunidade de Barbado, Dona Flozina Costa Malakias, com seus 81 anos, é a descendente mais antiga, representando a 4ª geração. Seus bisnetos que brincam pelas trilhas de Barbado não imaginam que sejam a 7ª geração desse colono suíço, conforme demonstra a Figura 17, a seguir:

Genealogia da família de William Michaud:

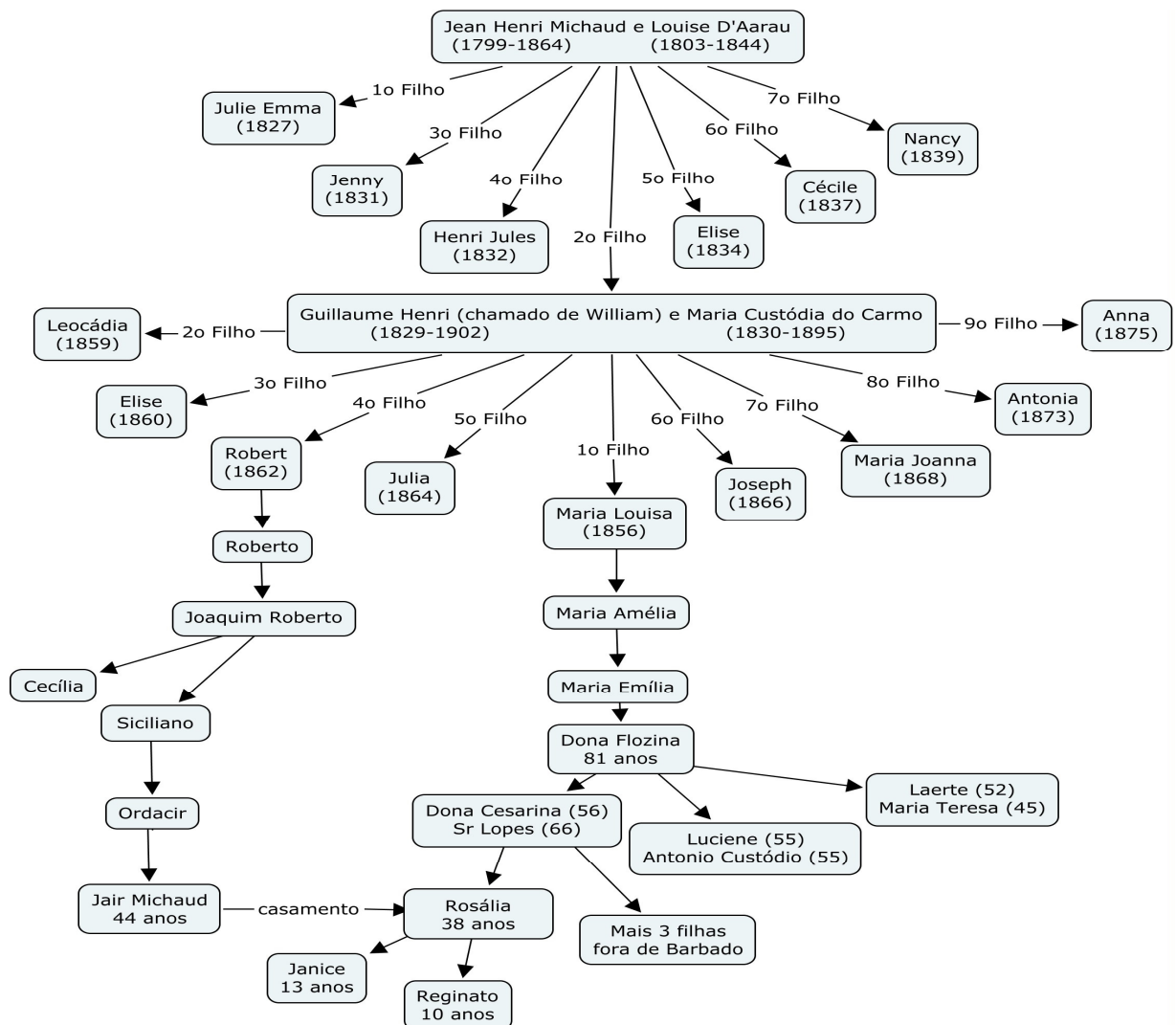


FIGURA 17 – ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA MICHAUD

FONTE: GUISAN, M.; LAMBERT, F. (2002, p. 28), adaptado por KASHIWAGI, H. M. (2011).

Há muitos relatos históricos sobre o processo de ocupação do litoral paranaense, entretanto, não foram encontradas bibliografias com registros de ocupação de Barbado anterior a presença de William Michaud. Os registros apontam para esse colono suíço como o fundador da comunidade de Barbado. Em 1854, Michaud desembarcou em Superagui e se encantou com a paisagem local, com a simplicidade e hospitalidade das pessoas do lugar, instalando-se aonde, hoje, se denomina Barbado. Logo no mesmo ano conheceu Maria Custódia, uma nativa, filha de pescadores, com quem se casou, teve nove filhos e compartilhou a paixão e os deslumbres pelo lugar. A família Michaud vivia de forma bem simples e sobrevivia da agricultura, da pesca e da caça. Em 1856, havia em Superagui 88 famílias que somavam 403 pessoas, das quais 348 eram brasileiras e 55 estrangeiras, formando um núcleo colonial suíço. Em 1883, Michaud aceitou ser nomeado professor por insistência de um amigo fazendeiro local e, mesmo trabalhando sem condições, enviava periodicamente os relatórios para os órgãos responsáveis da capital do Estado. Não havia um prédio para escola, então, Michaud reunia os alunos em sua propriedade e esforçava-se para ensinar as crianças a ler, a escrever e a calcular. Cada aluno vinha com sua própria canoa, pois era o único meio de deslocamento da época, sendo esse o motivo pelo qual havia muita falta e desistência escolar das crianças de colônias mais distantes (SHERER²¹, 1988).

O esforço de Michaud reproduz-se na Professora Rosália Lopes Michaud, neta de Dona Flozina, que arduamente luta para manter a escola de Barbado, a qual por acaso foi construída bem próximo dos vestígios do local onde funcionava a escola improvisada na propriedade de William Michaud. E apesar de mais de um século ter se passado, até pouco tempo vivenciava-se a mesma realidade daquela época, na qual as crianças vinham à escola com suas próprias canoas. Na tentativa de reduzir o índice de desistência escolar provocada pelas dificuldades de acesso, principalmente em dias chuvosos, a prefeitura local contratou um barqueiro, o Senhor Vaguinho, morador de Saco do Morro, uma comunidade ao lado de Barbado.

Apesar de a prefeitura não ter disponibilizado um barco ao Senhor Vaguinho, ele num gesto de solidariedade vem utilizando o seu próprio barco a motor para deslocar as crianças. Com o seu salário, compra o combustível e faz a manutenção periódica do barco. Senhor Vaguinho comenta que faz esse esforço para garantir um

²¹ SHERER, E. **Michaud**: o pintor de Superagui. Tradução Joaquim Graf. Curitiba: Secretaria Municipal da Cultura / Fundação Cultural de Curitiba, 1988. p. 54.

futuro melhor para sua pequena filha e para as crianças de outras comunidades. Diz orgulhar-se do seu trabalho ao ver as crianças retornando da escola, felizes e cantarolando no barco.

A consolidação da comunidade de Barbado deu-se em parte pela disponibilidade de recursos naturais para a sobrevivência das famílias, mas sobretudo pelos conhecimentos que William Michaud transmitia aos moradores. Foi considerado conselheiro da comunidade por possuir muitos livros de Medicina e conhecer remédios caseiros, e constantemente era procurado em casos de doença. Seu interesse pela leitura conduziu-o a educador dos próprios filhos, reunindo-os todas as noites após o jantar para uma sessão de leitura. Suas várias aptidões fizeram-no assumir funções administrativas na colônia, além das virtudes como construtor, pedreiro, carpinteiro e marceneiro, permitindo-lhe construir sua própria casa.

Mas, segundo a Professora Rosália, o maior talento de Michaud foi eternamente registrado nas pinturas. Ela comenta que esse dom é visível nos desenhos das crianças da escola. Com paixão e encantamento, ele reproduzia nas telas seu sentimento pelo lugar, por sua mulher e pelos filhos, retratando magníficas pinturas das paisagens intocadas e cheias de magia incomparável da região de Superagui. Utilizando-se da técnica de desenho e aquarela, com cores vivas Michaud procurava reproduzir o espírito vivo captado nas paisagens, retratando-o com sentimento de harmonia e de sensação de estar conectado com a natureza.

1.2.4 A paisagem de Barbado retratada nas pinturas de Michaud

Algumas das obras de William Michaud estavam recentemente disponíveis para observação do público em uma mostra coletiva organizada pelos curadores do Museu Oscar Niemeyer de Curitiba nos meses de março a julho de 2010. Essa mostra foi realizada em comemoração aos 75 anos do Porto de Paranaguá. Reuniu 26 obras de artistas paranaenses que se inspiravam na poética contida no ambiente portuário, por retratarem as paisagens do lugar, com os navios da época e o cotidiano das pessoas (MON, 2010).

No livro *Pintores da Paisagem Paranaense*²² organizado pela Secretaria do Estado da Cultura do Paraná em 1982 e reeditado pela Editora Solar do Rosário em 2005, William Michaud compõe o elenco de famosos pintores paranaenses que retrataram a paisagem do Paraná. De suas obras, destacam-se *Superagui* (sem data) e a *Floresta da encosta* (1890) (FIGURAS 18 e 19). Nas duas obras, Michaud representa a paisagem de Superagui com bastante realismo, conduzindo a imaginação do observador à realidade da época. As pinturas de Michaud são em aquarela ricamente coloridas, cujos desenhos emanam a impressão de crescimento das árvores e dos arbustos, induzindo o observador a retornar àquela época.

Título da obra: Superagui, sem data.



FIGURA 18 – A PAISAGEM DE BARBADO RETRATADA POR WILLIAM MICHAUD
FONTE: SEEC (2005).

Nessa pintura de William Michaud, sem data, o autor retrata do alto do morro de Barbado a encantadora Baía de Pinheiros, sua casa, seus filhos e o cotidiano da pequena comunidade com a aproximação de uma embarcação e o movimento das canoas. A mata ainda bem fechada e sem a existência de outras casas caracteriza a paisagem de Barbado no final do século XIX. As mesmas palmeiras ainda podem ser observadas na atual paisagem de Barbado que agora dividem seu espaço com as casas dos descendentes de Michaud. Daquela linda casa retratada na pintura, restaram apenas alguns vestígios da base estrutural.

²² SEEC. Secretaria de Estado da Cultura. *Pintores da Paisagem Paranaense*. 2. ed. Curitiba: Editora Solar do Rosário, 2005.

Título da obra: Floresta da encosta, 1890



FIGURA 19 – UM DOS VÁRIOS CENÁRIOS DE ENCANTAMENTO
FONTE: SEEC (2005).

Nessa outra pintura (FIGURA 19) Michaud retrata a floresta vista pela Baía de Pinheiros, desvendando uma das cachoeiras da região, emoldurada com árvores e bromélias. De pouca visibilidade, a cachoeira retrata um dos belíssimos cenários que se mantêm preservados até os dias atuais e ainda continuam encantando aqueles que navegam pela Baía de Pinheiros. O observador, ao deparar-se com essa beleza cênica, sente a curiosidade de adentrar nas matas virgens e banhar-se nas águas gélidas e cristalinas.

Segundo Sherer²³ (1988), a paixão de Michaud por querer retratar a paisagem de Superagui devia-se à necessidade de querer mostrar para seus parentes na Suíça e seus amigos, sua satisfação e orgulho de viver naquela região. Seus desenhos elaborados nos mínimos detalhes constituem descrições vivas que permitem com precisão evidenciar a vida do cotidiano daquela época. Na verdade, uma confissão de sua vida sem palavras, de seus sentimentos, reproduzidos com admirável cuidado, num ambiente que para ele era mágico porque fora construído com suas próprias mãos.

²³ *Ibid.*, p. 67.

As obras de William Michaud aos poucos tornaram-se conhecidas e admiradas pelo público, tornando-se relevantes no contexto da história do Paraná. Suas obras foram expostas em alguns museus de Curitiba, como o Museu de Artes do Paraná (MAP) e o Museu Oscar Niemeyer (MON), e em salão de exposições da Fundação Cultural de Curitiba. Muitas das obras de Michaud podem ser localizadas em coleções particulares. A qualidade de representação das paisagens com precisão e detalhes da natureza local consagrou-o como um grande ilustrador do cotidiano (LICHTSTEINER, 2008).

A professora Rosália Michaud da Escola Rural Municipal de Barbado relata que o encantamento pela natureza de Superagui retratado nas obras de Michaud, de certo modo, foi se perpetuando entre as gerações e se retratando de outras maneiras. As mulheres da comunidade competem de forma velada para ver qual a casa que possui o jardim mais bonito e florido da comunidade, decorando suas casas com vasos de flores pendurado nos beirais. As crianças têm um senso de observação da natureza muito criativo, descrevendo por meio de desenho o cotidiano vivido nos mínimos detalhes. Nessas representações mentais, observamos a pureza e a ausência de interferências de elementos da cidade.

1.2.5 Barbado atual: uma paisagem ameaçada

A visão que imaginamos encontrar de uma comunidade extremamente isolada e distante dos núcleos urbanos é, normalmente, de uma paisagem intocada e sem quaisquer interferências da cultura da cidade. Em Barbado, visualizam-se alguns elementos que demonstram visíveis transformações na paisagem, evidenciando uma comunidade caíra bem aculturada. Percebe-se a presença de recursos tecnológicos para a captação de energia elétrica, de água, de meios de comunicação e de transporte. Os elementos anexos às moradias são placas solares, caixas-d'água, antenas parabólicas, botijão de gás, tanques para lavar roupa, fiações elétricas entre as construções e, em alguns casos, a existência de banheiros e churrasqueira em alvenaria (FIGURA 20).

Antenas parabólicas e placas solares



FIGURA 20 – PRESENÇA DA TECNOLOGIA
FONTE: A autora (2008).

Padrão construtivo de algumas moradias de Barbado



FIGURA 21 – MORADIAS EM ALVENARIA
FONTE: A autora (2008).

Espaço Comunitário construído pelo Estado e inaugurado em dez. de 2009



FIGURA 22 – ESPAÇO COMUNITÁRIO DE BARBADO (COZINHA COMUNITÁRIA)
FONTE: A autora (2010).

As moradias de alvenaria destacam-se na paisagem e os brilhos dos vidros das esquadrias de ferro sobressaem-se no verde da vegetação (FIGURA 21). No interior de algumas moradias, percebemos a presença da televisão, de fogão a gás e situações bem incomuns, como passarinhos presos em gaiolas, uma geladeira no restaurante, e a presença do telefone celular em cada moradia. O celular tornou-se um importante meio de comunicação entre as comunidades e com a cidade para informar sobre situações de emergência. Percebemos também que os homens utilizam o relógio de pulso para se orientarem nas horas e recorrem à lanterna para enxergarem à noite para pescar e para simplesmente caminhar pelas trilhas de Barbado.

O barco a motor na comunidade representa o meio de transporte mais rápido para deslocar as crianças que vêm de outras comunidades para estudar em Barbado e para a compra mensal de alimentos na cidade para toda a comunidade e principalmente no atendimento de uma emergência médica. Na comunidade, há um trapiche que, com a maré alta, pode atender embarcações de médio porte.

Mas, o elemento mais impactante nessa transformação da paisagem de Barbado é a recente construção realizada pelo governo do Estado o “espaço comunitário” denominado pelos moradores como “cozinha comunitária” (FIGURA 22). Nesse local, há um fogão industrial disponibilizado às mulheres da comunidade para prepararem bolos e salgados para serem vendidos aos turistas que visitam a comunidade. Há nesse espaço físico um pequeno salão para expor o artesanato local. Vislumbrando o sucesso dessa nova fonte de renda para a comunidade, o Poder Público enviou técnicos para realizarem cursos de capacitação em gastronomia e artesanato para os moradores da comunidade.

Acredita-se que as proibições advindas da criação do Parque Nacional de Superagui podem ser um dos causadores das atuais transformações da paisagem de Barbado, pois as mudanças no cotidiano e a adaptação à nova realidade ocorreram com mais evidência nas últimas duas décadas. Entretanto, outra causa foi o contato com o padrão de vida do turista, fazendo com que o caiçara almejasse renda suficiente para aproximar-se desse novo costume. Em consequência desse desejo, o caiçara ao atravessar essa transição e acessar a cultura da sociedade capitalista, entrou nos contextos social, econômico e cultural dos homens da cidade, provocando em si uma crise de referenciais e, conseqüentemente, a perda de sua própria identidade cultural.

A imagem da paisagem de Barbado vem sendo ressignificada pelos diversos atores envolvidos, moradores, turistas, Poder Público e até mesmo pelos empreendedores turísticos que começam a visualizar a região com potencialidades para o ecoturismo.

1.3 CARACTERIZANDO A COMUNIDADE TRADICIONAL DE BARBADO

1.3.1 Considerações sobre a expressão “comunidades tradicionais”

Diante da presença de novos elementos sógnicos na paisagem cultural de Barbado, além de sutis mudanças nos costumes locais, questionamo-nos se seria correto caracterizar os moradores de Barbado como uma comunidade tradicional caiçara. Assim, buscamos fundamentos para compreender a definição da expressão “comunidades tradicionais”. O Decreto Federal n. 6.040²⁴ (2007) tem como objetivo ampliar as discussões dos artigos 215, 231 e 232 da Constituição Federal (1988), reconhecendo a existência formal das populações tradicionais no Brasil. Considera-se, além dos indígenas e quilombolas, também as comunidades de faxinenses (que plantam mate e criam porcos), comunidade de “fundo de pasto”, geraizeiros (habitantes do sertão), pantaneiros, caiçaras (pescadores do mar), ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu, ciganos, entre outras.

Segundo Almeida (2004), os dispositivos legais previstos na Constituição Federal, e posteriormente nas constituições estaduais e legislações municipais, vinham enfrentando dificuldades de efetivação devido ao rompimento dessa invisibilidade social, cujos efeitos caíram direto sobre a reestruturação formal no mercado de terras, bem como na revisão dos cadastros fundiários rurais e nos recenseamentos agropecuários. Na pauta das reivindicações dos povos tradicionais, estava a regularização fundiária e a garantia de acesso aos recursos naturais, reconhecimento, fortalecimento e formalização da cidadania desses povos, educação e saúde diferenciados, de acordo com as características próprias de cada grupo e, especialmente, a resolução dos conflitos em áreas de unidades de conservação. A incorporação da expressão “populações tradicionais” na legislação

²⁴ Este decreto institui a **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais** (PNPCT). Reconhece a existência formal das populações tradicionais, previsto no artigo 215, parágrafo 5º, e nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, a qual referia-se somente aos indígenas e aos quilombolas.

competente, como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza²⁵ (2000) ou Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais²⁶ aprovada por portaria do IBAMA (1992) e nos aparatos burocrático-administrativos em geral, não significou exatamente um acatamento absoluto das reivindicações encaminhadas por esses movimentos sociais, não obstante, a garantia de resolução dos conflitos e tensões em torno das formas específicas de apropriação e de uso comum dos recursos naturais, em várias partes do País.

De acordo com Costa Filho²⁷ *et al*, [ca 2004] o conceito de comunidades tradicionais ou populações tradicionais é considerado novo na esfera governamental. Na esfera acadêmica ou social, o termo surgiu no seio da problemática ambiental, durante o processo de criação das Unidades de Conservação²⁸ para demonstrar a preocupação com essas comunidades tradicionalmente residentes nessas áreas. Mas, o distanciamento do discurso teórico à prática fez com que essas comunidades se organizassem e saíssem da invisibilidade em que se encontravam para garantirem seus direitos de permanecer na terra. Assim, com uma iniciativa do Governo Federal, em 2004, criou-se a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais²⁹, cujos objetivos eram estabelecer uma política nacional para esses segmentos e a definição do que se entendia por comunidades tradicionais, as características e particularidades, e como seriam os critérios para se definir qual comunidade poderia ser considerada tradicional e quais seriam os elementos que poderiam servir de sinais de identidade a esse conjunto, em princípio, amplamente heterogêneo.

²⁵ SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza aprovado pela Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000.

²⁶ CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais aprovado por Cf. Portaria/Ibama, n.22-N, de 10 de fevereiro de 1992.

²⁷ Doutor em Antropologia Social pela UNB, Assessor Técnico e Coordenador do Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais/SAIP/MDS. COSTA FILHO, A.; ALMEIDA, R. A.; MELO, P. B. **Comunidades Tradicionais e as Políticas Públicas**. In: MDS/SAIP/NPCTE.

²⁸ No SNUC, artigo 17 parágrafo 2º vemos a expressão “populações tradicionais” ser contemplada e respeitada, ao admitirem nas Florestas Nacionais a permanência dessas populações tradicionais que as habitam quando de sua criação, desde que atendendo ao disposto em Lei e no Plano de Manejo da unidade.

²⁹ Criada pelo Decreto Federal 27 de dezembro de 2004 e posteriormente com a denominação alterada para Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais pelo Decreto de 13 de julho de 2006, sendo publicado em Diário Oficial n. 134 de 14 de julho de 2006.

Com efeito, essa Comissão, com a denominação alterada em 2006 para Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, tem sido responsável por promover a discussão e a articulação em temas relevantes para a implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT – conforme estabelece o referido Decreto n. 6.040 aprovado em 2007.

Entretanto, Vianna³⁰ (2008) ressalta que esse decreto representa para o Brasil o avanço no reconhecimento do valor cultural dessas comunidades tradicionais, mas a definição conceitual ainda não está clara devido à realidade diferenciada desses grupos na sociedade. Destaca que a partir da década de 1980 os ambientalistas e o próprio Poder Público passam a cogitar a possibilidade de permanência das populações que habitavam o interior de áreas protegidas convencionando chamá-las de “tradicionais”. A intenção era em definir como “populações tradicionais” somente aquelas comunidades que tivessem uma relação harmônica com a natureza, capazes de viver de forma sustentável. Contudo, era um critério sem muito fundamento, pois ainda lhes faltava clareza nos critérios e consenso para a definição de quais povos seriam considerados “populações tradicionais”.

Alguns critérios básicos apontados por Vianna³¹ que poderiam ser considerados no reconhecimento de uma comunidade tradicional são o fato de residir no entorno ou no interior de áreas ambientalmente protegidas e possuir representações da natureza e concepção de território próprias, diferente daquelas estabelecidas pelo Poder Público e pelos agentes de implantação de áreas de proteção.

Outros critérios que poderíamos considerar no conceito de Diegues (2004) sobre comunidades tradicionais são a visão de mundo e as práticas culturais numa acepção simbólica, a forte dependência do indivíduo dos recursos naturais, os sistemas de manejo dentro de uma estrutura simbólica desenvolvida ao longo do tempo, a vida em isolamento da cultura da cidade e a detenção de técnicas naturais de conservação, entre outros. Contudo, a assimilação de costumes urbanos tem desencadeado a transformação da sociedade tradicional, dos habitats, da própria

³⁰ VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008. p. 46.

³¹ *Id.*

natureza, e caminham para o processo de aculturação de muitas comunidades tradicionais brasileiras.

Atualmente, com a existência de políticas nacionais com vistas ao desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, observa-se a implementação de políticas públicas locais para a promoção do bem-estar social dessas populações, socialmente excluídas seja por pressões econômicas, fundiárias ou até mesmo por processos discriminatórios. Também são crescentes os processos de legalidade das comunidades como “comunidades tradicionais”, com o aporte de instrumentos legais como a Constituição da República Federativa do Brasil, a Convenção sobre Diversidade Biológica³² (1998) entre outras específicas de cada grupo.

Na Constituição Federal (1988), destacamos a Seção II que regula sobre a Cultura referindo-nos aos seguintes artigos: Art. 215 que diz respeito aos direitos culturais, o acesso às fontes da cultura nacional, ao apoio, ao incentivo, à valorização e à difusão das manifestações culturais, os quais serão garantidos pelo Estado; e, Art. 216 que define como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, incluindo-se os conjuntos urbanos e sítios de valores histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Numa ação conjunta o Poder Público e a comunidade promoverão e protegerão o patrimônio cultural, inventariando, registrando e vigiando, além de colaborar nos tombamentos e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação. Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

Na Convenção sobre Diversidade Biológica, os Estados são responsáveis pela conservação de sua diversidade biológica e pela utilização sustentável de seus recursos biológicos, reconhecendo a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais. Conforme o seu artigo 10º, deve proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável.

Com base no exposto, concluímos algumas considerações relevantes sobre a inquietação inicial de não se ter a certeza sobre a “legalidade” da comunidade de

³² Decreto n. 2.519, de 16 de Março de 1998, que promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992.

Barbado ser mesmo uma comunidade tradicional caiçara. Assim, além das compatibilidades legais, visualizamos também alguns dos critérios apontados por Vianna e Diegues na identificação de uma comunidade tradicional e concluímos que apesar das mudanças na dinâmica da paisagem e no cotidiano dos moradores de Barbado ainda prevalecem fortes características que podem ser consideradas como uma comunidade tradicional, de caiçaras.

1.3.2 O desenvolvimento da cultura caiçara no Paraná

No Paraná, o desenvolvimento da cultura caiçara ocorre nos interstícios dos grandes ciclos econômicos litorâneos do Período Colonial, fortalecendo-se com o declínio das atividades agrícolas para exportação. A adaptabilidade do povo caiçara leva-os a iniciar as atividades da pesca e coleta em ambientes aquáticos de água salobra, como estuários e lagunas, com métodos artesanais. Essa facilidade de readaptação dos modos de vida deve-se, em boa parte, à herança étnico-cultural resultante da mescla de indígenas com colonizadores portugueses e em menor grau com os escravos africanos. Essa miscigenação constituiu o “caiçara” que sabiamente soube usufruir dessa herança cultural para sobreviver diante de ambientes hostis, com costumes e tradições preservados até os dias atuais.

Entretanto, conforme Sampaio³³ (1987) a palavra “caiçara” era na verdade a forma de identificar um determinado grupo social que habitava o litoral, cuja denominação se afasta da real origem da palavra que vem do vocábulo tupi-guarani *caá-îçara*, e significava as estacas que eram colocadas em torno das tabas, aldeias ou nos currais na água para cercar o peixe. Com o passar dos anos, a palavra “caiçara” passou a designar as palhoças construídas nas praias que serviam de abrigo para as canoas e apetrechos de pesca. Posteriormente, “caiçara” tornou-se a forma de identificar os moradores de Cananeia, no litoral de São Paulo. O termo

³³SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. Brasileira, 1987. Teodoro Sampaio nasceu em 1855, na cidade de Santo Amaro (Bahia). Filho de uma escrava com um padre, nunca foi escravo por ser filho de branco. Formou-se engenheiro, geógrafo e historiador. Suas principais obras: *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*; *O tupi na geografia nacional*, *Atlas dos Estados Unidos do Brasil*, *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*.

“caiçara”, segundo Diegues³⁴ (1988), foi sendo adotado para identificar as outras comunidades litorâneas do mesmo Estado e naturalmente estendendo-se às comunidades do litoral do Paraná e Rio de Janeiro.

Assim, nessa reflexão de Sampaio, entendemos que “caiçara” é o termo adotado para se referir aos habitantes do litoral, cuja prática de sobrevivência é a pesca, com descendência da miscigenação de indígenas, portugueses e eventualmente negros. Porém, sob outro ponto de vista, a antropóloga Berta G. Ribeiro³⁵ (1987) explica que a miscigenação genético-cultural entre o indígena do litoral e o colonizador português resulta na população de mamelucos, o qual constitui a “cultura caipira”. Os negros, à época de sua chegada ao Brasil, na condição de escravos, pouco contribuíram para essa mistura étnica, mas após sua incorporação às ordens social e econômica surgem novas mesclas culturais de mestiços de índios, brancos e negros, constituindo-se o verdadeiro povo brasileiro.

Com efeito, surgem diversas variantes socioculturais em todo o território brasileiro, conforme as peculiaridades ecológico-regionais, conformando, no Brasil rural, um conjunto de subculturas a que se costumou denominar de “cultura rústica brasileira”. De acordo com Vianna³⁶ (1996), foi na busca por distinguir essas sociedades rústicas das sociedades industriais que as denominaram de populações tradicionais, consolidando o termo às comunidades com práticas de culturas tradicionais.

Nessa questão da cultura caipira, Adams³⁷ (2000, p. 147) menciona que alguns autores como Silva³⁸, Pierson & Teixeira³⁹ e Noffs⁴⁰ compartilham a afirmação de que o caiçara é uma expressão regional do caipira do interior.

³⁴ DIEGUES, A. C. **Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas**: O caso das comunidades caiçaras. São Paulo: NUPAUB-USP, 1988.

³⁵ RIBEIRO, B. G. **O índio na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Unibrade/UNESCO, 1987. Doutora em Antropologia Social pela USP.

³⁶ VIANNA, L. P. **Considerações críticas sobre a construção da ideia de população tradicional no contexto das unidades de conservação**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 1996.

³⁷ ADAMS, C. **As populações caiçaras e o mito do bom selvagem**: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 145-182, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 05/08/2009.

³⁸ SILVA, J. G. S. da. **Caiçaras e jangadeiros**: cultura marítima e modernização no Brasil. São Paulo: CEMAR/USP, 1993.

³⁹ PIERSON, D. & TEIXEIRA, C. B. **Survey de Icapara**. Sociologia, São Paulo, n. 9, 1947.

⁴⁰ NOFFS, P. da S. **Os caiçaras de Toque-Toque Pequeno**: um estudo de mudança espacial. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

Contudo, Adams prefere compartilhar da afirmação de Luchiari⁴¹ na qual os caiçaras e caipiras possuem identidade própria, com um tipo de vida e uma cultura que lhes são característicos.

No Paraná, a cultura caiçara não se desenvolveu exclusivamente da atividade da pesca, mas aliada às atividades de extrativismo vegetal, agricultura itinerante e um pouco do artesanato. As comunidades caiçaras mantiveram sua forma tradicional de vida até a década de 1950, quando as primeiras estradas de ligação do litoral do Paraná com o planalto foram construídas. Iniciou-se o fluxo migratório de “caiçaras” para os grandes núcleos urbanos. Por outro lado, essa comunicação promoveu a vinda ao litoral de pesquisadores e de órgãos governamentais atraídos pela cultura caiçara com a preocupação de registrar a contribuição histórica dessas populações para a conservação da biodiversidade por meio de sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais.

Na década de 1980, as pressões dos órgãos ambientalistas contra a permanência das comunidades caiçaras em áreas protegidas ameaçaram as sobrevivências física e material dessas comunidades. Com o apoio de organizações não governamentais e institutos de pesquisa, as comunidades foram orientadas para organizar associações de moradores e ter representatividade nas reuniões governamentais. Inicia-se o processo de reafirmação da identidade cultural caiçara, abafada por décadas de discriminação das autoridades e das elites urbanas interessadas somente na expropriação das terras dos caiçaras. Essa mobilização política entre os caiçaras encorajou-os a enfrentamentos, por exemplo, no momento de delimitação *in loco* dos limites do Parque Nacional de Superagui, resultando na não inclusão na área do Parque de algumas comunidades, como Vila das Peças, Tibicanga, Vila Barra do Superagui, entre outras.

O debate sobre a reafirmação da identidade cultural caiçara tem em sua raiz a garantia de permanência no lugar, prevista em lei, mas desconhecida por eles, e não cumprida na prática. Aos moradores das comunidades dentro da área do Parque Nacional de Superagui falta maior clareza sobre os direitos constitucionais e a desinformação sobre a obrigatoriedade da elaboração de um Plano de Manejo

⁴¹LUCHIARI, M. T. D. P. **A relação do homem com o meio ambiente no universo caiçara.** [1999?] (documento não publicado).

para o Parque, previsto em Lei⁴². Com o Plano de Manejo do Parque Nacional de Superagui, não mais assistiríamos às cenas de medo de desapropriação, de ameaças de penalizações, atualmente, retratadas sobre um palco dominado pelo autoritarismo. Definidas as diretrizes de ocupação, abrem-se as cortinas para um novo espetáculo de políticas de sustentabilidade local.

1.3.3 Caracterizando a comunidade caiçara e a Barbado atual

Os estudos de Kraemer⁴³ (1982) realizados na década de 1980 sobre a comunidade caiçara da Ilha do Mel possibilitam-nos uma noção de como viviam essas comunidades, em processo inicial de aculturação, devido ao contato com pesquisadores e eventuais turistas. Nesta época ainda havia pouca influência da cidade, devido ao isolamento geográfico e a falta de meios de comunicação. A cultura caiçara era envolvida por músicas tradicionais conhecidas como “fandango” tocado nas comemorações após os mutirões de colheita, nas festas dos santos padroeiros e em festividades como casamentos. O verdadeiro caiçara era aquele nascido no local e oriundo de casamentos entre os moradores da comunidade. A união entre consanguíneos era freqüente. Por esse motivo, era comum na população da Ilha do Mel problemas genéticos, como lábio leporino, mudez, retardamento mental e outros defeitos físicos ou mentais.

Já na comunidade de Barbado não há relatos de problemas dessa natureza, provavelmente porque houve maior diversidade étnica dos colonos pioneiros com descendência suíça, italiana e portuguesa. As famílias de Barbado como as da comunidade da Ilha do Mel são todas aparentadas entre si, conseqüentemente, é comum a semelhança física. Os trajes das mulheres descritos por Kramer há 30 anos ainda são os mesmos entre as mulheres de Barbado e de comunidades próximas. As saias e blusas ou vestidos contornam as silhuetas esbeltas, tornando-as mais femininas. Já entre algumas mocinhas, vemos o uso de calças

⁴² O artigo 3º do Decreto n. 97.688 de 25 de abril de 1989 que cria o Parque Nacional de Superagui estabeleceu o prazo de cinco anos da data de aprovação do documento para a elaboração de um Plano de Manejo para o referido Parque.

⁴³ KRAEMER, M. C. **Malhas da pobreza**: exploração do trabalho de pescadores artesanais na baía de Paranaguá. Curitiba: Lítero-Técnica, 1982. p. 59.

compridas e o desejo de continuar os estudos e morar na cidade. Desejo não compartilhado pelos meninos, que preferem ao fim da 4ª série/5º ano do Fundamental, entre 14 e 15 anos, iniciar na atividade da pesca, casar-se e constituir família. Algumas meninas aos 12 ou 13 anos com a chegada do primeiro ciclo menstrual casam-se e logo engravidam, cenas que chocam sob a cultura da cidade grande, mas que ainda são muito comuns nessas comunidades.

A moradia típica da cultura caiçara, segundo a descrição de Kramer⁴⁴, era usualmente de uma peça e construída com paredes de madeira e telhado de palha. A moradia caiçara praticamente não possuía mobília, não havia cama, mesa, cadeiras ou armários, às vezes havia alguns banquinhos feitos por eles mesmos para se sentarem junto ao fogo. O fogo era mantido aceso o dia todo, no chão num canto da casa. Em seu entorno, as famílias se reuniam para fazerem suas refeições, conversarem e dormirem, o fogo aquecia e a fumaça constante afastava as butucas. A casa cheirava a fumaça e o teto de palha era preto de fuligem. As poucas roupas⁴⁵ eram armazenadas em caixas de papelão que ficavam nos cantos da casa. Os poucos utensílios de cozinha eram pendurados na parede, próximo ao fogo.

Atualmente, em Barbado, as moradias descritas por Kramer⁴⁶ existem somente na memória dos moradores, como relata a professora Rosália, com 38 anos, que vivenciou todo o processo de transformação das moradias. Mas, relembra com orgulho como era a paisagem no passado:

A paisagem local... mudou um pouco eu acho. Antes as casinhas eram bem mais simples. Feitas de folha de palmeira, as cerca das casas era feito da tábua de jarová, de bambu... e hoje não. Hoje é difícil achar uma casinha que tenha cercadinho de bambu... de palha. Porque quando morei junto com meu pai, minha mãe, minha família a casinha era bem simplesinha, uma casinha pequena, coberta de palha, cercada de bambu. Hoje mudou muito já é uma casa, assim, tem banheiro dentro da casa, essa época não tinha, não tinha água... tinha que tá carregando água lá do rio, lá pra casa, pra lavar.. um rio aqui perto de casa. Tinha que trazer água no balde, colocava na bacia pra lavar louça, então mudou muita coisa.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 60.

⁴⁵ As roupas eram doadas por instituições, turistas e pelo padre da região. Esse costume ainda é preservado.

⁴⁶ *Ibid.*, 61.

De acordo com Adams⁴⁷ um dos elementos responsáveis pela transformação da cultura caiçara foi a chegada do barco a motor nas comunidades. A rápida adaptação a esse novo meio de deslocamento levou-os a abandonar total ou parcialmente as atividades agrícolas. Num contexto histórico mais amplo, essa transformação conduziu a passagem para mais um ciclo econômico, conforme mostram as pinturas de William Michaud de uma Barbado de 1880 com intensa atividade agrícola, cujos morros foram devastados para o plantio e o contraste com a Barbado atual (FIGURAS 23 e 24).

Título da obra: Desconhecido, 1880



FIGURA 23 – PAISAGEM DE BARBADO EM 1880
FONTE: GUIBAN, M.; LAMBERT, F.⁴⁸ (2002).

Paisagem de Barbado 120 anos após a pintura de Michaud



FIGURA 24 – PAISAGEM ATUAL DE BARBADO
FONTE: A autora (2010).

⁴⁷ *Id.*

⁴⁸ GUIBAN, Marjolaine; LAMBERT, Françoise. **William Michaud**: Lettres, dessins et aquarelles d'un émigrant vaudois au Brésil. Montreux: Imprimerie Corbaz S. A., 2002.

Em nosso entender, essa caracterização do caiçara como pescador foi considerada pelo Poder Público com base em uma análise dos fenômenos culturais mais significativos, isolados, no tempo, ou seja, em uma análise diacrônica. Hoje, se analisarmos a paisagem, recuperada principalmente depois da criação do Parque Nacional de Superagui, não existem mais focos de plantações (FIGURA 24). As pinturas de Michaud constataam que a caracterização, na literatura, das comunidades caiçaras como pescadoras, isoladas, autossuficientes, primitivas e dotadas de um referencial marítimo vem de uma perspectiva diacrônica⁴⁹, ou seja, a partir de um dado momento, isolado.

Numa visão factual, não é possível ter ideia de que Barbado e outras comunidades litorâneas dentro de áreas protegidas possuíram em seu cotidiano alguma atividade agrícola. Mas, na perspectiva sincrônica, os fenômenos seriam analisados em intervalos de tempo, os quais teriam pequenas transformações, induzindo a um olhar para todos os eventos. Assim, Adams explica que a visão diacrônica das comunidades caiçaras remete apenas as atividades relacionadas ao mar, especificamente à água, desconsiderando outras atividades como o extrativismo vegetal, de mangue, agricultura em pequena quantidade e a caça de subsistência.

Corroborando com Adams⁵⁰, o barco teve sim um papel transformador na cultura caiçara, mas o abandono da atividade agrícola para a passagem a outro ciclo econômico consumou-se na comunidade de Barbado com o início das restrições ambientais na região e, principalmente após a criação do Parque Nacional de Superagui. O Senhor Antônio Custódio, com 55 anos, relembra que quando era criança “[...] era bem mais diferente pelo que a gente via... é que podia fazer as roça né... assim tinha as plantação pertinho de casa.” Nesse aspecto, a professora Rosália lamenta que com a impossibilidade de plantio o cotidiano alimentar das pessoas foi totalmente comprometido, uma vez que “[...] os alimentos que a gente comia, que eu comia, há tempos aí atrás... hoje minha família não come, nem sabe o que é que é”. Depois da criação do Parque, o Senhor Antônio Custódio afirma

⁴⁹ “Diacrônico” e “Sincrônico” são termos introduzidos por Ferdinand de Saussure na Linguística, usados depois em outros campos, especialmente na Antropologia Cultural. Sincrônico designa o eixo da simultaneidade, do qual se exclui qualquer intervenção de tempo, já o Diacrônico significa o eixo das sucessões, no qual é possível considerar apenas uma coisa por vez, mas onde estão situadas todas as coisas do primeiro eixo com mudanças. (ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007).

⁵⁰ *Id.*

também com lamentação que alguns costumes e hábitos alimentares ficarão apenas nas lembranças dos mais antigos, recordações de um tempo de liberdade que não mais voltará. Ele relembra:

O costume nosso que quando eu ia na casa da minha sogra ali... tinha o café com cará do santo, aipim cozido, aquilo pra gente era uma tradição de comer e comia. Vinham na casa da gente fazer uma visita e a gente oferecia o cará, a batata, o inhame, o taiá, porque a gente tinha pra plantá, nós plantava e nós tinha. Na nossa mesa não faltava o alimento de mistura de café, a farinha torrada que a gente fazia por conta própria né. E hoje em dia isso não existe mais isso por causa que eles não deixam, não deixam mesmo.

Com efeito, as mudanças nos hábitos alimentares ocorre na maioria das comunidades caiçaras e o consumo de verduras e legumes é eventual, dependendo da disponibilidade financeira para comprar na cidade. A pouca renda mensal⁵¹ permite comprar os alimentos básicos, alguns produtos de higiene pessoal e remédios. Em Barbado, os moradores organizam-se num espírito mútuo de ajuda e cooperação para aqueles que possuem barcos, Senhor Antonio Custódio e Senhor Jair, possam uma vez por semana comprar as guarnições, ajudando-os com dinheiro para colocar combustível no barco. Não colocamos em questão a forma como adquiriram os barcos, mas o que eles representam para uma comunidade que se situa em condição de isolamento geográfico. Apesar de os barcos serem de propriedade particular, servem à toda comunidade, principalmente em situações de emergência que necessitem levar o doente ao hospital da cidade e para visitar parentes em outras ilhas. O Senhor Jair se alegra em poder visitar seus pais na Vila de Bertigoa, na Ilha das Peças com frequência:

Tô aqui... e a hora que eu quiser ir em casa de meu pai com minha mãe é rapidinho. Vou ali, pego a embarcação a motor, hoje em dia tem motor! A gente vai ali caso de 5 minutos tá ali na casa deles. E eu acho que pra mim não tem quase significado nenhum de dizer que é dificuldade pra mim aqui. Não tem dificuldade!

Mesmo diante das pressões ambientais que estão conduzindo as transformações culturais sobre as comunidades caiçaras em geral, Adams⁵² (2000)

⁵¹ A renda mensal é proveniente do governo federal por meio de Bolsa Família e Aposentadoria. Do governo estadual, existe um auxílio mensal no período de defeso do camarão e do caranguejo.

⁵² *Id.*

considera que a falta de uma abordagem ecológica séria e de uma base empírica confiável na literatura têm desencadeado a linha do discurso ecológico romântico, que tendem a vincular a imagem dos caiçaras ao mito do “bom selvagem”. Isso se deve à falta de abordagens multidisciplinares para resgatar e valorizar a riqueza cultural das populações caiçaras.

Nessa perspectiva, a literatura atual nos ilude com discursos românticos como o de Cunha⁵³ (2004, p. 105) que designa os caiçaras como “povos da tradição”, revestidos de significações e de um conjunto de saberes patrimoniais decorrente da interação secular com a natureza. A concepção de mundo dá-se pela interpretação das representações sociais e das relações com os elementos da natureza, como o mar, a terra, o céu, que adquirem significado e funções, como se fossem ferramentas naturais de orientação, possuidores de ordenações temporal e espacial dissonantes do contexto urbano, nas quais o conhecimento sobre o espaço é construído pelo saber, pela experiência e pela intuição. Há ainda uma herança cultural caiçara transmitida de pai para filho para que seja reproduzida no tempo.

Esse discurso caracteriza com perfeccionismo o caiçara, mas não o caiçara atual, como os que vimos nas comunidades da Baía de Pinheiros. É preciso ter consciência e refletir que esse discurso romântico não deixa de ser verdadeiro, porém, a realidade atual se apresenta em uma nebulosa tempestade de conflitos ambientais. Muito do que relata Cunha⁵⁴ são lembranças nas memórias dos mais antigos, pois atualmente a transmissão dos saberes de pai para filho não se faz mais presente. A tradição foi aos poucos sendo disseminada com a inclusão de costumes urbanos, e indiretamente pela Escola, cujos métodos pedagógicos regulares ensinam hábitos e costumes da vida urbana. Não é nossa intenção criticar o modelo de currículo pedagógico adotado nas escolas das comunidades caiçaras, mas apontar a necessidade de uma distinção nas formas de ensinar, pois o próprio método educacional com exemplos do cotidiano das cidades conduz à aculturação.

Na opinião de Leff (2001, p. 257) o que vem ocorrendo é a falta de uma relação dialógica, cujas interações verbais permitiriam compreender melhor as necessidades de um aprendizado diferenciado. A própria educação ambiental traz consigo uma nova pedagogia que surge da necessidade de orientar a educação

⁵³ CUNHA, L. H. de O. Saberes patrimoniais pesqueiros. In: DIEGUES, A. C. (org) **Enciclopédia caiçara volume 1 – O olhar do pesquisador**. São Paulo: HUCITEC – NUPAUB CEC/USP, 2004, p. 105-115

⁵⁴ *Id.*

dentro do contexto social e nas realidades ecológica e cultural nas quais se situam os sujeitos e atores do processo educativo. Para Galvão *et al* (2007, p. 8), nos dias de hoje, as lendas e as crenças de um povo podem ser fortes aliados do professor em sala de aula. Sugere a importância do resgate de assuntos do cotidiano, transformando-os em algo verdadeiramente educativo. Pois, nesse cotidiano ainda é possível ver os mais antigos dialogando com o ambiente que os cerca, com percepções e sentidos aguçados, que os fazem compreender as mensagens enviadas pelo mar e pela floresta.

Nesse contexto, a observação da realidade educacional local das comunidades caiçaras na Baía de Pinheiros mostrou-nos que as crianças frequentam a escola apenas com a intenção de aprender a ler e escrever, pois se trata de uma questão de sobrevivência no “mundo dos brancos”, a forma como o caiçara se refere à cidade. Existem diversos fatores que influenciam para o aumento dos índices de desistência escolar: dificuldade na mobilidade; indisponibilidade financeira; incompatibilidade do método pedagógico; desinteresse por não vislumbrar expectativas futuras, entre outros aspectos. Nessa região, as escolas municipais rurais contemplam somente até a 4ª série/5º ano do Fundamental e a partir desse nível, as crianças precisam se deslocar para centros urbanos, como Guaraqueçaba ou Paranaguá e ou à Vila Barra do Superagui. Apesar dos fatores que levam ao abandono escolar, a questão do direito à escola prevista no Estatuto da Criança⁵⁵ e os programas de governo de incentivo à educação⁵⁶, têm obrigado a Prefeitura Municipal a disponibilizar transporte escolar para garantir a continuidade dos estudos. Porém, algumas crianças se negam a continuar os estudos. O fato de estarem alfabetizadas lhes é suficiente, e prosseguem tardiamente na busca pelos conhecimentos empíricos e saberes patrimoniais. No entanto, o principal aprendizado é apreender a linguagem da lua, dos ventos e das marés para realizar uma pesca “pseudoartesanal” porque, apesar de se moverem de canoa, possuem o auxílio de redes de pesca e lanternas para a pesca noturna.

⁵⁵ Art. 53 do Capítulo IV da Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências.

⁵⁶ As comunidades caiçaras de Guaraqueçaba são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e Bolsa Escola. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Bolsa Família e dá outras providências.

A lua, segundo Sanches⁵⁷ (2004), tem um papel importante nesse processo de orientação das atividades, pois para os caiçaras as fases da lua são entendidas como sendo “dia de lua” ou “conjunção”: nova, quarto-crescente, crescente, cheia, quarto-minguante e minguante, e, entre elas, há um intervalo de três ou quatro dias. Conhecer bem as conjunções da lua permite compreender a variação no comportamento animal, incluindo o da espécie humana, para definir a frequência das atividades econômicas, práticas de manejo e o tipo de tecnologia empregada. As atividades de pesca, agricultura e caça praticadas pelo caiçara sempre respeitaram os calendários ecológicos para garantir o manejo dos recursos naturais de forma sustentada. Esses calendários demonstram os períodos ideais, ou propícios e ruins ou de restrição, para o desempenho de uma ou outra atividade ao longo do tempo, evitando assim o baixo sucesso nas atividades.

Em situações isoladas, observa-se na Baía de Pinheiros a pesca artesanal sendo praticada pelos caiçaras, com instrumentos de pesca fabricados por eles próprios, tais como a vara, as tarrafas (redes) e armadilhas de taquara, como cercos flutuantes, que são deixados nos rios ou no mar e visitados de três a quatro vezes ao dia, entre outros. Tais armadilhas foram proibidas pelo IBAMA e, com o apoio da fiscalização do Batalhão da Polícia Ambiental, conhecido por Força Verde⁵⁸, a fiscalização é diária, acuando os pescadores mais desavisados. Com pouca tecnologia, a pesca é limitada à região costeira e aos rios. Por isso entre os caiçaras não se difundiu a atividade da pesca em mar aberto.

A comunidade de Barbado “atual” possui poucas características preservadas da cultura caiçara devido à implementação das políticas de conservação ambiental. A herança cultural foi sendo comprometida pelos modos de produção, com o contato com pessoas da cidade, com a introdução do turismo não sustentável e a especulação imobiliária do próprio território, como ocorreu, por exemplo, na Vila das Peças e na Vila Barra do Superagui. A ausência de um Plano de Manejo Sustentável para gerenciar esses conflitos vem mudando o estilo de vida das comunidades caiçaras dentro da área do Parque Nacional de Superagui. Aos poucos, os caiçaras

⁵⁷ SANCHES, Rosely Alvim. **Caiçaras e a estação ecológica de Jureia-Itatins**: Litoral sul de São Paulo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004. p. 140-151.

⁵⁸ Força Verde é o nome conhecido para denominar o Batalhão de Polícia Ambiental (BPamb-FV). Refere-se a uma unidade especializada da Polícia Militar do Paraná criada em 4 de abril de 1957, com a denominação de Corpo de Polícia Florestal, pela Lei Estadual nº. 3076, regulamentada pelo Decreto nº. 5651 de 19 de julho de 1957 e teve suas atribuições definidas pela Lei n. 6774/76. Zelar pelo cumprimento da legislação ambiental de defesa da flora e fauna silvestre observando os dispositivos das Leis Federais e Estaduais, bem como as Portarias e Resoluções em vigor.

estão se descaracterizando como se fossem destituídos de história, negando a si próprios suas relações seculares com o ambiente em que vivem a ponto de desconsiderar sua apropriação sobre o território. O futuro do lugar está sendo determinado por uma nova identidade imposta pelo prenúncio de um novo ciclo econômico em Barbado, o turismo. As concepções de mundo, de natureza, de inter-relações são ressignificados para adaptar-se à construção dessa nova realidade.

1.3.4 O prenúncio de um novo ciclo econômico em Barbado

O prenúncio do início de um novo ciclo econômico dá-se com base em Adams⁵⁹, que afirmou que a vinda do barco a motor e a rápida adaptação a maiores lucros fez com os caiçaras deixassem a atividade agrícola em segundo plano ou praticamente extinta. Atualmente, diante dos enclaves ambientais para a realização das atividades de subsistência, os caiçaras estão vislumbrando o turismo como a nova alternativa econômica para sobrevivência.

Os moradores de Barbado, entusiasmados com o encanto e deslumbramento expressados pelos eventuais turistas que por ali passam, visualizam um melhor futuro para a comunidade como um todo. Com novas possibilidades de recursos financeiros, planejam melhorar a qualidade de vida, realizar benfeitorias nas moradias para receber os turistas e ter uma alimentação digna.

Contudo, o uso econômico dos recursos naturais deve ser disciplinado pelas normas e regras para compatibilizar a proteção da natureza com o uso sustentável desses recursos, no sentido de assegurar a conservação deles. Essas regras são estabelecidas em um Plano de Manejo caracterizado conforme a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Capítulo I, artigo 2º, inciso XVII, que determina que o Plano de Manejo é um documento técnico, mediante o qual se estabelece o zoneamento e as normas destinadas a presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, bem como a implantação de estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

⁵⁹ *Id.*

O Plano de Manejo do Parque Nacional de Superagui deveria ter sido criado no prazo máximo de cinco anos após a data de sua criação, ou seja, até 25 abril de 1994. Mas, isso não ocorreu. Atualmente, passados 22 anos de criação do Parque, o Plano de Manejo desse Parque ainda não foi elaborado. Para o atual Chefe do Parque, Marcelo Bresolim⁶⁰ (2009), a prioridade de sua gestão é elaborar e aprovar o Plano de Manejo⁶¹ do Parque Nacional de Superagui, de forma enxuta, executável e com foco no encaminhamento para a regularização fundiária. Em sua opinião, o Conselho Consultivo do Parque e o Conselho da APA de Guaraqueçaba são referências de credibilidade para a comunidade local, o que facilitará a elaboração do Plano de Manejo. Mesmo com as dificuldades de mobilizar todos os membros do Conselho, vislumbra bons encaminhamentos dentro de uma gestão participativa e democrática.

De acordo com Bresolim⁶², o turismo é uma opção de alternativa econômica, além da pesca. O primeiro passo para viabilizar o desenvolvimento do turismo nas comunidades do Parque é elaborar o Plano de Manejo e o segundo é um planejamento para diagnosticar as potencialidades e poder traçar as diretrizes para o controle da visitação na unidade. A proposta é desenvolver um turismo com base comunitária que respeite e aproprie-se um pouco da cultura caiçara e que isso seja um potencial para visitação, mantendo o que existe e tentando agregar novos valores para visitação. Uma das principais preocupações de Bresolim é de que as pousadas continuem na mão do pessoal local e que não venham pessoas de fora fazer esse tipo de investimento, a fim de evitar a especulação imobiliária. Outra preocupação é a de que os caiçaras não se frustrem, pois é uma atividade sazonal e muito focada em algumas datas específicas do ano, como as festividades do Natal, Ano Novo e carnaval. Não há incentivo o desenvolvimento do turismo nas comunidades no interior do Parque, porque ainda não há registros do número real de visitantes na região.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) órgão que gerencia essa Unidade de Conservação (UC) tem como objetivo futuro controlar a gestão desse turismo por meio de uma instituição ou empresa (licitada)

⁶⁰ Analista ambiental do ICMBIO. BRESOLIM, Marcelo. Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação. **Parque Nacional de Superagui**. Disponível em: <<http://www.redeprouc.org.br/parquesnacionais/post.asp?codigo=178>> Acesso em: 21/12/2010.

⁶¹ Conforme previsto no parágrafo 5º do artigo 18 do SNUC o Plano de Manejo de uma Unidade de Conservação será aprovado pelo Conselho Deliberativo.

⁶² Entrevista realizada no dia 17/12/2010 na sede do IBAMA em Curitiba.

que venha gerenciar o turismo nessa paisagem do Parque. Bresolim menciona que a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) tem um projeto nesse sentido que se trata de uma cooperativa a “Cooperguará”, uma iniciativa bem interessante cuja administração foi repassada à comunidade. A ideia é os moradores da comunidade desenvolverem-se e capacitarem-se para o turismo, o qual nunca será de grande escala. Por questões de acesso, da impossibilidade de se construir pousadas, da dificuldade em acomodar turistas, seria um turismo apenas de visitação.

Para que haja uma homogeneidade na elaboração do Plano de Manejo, o IBAMA criou um roteiro metodológico em 1996, o qual foi revisado e aprimorado em 2002⁶³, apresentando-se com uma estrutura lógica e com detalhamento, passo a passo, de cada etapa a ser seguida. O IBAMA como órgão federal de meio ambiente é responsável por criar diretrizes que orientem a execução das atividades de preservação e de uso sustentável dos recursos naturais brasileiros. De acordo com Julio Gonchorosky⁶⁴ (2002), à época diretor de ecossistemas desse órgão, este destacou que o modelo de roteiro metodológico para o planejamento de um Plano de Manejo constitui-se em um documento de referência nacional, cujas bases servem não somente para ser aplicado em UCs federais, mas também em unidades estaduais e municipais similares. Salienta que o Plano de Manejo é um documento complexo. Por esse motivo, há necessidade de um plano de referência norteador, pois sua elaboração e execução não são tarefas fáceis.

Com base no exposto, observamos que o turismo nas comunidades dentro da área do Parque não é propriamente proibido pelos órgãos ambientais, desde que sejam respeitadas as normas estabelecidas no Plano de Manejo. Mas, a demora na elaboração do Plano de Manejo do Parque pode incorrer no prenúncio de um novo ciclo de “problemas”, por exemplo, iniciativas particulares na construção de pousadas e abertura de trilhas no interior do Parque. É inevitável afirmar que o turismo é a nova opção econômica da comunidade de Barbado e outras localizadas

⁶³ GALANTE, M. L. V.; BESERRA, M. L.; MENEZES, E. O. **Roteiro Metodológico de Planejamento**: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, 2002. Margarene Maria Lima Beserra e Edilene O. Menezes ambas da Coordenação Geral de Unidades de Conservação do IBAMA e Maria Luiza Vicente Galante, consultora da Diretoria de Ecossistemas do IBAMA.

⁶⁴ GONCHOROSKY, J. Prefácio. In: GALANTE, M. L. V.; BESERRA, M. L.; MENEZES, E. O. **Roteiro Metodológico de Planejamento**: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, 2002.

na Baía de Pinheiros. Porém, tornar essa atividade legal e segura é um processo muito complexo.

Essa complexidade inicia já no envolvimento dos atores da sociedade durante o planejamento e sua implementação. Na atualidade, o planejamento participativo é indispensável, considerado uma prática consolidada e altamente recomendada pelo IBAMA. Dessa forma, o SNUC adotou o planejamento participativo como um dos dispositivos legais para as ações de manejo das Unidades de Conservação. Assim, sob o enfoque participativo, o Plano de Manejo é organizado e implementado, envolvendo sociedade, lideranças comunitárias, instituições de ensino e pesquisa, organizações governamentais e não governamentais e, no caso de unidades localizadas em faixa de fronteira, as instituições de segurança nacional. O Plano de Manejo constitui-se em um instrumento verdadeiramente democrático e socializado para as Unidades de Conservação.

Nesse universo participativo, o discurso nos mostra que num Plano de Manejo as singularidades de cada comunidade tradicional que constituem a paisagem cultural de uma Unidade de Conservação são analisadas coletivamente, buscando-se manter sua tradicionalidade. Assim, como num Plano Diretor de desenvolvimento urbano, as diretrizes são traçadas dentro da gestão democrática e participativa, respeitando-se as características locais. Nesse sentido, acreditamos ser importante distinguir “roteiro” de “modelo”, entretanto não é nossa intenção contextualizar o significado das palavras, mas mostrar que um modelo soa obrigatoriedade. Já um roteiro permite analisar e adaptar o Plano de Manejo em função dessa dinâmica da atual transformação da paisagem cultural em Unidades de Conservação.

CAPÍTULO II

Vislumbres sobre a paisagem cultural

Vista da casa de Dona Leontina para a Baía de Pinheiros



Kashiwagi, 2008

CAPÍTULO II

VISLUMBRES SOBRE A PAISAGEM CULTURAL

O contexto de transformações socioculturais, econômicas e ambientais evidenciadas na paisagem objeto de estudo, remete-nos a sua contextualização enfocando o olhar geográfico. Neste capítulo, inicialmente para embasar essa contextualização, resgatamos as importantes contribuições de Humboldt e Ritter com os primeiros estudos de observação da paisagem e a importância dada a essa categoria de análise nos estudos geográficos.

Busca-se nesta apresentação teórica visualizar essa temática, evidenciando abordagens geográficas que antecedem a Geografia Clássica e que na evolução epistemológica da Geografia foram adquirindo amplitude conceitual, hoje, compartilhada e diversificada em diversos campos disciplinares. A paisagem nas diferentes correntes geográficas desde o viés historicista ou positivista implicou descrições baseadas na experiência vivida ou nos fenômenos relacionados à racionalidade.

Num segundo momento, procurou-se compreender as transformações da paisagem natural à concepção da paisagem cultural, na qual as expressões culturais de uma coletividade são responsáveis por modelar essas mudanças. Verificou-se sob diferentes olhares a constituição da paisagem cultural, mas que em sua essência falam da presença do ser humano caracterizando a paisagem, deixando suas marcas sobre o espaço vivido.

Concluindo estas reflexões, expomos algumas perspectivas de abordagem da paisagem cultural, pois podem existir várias direções de interpretação e cada caminho implica uma abordagem diferente, como uma obra de arte que pode ter várias interpretações conforme os olhos de quem a interpreta. O termo “paisagem”, inclusive, “paisagem cultural”, não é exclusivo da Geografia, por isso, compartilham-se diferentes interpretações além dos limites interdisciplinares, não menos importantes, mas que configuram o debate atual. Nesse sentido, a paisagem cultural é vista por ópticas simbólica, estética, morfológica, como um sistema de signos, sob a perspectiva da gestão territorial. Enfim, a paisagem no momento atual e a forma como ela vêm sendo pensada e conduzida na abordagem humanista-cultural no Brasil.

2.1 OS VISLUMBRES SOBRE A PAISAGEM NA GEOGRAFIA

2.1.1 Os primeiros vislumbamentos da paisagem na Geografia

Para discorrermos sobre os primeiros vislumbres relacionados à paisagem na Geografia, reportamo-nos aos estudos de Gómez⁶⁵ *et al* (1982) sobre a construção do pensamento geográfico, iniciando com os pais da Geografia Moderna e Científica, Alejandro von Humboldt (1769-1859) e Carl Ritter (1779-1859), cujas contribuições científicas, no final do século XVIII, foram significativas para o renascimento da Geografia na Europa. O renascer de uma nova Geografia que procurava estudar a natureza por métodos explicativos, sistemáticos e científicos, contrários aos métodos da época, restritamente descritivos, inventariais e enumerativos. Na obra *Cosmos* (1848-1858), Humboldt articula magistralmente a pretensão de racionalidade, a positiva valorização da dominação do meio natural, a confiança na Ciência e, por último, a fé no progresso.

Nessa obra, Gómez⁶⁶ *et al* destaca dois aspectos conflitantes apontados por Humboldt: a formação científica da época baseada no empirismo, com o rigor do enciclopedismo francês do século XVIII, e o seu tributo ao espírito romântico da época. Sua maior preocupação era de que os estudos sobre a natureza não caíssem em um enciclopedismo superficial, em generalizações árida e dogmática. Buscava uma superação do sistema científico característico do século XVIII, que concebia a natureza como imóvel, fazendo classificações estáticas de seus elementos. Desses conflitos, Humboldt propôs alguns princípios que acabariam por se tornar a base da Geografia Científica, sendo eles: unidade da natureza, conexão, distribuição, causalidade e perspectiva histórica na evolução da natureza.

De acordo com Estébanez⁶⁷ (1982), essa preocupação de Humboldt com a natureza e a contestação aos métodos da época deve-se a sua formação naturalista e a influência na consolidação de seu pensamento pelas ideias do filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), do poeta, filósofo e historiador Johann

⁶⁵ GÓMEZ MENDOZA, J. *et al*. **El pensamiento geográfico**. Madrid: Alianza, 1982. p. 19.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 22.

⁶⁷ ESTÉBANEZ ALVAREZ, J. **Tendencias y problemática actual de la Geografía**. Madrid: Cincel, 1982. p. 24-26.

Christoph Friedrich von Schiller (1759-1805) e do escritor Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832). Humboldt a acreditava em uma visão global da Terra, a qual considerava um todo orgânico em que todas as suas partes eram interdependentes. A interdependência dos fenômenos fora seu tema principal de reflexão, discordando da concepção unitária do mundo, buscava uma ciência integradora que nos permitisse demonstrar de modo experimental, pelo mundo observável, a harmonia da natureza. Suas contribuições não tinham como objetivo construir uma Geografia Científica, mas buscar uma nova ciência que permitisse reconhecer e interpretar a unidade da natureza.

Nesse aspecto, Capel⁶⁸ (1981) afirma que Humboldt discordava do método descritivo da Geografia da época por considerar insatisfatório o sistema científico, propondo, então, um método comparativo para observar a paisagem. Esse método, incorporado a uma perspectiva histórica, baseava-se na comparação sistematicamente das paisagens de uma determinada região com outras partes da Terra. Humboldt afirmava que as paisagens eram únicas, mas que tinham algumas relações gerais e causas genéticas comuns com outras áreas. Para a ciência, esse método foi um passo decisivo nos estudos sobre paisagem. Acredita-se que para estruturar esse método, Humboldt inspirou-se na obra de Georg Forster⁶⁹, ilustrista de suas expedições pela Alemanha, Inglaterra e França, o qual retratou de forma comparativa as paisagens alemãs com as inglesas e francesas. Outras fontes de estruturação desse método foram seus conhecimentos de Botânica, Geologia e Zoologia, e mais precisamente de seus conhecimentos dos métodos de “anatomia comparada” que serviriam de base nas suas observações sobre a paisagem.

Na visão de Gómez⁷⁰ *et al*, essa insatisfação de Humboldt quanto aos métodos descritivos da paisagem deve-se ao comprometimento do caráter fundamental da paisagem pela decomposição do mundo físico em diversos elementos. Para Humboldt, qualquer cena imponente da natureza era derivada da simultaneidade de ideias e de sentimentos que eram suscitadas em quem a observa. As ideias de Humboldt levam-nos a compreender que existem graus de intensidade da emoção que permitem distinguir os diferentes tipos de sensações que suscitam o caráter de uma paisagem, seu encanto e a duração desse

⁶⁸ CAPEL SAEZ, H. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1981. p. 10.

⁶⁹ Obra denominada *Cuadros Del Bajo Rhin* (1791-1794) (CAPEL, 1981, p. 9).

⁷⁰ *Ibid.*, p. 161.

encantamento. Nesse contexto, entendemos que Humboldt acreditava na existência em um poder da natureza que se manifesta nas impressões do observador por meio de emoções e sentimentos. Sendo assim, a configuração da paisagem dependeria do estado de ânimo do observador que ora configuraria a paisagem mais viva e mais bem definida, ora com sentimento de desolação. Essas excitações determinam o grau de intensidade emotiva e, conseqüentemente, distinguem as paisagens pelas impressões pessoais do indivíduo. Essa perspectiva romântica presente nos estudos de Humboldt caracterizaria com um novo sentido a paisagem, fazendo alusões ao prazer da contemplação e à ideia romântica de harmonia da natureza.

Nesse sentido, outro grande precursor da Geografia Moderna e Científica foi Carl Ritter que se considerava discípulo de Humboldt. Contudo, seu pensamento manifestava algumas diferenças sensíveis em relação aos conceitos de Humboldt, ainda que apresentassem um fundo de ideias comuns e de pretensões epistemológicas afins. Na visão de Estébanez⁷¹, a preocupação de Ritter foi além do conhecimento natural, aprofundando-se no conhecimento humano e suas ideias foram fortemente influenciadas pelo filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e pelo pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827). Ritter tinha uma preocupação pedagógica de fazer a Geografia uma disciplina que pudesse ser incorporada ao currículo da universidade. As diferenças das obras de Ritter das de Humboldt estão principalmente na dedicação profissional ao ensino. Cientificamente seu objetivo foi estudar as relações entre a superfície terrestre e a atividade humana, cujas obras tinham um enfoque antropocêntrico e a Terra era tida como um teatro, em cujo palco se desenvolviam as atividades do homem. Em outras palavras, Capel⁷² afirma que Ritter considerava a Terra como um objeto de atenção secundária que se apresentava como o teatro da vida humana, ou seja, o espaço terrestre como o teatro da História.

Gómez⁷³ *et al* destaca a obra de Ritter denominada *Geografia Geral Comparada* (1833-1839) por ter representado um passo além na Geografia Científica, pois, de uma análise racional e científica do espaço, o autor desvelou a totalidade do mundo, o “Todo”. Nesse “Todo” terrestre contemplavam as relações do globo terrestre que são perfeitamente assimétricas, aparentemente sem regras e de

⁷¹ *Id.*

⁷² *Ibid.*, p. 41

⁷³ *Ibid.*, p. 169

difícil captação como um conjunto, o que obriga a utilização de diversos métodos de classificação para apagar a ideia de caos. Essa análise em separado das diferentes partes do “Todo” era a forma de investigação da Geografia Contemporânea, que não se preocupava com as relações e as leis gerais, na qual Ritter percebeu ser um meio para converter a Geografia em ciência e dar-lhe unidade.

Segundo Capel⁷⁴ a grande contribuição de Ritter foi compreender esse “Todo” que era uma visão global da Natureza, na qual o “Todo” geográfico se inseria no “Todo” da natureza, concluindo que se tratava de um mundo harmônico, por equilíbrio e coesão das partes e por sua vez com harmonia nas relações entre homem e natureza. Com a atividade racional e a reflexão científica, descobriu o lugar do homem no “Todo”, ao mesmo tempo em que desvendou também progressivamente a totalidade do mundo. Da noção de Sistema Solar e da Terra como planeta, entendeu que o “Todo” dividia-se em partes que são, por sua vez, outras totalidades. Influenciado pelas teorias platônicas, visualiza com base em números, proporções e Geometria, os elementos ar, água, calor e terra, que constituem o “Todo” terrestre. Nesse “Todo”, a forma da Terra e sua posição geográfica apareciam como elementos básicos para a configuração da superfície terrestre e as relações numéricas entre os espaços e as formas permitiriam, assim, obter conclusões sobre o “Todo” terrestre. Foi com esse estudo que Ritter descobriu as leis da organização espacial, introduzindo a noção da estrutura espacial na Geografia Moderna.

Na opinião de Gómez⁷⁵ *et al*, os métodos de análise da paisagem alcunhados por Humboldt e Ritter possuíam pretensões científicas universalistas, dada sua intencionalidade, pois apresentavam incapacidade conceitual e metodológica para conseguir resolver o problema dos estudos dos fenômenos humanos com um grau de empiricidade e de cientificidade similar aos estudos dos fenômenos naturais e fornecer procedimentos para analisar os processos causais e fatos humanos. Contudo, a historicidade aparece coerentemente integrada na sistematização de ambos os autores, o tratamento da nova positividade que alude ao Homem e suas relações com a Natureza permanece, ainda que se aceite teoricamente, sem um aparato conceitual e metodológico que permita explicá-la, iluminá-la, racional e cientificamente.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 52.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 29.

Nesse aspecto, Estébanez⁷⁶ ressalta que não podemos esquecer que foram Humboldt e Ritter que propuseram um sistema de organização do conhecimento geográfico científico, dando-lhe coerência e submetendo-o às relações de causa e efeito. Apesar de algumas distinções de pensamento entre ambos, buscavam propor um método único para a ciência e o principal objetivo era a formulação de leis. O legado de Humboldt e Ritter constitui, como contribuição geográfica, a denominada Geografia Clássica. Capel⁷⁷ salienta que, segundo alguns historiadores alemães de Geografia, o decênio que se seguiu à morte de Humboldt e Ritter foi um período de crise, um período de paralisação, sem grandes personalidades e nem propriamente escolas. Coincidiu com o período em que a Alemanha estava em crise, nas décadas de 1860-1870, e também com o esgotamento do romanticismo e idealismo, além da difusão e triunfo do positivismo e naturalismo na Alemanha e em toda a Europa. Nesse período, desencadearam os processos de institucionalização da Geografia por meio das Sociedades Geográficas.

2.1.2 Os estudos de paisagem na disciplina de Geografia

Consideramos que a institucionalização da Geografia como conhecimento acadêmico contribuiu para o delineamento dos estudos de paisagem, aprofundamento e diversificação nas diversas correntes geográficas. Acreditamos ser importante compreender mesmo que brevemente o processo de sua institucionalização, na qual segundo Estébanez⁷⁸ o surgimento das sociedades geográficas foi fundamental. A primeira sociedade geográfica foi fundada em 1821, em Paris. Posteriormente, surgiram outras: Alemanha, Inglaterra, México, Brasil, Rússia e Estados Unidos. As sociedades geográficas eram difíceis de serem definidas pela heterogeneidade do caráter de fundação aos rumos tomados. No período de 1821 a 1860, foram fundadas mais 14 sociedades, mas desse período até 1940 surgiram outras 145 sociedades geográficas. O desenvolvimento dessas sociedades geográficas nos últimos decênios do século XIX estava ligado ao

⁷⁶ *Ibid.*, p. 28.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 38-83.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 29-32.

colonialismo europeu, e a Geografia participava junto com outras ciências das empresas imperialistas, recebendo apoio estatal.

Nesse aspecto, Estébanez⁷⁹ salienta que as sociedades geográficas ainda estavam muito influenciadas pela Geografia do século XIX, caracterizando-se por uma perspectiva “exploratória”, cujos objetivos eram amplos: explorações, avanços cartográficos, instalação de observatórios metrológicos, observações etnográficas, geológicas e biológicas, explorações arqueológicas, etc. Uma das contribuições das sociedades geográficas para a institucionalização da Geografia foi a pressão no governo para que a Geografia estivesse mais bem representada nas universidades. Nessa época, a Europa estava com a taxa de escolaridade em ascensão e havia a necessidade de mais professores de Geografia para os ensinos Primário e Médio. Essa necessidade impulsionou a institucionalização da Geografia nas universidades e a aparição da comunidade científica de geógrafos, tal como se dá nos dias atuais.

Na visão de Herrero⁸⁰ (1995), a Geografia não se institucionalizou unicamente pela ação das sociedades geográficas, mas, principalmente, pela necessidade de docentes em Geografia, mais preparados, sendo o fator responsável por desencadear a criação das primeiras Cátedras Universitárias em Geografia na Europa. E, conseqüentemente a aparição de novas comunidades científicas de geógrafos, com ideias de renovação, responsáveis por iniciar o debate sobre a importante delimitação dos objetivos da disciplina da Geografia. Os objetivos dessa disciplina foram definidos num momento em que outras disciplinas, como a Cartografia, a Geologia, a Geodésica, já haviam definido claramente seus objetivos, e, obviamente, sobrepondo-os e incidindo na Geografia. A Geografia ao delimitar os objetivos e o objeto de análise dessa disciplina, foi definida como a ciência que estuda as distribuições no espaço e as interações entre fenômenos físicos e humanos na superfície terrestre. O embasamento dos aportes teóricos para essa definição fundou-se nos pensamentos de Humboldt e Ritter, os quais haviam sido, então, reconhecidos pelas comunidades de geógrafos.

No Brasil, conforme afirma Evangelista (2002), a fundação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em 25 de fevereiro de 1883 teve forte influência do então imperador D. Pedro II, devido à sua passagem pela Sociedade de Geografia

⁷⁹ *Ibid.*, p. 29-32.

⁸⁰ HERRERO FABREGAT, C. **Geografía y educación**: sugerencias didácticas. Madrid: Huerga y Fierro, 1995.

de Paris e ao interesse da elite dirigente do Império no que havia de novo nas nações mais ricas e pela necessidade de reunir e elaborar um quadro informativo sobre o país. Esta nova instituição brasileira procurava diferenciar-se do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, enfatizando a perspectiva geográfica em seus estudos. Tinha como finalidade estudar, investigar e explorar cientificamente a Geografia brasileira nos seus diferentes ramos, princípios, descobertas, progressões e aplicação, e, em especial o estudo e conhecimento dos fatos e documentos, cujas conclusões deveriam ser apresentadas em conferências e congressos científicos, e posteriormente publicadas e arquivadas em museus e bibliotecas.

Evangelista (2002) ressalta que os primeiros membros dessa entidade não estavam ligados à Geografia, não eram geógrafos, nem professores e as pesquisas decorriam de esforços, na maior parte das vezes individuais, em decorrência de interesses em determinados aspectos geográficos do Brasil. Salaria que a elite dirigente daquela época era formada de comerciantes, fazendeiros e o próprio presidente da sociedade, que compartilhavam as mesmas preocupações com o país. O aparecimento das sociedades geográficas no século XIX costumava estar relacionado a empresas que tinham interesses em explorar áreas pouco conhecidas e visualizavam nos mapeamentos e relatórios os meios de se obter as informações.

A menção de Estébanez⁸¹ sobre o rápido surgimento de novas sociedades geográficas após 1860 coincide aproximadamente com a época em que dois grandes estudiosos da Geografia faleceram (Humboldt e Ritter), podendo de certa forma esse fato ter auxiliado nessa multiplicação. No próximo decênio que se seguiu, a Geografia passou por um período de crise, de paralisação, sem grandes personalidades ou escolas. Capel⁸² acredita que isso se deve também a uma Alemanha em crise, ao esgotamento do romanticismo e do idealismo, e, pela difusão e triunfo do positivismo e naturalismo nesse país e em toda a Europa. Nesse momento, desencadeou-se o processo de institucionalização da Geografia por meio das sociedades geográficas.

Segundo Estébanez⁸³, após o falecimento de Humboldt e Ritter, em 1859, até nossos dias, de um modo geral, duas grandes correntes filosóficas – Positivismo e Historicismo – estiveram e continuam estando presentes na Geografia,

⁸¹ *Id.*

⁸² *Ibid.*, p. 78-82.

⁸³ *Ibid.*, p. 43.

influenciando de modos diferentes, em distintos períodos, a construção do pensamento geográfico. O autor faz referência ao pensamento do filósofo Harold H. Titus (1896-1984), para afirmar que a Filosofia inseriu-se nas análises geográficas para possibilitar uma visão geral das coisas e por ser uma ciência mais analítica. A Filosofia vem tentando combinar as coisas, elaborando uma síntese interpretativa que permita descobrir o significado das mesmas. Nesse sentido, para se compreender o pensamento geográfico e, sobretudo, o estudo da paisagem, é essencial conhecer a ideia central dessas duas correntes filosóficas.

2.1.3 O viés positivista e historicista na paisagem

De acordo com Martínez (1998), a influência das correntes filosóficas Positivismo e Historicismo, na evolução epistemológica da Geografia, desencadeou diversos métodos e técnicas de trabalho para o estudo das várias categorias de análise geográfica. A definição dessas categorias, ao longo dessa evolução, foi ocasionalmente perdida e recobrada, resultando em conceitos flexíveis. Esses distintos discursos abordam a paisagem relacionada à ideia de natureza, campo, cidade, cultura, planejamento e gestão, abarcando tanto enfoques sociais como profissionais. Esses discursos das realidades da paisagem não conferem uma distinção ou dissociabilidade do estudo da paisagem. Na perspectiva sintética da paisagem, procura-se somar em vez de dividir os diferentes olhares.

A definição dessas duas correntes foi sintetizada distintamente nas palavras de Herrero⁸⁴, destacando que a corrente Positivismo estuda os fenômenos de forma racional sem se preocupar com sua origem e história, utilizando apenas o método das ciências da natureza ao estudo dos fatos humanos e sociais. Já na corrente Historicismo, por sua vez, são potencializadas a experiência vivida, a historicidade, ou seja, as características da natureza humana, manifestando que as ciências humanas não são regidas por leis físicas. Essas duas correntes embasaram teoricamente as escolas geográficas, apresentando-se com movimentos de

⁸⁴ *Ibid.*, p. 42.

contestação e crítica ou de continuidade e aprofundamentos teóricos e metodológicos.

Nesse aspecto, Herrero⁸⁵ ressalta que as correntes ou escolas geográficas que derivam da corrente Positivismo, conhecida também como Positivismo Biológico ou posteriormente de Neopositivismo ou Positivismo-Lógico, incidem nos aspectos biológicos e matemáticos. A realidade está regida por leis lógicas, é totalmente objetiva, não tem implicações sociais, estéticas ou morais, é verificável, e inclusive pode-se reduzi-la a fórmulas ou modelos matemáticos, tal como o caso de uma cidade, podendo estabelecer-se leis e previsão sobre seu funcionamento. Por outro lado, para as correntes geográficas derivadas do Historicismo, a realidade está em contínuo movimento já que esta é em grande parte constituída pelos homens, intervindo fatores não mensuráveis, como a emoção, os sentimentos estéticos, a empatia, não sendo possível estabelecer leis rígidas para compreender seu comportamento. Nesse aspecto, o geógrafo dificilmente poderá prever a evolução de uma estrutura geográfica humana, uma vez que esta não é regida por leis físicas.

Nessa perspectiva, Estébanez⁸⁶ enfatiza que essas correntes filosóficas, Positivismo e Historicismo, presentes na Geografia desde meados do século XIX, influenciaram em distintos períodos, de modos diferentes, o pensamento geográfico com movimentos de contestação e crítica ou de continuidade e aprofundamentos teóricos e metodológicos. A influência dessas correntes filosóficas consolida-se nas bases conceituais das abordagens de diversas tendências geográficas contemporâneas, norteando os diferentes métodos de estudo da paisagem.

Assim, Herrero⁸⁷ ressalta que em meados do século XIX predominava na Geografia a corrente positivista e o movimento românticista presente nas obras de Humboldt e Ritter começava a perder a força. Nesse momento, as teorias evolucionistas de Charles Darwin⁸⁸ coincidiam com a vitoriosa e dominadora burguesia da época e a doutrina da origem natural e cientificamente explicável das espécies vivas parecia ser uma resposta decisiva à ciência da Gênese. O método positivista buscava conhecer as leis dos fenômenos e, para descobri-las, havia uma previsão racional, observatória, classificatória e comparativa dos fenômenos da natureza. Admitia-se somente o método experimental para as análises da paisagem,

⁸⁵ *Id.*

⁸⁶ *Ibid.*, p. 46.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 43.

⁸⁸ Charles Darwin (1809-1882). A origem das espécies pela seleção natural (1859).

aceitando-se somente a verdade que procedesse da observação direta e da experimentação. Nessa época, utilizavam os métodos da ciência natural à Geografia, pois se acreditava que o homem vivia sob as leis da natureza e as formas culturais seriam os resultados das condições do meio natural.

Claval (1974) aponta que o princípio darwiniano veio a influenciar intensamente o ambiente científico da época com reflexos na Geografia, a qual se institucionaliza em um ambiente natural em que predominam as ideias evolucionistas e organicistas que foram levadas às Ciências Humanas, a nível geográfico por Friedrich Ratzel (1844-1909) e a nível histórico por Oswald Spengler⁸⁹ (1880-1936). O autor afirma que para Darwin, a filosofia evolucionista prescindia todo o princípio natural para explicar o conjunto de fatos humanos. O homem deixa de ser o centro do mundo e converte-se em um produto de uma possibilidade ou de uma necessidade evolutiva. O pensamento humano torna-se uma coisa à parte no mundo. O meio era o grande motor da evolução, no qual nele sobrevivem somente os mais aptos, e nessa luta, residia o grande princípio do mundo da vida. A aplicação dessas ideias ao mundo humano e mais especificamente a Geografia deu lugar ao Ambientalismo Determinista.

Herrero⁹⁰ (1995) afirma que Ratzel foi o primeiro autor que considerou que existiam na História dois elementos: o homem (em sua versão popular e etnológica) e o solo (no mais amplo sentido da palavra – relevo, cultivos, paisagem humana) e que ambos os elementos poderiam ser objetos de investigação científica e mecanismos de interação. A Geografia de Ratzel⁹¹ é marcadamente ecológica, inspirada em Ernest Haeckel⁹², considera o homem como uma parte de um organismo ecológico vivo e afirma que os homens vivem sob as leis da natureza, considerando que as formas culturais são o resultado das condições do meio natural. Os seguidores de Ratzel ponderam sobre o *lebensraum* – espaço vital – em que o território seria um “ser político” e que cada povo dispunha de uma extensão

⁸⁹ Oswald Spengler: **A decadência do Ocidente** (1918). Nessa obra analisa a História diferenciando as grandes culturas históricas, que semelhantes a seres biológicos, nascem, vivem, declinam e morrem.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 44.

⁹¹ RATZEL, F. **Antropogeografia**. (1897). Na primeira parte dessa obra, o autor transcende os conceitos biológicos de Darwin ao campo da Geografia Humana.

⁹² Ernest Haeckel (1834-1919), professor de Zoologia da Universidade de Jena, e considerado o criador da Ecologia e do conceito de Ecossistema. A obra de Haeckel **Morfologia geral dos organismos** (1866) e a obra de Darwin **A descendência do Homem** (1871) expõem a Teoria Evolucionista, considerando o homem na evolução e no mundo vivo da natureza.

que estaria relacionada com seu tipo de civilização, determinando sua expansão territorial.

Sobre esse espaço vital, Vicens (1972) entende que as fronteiras poderiam ser ampliadas a custo de povos cuja civilização seria inferior, ou seja, os evoluídos, povos de cultura, poderiam submeter-se aos outros povos. Já Derreau (1974) acredita que, ao conceber a sociedade humana como um organismo, uma espécie biológica, estaria desconsiderando o fato de que dentro de uma unidade étnica ou de uma comunidade existem substanciais diferenças. Vicens afirma que foi com base nessas explanações que Rudolf Kjellen (1864-1922) constituiu a Geopolítica, uma ciência do Estado, afirmando que o Estado nasce, cresce e morre. E o general Karl Haushofer (1869-1946) substituiu a relação homem-solo por homem-sangue (fator racial), cuja ideia foi aplicada pelo partido nacionalsocialista para estabelecer uma equipe de trabalho geopolítico em 1933, na cidade de Heidelberg. Desde então, a geopolítica alemã deixou de ser ciência para converter-se em um instrumento de propaganda de um regime político.

Ratzel foi o representante do Darwinismo Social, sendo um dos precursores da ideia de que o homem fazia parte de um ecossistema vivo, no qual o método de análise da natureza baseava-se na interpretação dos processos humanos mediante rígidos esquemas deterministas. Contudo, não foi o único que incorporou os fundamentos conceituais e metodológicos evolucionistas ao tratamento geográfico dos fenômenos humanos e sociais. Essa perspectiva foi coerentemente articulada no pensamento geográfico de Eliseo Reclus (1830-1905) e Piotr Kropotkin (1842-1921). Ambos os autores afirmavam sem ambiguidades a decisiva importância da perspectiva evolucionista para se conseguir um entendimento integrador dos fatos naturais e humanos.

Reclus acreditava que a perspectiva evolucionista manifestava-se igualmente nos fenômenos físicos e humanos, dentro de harmonias natural, mútua e de ética nas relações entre natureza e natureza Humana. Kropotkin, positivista intransigente, rejeitava explicitamente o método dialético. Sua proposta metodológica era clara, afirmando que os descobrimentos do século XIX nos campos da Mecânica, da Física, da Química, da Biologia, da Psicologia, da Psicologia Física, da Antropologia, entre outros, não se fizeram mediante o método dialético, senão mediante o método científico-natural, o método de indução e dedução. Tanto em Reclus como em Kropotkin, as ideias aparecem impregnadas de

uma dimensão ética que ilumina a significação dos respectivos projetos de conhecimento geográfico.

A perspectiva desses autores, apesar de ter sido um pouco ignorada ou marginalizada nos estudos sobre a configuração do pensamento geográfico, foi dedicada a importantes temas, como o ensino da Geografia, as consequências dos processos de industrialização e de urbanização, e as relações entre população e recursos naturais (GÓMEZ *et al*, 1982, p. 43-46).

Segundo Capel⁹³, contrariando os excessos positivistas presentes na Europa em toda a segunda metade do século XIX, começam a aparecer no final do século XIX diversas correntes de pensamento que colocaram em questão princípios antes considerados indiscutíveis. Nos últimos anos desse século e nas duas primeiras décadas do século XX, as concepções positivistas passam por uma forte crise, e na retomada do Historicismo afloram o desenvolvimento das correntes filosóficas neoidealistas, neocriticistas ou neokantianas, espiritualistas e contingentistas. Corroborando com essa afirmação, Herrero (1995) salienta que foi nessa época que começam a destacar-se no meio filosófico os aspectos que antes haviam sido desvalorizados pelo Positivismo, tais como a vida, o espírito, a liberdade, os valores e a especificidade do âmbito histórico. Na retomada dessa corrente historicista, todos esses aspectos foram sendo incorporados à Geografia.

Dessa forma, o Historicismo origina-se na Alemanha em um momento em que florescem os estudos históricos e que se renovam o interesse por Kant, em particular, o neokantismo que surge em 1870 e que se concentra nas análises das condições do conhecimento, e que nega a coisa em si e o valor da sensação como fonte de conhecimento e também se opunha ao positivismo científico. Despontam duas escolas neokantianas: a Escola de Marburgo (Cohen, Natorp, Cassirer) e a Escola de Baden (Windelband, Rickert). Na primeira, a objetividade do conhecimento é reduzida a sua dimensão lógica, estabelecendo uma fusão do kantismo e platonismo e, na segunda, elabora-se uma teoria dos valores, considerando-os como normas ideais e de validade absoluta.

Ambas as escolas preocupam-se em fazer uma crítica à História como ciência. Wilhelm Windelband (1868-1915) distingue entre ciências naturais denominadas “nomotéticas” que descobriam as leis da natureza e as ciências do

⁹³ *Ibid.*, p. 313.

espírito denominadas de “idiográficas” em que se estabeleciam os fatos ou acontecimentos embasados na História. Portanto, a reação antipositivista estava baseada nas correntes filosóficas neoidealista, neocriticista ou neokantiana, propondo uma crítica ao modelo naturalista de cientificidade e a afirmação da especificidade das ciências humanas. De uma maneira geral, os princípios do Historicismo são: 1º) baseia-se na experiência vivida, deduzindo que as ciências humanas não são regidas pelas leis físicas; 2º) rejeita o monismo metodológico positivista; 3º) a historicidade é a característica essencial da realidade humana; e, 4º) procura a compreensão dos fatos, contrariando o princípio de explicação positivista. As características do Historicismo são: ao sustentar a razão, não é possível desvendar o histórico, escapando a todo tipo de determinismo; considerar o Relativismo como a base para a concepção humana e histórica do mundo, na qual tudo flui em processo, nada fica; rejeitar o monismo metodológico, no qual o método das ciências naturais não poderia ser aplicado às ciências humanas. (HERRERO, 1995, p.46)

A rejeição ao monismo metodológico positivista supunha introduzir novamente o dualismo cartesiano e mais especificamente, kantiano. A oposição kantiana entre natureza e história foi desenvolvida por Wilhelm Dilthey (1833-1911), considerado o maior representante do Historicismo. Em sua obra *Introducción a las ciencias del espíritu* (1883), na qual o autor salienta que a natureza se converte no reino da necessidade e a história na realidade, ou seja, duas faces da realidade, abordadas pela experiência externa e interna, respectivamente. Dilthey acreditava que somente poderíamos possuir a realidade tal como ela é nos fatos da consciência obtidos pela experiência interna. Propunha um novo idealismo unido à crítica ao materialismo, acreditando que toda realidade surgia da atividade espiritual e, por isso, levava o caráter da historicidade. Isto é, toda ação humana leva em si a história, sendo a realidade social uma criação do homem.

Essa divisão entre natureza e história deu lugar às Ciências da Natureza e às Ciências Humanas ou do Espírito, ambas igualmente válidas e distintas pela especificidade de seus objetos e por seus métodos. Essa perspectiva histórica foi sendo introduzida, ao longo do século XIX, em todas as ciências, mas foi nos últimos anos do referido século que se buscou a validade do saber histórico, elevando-se a História para categoria explicativa da realidade social. Essa exaltação da História alcança tal dimensão que a expressão “Historicismo” chega a designar uma das

mais caracterizadas correntes da criação antipositivista. Essa oposição entre a explicação generalizante positivista e a compreensão historicista é um elemento básico da reação metodológica: conduz à aceitação no conhecimento científico de faculdades que não seriam admissíveis para um positivista, tais como a intuição, a sensibilidade ou o sentimento poético. Para um historicista, nas ciências do espírito só se pode compreender verdadeiramente mediante a vivência, mediante um conhecimento que Dilthey chamou de “empatético”, procurando contato direto e imediato com o objeto que se quer entender e utilizando se necessário, a sensibilidade (CAPEL, 1981, p. 314).

A distinção entre as Ciências da Natureza e Ciências Humanas (ou de espírito ou culturais) moldavam um grave problema na Geografia recém-institucionalizada, o perigo da desagregação entre uma Geografia física, já consolidada, e uma Geografia humana, que se desenvolvia rapidamente depois do intento de sistematização realizado por Ratzel. Esse dualismo desagregador e ameaçador entre o físico e o humano supunha uma séria ameaça para a continuidade da disciplina. Contudo, a Geografia Regional configurou-se como a mais segura via para a sobrevivência dessa ciência. A tradição geográfica, por um lado, e as contribuições teóricas do historicismo, por outro, facilitaram os fundamentos para esse caminho integrador. E, a afirmação do caráter idiográfico da geografia permitiu resolver os problemas gnoseológicos que se apresentavam (CAPEL, 1981, p. 118).

No pensamento kantiano, as disciplinas Geografia e História aparecem como “irmãs”, ou seja, ciências separadas. A História é uma descrição segundo o tempo, uma relação de acontecimentos que sucedem no tempo, uma narração. A Geografia uma descrição segundo o espaço, uma relação de fatos que ocorrem no espaço, uma descrição. Sem dúvida, Kant tinha com ele presente a Geografia do século XVIII. Para a Geografia admitir a distinção neokantiana entre ciências nomotéticas e idiográficas e ainda aceitar ser incluída nesse segundo grupo, foi graças às aproximações de Alfred Hettner ao pensamento teórico de Windelband. Nos anos finais do século XIX, Hettner publicou diversas obras sobre Geografia Regional. Esse autor preocupava-se com o perigo do dualismo geográfico, assegurando teoricamente a unidade da ciência e mostrando, por sua vez, sua especificidade com respeito às disciplinas próximas. Hettner considerava que na Geografia não havia

necessidade de estabelecer-se nenhum princípio metodológico novo, mas reconhecer o que historicamente estava presente (CAPEL, 1981, p. 320).

2.2 CONCEBENDO A PAISAGEM CULTURAL

2.2.1 A valorização do ser humano no estudo da paisagem

Na busca por discorrer sobre a valorização do ser humano na paisagem e compreender as transformações de uma paisagem natural a uma paisagem cultural, estruturaremos nosso pensamento apresentando inicialmente os aportes teóricos e metodológicos da Escola Regional e de Paisagem e a contribuição do Possibilismo para a construção da paisagem cultural. Nesse contexto, Capel (1981) menciona que o desenvolvimento dessa escola inicia-se no final do século XIX, afirmando o caráter idiográfico, exaltando o Possibilismo e com uma metodologia científica, que aceitava a intuição e buscava a compreensão de uma realidade complexa. Essas mudanças nos métodos de análise eram perceptíveis, porém, em alguns casos, pareciam um pouco confusas, devido à aceitação de alguns traços do ambientalismo determinista e pela sobrevivência latente de certas atitudes positivistas.

Claval (1974) ressalta a importância do estudo referente à Geografia Humana do historiador francês convertido em geógrafo Paul Vidal de La Blache (1843-1918) que o levaram à alcunha de criador do Possibilismo geográfico. Esse foi substituindo paulatinamente o Ambientalismo, integrando alguns conceitos ainda valorizados, porém, purificando-os e enriquecendo-os. Dessa forma, o meio geográfico deixou de ser um elemento selvagem da Geografia natural, tornando-se complexo e convertendo-se em motivo de múltiplas interações, nas quais o ser humano possuía um papel progressivamente importante. O gênero de vida, conceito alcunhado por Ratzel, já não era consequência inevitável dos poderes da natureza, mas da realidade social que necessitava ser estudada como tal.

Herrero⁹⁴ (1995) corroborando com Claval, afirma que o Possibilismo regionalista parte da ideia de que as sociedades percebem uma série de possibilidades que o meio lhes proporciona e elegem as que estão mais de acordo com suas características. Essa possibilidade de desenvolvimento sociocultural se realiza pelos “modos de vida” definidos como produtos e reflexões de uma

⁹⁴ *Ibid.*, p. 46.

civilização e resultado integral das influências físicas, históricas e sociais que rodeiam a relação entre o homem e o meio. Herrero afirma que para La Blache o espaço geográfico era concreto, naturalista, demonstrando as influências da geografia determinista ratzeliana, porém, configurava-se como “lugar”, contestando os excessos que Ratzel havia adentrado, evitando ao comentar de lugar as perigosas especulações sobre o “espaço vital.

Nessa perspectiva, Claval (1974, p. 73) ressalta que La Blache define a Geografia como a Ciência dos Lugares para estabelecer suas distâncias com respeito ao ambientalismo, mas procurando demonstrar que as relações entre homem e o meio não eram simples, sendo impossível a explicação de um por meio do outro. Foi então que mencionou uma ciência dos lugares, não se referindo a uma ciência do espaço e nem a uma ciência das localizações. Aceitou sem dificuldades a definição de Geografia Humana como a ciência especializada nas análises das relações entre homem e o meio natural, com sua lógica tão pessoal, reduzindo o conceito de espaço ao espaço físico, ao espaço geométrico, uma vez que somente nesse nível concreto seria possível analisar as interações homem e meio.

De acordo com Capel (1981), foram as concepções antipositivista, historicista e espiritualista que influenciaram o pensamento de La Blache, permitindo-lhe configurar sua própria concepção de Geografia, ainda com suas antigas raízes ritterianas, mas que se opunha à Geografia alemã contemporânea, e superava o determinismo ratzeliano. Porém, La Blache manteve o aspecto da construção teórica de Ratzel concedido ao elemento humano, mas se desfez da cadeia de determinações e restaurou o princípio de liberdade humana com respeito ao meio, porém, destruindo por completo a construção ambientalista, uma vez que a natureza continuava sendo condição necessária, mas inferior ao homem. Vidal de La Blache buscava a liberdade humana como característica essencial que permitisse ao homem escapar das influências da natureza elegendo entre as diversas possibilidades que esta lhe oferecia.

Na opinião de Estébanez⁹⁵, não existe polêmica alguma em considerar a obra de Paul Vidal de La Blache como básica e referência para se compreender o paradigma regional. Suas ideias aparecem dispersas em diversos artigos publicados em *Annales*, as quais foram recompiladas por seu discípulo E. de Martonne com o

⁹⁵ *Ibid.*, p. 55.

título *Principes de Géographie Humaine* (1922) e em *Le Tableau de la Géographie de la France* (1903). Nessas obras, centram-se as ideias e sugestões mais importantes de Vidal de La Blache.

Na obra *Principes de Géographie Humaine*, aparece o princípio da unidade geográfica e o significado do meio e da atividade do homem. As ideias essenciais dessas obras são o estudo da natureza e do homem, destacando como o meio natural proporciona ao homem uma gama de possibilidades que é desenvolvida de acordo com seus desejos e capacidades, criando assim um hábitat. O homem estabelece relações com o meio não de forma individual, senão pelo legado histórico e objetivos fixados pelo grupo ao qual ele pertence. Portanto, esse enfoque vidaliano concede uma grande importância à História e a ela recorre para avaliar os marcos da vida e os objetivos cambiantes dos grupos humanos.

Estébanez⁹⁶ destaca outro conceito essencial de Vidal de La Blache compilado nas obras de E. de Marttne. É o conceito de gênero de vida que são produtos e reflexões de uma civilização e o resultado integral das influências físicas, históricas e sociais que rodeiam a relação do homem com o meio em um espaço concreto. Para Buttner (1980), La Blache propunha estudar a natureza e a sociedade de forma holística, permitindo o diálogo homem-natureza. Sobre essa relação homem-natureza, Gómez *et al* (1982, p. 251) salienta que o homem foi durante muito tempo, o discípulo fiel do terreno, e o estudo deste terreno nos contribuiu para ilustrar o caráter, costumes e as tendências dos habitantes desse local.

Na visão de Buttner (1980), o conceito de gênero de vida proposto por La Blache era formado por três componentes: produção material em relação aos recursos materiais, meios de nutrição e combinação de atividades agrárias e não agrárias. O gênero de vida é a expressão do diálogo homem-natureza. La Blache relacionou a noção de gênero de vida e meio natural com o conceito de meios de vida, ou seja, com os meios de adaptação de um povo aos recursos naturais. Sugere também, que a distribuição de uma população poderia ser estudada investigando-se como os meios de vida aparecem como resultado da evolução de diferentes gêneros de vida. Assim, ao se crer que a Geografia Humana estaria estreitamente vinculada com os meios e gêneros de vida, deveria então dedicar-se a

⁹⁶ *Ibid.*, p. 57.

entender como as condições bióticas e físicas manifestam-se na vida social de diferentes grupos humanos.

Nesse contexto, Herrero (1995, p. 47) menciona que L. Gallois, em sua obra *Regions naturelles et nom de pays* (1907) analisou e descreveu profundamente os elementos constitutivos da região como relevo ou plástica do território, clima, vegetação, agricultura, fauna e o homem, fixando sua investigação fundamentalmente no homem “habitante” que vive no campo herdado de seus antepassados. E dessa análise concebeu as paisagens como uma mescla de influências humanas e elementos naturais. Nesse sentido, Capel (1981, p. 332) resgata as ideias de Berdolay (1975) em que afirma que um indivíduo geográfico não resulta simplesmente das condições geológicas e climáticas, não é algo completamente livre das mãos da natureza, pois é o homem que revela a individualidade de um território ao moldá-lo para o seu próprio uso.

2.2.2 Da paisagem natural à concepção da paisagem cultural

Ao recorrer à compreensão da paisagem natural sob viés possibilista buscamos entender nessa abordagem a importância do desenvolvimento sociocultural de uma comunidade e as formas como o homem, ao longo da história, vem transformando essa paisagem. Os estudos de Claval (1974) sobre a paisagem sob essa abordagem destacam a relevância do trabalho humano, a formação de um meio e as atitudes coletivas na caracterização da paisagem. Demonstram que o estudo reduzido na escala do indivíduo possibilitava visualizar a originalidade humana de uma região. Os elementos humanos e históricos adquiriam supremacia sobre os elementos naturais.

Capel (1981), ao falar da paisagem na abordagem possibilita, referencia Vidal de La Blache o qual concebia a paisagem como uma realidade percebida e uma imagem da realidade como a de um mapa. Capel ressalta que La Blache recebeu grande influência da corrente historicista, introduzindo um matiz importante em seu estudo, no qual a descrição dos fenômenos não significava renunciar à explicação. Dessa forma, nenhum indício, ou matiz, deveria passar despercebido, pois cada um tinha o seu valor geográfico. A complexidade dos fatos e o perigo da

simplificação e rigidez poderiam oferecer riscos de interpretação pela multiplicidade de informações e o caos. Em qualquer situação, os fenômenos naturais de ordem geográfica nem sempre traduziam as categorias do espírito.

A influência da corrente historicista na concepção da paisagem natural também pode ser observada em Bolós (1976) que a concebe como uma porção de espaço caracterizado por um tipo de combinação dinâmica, instável, de elementos geográficos diferenciados – abióticos, bióticos e antrópicos – que atuam dialeticamente uns sobre os outros. Caracterizando a paisagem como um conjunto indissociável que evolui tanto sob o efeito das interações entre os elementos que a constituem como sob a própria dinâmica de transformação de cada um dos elementos considerados separadamente.

Sobre essa dinâmica de transformações, Gonzalez (1981) considera que são características fundamentais de muitas paisagens, mas o que surpreende é o grande contraste entre as velocidades dos processos nos diferentes elementos da paisagem. Por exemplo, as transformações nos elementos geológicos que podem ser tão lentos que não são percebidos na escala de duração da humanidade. Ao mesmo tempo, em uma paisagem podemos encontrar traços de épocas distintas, partes de idades diferentes, superpostas e entremescladas. As transformações na paisagem natural têm como uma das causas as ações climáticas, mas a mais significativa são aquelas provocadas pelas atividades humanas, cujos vestígios se iniciaram nos primeiros momentos da humanidade.

O geógrafo Oscar Schmieder (1891-1980) afirma que uma paisagem natural transforma-se em uma paisagem cultural a partir do momento em que ocorre a ação humana (CAPEL, 1981, p. 346). Essa afirmação aparentemente tão simples foi amplamente discutida pelo geógrafo Otto Schlüter (1872-1952) que reconheceu a dificuldade em distinguir entre paisagem natural *naturlandschaft* e paisagem cultural *kulturlandschaft*. Considerava, pois, que os fatos sociais, econômicos, raciais, psicológicos e políticos somados a documentos e informações das mais diversas procedências, sejam de estudos geomorfológicos, históricos, linguísticos, arqueológicos, entre outros, poderiam influenciar significativamente na gênese e evolução da paisagem.

Nessa perspectiva, o estudo da paisagem para Schlüter convertia-se em um exame de suas características por meio dos processos de transformações ao longo do tempo, rejeitando a categorização dos fenômenos e a determinação de suas

distribuições ou associações. A preocupação centrava-se na classificação e cartografia das áreas terrestres com base no grau de impacto do homem sobre uma paisagem, analisando também a *gênesis* e evolução de uma paisagem com base na primitiva paisagem natural. Essa influência dos métodos geomorfológicos na descrição das paisagens culturais de Schlüter era particularmente clara nas obras do geógrafo Siegfried Passarge (1866-1958), o qual fez a distinção entre paisagens reais e paisagens ideais, correspondendo a cada uma delas, um estudo corológico⁹⁷.

Na opinião de Sauer (1998), o trabalho de Passarge era um tanto áspero e excessivamente sistemático, pois procurava determinar os fatos visíveis e significativos dispostos em uma área sem qualquer tentativa de explicação. Suas anotações abrangiam todas as categorias de formas da paisagem, começando com os efeitos atmosféricos e terminando com as formas de habitação, contemplando um amplo conhecimento morfológico.

Apesar do método sistemático de observação da paisagem, Capel⁹⁸ salienta que Schlüter e Passarge influenciaram a Geografia dos anos de 1930 e depois da Segunda Guerra Mundial, cujas ideias refletiram-se nas obras de R. Lütgens, Norbert Krebs, H. Dörries, entre outros. Em 1933, os estudos sobre morfologia da paisagem de H. Hassinger (1877-1952) nortearam o desenvolvimento futuro dos estudos da paisagem, com êxito mundial, ao afirmar que a paisagem geográfica não era somente uma unidade fisionômica e estética, mas que compreendia todas as relações genéticas e funcionais associadas entre si na superfície do globo, mostrando uma aceitação implícita das ideias de Schlüter e Passarge.

Observa-se que nos estudos de Leo Weibel (1888-1951) havia certa afinidade com a paisagem cultural, pois sua preocupação pelo estudo da paisagem formulava-se, sobretudo, em uma paisagem econômica, na qual considerava que toda área habitada possuía seu tipo peculiar de economia determinada pelo caráter da forma de exploração econômica e o objeto da produção. Cada tipo de economia dava lugar a um tipo determinado de paisagem econômica. Essa associação da paisagem com atividade econômica também aparecia nos estudos do geógrafo Wilhelm Credner (1892-1948).

⁹⁷ A corologia real investiga o caráter individual de uma determinada paisagem, descrevendo-a e explicando-a em forma analítica e sintética, enquanto que a corologia comparativa se dedica a composição de paisagens abstratas e ideais, tendo em conta somente o típico e deixando o individual no fundo (CAPEL, 1981, p. 348).

⁹⁸ *Ibid.*, p. 348.

A preocupação com o problema da transformação da paisagem natural em uma paisagem cultural também foi focada nos estudos de Oscar Schmieder ao considerar difícil de analisar o grau de impacto do homem em uma escala continental, citando como exemplo a América do Norte, que perdera seu caráter de paisagem natural ainda nas penumbras da Pré-História. Capel menciona que outros autores também tinha a preocupação com os estudos sobre Geografia da Paisagem Cultural, citando, entre eles, Hermann Lautensach, B. Schultze, Hans Bobek, J. Schmithüsen, Hans Carol e M. Schwind (CAPEL, 1981, p. 349).

2.2.3 Dinâmica de transformação da paisagem cultural

A paisagem cultural apresentada por Carl Sauer (1998, p. 58) considera que o homem por meio de suas culturas faz uso das formas naturais, em muitos casos alterando-as e, em outros, destruindo-as, transformando a morfologia da paisagem natural. A paisagem cultural é modelada pelas marcas deixadas pelo homem em uma paisagem natural. Em outras palavras, a cultura é o agente, a área natural é o meio e a paisagem cultural é o resultado. A paisagem cultural desenvolve-se sob a influência de uma determinada cultura, cujas intervenções humanas ao longo do tempo vão transformando a paisagem natural (FIGURA 25). Nessa transformação, as intervenções humanas são os impactos causados pela população seja quanto à densidade ou com relação à própria mobilidade, às construções de habitações e à necessidade de produção e implantação dos meios de comunicação.

Esquema de básico de constituição de uma paisagem cultural

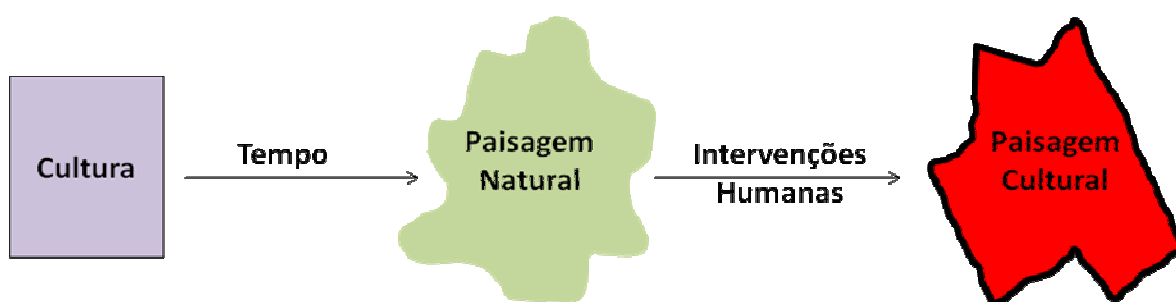


FIGURA 25 – TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL EM CULTURAL
FONTE: Adaptado de SAUER, C. O. (1998, p. 58).

Nessa transformação da paisagem cultural, Sauer (1998, p. 59) destaca que “com a introdução de uma cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem sobrepõe-se sobre o que sobrou da antiga”. Dessa forma, uma paisagem cultural está em constante movimento de transformação. Essa afirmação remete-nos a relação catalítica do homem civilizado com a área e os efeitos de deslocamento de culturas. Nesse sentido, com a abordagem da Geografia Histórica, Sauer menciona que é possível reconstruir as paisagens culturais passadas, da própria paisagem natural, para compreensão do desenvolvimento da paisagem cultural presente.

No contexto das cidades, esse rejuvenescimento da paisagem na visão de Jeudy (2005, p. 99) pode ocorrer por meio da inserção de uma nova cultura de gestão e planejamento que reflete a consolidação dos interesses de administradores públicos de um determinado período de governo. Assim, prefeitos e arquitetos visualizam a cidade como um objeto, cuja intenção é transformá-la numa obra de arte, garantindo a assinatura, “marca”, de um governo. A cada gestão, as transformações sucedem-se, as obras de arte nascem, várias são destruídas e poucas renascem, e no ritmo de suas metamorfoses, a cidade é vista como uma obra em plena realização, forjando sua própria unidade de uma maneira sempre projetiva.

Para Sauer (1998, p. 59), a força que modela uma paisagem cultural está na própria cultura, cujo processo de adaptação do grupo entre o habitat humano e a paisagem resulta nas expressões culturais de uma coletividade. Maderuelo⁹⁹ (2009, p. 215) afirma que a humanidade com suas diferentes culturas e habilidades técnicas têm se servido delas para sobreviver nas adversidades do meio, transformando a natureza originária em uma segunda natureza formada pelas representações que o homem tem de si mesmo e das coisas do mundo por meio do seu espírito, generalizando os outros objetos que não foram dados em si a não ser aqueles que surgem pela transformação dos elementos da natureza. .

Sobre essa segunda natureza, Maderuelo (2009, p. 216) acredita que, atualmente, tenha se convertido em um inferno coletivo, não na versão de Sartre¹⁰⁰ como um lugar de tormentos físicos e abrasadores, mas como o espaço em que um

⁹⁹ MADERUELO, Javier. *La mirada del arquitecto*. In: PISÓN, E. M.; CANTERO, N. O. (Org.) *Los valores del paisaje*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 2009 p. 215-231.

¹⁰⁰ Jean-Paul Sartre. *La puerta cerrada* (1944).

grupo de pessoas se vê condenado a conviver eternamente. Por esse motivo, considera a arquitetura de uma cidade um pecado original, em cuja essência existe algo para ser perdoado, referindo-se as agressões à paisagem com o abuso de práticas arquitetônicas. A ignorância, a arrogância, a cobiça e tantas outras faltas particulares das quais todos os cidadãos, como sociedade são responsáveis por conscientemente fomentarem o avanço da urbanização e como indivíduo que impulsiona a demanda de novas construções.

Dentro desse contexto, esse pecado original, segundo Andreotti (2008, p. 19) tem como mentor o arquiteto, responsável por ceifar a paisagem com seu próprio estilo e sua memória artística. Nessa mesma ideia, já mencionava Sauer (1998, p. 57) sobre certo pecado original quando remetia às “marcas” deixadas pelo homem na paisagem natural, pois o sentido de modelar poderia ser entendido como enquadrar, aprisionar, conforme seus interesses.

Podemos afirmar, então, que desse pecado original é que surgiram as paisagens híbridas mencionadas por Nogué (2009, p. 120) referindo-se à situação atual em que se encontram as cidades, nas quais não se visualiza com clareza os limites entre os núcleos urbanos e rurais. A estrutura e a morfologia da paisagem caracterizam-se por uma alta fragmentação e limites imprecisos. As fronteiras entre distintas unidades de paisagem que outrora podiam ser cartografadas milimetricamente disseminaram-se, gerando as paisagens híbridas, mestiças, de transição, sem solução de continuidade entre as paisagens urbana e as propriamente rurais. Isso se deve à emergência de novos espaços urbanos como resultado de intensas dinâmicas de metropolização e urbanização difusa e dispersa pelo território.

Nessa dinâmica de transformação da paisagem cultural, Andreotti¹⁰¹ (2008, p. 19) salienta que pensar no cenário de uma paisagem remete rigorosamente a pensar na cultura como ponto de partida de investigação, pois a paisagem cultural é a essência de uma paisagem. Isso significa que uma paisagem cultural não pode ser construída como uma estrada ou uma cidade, pois ela está presente na herança individual de nosso passado carregado de carga cultural das gerações anteriores. Por esse motivo numa paisagem cultural podem existir várias direções de interpretação e cada caminho implica uma abordagem diferente, pois é como uma

¹⁰¹ ANDREOTTI, Giuliana. **Per una architettura del paesaggio**. Trento: ValentinaTrentini Editore, 2008.

obra de arte que pode ter várias interpretações conforme os olhos de quem a interpreta. Intentamos a seguir refletir sobre essas diferentes interpretações nas perspectivas de abordagem de uma paisagem cultural.

2.3 PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM DA PAISAGEM CULTURAL

2.3.1 Olhares sobre a paisagem cultural

As diferentes interpretações da paisagem cultural remetem-nos a novos olhares, cujas abordagens ora se apresentam mais cientificista e ora sob o viés mais cultural. Essa amplitude de interpretações deve-se às diferentes contextualizações do conceito de paisagem, demonstrando por um lado a importância da interface com outros campos de conhecimento para sua melhor compreensão, uma vez que o termo “paisagem”, inclusive a paisagem cultural, não é exclusivo da Geografia. Por isso, compartilham-se diferentes interpretações além dos limites interdisciplinares, não menos importantes, mas que configuram o debate atual.

Na visão de Martínez¹⁰² (2009, p. 14) o termo “paisagem” por sua natureza científica e/ou cultural permite uma diversidade de olhares, uns com uma vertente mais estética, visual – a paisagem como panorama, como espetáculo, como entorno percebido – e outros concebidos como configuração de territórios, como formas dos espaços terrestres, numa estrutura dinâmica e em transformação. Com uma visão mais artística, parte da premissa que uma paisagem cultural é caracterizada pelo conjunto da forma, do rosto e da imagem. As formas da paisagem mostram-se, distribuem-se, e, organizam-se no espaço real dos fatos físicos. O rosto revela as formas territoriais que expressam estruturas geográficas e ecológicas, modeladas por usos históricos. A imagem da paisagem consolida-se nas formas que documentam o peso da cultura sobre o espaço como arquivos numa escala territorial.

Martínez¹⁰³ ressalta que a paisagem cultural constitui-se da necessidade humana de atribuir sentido cultural ao seu viver, aos seus atos, às referências e aos entornos. Cada civilização consolida suas próprias paisagens pela acumulação histórica de aportes identificáveis, carregados de significados culturais. A carga de valores culturais leva a paisagem a adquirir uma identidade que não se atribui ao contato exclusivo do território. Por esse motivo a paisagem deve ser entendida como

¹⁰² MARTÍNEZ PISÓN, Eduardo. *Miradas sobre el paisaje*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2009.

¹⁰³ *Id.*

um fato cultural, incluída num espaço natural, cujos elementos físicos passam a ser um conjunto de símbolos. Uma paisagem cultural sobrevive à trama persistente da natureza que consolida a realidade espacial e converte o território em uma paisagem no contexto cultural.

Os aportes identificáveis dessa acumulação histórica conduzem a uma exposição do passado, sendo essa a interpretação de Andreotti¹⁰⁴ (2008, p. 23) para paisagem cultural. Sob uma óptica mais artística e poética visualiza os valores do passado sendo retratados em um desenho que contém tudo que é visível e perceptível e no qual se reconhecem as vozes daqueles que há milênios já se foram. É uma espécie de poema escrito pelo homem no território. Para Andreotti, quando não existe um poema, o território não é uma paisagem. No mesmo sentido, Martínez (2009, p. 63) acredita que esse passado contempla a preservação da história de um lugar, ao longo do tempo, o que resulta também em um documento com muitas escrituras que estão gravadas na paisagem. Nesse documento escrito, revelam-se o tempo, o diálogo das coisas transcorridas, as modelações provocadas pelo homem, mostrando os conteúdos visíveis dos modos de vida que lhes deram a forma atual.

O desenho, o poema ou a escritura podem ser considerados na visão de Nogué¹⁰⁵ (2009) formas de representação da projeção cultural de uma sociedade em um espaço determinado, inseridos em uma realidade, espacialidade e temporalidade, objetivas, próprias do olhar do observador. Uma vez percebidos e codificados por meio dos filtros pessoais e culturais, impregnam-se de significados e valores que se convertem em símbolos. Assim, a paisagem, então, pode ser interpretada como um dinâmico código de símbolos que nos fala da cultura de seu passado, de seu presente e também de seu futuro. A legibilidade semiótica da paisagem, isto é, o grau de decodificação dos símbolos, pode ser mais ou menos complexa, mas em qualquer um dos casos está ligada à cultura que os produziu.

Nessa perspectiva semiótica, Claval (2004, p. 66) considera que o homem ao apropriar-se de um espaço procura transmitir alguma mensagem simbólica, mas essa busca por desvendar os signos da paisagem conduziu, na década de 1970, a muitas tentativas fracassadas porque as hipóteses eram muito frágeis e algumas vezes arbitrárias. Foi dessa arbitrariedade de interpretações dos signos que Brunet (1992, p. 339) após muitos questionamentos percebeu a futilidade do projeto

¹⁰⁴ *Id.*

¹⁰⁵ NOGUÉ, Joan. **Entre paisajes**. Barcelona:Àmbit Servicios Editoriales, 2009.

semiótico sobre a paisagem. Apesar de concordar que as paisagens eram portadoras de signos que transmitiam mensagens intencionais, em geral, fáceis de serem compreendidas desde que as pessoas estivessem familiarizadas com a cultura local. A mensagem de uma paisagem não era clara para os outros, somente para aqueles que conheciam o texto que ela procurava transcrever. A paisagem era aquilo que ela revelava a quem soubesse olhar.

Em Milani¹⁰⁶ (2007, p. 145), observamos a constituição de uma paisagem cultural mais refinada, na qual a mensagem transmitida ao observador é a expressão de uma paisagem como objeto estético, de contemplação. A paisagem apresenta-se à nossa percepção e fantasia como uma imensa escultura ou arquitetura do cosmos, incomensurável expressão visual de linhas e contornos, incessante dança ritmada das formas, postando uma linguagem poética de signos, espetáculo maravilhoso, sem prólogo nem epílogo. A valorização estética da paisagem cultural emana na consciência e no sentimento como uma exibição intencionada de um objeto natural anelado de um lugar ideal de fazer ou de imaginar. A paisagem nessa óptica é resultado do trabalho do homem e de sua imaginação criadora, na qual a natureza modela as formas na mente e na fantasia humana, forjando os eventos em função da velocidade do movimento do sujeito, das condições climáticas, das estações do ano e dos elementos físicos, como se houvesse uma coreografia do conhecimento sensível.

Por outro lado, Duncan¹⁰⁷ (2004, p. 105), fundamentado no conceito de cultura em Raymond Williams¹⁰⁸ propõe a leitura de uma paisagem cultural constituída com base em um sistema de criação de signos, pelo qual um sistema social é transmitido, reproduzido, experimentado e explorado. Numa visão hermenêutica¹⁰⁹, procura desvendar o significado da paisagem, considerando a interpretação do pesquisador sobre o que a paisagem significaria para aqueles que

¹⁰⁶ MILANI, Rafaele. *El arte del paisaje*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2007.

¹⁰⁷ DUNCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 91-132

¹⁰⁸ WILLIAMS, Raymond. *The Sociology of Culture*. NovaYork: Schocken Books, 1982. Para o autor a cultura é o sistema de criação de signos através do qual, necessariamente, uma ordem social é transmitida, reproduzida, experimentada e explorada. A prática cultural e a produção cultural não são simplesmente derivadas de uma ordem social constituída de outra maneira, mas são, elas próprias, os elementos principais em sua constituição.

¹⁰⁹ James Duncan (2004, p. 95) salienta que existe uma literatura extensa que contesta a noção de realismo etnográfico, sendo uma delas a Hermenêutica que se aprofunda no reconhecimento da discursividade do próprio pesquisador e o problema do círculo hermenêutico (problemas que surgem no processo de interpretação, ou seja, a compreensão original depende do significado de outros elementos ou do texto completo).

a produzem, reproduzem ou transformam. Assim, contestando um realismo etnográfico, valoriza as referências históricas, culturais e intelectuais para sustentar suas interpretações e assume seriamente as crenças, os valores e as explicações do senso comum.

Para Duncan¹¹⁰, a descrição de uma paisagem se constrói dentro do limite de linguagem e das estruturas intelectuais daquele que a descreve. As palavras dessa linguagem não têm correspondência exata com a realidade “exterior”. Elas se baseiam em “discursos que são significados partilhados constituídos socialmente, em ideologias, em séries de suposições do ‘senso comum’”. As mesmas palavras podem ter diferentes significados em diferentes discursos.” As descrições passam a ter significado somente em um sentido contextualizado.

São infinitos os olhares sobre a paisagem cultural, pois sua temática pode ser vista em diversos campos disciplinares, sob diferentes abordagens com diferentes interpretações. Entretanto Mata¹¹¹ (2006, p. 17) ressalta que o tema paisagem atualmente atravessa uma situação crítica e paradoxal. Sob um olhar focado na gestão do território, observa a demanda crescente de *paisagens de qualidade*, que são paisagens planejadas para atender à reivindicação dos cidadãos urbanos, os quais consideram viver bem quando em meio a entornos paisagísticos dignos. Outra tendência que observa nas cidades é a deterioração dos conjuntos paisagísticos, a desconfiguração do desenho natural de uma cidade pelos sistemas viários projetados, normalmente, desintegrado com o traçado original. Além disso, há a difusão dos meios de comunicação constituindo imagens de consumo de uma globalização desterritorializada, estimulando a produção de cenários soberbos em uma cidade, que já não tem mais nome e nem identidade. A paisagem passou a ser considerada como um elemento significativo de qualidade de vida e de bem-estar de uma população.

Entre os moradores de Barbado, a paisagem cultural retrata a verdadeira paisagem vivida, cujos diferentes olhares revelam o sentimento dos indivíduos pelo lugar e a essência do significado da paisagem local. Como descreve a professora Rosália que “paisagem é a beleza que a gente está vendo aí... é se sentir feliz num lugar”. Para Dona Leontina “não tem como explicar, não tem palavras pra descrever

¹¹⁰ *Id.*

¹¹¹ MATA, Rafael. Un concepto de paisaje para la gestión sostenible del territorio. In: MATA, Rafael; TARROJA, Àlex (Org.) **El paisaje y la gestión del territorio**. Barcelona: Diputació de Barcelona, 2006. 17- 40 p.

a paisagem de Barbado, porque toda parte que a gente olha vê boniteza, os vãos dos pássaros, tudo o que contemplamos é paisagem”. Dona Cesarina numa perspectiva mais romântica afirma que “paisagem é uma recordação tão boa que a gente tem”, cuja opinião é compartilhada pelo Senhor Jurandir que acredita que a paisagem é uma vivência com boas recordações, pois “todas as coisas que a gente vê e vive são as paisagens que vão ficando pra traz e com o passar da idade não dá pra olhar pra traz, tem que olhar pra frente e sempre ter o dia de amanhã melhor que o de hoje”. Já para o Senhor Lopes numa visão mais prática a paisagem “é um lugar quieto, que traz paz, que tenha paz”, que segundo Senhor Jair “se relacione e represente o ser humano que vive na comunidade. É o que significa pra mim, cada um tem uma opinião diferente”.

2.3.2 A paisagem “cultural” no momento atual

O debate sobre as transformações e a valorização da paisagem vem transcendendo amplamente nos últimos anos os discursos acadêmico e profissional, alcançando amplas camadas da população e convertendo-se em sujeito de primeira ordem no debate político. Esse redescobrimento da paisagem está diretamente vinculado à gestão das profundas transformações que estão sendo produzidas no território no âmbito da ordenação e gestão do território. Conformam a emergência do debate, da opinião pública e da gestão do território, a dinâmica de transformações territoriais, a falta de uma cultura de gestão dos espaços abertos não protegidos, as novas mobilizações sociais sobre as transformações da paisagem e, por último, as iniciativas de incorporação da paisagem na ordenação e gestão territorial (TARROJA, 2006, p. 41).

Segundo Tarroja¹¹², desde a criação da Convenção Europeia de Paisagem¹¹³, a paisagem passou a ser incorporada nas novas práticas de ordenamento, gestão e intervenção urbana emolduradas nos moldes dessa convenção. Nessa convenção, busca-se alcançar o desenvolvimento sustentável baseado em relações equilibrada e harmônica entre as necessidades culturais, sociais, econômicas e ambientais. Observa-se que a paisagem desempenha um papel importante no campo cultural, pois contribui para a formação das culturas locais, por ser um componente fundamental dos patrimônios natural e cultural, principalmente por contribuir ao bem-estar dos seres humanos e a consolidação de uma identidade.

A Convenção Europeia de Paisagem é um instrumento que visa exclusivamente à proteção, à gestão e ao ordenamento de todas as paisagens dos países membros do Conselho da Europa. Nesse documento, busca-se celebrar uma mesma linguagem para o tratamento da paisagem, proteção da paisagem, políticas relacionadas à paisagem, qualidade e ordenação paisagística e gestão das paisagens. Interessa-nos saber que nessa convenção entende-se por paisagem qualquer parte do território tal como a percebe a população, cujo caráter é o resultado da ação e da interação dos fatores naturais e humanos. A figura humana constitui a paisagem. Dessa forma, participa nas ações de proteção, gestão e ordenação do território a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável.

A paisagem tem sido objeto de interesse crescente de diversos organismos administrativos e governamentais, pois relaciona-se com várias políticas, principalmente, com as de meio ambiente, patrimônio histórico, agrária, ordenamento do território e urbanismo. Mas, carecem de enfoques bem definidos,

¹¹² TARROJA, Àlex. Transformaciones territoriales y valorización social del paisaje. In: MATA, Rafael; TARROJA, Àlex (Org.) **El paisaje y la gestión del territorio**. Barcelona: Diputació de Barcelona, 2006. p. 41-50.

¹¹³ Convênio europeu de paisagem aprovado em 20 de outubro de 2000 pelo Conselho da Europa, em reunião realizada na cidade de Florença (Itália) com a presença de todos os países membros desse Conselho. Até o presente momento, 35 países aderiram a esse Convênio, mas a entrada em vigor depende muito das decisões e consensos com os órgãos ambientais de cada país. Foi somente em 2004 que esse Convênio passou a vigorar com os seguintes países: Armênia, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Irlanda, Lituânia, Macedônia, Noruega, República Checa, República de Moldávia, Romênia, San Marino e Turquia. Em 2005, vigorava na Bélgica, Bulgária, Eslováquia, Países Baixos, Polônia e Portugal. Em 2006, o Convênio passou a vigorar nos países de Chipre, Finlândia, França, Itália e Ucrânia, e, em 2007, mais três países Letônia, Luxemburgo e Reino Unido. Recentemente em 2008 compõe o rol dos países que vigora esse Convênio a Hungria e Espanha. Os demais países que assinaram o Convênio em 2000 e ainda não colocaram o Convênio em vigor são Azerbaijão, Grécia, Malta, Sérvia, Suécia e Suíça. Dados retirados do Boletim Oficial de Espanha, n.31 de 05/03/2008. p. 62-63.

sendo empregada de forma banal, ambígua e incongruente. Isso se deve à falta de um tratamento científico sem unidade ao seu objeto, com metodologias e saberes que não se convergem, os quais descrevem a paisagem pelos processos naturais ou antrópicos, fatores esses considerados, nos estudos de paisagem, manifestações circunstanciais ou de menor interesse (ZOIDO, 1998, p. 29).

Atualmente, ainda carece de uma teoria e de um conceito de paisagem amplamente compartilhado pelas disciplinas e saberes que se ocupam de seu estudo e de seu tratamento projetivo e de ordenação. Essa consideração reflete-se, de fato, nas variadas considerações que a paisagem recebe nos instrumentos de planejamento territorial, principalmente, aqueles que se ocupam da questão paisagística (MATA, 2006, p. 20).

Nos países latinos, ainda não existe um modelo de conselho de paisagem como o da Europa, uma das alianças evidentes, mas que atua indiretamente na questão da paisagem, tendo como foco o desenvolvimento econômico¹¹⁴. No Brasil, o debate sobre paisagem caminha sob diversos olhares seja na abordagem disciplinar da Ecologia da Paisagem¹¹⁵, sob as regras de desenvolvimento do Estatuto da Cidade¹¹⁶, com o rigor da legislação ambiental do SNUC¹¹⁷ e do Código Florestal Brasileiro¹¹⁸, ou seja sob a política de preservação e tombamento do patrimônio coordenado pelo IPHAN¹¹⁹.

¹¹⁴ Em 26 de março de 1991 o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai assinaram o **Tratado de Assunção**, com vistas a criar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Em 1994, regulamentou-se a estrutura institucional (Protocolo de Ouro Preto). Mais tarde, em 2006, houve a adesão da Venezuela. Outros países são considerados Estados Associados, como a Bolívia (desde 1996), o Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia e o Equador (desde 2004). Nesse sentido, vemos que não seria difícil planejar uma Convenção semelhante a da Convenção Europeia de Paisagem.

¹¹⁵ Na **Ecologia da Paisagem**, pode-se observar duas principais abordagens: a geográfica que privilegia o estudo da influência do homem sobre a paisagem e gestão do território; e a ecológica que enfatiza a importância do contexto espacial sobre os processos ecológicos e a importância da conservação biológica (METZER, J. P. O que é ecologia de paisagens? In: **Revista Biota Neotropica**. v. 1, n 1/2, Campinas: Fapesp, 2001. p. 1-9.

¹¹⁶ Lei n.10.257 de 10 de julho de 2001 regulamenta o **Estatuto da Cidade**. A paisagem é construída e remodelada de acordo com os instrumentos urbanísticos de um plano diretor de desenvolvimento urbano.

¹¹⁷ Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000 institui o **SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Visa proteger paisagens naturais e pouco alteradas e de notável beleza cênica.

¹¹⁸ Lei n. 4.771 de 15 de Setembro de 1965 institui o novo **Código Florestal Brasileiro**. A paisagem é preservada, intocada, inalterada, com regras e penalidades aos infratores.

¹¹⁹ Lei n. 378 de 13 de janeiro de 1937 cria o **IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional cujo trabalho se dedica a fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização dos monumentos, sítios e bens móveis do país. Uma paisagem para ser observada e admirada.

De acordo com Machado¹²⁰ (2010), o Brasil já foi foco privilegiado de várias convenções: em 1972, com a Convenção do Patrimônio Mundial¹²¹; em 2003, com a Convenção Cultural Imaterial¹²² e, a mais recente, em 2005, a Convenção da Diversidade Cultural. Nesse contexto, é inevitável dizer que a paisagem cultural flui por entre esses debates como o ar que respiramos. Mesmo que não mencionada ela é delatada na própria cultura de uma comunidade.

Apesar de velada a discussão sobre paisagem cultural no meio “político”, acredita-se que a aprovação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais¹²³ seja, atualmente, um dos grandes avanços nessa questão. Por meio dessa Política, muitas comunidades tradicionais estão sendo reconhecidas como tradicionais e está sendo garantido a elas o direito de viver na terra em que, por gerações, a cultura vem se perpetuando. Nessa perspectiva, visualizam-se pequenas fendas nessa e em tantas outras políticas em que a paisagem cultural instaura-se, forjando sua existência. A paisagem cultural sob esses vários vieses ganha densidade nos debates culturais, sociais, políticos, urbanos e ambientais, consolidando-se como uma temática interdisciplinar, acompanhando as riquezas das expressões culturais e o processo acelerado de transformações da paisagem em um país com extrema diversidade cultural.

2.3.3 A paisagem e a abordagem Humanista-Cultural no Brasil

Atualmente, observamos nos Programas de Pós-Graduação em Geografia do Brasil acadêmicos de outras áreas disciplinares, por exemplo: arquitetos, turismólogos, historiadores, artistas plásticos, biólogos, entre outros, cujos diálogos têm sido muito interessantes e profícuos. Nesse sentido, o estudo da paisagem

¹²⁰ MACHADO, Jurema. No Brasil as relações entre cultura e desenvolvimento são desafiadoras. In: **Revista Desafios do Desenvolvimento**. v. 62, junho/julho 2010. Brasília: IPEA, 2010. p. 6-13.

¹²¹ O Brasil sediou em 1988, a reunião do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO. Tratava-se da principal instância decisória sobre a Convenção de 1972.

¹²² Para o aprofundamento sobre a Convenção da Cultura Imaterial e a Convenção da Diversidade Cultural e outros Projetos de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sugerimos ver em <<http://www.unesco.org/pt/brasilia>>.

¹²³ Decreto n. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 institui o PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

muitas vezes apresenta diferentes perspectivas e interpretações. Esses olhares na interface disciplinar têm resultado em novas significações e metodologias, além de grandes contribuições teóricas à Geografia brasileira.

Seriam essas novas contribuições que levaram a própria Geografia Humanística, no Brasil, a ser denominada como Geografia Humanista-Cultural? Essa é uma questão que ainda não está clara para os próprios acadêmicos. Na tentativa de contribuir, retomei as anotações das obras espanholas lidas durante o estágio de doutorado na Espanha e constatei que a denominação de Geografia Humanista-Cultural não é comum. O professor Clemente Herrero Fabregat e outros professores geógrafos da UAM também desconheciam essa denominação, não utilizada na Espanha, fazendo referência apenas à corrente da Geografia como Humanística.

O renomado geógrafo Paul Claval¹²⁴, ícone da Geografia Cultural, tem a clareza de que a questão cultural sempre esteve presente na Geografia Humana, desde seu nascimento no final do século XIX nos trabalhos de Friedrich Ratzel, Paul Vidal de La Blache, Otto Schlütter e Jean Brunhes. A cultura era velada, mas traduzida por meio dos artefatos criados, pelo gênero de vida e pelas transformações na paisagem. Até a década de 1950, os estudos sobre paisagem mostravam a diversidade do meio rural, das moradias, do desenho urbano, da arquitetura vernacular e das construções monumentais, mas não descreviam o comportamento humano. A paisagem era apenas inventariada.

Outra probabilidade para se considerar o olhar humanístico-cultural sobre o geográfico são as mudanças na política de cultura no Brasil, conforme menciona a arquiteta Jurema Machado, atual coordenadora de Cultura da UNESCO. Essa renovação no olhar da cultura deve-se às mudanças¹²⁵ ocorridas na Historiografia brasileira que passou a valorizar a história factual, a história do cotidiano, das ideias, dos comportamentos e das perspectivas dos diferentes atores. E, diante das riquezas e diversidade cultural e natural presentes no Brasil, não mais se privilegiam o acervo monumental e de origem europeia. São mudanças no olhar que levam ao

¹²⁴ CLAVAL, Paul. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 35-86.

¹²⁵ Nos últimos anos o IPHAN tem demonstrado mudanças no perfil dos bens tombados, valorizando as representações e diversidades culturais do país. Um exemplo recente desse novo olhar é o tombamento de bens culturais no litoral paulista decorrente da colonização de imigrantes japoneses. Algo impensável há alguns anos atrás (MACHADO, 2010, p. 9).

reconhecimento das representações das culturas tradicionais, do vernacular, do não monumental e da relação entre patrimônio natural e cultural.

Na Geografia, nos primeiros anos da década de 1960, a valorização do comportamento humano nos estudos geográficos levou ao descobrimento de uma dimensão subjetiva e a introdução da dimensão psicológica na ciência geográfica. Surgiram os primeiros trabalhos enfocando os problemas de percepção entre os urbanistas, como Kevin Lynch¹²⁶, e entre os geógrafos acentuam-se trabalhos distinguindo a percepção científica da percepção popular sobre as condições do meio. Na década de 1970, iniciou-se lentamente a aparição de uma tendência geográfica preocupada por temas mais vivos e políticos, por uma Geografia mais comprometida em que intervissem os fatores subjetivos, psicológicos e políticos. Surgiu uma nova corrente geográfica, a Geografia da Percepção e Comportamento, que assumiu o papel de ponte entre a Geografia Quantitativa e a Geografia Radical, porém, muito mais política e social (HERRERO, 1995, p. 51).

No Brasil, no início da década de 1980, surgiram os primeiros trabalhos sobre Geografia da Percepção e Comportamento, de autoria das geógrafas Livia de Oliveira e Lucy Marion Calderini Philadelpho Machado, professoras da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e do geógrafo Lineu Bley, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Esses estudos fundamentavam-se nos aportes teórico-metodológicos da Fenomenologia e do Existencialismo, influenciando toda uma geração de geógrafos brasileiros. Os livros de Yi-Fu Tuan¹²⁷, os estudos de Eric Dardel, David Lowenthal e Kevin Lynch tornaram-se comuns entre os orientandos desses pesquisadores (CLAVAL, 2007, p. 9).

Segundo Amorim Filho (1999, p. 81), ao final do século XX, um dos mais expressivos centros de estudo da corrente da Geografia Humanística era a UNESP de Rio Claro – SP, principal núcleo irradiador dos estudos de percepção ambiental, liderado pelas geógrafas Livia de Oliveira e Lucy Machado, formando uma rede de discípulos em todo o país. A primeira grande publicação sobre o estado da arte dos estudos de percepção ambiental no Brasil foi a obra de *“Percepção ambiental: a*

¹²⁶ Autor da obra *A Imagem da Cidade* publicada em 1960, em Cambridge, Massachusetts (EUA).

¹²⁷ A professora Livia de Oliveira traduziu para o português os livros *Topofilia* em 1980 e posteriormente *Espaço e Lugar* em 1983 devido a riqueza de reflexões teóricas dessas obras para a Geografia brasileira na época.

experiência brasileira”, publicada em 1996¹²⁸, sob a coordenação de Livia de Oliveira e do arquiteto Vicente Del Rio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Nas últimas três décadas, a herança desse olhar sobre o espaço geográfico ressignificado, regado em cultura e representações foi sendo disseminada por todos os cantos do país, amplamente discutida, e aplicada em interface com outras disciplinas. Despontaram diversos autores, cujas obras também se tornaram referenciais teóricos na atualidade brasileira e estão influenciando novas gerações de pesquisadores.

Na visão de Claval (2007), alguns desses ícones da atualidade brasileira vêm destacando-se com discussões teórico-metodológicas inovadoras na Geografia, na formação de grupos de pesquisa, e na mobilização e organização de colóquios¹²⁹ nacionais com a preocupação de compartilhar as experiências na área da Geografia Humanista-Cultural. Destaca a importante colaboração dos geógrafos Salete Kozel e Sylvio Fausto Gil Filho, professores do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR, e do professor Oswaldo Bueno Amorim Filho da PUC Minas, com a criação do NEER – Núcleo de Estudos em Espaço e Representações.

A origem desse núcleo de estudos surgiu a partir das inquietações desses professores ao observarem que muitos dos trabalhos do XII Encontro Nacional de Geógrafos¹³⁰ não haviam sido categorizados. Diante de tal situação e preocupação com os rumos da Geografia no país percebeu-se a necessidade de se criar um núcleo de estudos em que os trabalhos considerados “outros” pudessem ser reconhecidos e não ficassem no limbo de uma Geografia Impura. Nesse sentido, a professora Salete Kozel idealizou com os geógrafos Sylvio Fausto Gil Filho e Oswaldo Amorim Filho a consolidação do NEER ainda em 2003, o qual foi oficialmente formalizado em 19 de outubro de 2004. Assim, as principais diretrizes desse Núcleo foram traçadas com o objetivo de ampliar e aprofundar pesquisas na

¹²⁸ DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs) **Percepção Ambiental: A experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

¹²⁹ Em 2006 a UFPR na cidade de Curitiba sedia o 1º Colóquio Nacional do NEER com a temática “**Espaço e Representações: Reconstruções Teóricas do Geográfico**”. O 2º Colóquio Nacional do NEER ocorreu em 2007 na cidade de Salvador, sediado pela UFBA, com o tema “**Espaços Culturais: Vivências, Imaginações e Representações**”. Na cidade de Porto Velho realizou-se o 3º Colóquio Nacional do NEER sediado pela UNIR com o tema “**Cultura, Espaço e Representações: Mundos em Transformação**”.

¹³⁰ XII Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em 2000, na cidade de Florianópolis – SC.

abordagem humanista-cultural da Geografia, ressignificando a perspectiva do espaço e suas representações e agregando os valores sociais e culturais, bem como o repensar do ensino da Geografia no Brasil (KOZEL, S.; SILVA, J. da C.; GIL FILHO, S. F., 2007, p. 243).

O NEER nasceu com a determinação de reestruturar essa “marca” de Geografia Impura, fortalecendo-se a cada colóquio, com a crescente participação de novos pesquisadores, principalmente, com a articulação dos grupos de pesquisa de, atualmente, nove universidades brasileiras (UFPR, UFBA, UFRGS, UFG, UNIR, UFMS, PUC Minas, UEPG e FURG)¹³¹. Dessa forma, com uma extensa lista de pesquisadores, o NEER conforma-se como uma grande rede de trabalho *interdisciplinar*.

Nesse sentido, consideramos que a segunda grande publicação no Brasil que apresenta o estado da arte atual sobre os estudos da Geografia Humanista-Cultural é a obra “*Da percepção e cognição: reconstruções teóricas em Geografia Cultural e Humanista*”, publicada em 2007¹³², sob a organização dos geógrafos Salete Kozel, Sylvio Fausto Gil Filho e Josué da Costa Silva. Na visão de Claval (2007, p. 10), os artigos desta obra evidenciam uma grande preocupação em colocar a abordagem humanista-cultural numa perspectiva longa e *multidisciplinar*¹³³.

Com a articulação dos grupos de pesquisa da rede de diversas universidades vinculadas ao NEER abarca-se um leque de temáticas/abordagens:

¹³¹ UFPR – Universidade Federal do Paraná; UFBA – Universidade Federal da Bahia; UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; UFG – Universidade Federal de Goiás; UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia; UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; PUC Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas; UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa e FURG – Universidade Federal do Rio Grande.

¹³² KOZEL, S. SILVA, J. C.; GIL FILHO, S. F. **Da percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural Humanista**. São Paulo: Terceira Margem. Curitiba: NEER, 2007.

¹³³ Na busca por compreender e distinguir a palavra “multidisciplinaridade” que muitas vezes confunde-se com interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, recorremos à professora Léa Anastaciou, Doutora em Didática, que afirma que “a multidisciplinaridade é caracterizada pela proposição simultânea de disciplinas, de forma somática, sem que se explicitem relações entre elas, é o caso de currículo em grade. A interdisciplinaridade é a interação de duas ou mais disciplinas, desde ideias, ações, tarefas, até a interação de campos conceituais, leis e princípios, podendo até ocorrer o surgimento de uma nova disciplina, é o caso da Bioquímica. A transdisciplinaridade corresponde a uma integração total, dentro de um sistema globalizador, de modo a explicar a realidade para além do parcelamento disciplinar (ANASTACIOU, L. das G. C.; ALVES, L. P. Processos de Ensino na Universidade. Joinville: UNIVILLE, 2003. p. 52) Nesse sentido, Claval está correto, mas diante das definições de Anastaciou e dos trabalhos teóricos presentes em colóquios e publicações, poderíamos afirmar que existe um caminho da multidisciplinaridade à interdisciplinaridade e, por que não? a uma transdisciplinaridade.

[...] a Nova Geografia Cultural; Geografia Humanista-Cultural; Estudos de Percepção e Cognição em Geografia; Geografia das Representações; Geografia da Ação e da Estruturação; Estudos Bakhtinianos em Geografia; Estudos Lefebvrerianos em Geografia Social; Geografia da Religião; Geografia Escolar: Representações e Ensino; Teoria e Método na Geografia Cultural e Social (KOZEL, S.; SILVA, J. da C.; GIL FILHO, 2007, p. 243).

Conhecer a história do NEER e os avanços nas discussões teóricas e metodológicas apresentadas nos colóquios são algumas das referências para aqueles que desejam aprofundar-se em pesquisas na abordagem humanista-cultural. Mas a bússola para guiar os caminhos está na intuição de cada pesquisador, nas reflexões teóricas, na resignificação dos olhares, rumo à idealização de novas propostas metodológicas e na certeza de estarem contribuindo para o aprofundamento técnico-científico dessa abordagem em escala local, regional e global. Caminhando nessa direção buscamos na Geografia Humanista-cultural em sua abordagem fenomenológica um novo olhar sobre a paisagem, resignificando os signos que a constituem, agregando os valores sociais e culturais, e, principalmente, mostrando a importante colaboração dessa área da Geografia nos processos de intervenção pública em áreas preservadas.

CAPÍTULO III

Abordagem fenomenológica da paisagem

O amanhecer na Baía de Pinheiros



Kashiwagi, 2008

CAPÍTULO III

ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA DA PAISAGEM

A abordagem desta pesquisa fundamenta-se na Geografia Humanística, em sua vertente fenomenológica, cujo aporte teórico-metodológico visa contribuir nas análises do significado do mundo vivido, estruturando as construções sógnicas e desvendando a homonímia dos signos da paisagem. Neste capítulo, apresentaremos algumas discussões teóricas com cerne na Fenomenologia, situando-a no contexto da Geografia Humanística, suas contribuições e interfaces com outras áreas de conhecimento.

Num primeiro momento apresentamos a origem da Fenomenologia Moderna, compreendendo o pensamento de Husserl sobre os fenômenos e suas investigações sobre a natureza do conhecer e do sujeito cognoscente; das conclusões acerca da metafísica como a ciência que se refere às essências das coisas; do mundo (noema) de um sujeito que se constitui de atos (noesis) e o pensar cartesiano sobre os fenômenos, conduzindo Husserl a pensar a Fenomenologia como um método e suas consideráveis reflexões sobre o mundo vivido, além da importância teórica nas construções sógnicas peirceanas e interfaces com outras áreas de conhecimento como a Linguística.

Buscamos, na segunda parte do capítulo, apresentar as contribuições da abordagem fenomenológica à Geografia, discorrendo sobre a importância da Fenomenologia no contexto da Geografia Humanística que, ao ser incorporada, passa a ser notada e vista como possível aporte teórico e metodológico para as análises geográficas, como o conceito de mundo vivido nas análises da paisagem que valoriza o estudo dos lugares e as vinculações que unem os indivíduos a esses lugares, conferindo-lhes sentido selado pela intenção humana, pelo valor e pela memória.

Concluindo as reflexões sobre a leitura da paisagem na perspectiva fenomenológica buscou-se compreender a essência da categoria lugar, a qual desvela sentimentos, identidade espacial e o mundo vivido de uma paisagem. Abrindo-nos ao deslumbramento de um universo de imagens sógnicas que constituem uma paisagem vista somente por aqueles que as evocam.

3.1 CONTEXTUALIZANDO A FENOMENOLOGIA

3.1.1 As origens da Fenomenologia Moderna

Para se compreender o processo de incorporação da Fenomenologia aos estudos geográficos remetemo-nos às contribuições do pensamento do filósofo alemão Edmundo Husserl (1859-1938), considerado o fundador da Fenomenologia moderna. Com uma mente analítica, meditando à maneira cartesiana, Husserl¹³⁴ (2001) buscava uma filosofia rigorosa, um fundamento para o conhecimento. Compôs uma série de investigações acerca da natureza do conhecer e do sujeito cognoscente, aquele que pensa, logo existe. Uma afirmação pouco satisfatória para fundamentar uma ciência, pois para ele a ideia de um pensamento finito, limitado e imperfeito, com uma causa finita não poderia produzir um efeito infinito. Na busca pela ideia da perfeição, faz menção à imagem de Deus, um ser completo, cujo verdadeiro fundamento da fé não é a concepção *dele*, mas sim do Deus que existe em nós e se afirma pela ideia do infinito. Com esse pensamento de Husserl, poderíamos afirmar que é preciso existir para logo pensar.

Acreditando na existência de Deus no sistema cartesiano, logo a verdade estaria fundada, a certeza, a ciência positiva, a existência do mundo corporal, afastando o ceticismo. Sem Deus, o mundo sensível seria uma ilusão, e, com “ele” a existência do mundo estaria fundada. Para René Descartes (1596-1650), tudo que se apresentasse ao espírito com evidência seria absolutamente verdadeiro e toda a certeza e a verdade de toda ciência dependeriam do tão só conhecimento do verdadeiro Deus. Na evidência, o ser ou a determinação de uma coisa seria captada pelo espírito e com a certeza de que esse ser existiria, excluindo qualquer possibilidade de dúvida. Mas a evidência não excluiria a possibilidade de um objeto tornar-se, em seguida, um objeto de dúvida. Em contrapartida, uma evidência apodíctica¹³⁵ teria a particularidade de não ser somente a certeza da existência das

¹³⁴ Husserl, E. **Meditações Cartesianas**: Introdução à Fenomenologia. Tradução de Frank de Oliveira. São Paulo: Madras Editora, 2001.

¹³⁵ Termo de origem grega *apodeikticos* que significa evidente, necessariamente verdadeiro, ou demonstrável ou que admite certeza para além de qualquer dúvida. (BLACKBURN, S. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997)

coisas ou fatos evidentes, mas de que nenhuma dúvida é desprovida de sentido. Contudo, a apodicticidade poderia, conforme o caso, pertencer a evidências inadequadas.

Nesse sentido, Husserl conclui que a metafísica fundaria a ciência que se refere às essências das coisas e a inclusão da Física no quadro das ciências cartesianas estabeleceria a distinção entre alma e corpo, a possibilidade de existência das coisas materiais. A Metafísica, embora podendo servir de base para constituição de uma ciência segura, apresentava o problema da base empírica da Física cartesiana conduzindo a um caminho duplo do conhecimento das coisas, do saber, da experiência e da dedução. As experiências que se referiam as coisas eram frequentemente enganosas, uma vez que a dedução ou a operação pura pela qual se inferia uma coisa da outra poderia ser levada a cabo de modo incorreto, formulando juízos levianos e infundados. Não seria suficiente para fundamentar as ciências que se relacionavam com a experiência, tornando-as não certas, mas simplesmente prováveis.

Foi nesse aspecto que Husserl buscou um dos seus principais pressupostos para as ciências humanas, admitindo que um filósofo jamais deveria considerar finalizada uma busca, devendo estar pronto a abandonar os resultados e começar tudo novamente. Desse momento, parte para o desenvolvimento de um procedimento baseado no exame dos conteúdos da consciência do sujeito com a exclusão de todas as interferências externas, os pré-conceitos, denominando de Fenomenologia pura. A expressão “Fenomenologia” alcunhada por Husserl distinguia-se da forma como era entendida até o presente momento. Husserl afirmava que seu método era descritivo, mas distinto da descrição psicológica, admitia que todas as coisas do mundo ali estavam, mesmo que elas não pudessem ser percebidas.

Para Husserl, a consciência do sujeito era constituída por *noesis* (atos) que visavam a algum componente do *noema* (mundo), ou seja, o mundo do sujeito era constituído por seus atos. A natureza do conhecer de um sujeito ocorria pela pesquisa de suas noesis retornando às coisas dadas em suas vivências, isto é, em atos intuitivos. No mundo psíquico do sujeito, os objetos manifestam-se de diferentes modos e a consciência tornava-se constitutiva do mundo objetivo. Husserl distinguiu dois conceitos de consciência: a intencionalidade, aquela relativa a uma relação consciente com algo e a vivência intencional, a consciência no sentido pleno

da palavra. Além de uma outra, diversa, representada por uma corrente de vivências, intencionais e não intencionais, num fluxo contínuo, um movimento permanente de fenômeno, o fenômeno originário. Essas diferenças nas vivências ocorriam na forma como se referiam aos objetos e do modo como esses apresentavam-se, podendo ser proposicionais ou não proposicionais¹³⁶ (Esta pressupõe uma relação direta sujeito-objeto, a qual revela a raiz da certeza da existência de uma objetividade).

Husserl, na busca por uma ciência que caracterizasse uma unidade e fizesse uma conexão objetiva e ideal entre noesis e noemas além das verdades empíricas construídas ou verificadas e das leis lógicas, que possibilitasse a descrição dos atos intencionais, do vivido, do mundo da vida, instaurou a Fenomenologia como uma ciência de rigor e a fundamentação da Lógica.

O papel importante da Fenomenologia é a abstração da realidade do objeto com base na redução fenomenológica, a qual afasta a tese natural do mundo e investiga como funciona e estrutura-se a consciência para, então, admitir um pressuposto. Já a *epoque* fenomenológica ocorre em dois movimentos: no primeiro, há a redução eidética que busca as essências ou significados e, no segundo, a redução transcendental que busca a essência da consciência como constituinte das essências ideais. Com esses movimentos, Husserl acreditava que seria possível captar a percepção pessoal das pessoas e coisas por aplicação da redução fenomenológica, além de poder descobrir o próprio ego transcendental. Desse momento, a verdadeira tarefa fenomenológica principia com o reconhecimento da inegável existência do ego como a pura consciência, distinguindo-se do ego psicológico que é próprio da Psicologia.

A relação entre o pensar cartesiano e Husserl foi a exigência de se ter um método para o pensar filosófico e demonstrar que a subjetividade, apesar do seu sentido múltiplo, possibilitava a constituição do saber. Os estudos de René Descartes, pensador francês, impulsionaram a Fenomenologia para um novo tipo de Filosofia transcendental, uma filosofia voltada para o sujeito. Poderia até ser

¹³⁶ Para o médico português Fernando Dias, estudioso da ciência e filosofia da mente, uma atitude proposicional é um estado psicológico que implica a posse de conceitos, porque envolve necessariamente a cognição. Um indivíduo sem o conceito de neve, pode “ver a neve a cair”, mas não pode “saber que a neve está a cair”. Isto é, a Fenomenologia não milita a favor da atitude proposicional. Ver a neve a cair é testar num certo estado fenomenológico, condição apenas para a experiência. A Fenomenologia não tem nada a ver com atitudes proposicionais. Disponível em: <<http://ferndias.blogspot.com/2010/09/atitudes-proposicionais-e-emocoes.html>> Acesso em 13 jan 2011.

denominada de neocartesianismo, ainda que Husserl tenha rejeitado quase todo o conteúdo doutrinário cartesiano, por seu desenvolvimento radical. Husserl acreditava que para ser um filósofo é preciso voltar-se para si mesmo e, dentro de si, procurar inverter todas as ciências admitidas e reconstruí-las. É a filosofia um assunto pessoal, constituída como algo dele, sendo a sua sabedoria, seu saber, embora volte-se para o universal, seja adquirida por ele e a qual ele possa ter condições de justificar desde a origem e em cada um de suas etapas, apoiando-se em suas instituições absolutas.

Buscava um método do saber verdadeiro, as meditações de Descartes serviram de orientação, mas não foram exclusivamente a base para expor suas visões filosóficas. Ele acreditava que as meditações cartesianas serviam para todo o filósofo começar sua obra e dar origem a sua própria filosofia. As ciências positivas pouco se preocuparam com as meditações cartesianas que, entretanto, poderiam fornecer um fundamento racional absoluto. Apesar de dominarem três séculos com seu brilhantismo, aos poucos, as ciências positivas tiveram seu progresso bloqueado pela obscuridade nos próprios fundamentos.

Assim, com Descartes, a Filosofia mudou de estilo e passou radicalmente do objetivismo ingênuo ao subjetivismo transcendental, levando-nos a pensar o estado da Filosofia. A Filosofia ocidental do século XIX do ponto de vista da unidade científica encontrava-se em visível estado de decadência em relação às épocas precedentes. Desaparecera a unidade tanto na determinação do objetivo quanto na colocação dos problemas e no método. A fé empobrecida deixou de ser verdadeira e sem razão. Surgiu uma produção de obras filosóficas que crescia infinitamente, sem ligações internas, sem um embate sério entre teorias. Mesmo nos congressos filosóficos via-se o encontro de filósofos, mas não de filosofias. À Filosofia faltava um lugar espiritual comum em que pudessem convergir e fecundar-se. O que se via era uma imensa produção filosófica desordenada com uma mistura de grandes tradições, de recomeços e ensaios literários, visando não ao esforço, mas ao efeito.

Os impulsos das meditações cartesianas haviam perdido sua vitalidade primitiva, talvez porque o espírito de responsabilidade filosófica radical houvesse desaparecido. Husserl diante de tal situação da filosofia questionava-se sobre qual seria o sentido fundamental de uma Filosofia verdadeira. Respondia a si próprio indagando se o sentido não seria buscar libertar a filosofia de qualquer preconceito possível, fazendo dela uma ciência autônoma, com base em evidências do próprio

sujeito com justificativas absolutas. A nostalgia de uma Filosofia viva levou a muitos renascimentos, e ao ressuscitar das meditações cartesianas para o desvelar do significado profundo do ego cogito puro, conduzindo assim à Fenomenologia transcendental.

A evolução espiritual de Husserl¹³⁷ (1986, p. 14) intensifica-se, principalmente, anos após a publicação de *Investigações Lógicas*¹³⁸. O autor atravessa uma crise pessoal ao sofrer a humilhação de ver recusada pela Universidade de Gotinga o cargo de professor de Filosofia. O desprezo dos colegas o colocou em dúvida quanto à sua formação de filósofo. Na decisão de fazer luz sobre si próprio e seu trabalho, buscou nos pensamentos de Immanuel Kant esclarecer a crítica da razão lógica, da razão prática e da razão valorativa. Clarificou em traços gerais o sentido, a essência, os métodos, os pontos de vista capitais de uma crítica da razão para se chegar a uma ínfima firmeza da ideia da Fenomenologia como Filosofia transcendental, como idealismo transcendental, e a ideia da redução fenomenológica.

A Fenomenologia transcendental é a Fenomenologia da consciência constituinte, cujo interesse dirige-se para a consciência como consciência dos fenômenos, em duplo sentido: a) o *aparecer*: no sentido da aparência em que objetivamente aparece o fenômeno; b) o que *aparece*: no sentido da objetividade que aparece nas aparências do fenômeno. É tarefa da Fenomenologia transcendental investigar as correlações entre ato, significação e objeto, dilucidando entre o verdadeiro ser e conhecer

As Cinco Lições de Husserl¹³⁹ (1907), pronunciadas como introdução à *Lição sobre a coisa*, pertencente ao ciclo letivo e apelidado por ele próprio de *ensaio de uma Fenomenologia da coisidade* e, em particular, da espacialidade, tinha como ideia-meta a constituição de que toda espécie fundamental de objetos corresponde a uma constituição particular, e que a Fenomenologia deveria executar uma

¹³⁷ HUSSERL, E. **A ideia da Fenomenologia**. Tradução de Artur Mourão. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

¹³⁸ As *Investigações Lógicas* fazem passar a Fenomenologia por psicologia descritiva (embora fosse nelas determinante o interesse teórico-cognoscitivo). Importava agora distinguir esta psicologia descritiva entendida como Fenomenologia empírica da Fenomenologia transcendental. Nas *Investigações Lógicas*, a Fenomenologia psicológica descritiva concerne à simples esfera das vivências do eu que vive, referindo-se empiricamente às objetividades da natureza. Mas, para uma Fenomenologia que pretende ser gnoseológica, para uma doutrina da essência do conhecimento, desliga-se a referência empírica, surgindo assim a Fenomenologia transcendental, a qual na verdade foi exposta em fragmentos nas *Investigações Lógicas*

¹³⁹ *Ibid.*, p. 37-107.

investigação constitutiva acerca da constituição da coisa. Contudo essa ideia foi considerada por Husserl um novo começo por não ser superada logo à primeira vista, pois não foi compreendida e nem aceita por seus discípulos.

Nessas lições, Husserl¹⁴⁰ reflete sobre a crítica do conhecimento como condição da possibilidade da metafísica, cujo método seria o fenomenológico por ser a Fenomenologia uma doutrina universal das essências, em que se integraria à ciência da essência do conhecimento. Num primeiro momento, destas lições Husserl questiona-se e duvida se tal ciência seria possível, colocando em questão a Teoria do Conhecimento. Da dúvida da apreensibilidade do conhecimento assume como ponto de partida a meditação cartesiana sobre a dúvida: a existência do *cogitatio*, da vivência, o apreender e o ter intuitivos da *cogitatio* já são um conhecer, assim as *cogitationes* são os primeiros dados absolutos. Não se dúvida desta afirmação porque o conhecimento intuitivo da *cogitatio* é imanente já o conhecimento das ciências objetivas, ciências matemáticas é transcendente, existindo a dúvida. Pois, fica a dúvida de como o conhecimento pode ir além de si mesmo, atingir um ser que não se encontra no âmbito da consciência, cuja dificuldade é cessada no conhecimento intuitivo da *cogitatio*.

Para Husserl (1986, p. 24) a imanência é algo evidente, uma imanência inclusa (reell)¹⁴¹. No sentido psicológico, a imanência é real. É na vivência cognoscitiva, como realidade efetiva que é, ou na consciência do eu, a que pertence a vivência, que se encontra o objeto do conhecimento. “O imanente, dirá aqui o principiante, está em mim; o transcendente, fora de mim”. O imanente incluso é o indubitável porque nada mais se exhibe além de si mesmo. O imanente ingrediente é inquestionável e utilizável, já não o é o transcendente (o não inclusamente imanente), por isso a necessidade de uma redução fenomenológica, ou seja, a exclusão de todas as posições transcendentais.

Nessa reflexão, Husserl¹⁴² questiona-se em como obter a clareza, a possibilidade de apreender, ter diante dos olhos a essência da possibilidade de tal apreender e transformá-lo em dado, pois somente o ver não pode demonstrá-lo. As

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 23.

¹⁴¹ Artur Mourão tradutor do livro *Ideia da Fenomenologia* menciona que os adjetivos alemães “*real*” e “*reell*” são no português muito fáceis de gerar confusão, pois o primeiro significa, em Husserl, “*real*” no sentido mundano, pertencente à realidade natural, e o segundo quer também dizer “*real*”, mas em relação apenas às componentes do vivido, isto é, aquilo que forma parte da consciência e se encontra no termo fenomenológico. Seguindo a versão do tradutor espanhol José Gaos, considerou “*reell*” por ingrediente (incluso).

¹⁴² *Ibid.*, p. 25.

demonstrações científicas, as teorias físicas e fisiológicas das cores não proporcionam à claridade intuitiva do sentido da cor de quem as vê. A ciência do conhecimento que fala Husserl quer criar essa claridade, por isso, não se deve utilizar como suporte a ciência natural. A elucidação das possibilidades do conhecimento não se encontra nos percursos da ciência objetiva, pois é na redução fenomenológica que as essências dos fatos efetivam-se. Mas, fazer do conhecimento um dado evidente não significa deduzir, calcular e inferir novas coisas com base em coisas já dadas ou que valem como dadas.

Na busca pela claridade desse conhecimento, da essência da investigação fenomenológica, Husserl buscava tornar possível uma doutrina da essência do conhecimento. Entendia que o conhecimento pertencia à esfera das *cogitationes*, cujas existências eram garantidas pelo caráter absoluto, de dado na pura evidência, pela apreensão de uma objetividade que o tornava inquestionável. Essa objetividade da essência conduz a um conceito mais preciso da redução fenomenológica, o qual exclui o transcendental geral, ou seja, tudo que não é dado evidente genuinamente, dado absoluto do ver puro. Aceitam-se como fenômenos as realidades derivadas nas ciências por indução ou dedução embasados em hipóteses e fatos, ficando suspenso todo recurso, saber ou conhecimento, cuja investigação deve manter-se no ver puro.

Trata-se de uma investigação na esfera da evidência pura, da investigação das essências, do campo absolutamente dado em si. Um campo do conhecimento absoluto, no qual ficam indecisas as multiplicidades matemáticas, as objetividades científicas, cujo conhecimento não depende dessas coisas, vale o que vale, seja cético ou não. O fundamento de tudo é a captação do sentido do dado absoluto, da absoluta claridade do estar dado que exclui toda a dúvida que tenha sentido, busca-se a captação do sentido da evidência absolutamente intuitiva, aquela que a si mesma apreende-se.

Nesse sentido, a evidência parece um simples ver, um olhar do espírito desprovido de essência, um olhar em si indiferenciado, mas o ver divide as coisas e no intuir verdadeiramente evidente, as coisas existem na consciência e o ver centra-se nelas. E o sentido da imagem é captado, tomado e apontado para algo que simplesmente é e está ali, as diferenças estão nas coisas que têm em si mesmas as próprias diferenças. Numa análise mais precisa, vemos o quão diverso revela-se o ver as coisas. Não tem sentido falar das coisas que simplesmente existem e

precisam ser vistas, mas que esse simplesmente existir são certas vivências de uma estrutura específica e mutável. Existem a percepção, a fantasia, a recordação, a predicação e as coisas não estão nelas como num invólucro ou num recipiente, pois constituem-se nelas, as quais não podem encontrar-se como ingredientes dessas vivências. O *estar dado das coisas* é a representação de tal modo em tal fenômeno. Assim, as coisas não existem para si mesmas e enviam para dentro da consciência os seus representantes.

Husserl¹⁴³ considera que as coisas são e estão dadas em si mesmas no fenômeno, valem individualmente separadas do fenômeno, mas essencialmente são dele inseparáveis. Salienta que apesar da correlação entre fenômeno e objeto, adverte que o campo das tarefas e investigações da Fenomenologia não é uma coisa tão trivial como se houvesse apenas que olhar, simplesmente, abrir os olhos. Parece fácil falar da correlação, mas difícil é elucidar o modo como se constitui no conhecimento um objeto real transcendente, pois se necessitam esclarecer os atos isolados e suas complexidades, os sentidos de concordância e discordância e suas finalidades. De forma metódica, Husserl buscava analisar gradualmente os dados em todas as modificações de autenticidade, simplicidade, tempo de constituição, a absolutez, a fim de que esse trabalho de clarificação implícita proporcionasse uma valoração metafísica e validação como ciência. Apesar da metafísica servir de base para constituir uma ciência “segura”, quando imbricada com os dados da experiência, parecia perder seu caráter de certeza absoluta.

Outra correlação que a Fenomenologia tentava resolver era a valoração e o valor, pois se o termo “Fenomenologia” fosse empregado numa acepção tão ampla que abrangesse a análise de tudo o que se dava em si mesmo, poderia vir a reunir dados desconexos, ou seja, encontraria o comum no método da análise de essências na esfera da evidência imediata (HUSSERL, 1986, p. 35).

Nesse sentido, Entrikin (1980, p. 7) destaca que o pensamento de Husserl centrava na investigação rigorosa da experiência humana por meio da ciência da experiência e da reflexão, tornando possível observar e descrever as coisas tal como elas manifestavam-se em sua pureza original. Tratava-se da investigação daquilo que estava potencialmente presente, mas nem sempre era visto, ou seja, o encontro com “as coisas mesmas”. Foi Husserl quem propôs a “*epoché*” ou

¹⁴³ *Ibid.*, p. 33.

suspensão fenomenológica que significava a suspensão de qualquer julgamento, abandonando os pressupostos em relação ao fenômeno que se apresentava.

De forma mais clara, Amorim Filho (1999, p. 74) explica que a Fenomenologia para Husserl era a ciência das essências ou ciência dos significados, pois acreditava que somente após a apreensão da essência de alguma coisa é que apreenderíamos o seu significado. E uma das principais contribuições de Husserl foi a noção de *lebenswelt* ou mundo vivido. A busca por esse *lebenswelt* era uma atitude que tornaria possível entrar no fluxo de nossa experiência no espaço, no tempo e na sociedade. Todas as proposições de Husserl seriam possíveis desde que fossem baseadas na busca dos sentidos e das intencionalidades presentes em tudo que possui existência e que se constituem em dados essenciais para a ação fenomenológica da consciência. A teoria fenomenológica husserliana influenciou diversos pensadores que a divulgaram, atribuindo outros rumos. Alguns dos pensadores que se destacaram foram: Heidegger, Merleau-Ponty, Sartre, Max Scheler, Gabriel Marcel, Tran Duc Tao, Nicolai Hartmann, entre outros.

Entretanto, na visão de Araújo (2007, p. 89) o mundo vivido proposto por Husserl está longe de ser um conceito conclusivo, pois durante o percurso do pensamento de Husserl o conceito de *mundo vivido* esboçado na ideia do encontro da consciência referenciada pela experiência vivida, que se funda no sentido e significado compreensivo da vida, passa a apontar para uma direção hermenêutica¹⁴⁴. Tratava-se de uma virada no pensamento husserliano em relação ao fundamento estabelecido na ciência moderna, da libertação da Fenomenologia dos limites impostos por essa ciência. Assim, a insatisfação de Husserl com o sentido cartesiano atribuído à noção de fenômeno levou-o a refazer essa concepção, concebendo-o como as coisas aparecidas, mostradas como são em si mesmas e manifestadas pelas vivências na consciência e na capacidade imanente de outorgar sentido às coisas como pensamento puro.

¹⁴⁴ Hermenêutica é a arte de compreender, de interpretar, de traduzir de maneira clara signos inicialmente obscuros. A Hermenêutica progressivamente penetrou nos domínios das ciências humanas e da Filosofia (BESSE, J. M.; BOISSIÈRE, A. **Précis de Philosophie**. Paris: Nathan, 1998 p. 50).

3.1.2 Considerações sobre fenômeno na Fenomenologia

A noção de fenômeno na Fenomenologia é distinta daquela apresentada na ciência moderna, pois o fenômeno na racionalidade moderna dessa ciência é aquilo que se observa na natureza e que é passível de demonstração e experimentação científica. A ciência moderna não se conforma com uma empiria sensível, porque para ela toda a descrição da natureza só é uma passagem metódica para a explicação exata físico-química.

Na visão de Husserl, a crise instalada na Filosofia e na humanidade devido ao distanciamento entre as ciências da natureza e as ciências do espírito deve-se à forma como era considerado o mundo circundante da realidade natural. Dessa forma, Husserl partindo da ideia que na cultura grega o mundo circundante não é o mundo objetivo, em nosso sentido atual, mas sua representação de mundo, a concepção subjetiva do mundo buscou esclarecer que não cabia simplesmente considerar “a natureza do mundo circundante como algo por si alheio ao espírito e então querer fundamentar a ciência do espírito sobre a ciência da natureza e fazê-la pretensamente exata” (HUSSERL, 1996, p. 62).

Para Husserl, a descrição do fenômeno, na perspectiva do mundo vivido, é a descrição do vivido como ato de existir no mundo. O mundo vivido apresenta-se como um horizonte de expectativas, em que o fenômeno que aparece é sempre uma totalidade infinita de infinitas totalidades. O sentido depende da orientação do questionamento descritivo, das possibilidades pensadas em relação ao próprio fenômeno. Foi nesse momento que Husserl mostrou aberturas para a ciência em direção a outro saberes, em particular a Geografia, cuja articulação dos aspectos constituíam um fenômeno, situado num contexto, num mundo (PAVIANI, 1994, p. 569).

Segundo Araújo (2007, p. 87), a noção moderna de fenômeno confunde-se com a noção de fato, pois os fenômenos são constituídos por acontecimentos ou situações que se repetem e que possam ser reconhecidas pelo observador, o qual constitui sua descrição tal como lhe aparece. A descrição do fato em suas características fundamentais depende de um método apropriado de confirmação ou verificação e independência, em relação a crenças subjetivas ou pessoais de quem está empregando o método. O fato na acepção moderna de ciência distingue-se de

fenômeno porque implica a interpretação do fenômeno, tornando-o descritível, previsível e verificável.

Nessa perspectiva cartesiana Husserl, insatisfeito com o sentido atribuído ao fenômeno, buscou uma nova concepção, na qual os fenômenos da Fenomenologia seriam aqueles manifestados pelas vivências na consciência e na capacidade imanente de outorgar sentido às coisas. Na Fenomenologia husserliana, o fenômeno é o aparecer do objeto, uma manifestação. O ato cognoscitivo não se orienta por fato ou fenômenos externos ou internos, mas pela vivência da consciência no aparecer dos objetos, manifestado imediatamente à consciência, alcançada por uma intuição das essências, antes de qualquer reflexão ou juízo. Na Fenomenologia husserliana, o termo “fenômeno” significa as coisas aparecidas, mostradas como são em si mesmas, aquilo que aparece à manifestação da realidade ou aquilo que se mostra por si mesmo (ARAUJO, 2007, p. 86).

Martin Heidegger (1889-1976) estabeleceu com base nos estudos de Husserl sua própria interpretação do conceito de fenômeno, o qual deu uma nova orientação à Fenomenologia, com uma imagem ontológica relacionada com a hermenêutica. A palavra “fenômeno” significa o que se revela, o que se mostra em si mesmo. Alguma coisa que pode vir a revelar-se e a tornar-se visível em si mesma. Fenômeno também possui também o significado do que “se faz ver assim como”, do que “parece e aparece”. A compreensão de fenômeno depende de uma visão de como esses significados de fenômeno (fenômeno como o que se mostra, e fenômeno como aparecer, parecer e aparência) se inter-relacionam reciprocamente em sua estrutura. O que ambos exprimem não tem nada a ver com o que se chama de manifestação.

Para Heidegger, manifestação de alguma coisa não diz um mostrar-se a si mesmo, mas um anunciar de algo que não se mostra, manifestar-se é um não mostrar-se. O que não se mostra aquilo que se manifesta, também nunca poderá aparecer e parecer. Em Heidegger, a manifestação nunca será um mostrar-se no sentido de fenômeno, pois isso somente seria possível com base no mostrar-se de alguma coisa, mas esse mostrar-se que torna possível a manifestação não é a própria manifestação. Manifestar-se é *anunciar-se* mediante algo que se mostra, ou seja, *mostrar-se em si mesmo*, ou o que se *anuncia a si mesmo*, aquilo que em seu mostrar-se, aponta e indica algo que não se mostra. “Com a palavra manifestação indicamos algo em que alguma coisa se manifesta sem que seja em si mesmo uma

manifestação, o conceito de fenômeno não é definido mas pressuposto” (HEIDEGGER, 1993, p. 59).

Nessa ideia, Heidegger acredita que fenômeno nunca são manifestações, pois toda manifestação depende de um fenômeno. Um fenômeno é constituído da manifestação, no sentido de anúncio de algo que se mostra, e um fenômeno pode transformar-se em aparência, assim como a manifestação também pode tornar-se uma simples aparência. Por exemplo, um rosto sob a incidência de uma luz vermelha pode aparecer como se tivesse vermelho, o qual pode ser tomado como anúncio de febre, que por sua vez pode estar indicando um distúrbio no organismo.

Heidegger¹⁴⁵ salienta que perceber o sentido do conceito formal de fenômeno e seu uso na acepção *vulgar*, lembrando que o conceito vulgar aqui não é o conceito fenomenológico de fenômeno, é uma pressuposição indispensável para se compreender o conceito fenomenológico de fenômeno. Mas, para o aprofundamento da concepção de Fenomenologia como ciência dos fenômenos buscou compreender o significado de “logos”. Em Platão e Aristóteles, percebeu que o conceito de *logos* é polissêmico¹⁴⁶, logo, os vários significados tendiam a dispersar-se, sem um sentido básico, mas cuja aparência transformava-se ao apreender o conteúdo primordial de sua significação básica. Para Heidegger, o significado básico de *logos* é o discurso, mas o sentido próprio de discurso se traduziria em razão, juízo, conceito, definição, fundamento, relação e proporção. Como discurso, o *logos* seria “o revelar” aquilo de que trata o discurso. Mas, nem todo o discurso é autêntico¹⁴⁷ e possui esse modo de revelação no sentido de deixar e fazer ver, pois no seu exercício concreto o discurso tem o caráter da fala, de articulação em palavras.

O *logos* é uma articulação verbal em que sempre algo é visualizado e que pode ser verdadeiro ou falso. Tudo depende de libertar-se do que se entende por verdade. O que se busca é descobrir o *ser verdadeiro* e, quando há uma coisa na frente de outra (impedindo de ver) no sentido de encobrir, desvelamos o *ser falso*. O que é verdadeiro é a simples percepção sensível de alguma coisa, sendo esse o conceito grego de verdade, e que não poderá ser falso, somente se não houver a

¹⁴⁵ *Ibid.*, p.64.

¹⁴⁶ Palavra que vem do grego *poli* (muitos) e *sema* (significados). Refere-se a uma palavra ou expressão que adquire um novo sentido além de seu sentido original (SANTOS, M. F. **Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais**. São Paulo: Matese, 1963).

¹⁴⁷ O discurso autêntico a que se refere Heidegger é aquele que retira o que diz daquilo sobre que discorre, de tal maneira que, em seu discurso, a comunicação discursiva revela e, assim, torna acessível aos outros aquilo sobre que discorre (HEIDEGGER, 1993, p. 63).

percepção e o encobrimento do que é visto e ouvido. Por trás desse encobrir está um fenômeno de verdade derivado em muitos aspectos, constituído com a contrapartida da verdade do juízo. A função do *logos* reside em deixar e fazer ver, fazer perceber o *ente*¹⁴⁸, assim, *logos* poderia significar razão. Com esse discurso apofântico¹⁴⁹ Heidegger procurou esclarecer a sua noção de *logos*.

Sobre a hermenêutica fenomenológica de Heidegger, Leão¹⁵⁰ acredita que o homem quando termina de falar deixa de ser, o homem é o ser que fala mesmo quando não fala e cala, recolhendo-se no silêncio do sentido, assim como é o ser que morre, mesmo quando não morre e vive, recolhendo-se à temporalidade da existência. A fala remete para além ou aquém das palavras, onde não há nada, só se dá mesmo o nada. Trata-se de um nada criativo, um nada que permite originar-se a terra, o mundo, a história, os homens, ou seja, é um nada que constitui a estrutura *ser-no-mundo*. Esse *ser-no-mundo* não é o homem que se encontra no meio da natureza, ao lado das árvores, animais, coisas e outros homens, pois o *ser-no-mundo* é uma estrutura de realização. Um ser que justamente por retirar-se e calar-se, possibilita-nos falar, perguntar, questionar e dizer. É na experiência que nos apercebemos do sentido de todos os seres. Essa estrutura do *ser-no-mundo* da existência pode ser melhor entendida com o exemplo a seguir:

Quando, de manhã cedo, um físico sai de casa para ir pesquisar no laboratório... e sente brilhar nos olhos os raios de sol, a luz não lhe fala, em primeiro lugar, como fenômeno de uma mecânica quântica ondulatória. Fala como fenômeno de um mundo carregado de sentido para o homem, como integrante de um cosmos, na acepção grega da palavra, isto é, de um universo cheio de coisas a perceber, de caminhos a percorrer, de trabalhos a cumprir, de obras a realizar (LEÃO, E. C., 1993, p. 19).

¹⁴⁸ Na perspectiva heideggeriana “[...] o homem se esqueceu do ser que é, tornando-se ele próprio ente: o fundamento da ciência moderna provocou, portanto, a irrupção do esquecimento da presença do ser pela pretensa busca da totalidade do ente” (ARAUJO, 2007, p.31). Heidegger acreditava que ente é tudo de que falamos, tudo que entendemos, com que nos comportamos dessa ou daquela maneira, ente é também o que e como nos mesmos somos. Já *ser* está naquilo que é como é, na realidade, no ser simplesmente dado, no teor e recurso, no valor e validade, na presença, no há. O ser é sempre o ser de um ente. (HEIDEGGER, 1993, p. 32).

¹⁴⁹ Palavra de origem grega *apô* (embaixo) e *phaos* (luz). Etimologicamente o que ilumina, esclarece o que está oculto. O termo foi criado por Aristóteles que atribuía ao discurso apofântico à proposição em geral, isto é, ao discurso de índole atributiva, aquele que se distingue de outras formas de discurso, pois nem todo o discurso é uma proposição, somente aquele tipo de discurso em que reside o verdadeiro ou falso, aquele que propriamente falando é uma declaração e não uma petição, uma explicação ou uma súplica (SANTOS, M. F. **Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais**. São Paulo: Matese, 1963).

¹⁵⁰ Texto de apresentação escrito por Emmanuel Carneiro Leão na obra de HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Traduzida por Márcia de Sá Cavalcante. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

Para Heidegger, a luz fala não sob as leis físicas, mas fala de um mundo em que o indivíduo nasce, cresce, ama, odeia, vive e morre. Sem esse mundo originário o próprio indivíduo não existiria. Nessa estrutura de *ser-no-mundo*, a palavra “luz” poderia ser usada como fenômeno externo ou interno, por exemplo, a luz do Sol e a luz da razão, nem o Sol estaria somente fora de nós e nem a razão estaria exclusivamente dentro de nós. A existência em Heidegger não se dá na consciência de um *cogito* sem mundo, nem na complementaridade de sujeito e objeto. Ao contrário, abrange uma copresença originária que se realiza por uma história de tempo, espaço e gestos, que se desenvolve num mundo de interesses e explorações, de lutas e fracassos, de libertação e escravidão (LEÃO, E. C., 1993, p. 21).

3.1.3 Fenomenologia: a construção de um método

No início do século XX, com a publicação da obra *Investigações Lógicas* (1901), Husserl propunha com *o retorno às coisas mesmas* anunciar um novo método de pensamento que era revolucionário para a época predominada por filósofos lógicos e neokantianos. Voltar às coisas mesmas era recusar as argumentações doutrinárias, o retorno às experiências do sujeito e a contrariedade ao formalismo simbólico, ou seja, ir contra o método que se contentava com a compreensão simbólica das palavras, tidas como autocoerentes e regidas por uma concepção formal da verdade. Husserl acreditava em uma verdade que fosse construída pela experiência e intuição, na qual, por exemplo, um objeto não seria conhecido a não ser que ele fosse dado em uma evidência intuitiva atestado na primeira pessoa (DEPRAZ, 2007, p. 30).

Para Husserl, o método simplesmente descritivo era pobre, pois supunha a descrição de uma experiência singular no espaço e no tempo, descrevendo-a o mais completo possível sem negligenciar quaisquer facetas que constituíssem um objeto. Mas, na visão de Husserl, a atividade de descrição poderia haver dois extremos: não completar e ser o mais completo possível. Com isso, a descrição poderia supor também muita autenticidade e transparência em relação a si mesmo, mas implicaria alguns requisitos primordiais para que fosse uma descrição pura e plena. Na

descrição pura (não completar), dependia-se muito do olhar do observador e de sua relação imediata e profunda com tal vivência, a integração dos traços de sua memória de outros eventos, de sua própria imaginação de outras situações, para descerrar da vivência o que poderia ter de mais privado e subjetivo.

A pobreza nessa descrição consistia na inclusão de elementos que provinham de vivências anteriores, imaginadas, transmitidas pelos outros. Já na descrição plena (ser o mais completo possível) buscava-se a satisfação de todos os aspectos da experiência vivida, quer se trate das diferentes modalidades sensoriais, das tonalidades emocionais, das temporalidades em ação, dos mais diversos estados mentais ou cognitivos, da abertura aos outros e da situação histórica.

Nesse sentido, Husserl verifica que no método de descrição plena para descrever os fenômenos era preciso uma linguagem, para poder objetivar a experiência e poder comunicá-la aos outros, dotando-a de uma qualidade de verdade intersubjetiva. Cita como exemplo, um pintor ou compositor que comunicam suas experiências pela linguagem da pintura e música respectivamente, assim como as expressões corporais, demonstrações de afeto, os simples gestos e a própria conduta social de um indivíduo traduzem uma experiência íntima. Isso significa que uma atividade descritiva necessita de categorias linguísticas articuladas (DEPRAZ, 2007, p. 32).

Nesse sentido, a consolidação de um método fenomenológico husserliano se embasa na *redução* que fundamenta toda a edificação fenomenológica, em suas diferentes formas: conversão reflexiva, variação eidética e a epoché transcendental. Na primeira forma de redução, a **conversão reflexiva**, nas palavras de Husserl seria a conversão do olhar, uma metáfora da visão. No significado original da reflexão, seria a reviravolta, mas a reflexão como conversão *convertere* remeteria ao gesto de *voltar para si* desviando-se do mundo, operando uma volta, quase completa, porque a reflexão estaria impedindo que essa volta se fechasse, mediante o novo, os objetivos do mundo que traçam essa volta.

Na **variação eidética**, o olhar detém-se aos próprios atos e vivências, buscando-se a essência das vivências, e para isolar a essência daquilo que vê para se alcançar a verdade é preciso se aprofundar na multiplicidade concreta dos atos e vivências já vividos, evitando a generalização e a tendência à indução dos fatos. O ponto comum entre conversão reflexiva e redução eidética está na experiência de

uma modificação de nossa relação com aquilo que nos cerca, mesmo de nossa relação conosco mesmo.

Na terceira forma de redução, **a epoché transcendental** o olhar sobre os eventos, os objetos, e o mundo, sofre uma modificação, uma neutralização de sua validade. Essa neutralidade é uma suspensão de toda a ação, de todo o juízo, ou seja, de interrupção do curso natural de nossos pensamentos comuns, das ações cotidianas, motivando uma conversão do olhar ou ainda uma variação eidética. Nesse sentido, entendemos que o gesto da epoché como suspensão intervém desde o início, neutralizando aquilo que para nós é evidente, tornando-se possível as outras reduções.

A construção do método fenomenológico husserliano embasa-se nessas formas de redução fenomenológica, busca uma originalidade no método, mas que ainda atém-se ao caráter essencialmente descritivo. Já em Heidegger, a Fenomenologia transcendental passa a uma visão ontológica transcendental, propondo a expressão *ser aí*, ou seja, que indica um ser situado no meio do mundo, ou seja, um ser-no-mundo. No método heideggeriano, o uso do termo “ontologia” não visa designar uma determinada disciplina filosófica, ao contrário, com a diretriz sobre o sentido do ser, a investigação é tratada fenomenologicamente, mas não significa a prescrição de um ponto de vista ou uma corrente. Pois, o termo Fenomenologia diz, antes de tudo, um conceito de método e quanto maior sua autenticidade e quanto mais abrangente forem os movimentos dos princípios de uma ciência, maior será a originalidade e o afastamento dos artifícios técnicos tão comuns nas disciplinas teóricas (HEIDEGGER, 1993, p. 68). Para Heidegger,

[...] a ontologia e Fenomenologia não são duas disciplinas diferentes da filosofia, ambas caracterizam a própria filosofia em seu objeto e em seu modo de tratar. A filosofia é uma ontologia fenomenológica e universal que parte da hermenêutica da *pre-sença*, a qual enquanto analítica da existência, amarra o fio de todo questionamento filosófico no lugar de onde ele brota e para onde retorna (HEIDEGGER, 1993, p. 69).

Heidegger acreditava que a compreensão da Fenomenologia dependia unicamente de se apreendê-la como possibilidade. Nas análises fenomenológicas, o importante era observar e distinguir entre fazer um relatório narrativo sobre os entes, e apreender o ente em seu ser. Pois, era nessa *pre-sença* que havia de encontrar o

horizonte para a compreensão e possível interpretação do ser¹⁵¹. Em si mesma, a *pre-sença* é histórica de maneira que a explicação ontológica de um ente torna-se sempre e necessariamente uma interpretação referente a fatos históricos.

Nessa concepção de Fenomenologia como hermenêutica, Heidegger procurava estruturar uma renovação da Fenomenologia, capturando no princípio da presença do *ser* do *ente* e seu desvelamento como *ser-aí* (ser-no-mundo), a constituição do *ser* do homem, da mulher, da criança, de uma cidade, de uma comunidade, de um conjunto paisagístico, entre outras possibilidades geográficas, ou seja, a humanidade como realização. O *ser-no-mundo* não significava o contato com todas as coisas que constituem o mundo, mas era o estar familiarizado com uma totalidade de sentido, cuja familiaridade com o mundo seria, então, a compreensão do *ser-no-mundo* (ARAUJO, 2007, p. 94).

A hermenêutica fenomenológica heideggeriana é substituída em Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) por um processo mais radical de ontologização fenomenológica. Seguidor da Fenomenologia de Husserl, propunha como núcleo de sua filosofia um elaborado pensamento sobre a percepção humana. Na obra *Fenomenologia da Percepção* (1945), o autor apresenta a experiência do movimento corporal como mais originária que uma atividade perceptiva. Diferente de Heidegger, o mundo era apreendido com o próprio entrelace da carne. Merleau-Ponty encontrou na Fenomenologia uma possibilidade de revisar as noções de consciência e sensação, concebendo um novo método de entender as operações da consciência. Acreditava que a Fenomenologia com base em seus métodos poderia desenvolver uma renovação da Psicologia, contestando que a consciência seria composta apenas por um agregado de impressões sensoriais (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 339).

Para Merleau-Ponty (2000, p. 23), o corpo não era um mero autômato, sujeito às forças externas, pois numa conduta o sistema nervoso fazia uma fusão do psíquico e do corporal, dificultando os limites entre eles. Apesar destes limites de teorizações, a estrutura orgânica era necessária aos fenômenos psíquicos, mas não era suficiente para explicá-los. Por essa razão, a conduta perceptiva vem a tornar-se um paradigma na filosofia de Merleau-Ponty, pois a percepção emergia

¹⁵¹ A discussão ontológica da questão do ser remete a um complexo aprofundamento filosófico sobre a análise preparatória dos fundamentos da *pre-sença*, da *pre-sença* e temporalidade e tempo e ser que se encontram detalhados na Primeira Parte da obra Heidegger, M. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 1993.

precisamente dessas relações com a situação, as quais são produto da ação de um sujeito no mundo, em seu ser-corporal.

A noção da estrutura da percepção em Merleau-Ponty foi essencialmente fundamentada na Psicologia Gestalt, pois as demais correntes psicológicas acreditavam que a percepção era atribuída à faculdade intelectual. Desenvolve na obra *A estrutura do comportamento* (1972), a noção de estrutura extraída dessa escola, adquirindo importância filosófica para o desenvolvimento de uma nova compreensão do comportamento humano. Em suas pesquisas procurava distinguir entre psíquico e fisiológico, buscando a unificação destes conceitos, aproveitando-se do elemento comum entre ambos, o comportamento. Buscou mostrar que tanto o *racionalismo* como o *empirismo* não precisariam se anular mutuamente, pois acreditava que estas duas tendências não se opunham e que existia razão na experiência sensível e existia o sensível na razão (MERLEAU-PONTY, 1990, p. 16).

Nessa perspectiva, a contribuição do pensamento de Merleau-Ponty às análises fenomenológicas constituía-se na compreensão dos processos fisiológicos e sua influência na vida dos sujeitos por meio da noção de estrutura para com isso ir superando as dificuldades apresentadas pelas explicações de fenômenos psicológicos pautados na fisiologia. A noção de estrutura não violaria o caráter sistêmico do cérebro, mas revelaria um novo modo de conceber as interações entre seus componentes. A estrutura não era uma realidade física, mas objeto de um ato perceptivo. O comportamento era analisado em relação intrínseca com o meio, no qual o corpo atuava, não era simplesmente o efeito da estrutura orgânica.

Na visão de Moutinho¹⁵² (2006, p. 274), os deslocamentos conceituais na obra de Merleau-Ponty de 1945¹⁵³, com a criação do enigma do corpo, a qual tratava apenas da percepção de *outrem*, mas não da comunicação com outrem, partem para condução além da esfera da vida perceptiva, em direção ao conhecimento. Nesse percurso, Merleau-Ponty traz à luz o funcionamento da fala na literatura com

¹⁵² MOUTINHO, L. D. S. **Razão e experiência**: ensaio sobre Merleau-Ponty. Rio de Janeiro: Editora UNESP, 2006.

¹⁵³ Merleau-Ponty acreditava ser o corpo um enigma por ser capaz de tornar-se falante e veicular uma significação. O corpo quando fala não manifesta a alma ou pensamento, pois a fala, esse gesto do corpo, é na verdade uma instância originária da significação, ela não é tradução de um pensamento. Ao contrário o pensamento vem da própria fala, a significação dela se origina e as palavras deixam de ser um invólucro, uma veste do pensamento, para adquirirem elas mesmas um sentido. À medida que um pensamento encarna-se na fala, esta torna-se uma operação expressiva (MOUTINHO, 2006, p. 273).

a obra *A prosa do mundo*¹⁵⁴, afirmando pretender apenas começar uma teoria da verdade.

Da literatura Merleau-Ponty, envereda-se pela pintura buscando dar prosseguimento ao seu projeto genético e visando ultrapassar o campo da experiência perceptiva. Assim, “Merleau-Ponty viu-se na incumbência de desenvolver uma Fenomenologia da linguagem, pois é a linguagem que retoma e ultrapassa a percepção, instalando-se no campo do conhecimento” (MOUTINHO, 2006, p. 341). A percepção apenas inicia na verdade, mas é a linguagem que conduz à verdade e ao saber universal. Entretanto, após a publicação de *Fenomenologia da percepção*, Merleau-Ponty não se dedica imediatamente à linguagem, pois parte para escrever alguns ensaios sobre cinema, pintura, política, entre outros temas, consagrando seu esforço em realizar o ultrapassamento da vida da percepção, não em direção ao saber universal, que exigiria uma Fenomenologia da linguagem, mas em direção ao mundo da cultura.

No ensaio *A linguagem indireta e as vozes do silêncio* (1952), Merleau-Ponty anunciava algumas reflexões sobre a Fenomenologia da linguagem, o que o levou a tratar a pintura como uma linguagem trazendo à luz novos elementos para a Fenomenologia. A pintura, numa significação metafísica, contribuía para definir o nosso acesso ao ser, permitindo uma profunda abertura às coisas, proporcionada pelas qualidades segundas, ignorando a visão cartesiana de que a cor seria apenas um ornamento. “Refletir sobre a pintura, que toma a cor como um de seus temas, é refletir sobre nosso acesso ao ser.” (MOUTINHO, 2006, p. 343)

Na visão de Moutinho¹⁵⁵ (2006), o pensamento de Merleau-Ponty conduzia a uma nova relação entre ciência e filosofia, buscando a união da perspectiva realista e a perspectiva idealista, entre exterior e interior, fazendo desse encontro uma nova definição da razão. Afirma que isso não significava que a superação do elemento exterior tenha levado a uma perspectiva idealista, mas era a própria clivagem entre exterior e interior que começou a desmoronar e a exigir uma reforma no entendimento. A ciência ao apontar para a superação da clivagem entre exterior e interior, permitia que se pudesse voltar a falar do *Ser* abrindo caminho para a Filosofia deixar de ser um território ilhado. E, foi assim que a Filosofia constituiu-se

¹⁵⁴ Merleau-Ponty deixou esse manuscrito inacabado. Ele trata da natureza da linguagem, da pintura e da atividade da expressão. Em 1969, esses escritos póstumos receberam versão final de outro filósofo, Claude Léfort, convertendo-se em um dos principais títulos de sua obra.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 345.

novamente como ontologia e aproximou-se do discurso científico, em que o *Ser* desvelado pela redução não se limitou ao ser-determinado da ciência.

Para Merleau-Ponty (1999, p. 3), o prestígio da Fenomenologia e a seriedade filosófica caminham há muito tempo, e os discípulos a reencontram e reinterpretam, mas a unidade da Fenomenologia e o verdadeiro sentido estão em cada indivíduo. Não se buscou encontrar uma nova filosofia, mas usufruí-la como método fenomenológico. Talvez por esse motivo, a Fenomenologia permaneça, ainda, em estado de começo, e principalmente em estado de promessa de novos olhares e investigação sobre o geográfico.

Na Geografia, a discussão da Fenomenologia, segundo Relph (1979) amplia-se notadamente como um frutífero método às pesquisas humanistas que buscavam a revalorização dos aspectos esquecidos na Geografia tradicional. A Fenomenologia, como no princípio já propunha Husserl, era fundamentalmente um método, o qual já teria provado sua riqueza em outros domínios disciplinares, apresentando-se como uma nova dimensão aos estudos geográficos. Contribuem para essa renovada dimensão: o caráter de utilidade de todo fato cultural, sempre inscrito dentro de uma perspectiva prática, ativa ou potencial, e o caráter antropocêntrico de todo conhecimento, do qual se deriva uma explicação que só é satisfatória à medida que é fundada sobre a compreensão das intenções e das atitudes humanas. Dessa forma, a fonte legítima do conhecimento era a explicação centrada sobre as experiências vividas cotidianamente e contextualizadas pelos instrumentos culturais que lhes são relativos (GOMES, 1996, p. 326).

3.2 ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA NA GEOGRAFIA

3.2.1 A Fenomenologia no contexto da Geografia Humanística

Na Geografia, os fundamentos da Fenomenologia adquirem sua importância com os trabalhos pioneiros dos geógrafos Edward Relph¹⁵⁶ e Yi-Fu Tuan¹⁵⁷, publicados na revista *The Canadian Geographer* (1970-1971), cuja nova perspectiva de abordagem influenciou outros geógrafos, em especial os humanistas. Dessa forma, a Fenomenologia ao ser incorporada à Geografia Humanística passa a ser notada e vista como possível aporte teórico e metodológico para as análises geográficas (ENTRIKIN, 1980).

Para Relph, a introdução dos princípios fenomenológicos à Geografia representava a busca de uma ciência mais humanizada, uma nova perspectiva para entender a constituição do mundo, mais atenta ao lugar e à comunidade que o habita. Considerava o aporte metodológico da Fenomenologia com condições ideais para o projeto humanístico, pois permitia resgatar os aspectos desvalorizados e esquecidos da Geografia tradicional. Tuan, com as mesmas preocupações, buscava restabelecer o contato entre o mundo e as significações, indo de encontro à essência dos conceitos de espaço, homem, e experiência, no qual o lugar contempla tanto a experiência como as aspirações de um povo. Baseado no amor do homem pela natureza, Tuan criou o conceito de *Topofilia* que seria o elo de afetividade do homem pelo lugar ou ambiente físico e para os sentimentos opostos de *Topofobia* (KOZEL, 2001, p. 135).

Com essa nova perspectiva, a Fenomenologia, então, consolida-se como uma filosofia madura e aceita universalmente e passa a conquistar papel importante na Geografia, tornando-se tema fundamental da Geografia Humanística (AMORIM FILHO, 1999, p. 86). Assim, a Geografia Humanística desenvolveu seu próprio conteúdo temático e metodológico, baseando-se fundamentalmente nos pressupostos filosóficos da Fenomenologia, juntamente com alguns aportes

¹⁵⁶ RELPH, Edward. An inquiry into the relations between Phenomenology and Geography. In: **The Canadian Geographer**. Fall. 1970. v. 14, p. 193-201.

¹⁵⁷ TUAN, Yi-Fu. Geography, Phenomenology and the Study of Human Nature. In: **The Canadian Geographer**. Fall. 1971. v.15, p. 181-192.

existencialistas, num contexto notadamente idealista. Os geógrafos humanistas denominaram de Geografia do mundo vivido, a valorização do mundo vivido e das intencionalidades subjetivas, na qual os valores são a chave da totalidade das experiências e o lugar é um importante componente da identidade como sujeito (GARCÍA¹⁵⁸, 1992, p. 9).

Por outro lado, García¹⁵⁹ (1992) ressalta que poucos geógrafos utilizam em sua totalidade um método propriamente fenomenológico, encontrando inspiração mais no espírito da Fenomenologia do que na prática de métodos fenomenológicos. Isto se deve à não distinção dos geógrafos humanistas entre Fenomenologia como método e Humanismo como atitude, gerando certa confusão em suas abordagens. E, salienta que críticos dessa tendência enfatizam a ineficácia para reconstruir uma Geografia com perspectiva científica, por ser incapaz de desenvolver métodos rigorosos de intersubjetividade e avaliação do mundo do sujeito, levando a aceitar múltiplas visões de mundo. As acusações desse subjetivismo radical, de interpretação voluntarista de intencionalidade e de falta de critérios de avaliação da experiência, estão entre as críticas mais comumente empregadas pelos críticos da corrente fenomenológica.

Nas palavras de Kozel (2001, p. 138), a Geografia diante desse novo contexto é criticada devido à diversidade de posturas e ambiguidades existentes no discurso dos geógrafos humanistas, os quais em suas obras estabelecem ligações com os domínios mais diversos, não constituindo uma metodologia única. O consenso entre os geógrafos humanistas parece ser de que somente o método intuitivo – entrar na mente dos indivíduos – é capaz de obter uma compreensão das metas, das intenções, dos sentidos e dos valores que o homem atribui ao seu ambiente.

García¹⁶⁰ acredita que, por mais que pesem as críticas e desqualificações, a Geografia Humanística em sua vertente fenomenológica contribuiu ao avanço da disciplina, reformulando conceitos, potenciando novos temas de estudo, métodos e técnicas de análise, e revitalizando e reformulando outros modelos tradicionais de investigação.

¹⁵⁸ GARCÍA BALLESTEROS, A. (Org.) **Geografía y Humanismo**. Barcelona: Oikos-Tau, 1992. p. 9-16.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 11.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 15.

Corroborando, Kozel (2001, p. 112) reforça a ideia de que a Geografia Humanística ao incorporar a Fenomenologia buscou renovar a Geografia, evidenciando as bases teóricas desse olhar geográfico, tornando-a imprescindível para se proceder às análises das marcas culturais e sociais. Assim, o estudo sob o viés humanista objetivou uma nova relação com o mundo e uma nova dimensão de homem, resgatando seus sentimentos, crenças e tradições autênticas, desvirtuadas pelo racionalismo e cientificismo. O estudo das percepções, ao incorporar a subjetividade inerente ao vivido e às construções simbólicas do espaço, contrapõe ao espaço topológico mensurável, fruto da racionalidade. A concepção de mundo passa a destacar a importância dos lugares, do mundo vivido, dos significados e das representações, diversa da cartesiana positivista, relacionando de maneira integral o homem e seu ambiente.

Na visão de Araujo (2007, p. 96), grande parte dos trabalhos desenvolvidos que tomam como referência o papel do indivíduo na construção do seu mundo cotidiano tem utilizado a abordagem da Fenomenologia da percepção e ou das representações para a compreensão de como as atividades e os fenômenos geográficos podem revelar a qualidade da percepção humana. O sistema filosófico que se encontra mais presente na Geografia Humanística é a Fenomenologia que permeia as percepções e as representações do espaço geográfico. A Fenomenologia tem sido empregada de forma expressiva na pesquisa geográfica, particularmente, a brasileira, com presença significativa tanto numérica quanto qualitativamente. A Geografia Humanística, nessa abordagem, torna-se uma das tendências filosóficas mais significativas ao enfatizar as atitudes, os valores, os comportamentos e as representações do indivíduo.

Como cerne dessa reflexão, Herrero (1995, p. 61) afirma que a principal contribuição da Fenomenologia à Geografia Humanística foi o conceito de *lebenswelt* ou mundo vivido, no qual a apreensão de mundo é adquirida pelo conhecimento intuitivo e não sistematizado, e o ato humano de experimentar a vida permite apreender puras significações tal como são dadas. O conhecimento fenomenológico não pressupõe nada, mas intenta captar a essência ou ideia de um objeto tal como se apresenta diante da consciência do ser individual.

3.2.2 Contribuições do mundo vivido à apreensão da paisagem

A importância da contribuição do estudo de *lebenswelt* ou mundo vivido nas análises da paisagem, de acordo com García (1992, p. 12), deve-se à valorização do estudo dos lugares e às vinculações que unem os indivíduos a eles, conferindo-lhes sentido selado pela intenção humana, valor e memória. Na Geografia Humanística, essa compreensão holística de mundo vivido é fundamental, porque é nessa noção de mundo que se constitui o conjunto de fatos e de valores, e a experiência cotidiana de cada indivíduo. Com efeito, a Geografia Humanística, com o conceito de mundo vivido, vem contribuindo ao desenvolvimento de uma nova Geografia Regional, pois enfatiza, no estudo de paisagem, a ideia de especificidade dos lugares em função das experiências que se associam com os indivíduos e os grupos que os habitam.

Nogué¹⁶¹ (1985, p. 14) utiliza-se das diretrizes teóricas e metodológicas da Geografia Humanística, em seu sentido mais amplo, e da Geografia Fenomenológica em particular, para desvendar os fenômenos do mundo vivido e apreender a paisagem, realizando uma leitura humanística da paisagem tradicional. Essa leitura contempla a valorização das relações sensoriais, afetivas, estéticas e simbólicas que o indivíduo mantém com a paisagem que o rodeia, destacando que esses aspectos estão aparentemente evidentes, mas muitas vezes são negados. Ressalta a importância dessas relações por considerá-las fenômenos do mundo vivido geográfico de cada indivíduo e também por explicarem em detalhe o comportamento espacial de cada pessoa.

Nogué¹⁶² (1992, p. 88) acredita que, para conhecer-se a essência dos fenômenos que estruturam o mundo vivido, é preciso descrever o mundo cotidiano da experiência imediata do homem e da paisagem em que ele vive, sente e experimenta, explorando-se a abordagem fenomenológica. Na obra *Una lectura geogràfico-humanista del paisatge de la Garrotxa* escrita por Nogué¹⁶³ expõe resumidamente a pesquisa realizada em sua tese de doutoramento, na qual trabalhou com alguns grupos as experiências ambientais na localidade de Garrotxa

¹⁶¹ Nogué i Font, Joan **Una lectura geogràfico-humanista del paisatge de la Garrotxa**. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, Col·legi Universitari de Girona, 1985.

¹⁶² NOGUÉ I FONT, J. **El paisaje existencial de cinco grupos de experiencia ambiental**: ensayo metodológico. In: GARCÍA BALLESTEROS, A. (Org.) **Geografía y Humanismo**. Barcelona: Oikos-Tau, 1992. p. 87-96.

¹⁶³ Nogué i Font, J. (1985) *Op. cit.*

(Espanha) e paralelamente a essa leitura humanista da paisagem tradicional de Garrotxa complementou explorando a utilização da literatura e a fotografia. Com isso, Nogué acredita que a Geografia Humanística em sua vertente fenomenológica articulada com outras expressões de linguagem permite compreender o mundo vivido de um lugar e o desvendar da paisagem espetáculo, do conceito pictórico da paisagem e da paisagem existencial utópica.

Na perspectiva de Relph (1979, p. 4), a abordagem fenomenológica como método possibilita descrever os fenômenos do mundo vivido, porém uma de suas preocupações era de que suas complexidades poderiam conduzir a diferentes interpretações. Cita como exemplo John Wild (1963), Don Ihde (1973) e Herbert Spiegelberg (1975) que em seus estudos elaboravam breves descrições fenomenológicas, as quais tinham como intenção descrever, e não explicar, os fenômenos da experiência imediata, incluindo qualquer coisa experimentada. Relph buscou com isso ressaltar que, para se atingir essa finalidade, fazia-se necessário excluir as crenças nas explanações e nas considerações existentes e, igualmente, os próprios preconceitos, tentando colocar-se na posição daqueles que estão experienciando o fenômeno.

Isto é, numa pesquisa fenomenológica, acompanhar imaginativamente os atos e atitudes dos outros era uma habilidade que não envolvia necessariamente o idealismo ou recusa de nossas experiências, mas o retroceder e o exame delas mesmas. Dessa forma, os significados originais do mundo vivido teriam de ser descobertos porque não se apresentavam por si mesmos, por não serem absolutamente óbvios e estarem constantemente obscurecidos por conceitos científicos e pela adoção de convenções sociais.

Na mesma ideia Merleau-Ponty (1999, 2000) afirma que as percepções que os outros têm sobre os significados do mundo vivido não podem entrar em competição com quem está fora do contexto, pois podem deixar a impressão de uma palpação cega, uma vez que cada um assimila de um modo e tem sua própria percepção do vivido. Isso se deve à percepção sobre esse mundo real que não assimila a síntese da ordem do juízo, dos atos ou da predicação, pois a cada momento o nosso campo perceptivo é preenchido de reflexos que não permitem relacionar de maneira precisa o contexto percebido. Na verdade, o mundo é o que vemos, mas que, contudo, precisamos aprender a vê-lo. A percepção de um indivíduo não é uma tomada de posição deliberada sobre o mundo, pois a

percepção é o fundo sobre o qual todos os atos destacam-se e ela é pressuposta por eles.

De acordo com García (1992, p. 10), a valorização da relação de vinculação do indivíduo com o lugar, fundamental na apreensão da paisagem, foi consagrada na obra de Armand Frémont¹⁶⁴, evidenciando as relações dos homens com os lugares em duas escalas denominadas de espaço de alienação e espaço vivido. No espaço de alienação, o espaço é progressivamente esvaziado de seus valores, reduzindo a uma soma de regras locais regulados pelos mecanismos de apropriação e de condicionamento da reprodução social. O homem estranho a ele mesmo e aos outros, também torna-se estranho no espaço onde ele vive. Já no espaço vivido, ao contrário, é analisado pela dimensão afetiva e imaginária do homem, e pode ser observado desde a escala da casa, do bairro, de uma comunidade, da cidade, de um vale, da serra, do lugar, enfim, de uma paisagem. O homem cria o sentido de espaço, não somente pela atividade consciente e construtiva do pensamento teórico, mas também por um conhecimento intuitivo do espaço, o qual necessita ser expressado.

Nesse contexto, entendemos que identificar, interpretar e compreender os fenômenos do mundo vivido exige do observador muito mais que uma simples descrição de uma evidência imediata, mas o transcender do olhar sobre as coisas, visualizando muito aquém do que sua visão lhe permite. Penetrando-se no âmago, na essência, na compreensão dos objetos que se constituem na experiência, cujos significados são distintos entre os indivíduos. Esta distinção na apreensão dos fenômenos do mundo vivido, segundo Frémont (1976), varia conforme a fase em que se encontra o indivíduo, pois o espaço vivido naturalmente evolui com a vida e transforma-se à medida que a criança¹⁶⁵ cresce e torna-se adulta e posteriormente quando da fase adulta passa à velhice.

Na fase adulta, o espaço vivido é marcado pela passagem pela dupla experiência do casamento e do primeiro trabalho. O trabalho introduz contingentes de economia de produção, implicando deslocamentos, temporários ou definitivos e

¹⁶⁴ FRÉMONT, A. **La région espace vécu**. Paris: Presses Universitaires de France, 1976. p. 195-223.

¹⁶⁵ Nesta pesquisa o grupo de entrevistados contempla pessoas na fase adulta e idosos. Desse modo, o aprofundamento desta análise poderá ser consultado na obra: FRÉMONT, A. **La région espace vécu**. Paris: Presses Universitaires de France, 1976. p. 21-23. O estudo do espaço vivido da criança contempla quatro etapas: a primeira infância (do nascimento até três anos), a segunda infância (dos três aos seis anos), a terceira infância (dos seis aos doze anos) e a puberdade-adolescência.

início de novas relações sociais. Para estudos de localização econômica, a Geografia é um componente considerado no espaço vivido. O casamento é o início de uma nova vida a dois, implicando relações parentais. O espaço vivido adulto é afetado por rupturas, sendo o casamento a mais universal e significativa.

Outras intervenções no espaço vivido adulto são as grandes migrações definitivas, expatriações, deslocamentos por serviço militar, entre outras. O espaço vivido parece assim constituído de uma condensação de estratos sucessivos que se acumulam, que se pressionam, que se esfrelam e são esquecidos mais ou menos. Esses estratos comportam evidentemente os componentes pessoais, próprios a cada indivíduo, às suas qualidades e virtudes específicas, os quais estão inseridos num sistema de contingentes, cujo casamento, trabalho, serviço militar e migrações revelam as referências, de ordem econômica e social. O espaço vivido da idade adulta integra um espaço ordenado cujas obrigações excedem as da pessoa e dos familiares.

O espaço vivido em pessoas idosas ainda merece maiores estudos, pois são poucas as investigações de gerontologistas, sociológicos ou demográficos, os quais pouco abordam os problemas da velhice e muito menos o espaço vivido dessas pessoas. Mas, sobre essas bases, Frémont formula algumas considerações e percebe várias rupturas, simultâneas ou sucessivas, marcadas pela passagem da idade adulta à velhice, particularmente, a retirada do trabalho, o enfraquecimento das aptidões físicas, a diminuição da sociabilidade e das qualidades de adaptação, a morte frequente de contemporâneos.

Todas essas rupturas afetam obrigatoriamente o espaço vivido do idoso. O espaço social limita-se pelo desaparecimento de contemporâneos, parentes ou amigos, a alteração das relações psíquicas ou morais com as classes de idade mais jovem. A morte do cônjuge conduz à solidão. O espaço dissocializa-se. O acesso com espaços externos passa a ser mais difícil devido à degradação das faculdades de adaptação. Para uma pessoa idosa, uma viagem torna-se complicada, pois as suas condições físicas implicam mais tempo para realizar as coisas, as distâncias-tempo complicam-se, alongam-se e aumentam. Assim, o espaço na velhice inverte-se e retoma as conquistas infantis: da região à cidade, do bairro ao jardim ou vizinhança imediata e por último a casa.

Nessa perspectiva, Frémont mostra-nos que o espaço vivido de idosos sofre assim paralelamente uma profunda mutação psicológica. O espaço imediato é

fortalecido pelo aumento dos hábitos cotidianos, no prolongamento de cada gesto, em que cada objeto é carregado de valores excepcionais. A pequena cidade, o jardim ou a casa, até os ínfimos detalhes, concentram por um tempo todo o interesse do mundo. A memória, mesmo enfraquecida, desempenha relativamente um papel crescente até para substituir as percepções. O passado vivido substitui o presente de uma vida que está terminando. O universo da casa, o espaço vivido dos últimos anos, tornam-se lembranças. As fotografias, o uso das coisas, o vazio das peças da casa evocam um espaço passado, que fazem o presente ser desinteressante.

3.2.3 Concebendo uma leitura fenomenológica da paisagem

Conforme Salgueiro (2001, p. 44) a paisagem por muito tempo foi vista pelos geógrafos como uma porção do espaço geográfico que se abrangia com o olhar, sendo estudada pelas características espaciais. Nos últimos anos, a literatura geográfica tem apresentado uma transição nas definições da paisagem, partindo do enfoque objetivável (físico/ecológico) para o fenomenal (o modo de ver, a relação sujeito/objeto), apesar de ambas terem representação. Da mesma forma, observam-se posicionamentos diferentes entre os geógrafos, de um lado os geógrafos físicos que veem a paisagem sob uma perspectiva ecológica, prolongando a tradição naturalista do princípio do século e, de outro lado, os geógrafos humanistas e aqueles que têm ligações às escolas ditas do comportamento e do espaço vivido, os quais pesquisam a paisagem sob uma perspectiva essencialmente subjetiva.

Essa subjetividade, no contexto da Geografia Humanística, remete a investigadora uma perspectiva fenomenológica para o estudo da paisagem, cuja análise Kozel (2001, p. 138) possibilita o desvendar das relações simbólicas impressas pelos valores e sentimentos, assim como as representações que figuram, nesse espaço. García (1992, p. 13) salienta que essa concepção humanística, reformulou os conceitos de território e territorialidade, os quais antes com exposições etológicas, passaram a ter conotações existenciais e fenomenológicas, revalorizando-os e resgatando-os do esquecimento e do desprestígio. Todavia

Nogué (1992, p. 88) ressalta que essas reformulações aplicadas aos estudos de paisagem não foram bem aceitas pela Geografia tradicional porque as investigações não eram facilmente observáveis, demonstráveis e quantificáveis.

Na opinião de Nogué (1992, p. 95), o estudo da paisagem é um tema tipicamente geográfico e suas pesquisas não estão esgotadas, porém, o autor tem percebido em determinados círculos geográficos, nos últimos anos, que o tema paisagem vem sendo esvaziado em seu conteúdo, sobretudo no momento em que outras disciplinas (Arquitetura, Urbanismo, Antropologia, Belas Artes, Filosofia, etc.) começam a revalorizar e recuperar a paisagem como objeto de estudo. Essa fragmentação no estudo da paisagem pode afetar a Geografia como ciência, pois Nogué acredita que a Geografia Humanística e a paisagem se inter-relacionam por meio da interdisciplinaridade e não pela compartimentação do conhecimento. Para o autor, a Geografia Humanística não rejeita a paisagem, ao contrário, valoriza-a, revitaliza-a e completa-a de conteúdo. A Fenomenologia oferece-nos uma possibilidade de estudar a paisagem sob uma nova óptica, recuperando-a sob o olhar geográfico.

Já para Kozel (2001, p. 137), esta interrelação da Geografia com outras disciplinas, tais como a Arte, História, Sociologia, Antropologia, Psicanálise, Psicologia e Linguagem, tem permitido o aprofundamento do estudo das relações de subjetividade do homem com o seu meio e buscado subsídios para as interpretações culturais, reunindo o maior número possível de elementos referentes a valores e significações de um grupo. Contudo, salienta que muitos desses estudos não são devidamente considerados por diferirem em termos metodológicos, pois as análises vão além dos domínios do racional e atingem as significações do simbólico.

Apesar das contestações aos métodos fenomenológicos, no início dos anos de 1970, Claval (2004, p. 48) afirma que as leituras fenomenológicas da paisagem revelaram-se muito fecundas, influenciando significativamente o mundo percebido pelo indivíduo. Foi necessário desconstruir aquilo que a própria educação havia ensinado e proceder ao retorno às sensações para se compreender as coisas como eram, penetrando na sua verdadeira natureza. Essa forma de olhar sobre o real foi o que levou a crer que a paisagem era criada pelo observador e que ela dependia do ponto de vista escolhido e do enquadramento dado. A liberdade do indivíduo de

deslocar-se, multiplicava os ângulos de visão, mas não eliminava essa dimensão subjetiva.

O olhar fenomenológico sobre a paisagem é uma das contribuições da Filosofia às análises geográficas, demonstrando, como observa Estébanez (1982), que a Filosofia inseriu-se na Geografia para possibilitar uma visão geral das coisas e por ser uma ciência mais analítica. A Filosofia vem tentando combinar as coisas para elaborar uma síntese interpretativa que permita descobrir o significado das mesmas. Desde meados do século XIX, eram as correntes filosóficas Positivismo e Historicismo que anunciavam em distintos períodos as tendências dos métodos de análise para o estudo da paisagem ou os movimentos de crítica e constestação que levavam à continuidade e ao aprofundamento teórico dos métodos.

Na visão de Herrero (1995, p. 42), os fenômenos da paisagem na corrente positivista são estudados de forma racional sem a preocupação de investigar a origem e a história dos fatos humanos e sociais, prevalecendo o método das ciências da natureza. Já as ciências humanas prevalecem-se na corrente historicista, cuja experiência vivida, a historicidade, as características da natureza humana são potencializadas na paisagem.

Nesse sentido, Martínez (1998, p. 9) destaca que a influência dessas duas correntes filosóficas na evolução epistemológica da Geografia desencadeou diversos conceitos de paisagem, métodos e técnicas de trabalho que os geógrafos, ao longo dessa evolução, construíram para o estudo de paisagem, os quais são ocasionalmente perdidos e recobrados, tornando a paisagem atualmente um conceito geográfico flexível. Esses distintos discursos abordam a paisagem relacionada à ideia de natureza, campo, cidade, cultura, planejamento e gestão, abarcando enfoques sociais como profissionais. Esses distintos discursos das realidades da paisagem não conferem uma distinção ou dissociabilidade do estudo da paisagem. Na perspectiva sintética da paisagem, procura-se somar em vez de dividir os diferentes olhares.

A análise da paisagem sob a perspectiva fenomenológica, no contexto da Geografia Humanística, significa colocar-se numa postura de investigador, com o intuito de desvendar os valores e sentimentos das relações simbólicas que figuram num determinado espaço. A Geografia, diante desse novo contexto nem sempre é entendida, sobretudo pela diversidade de posturas e ambiguidades existentes no

discurso dos geógrafos humanistas, nos quais estabelecem ligações com os mais diversos domínios, não constituindo uma metodologia única (KOZEL, 2001, p. 138).

3.3 A ESSÊNCIA DO LUGAR NA LEITURA DA PAISAGEM

Na perspectiva fenomenológica, Herrero (1995, p. 62) afirma que a concepção de uma paisagem cultural provém das experiências humanas resultadas das relações do homem e o meio. E há a necessidade do aprofundamento de outra categoria geográfica nas análises da paisagem cultural que é o *lugar*, pois considera que essas relações do homem e o meio ao desencadearem aspectos subjetivos de um espaço, levam a constituição de centros de significação que originam os lugares, o mundo vivido do indivíduo. Nesse aspecto, Herrero menciona uma das grandes contribuições às reflexões do geógrafo Yi-Fu Tuan que muito discutiu sobre os sentimentos provenientes da relação que liga o homem com o lugar, considerando e demonstrando que o estudo do lugar é essencial para se compreender a concepção de uma paisagem cultural.

3.3.1 O sentido de lugar na perspectiva fenomenológica

O vislumbamento de uma paisagem cultural nos faz refletir sobre o processo de encantamento de uma pessoa sobre determinada paisagem, pois as percepções e relações dela com o meio podem contribuir na construção de seus sentimentos. Isso nos remete a dizer que o sentido de lugar é diferente de uma pessoa para outra, pois suas percepções sobre um lugar estão relacionadas às suas experiências e vivências. Sutis distinções que nos remetem a compreender o que representa a categoria de lugar no contexto da paisagem cultural.

Assim, recorremos às importantes contribuições do geógrafo Yi-Fu Tuan (1983) sobre a categoria lugar, apontando as sutis distinções com o espaço, pois no instante que este passa a ter uma significação transforma-se em lugar. Tuan¹⁶⁶ esclarece que à medida que conhecemos melhor o espaço e o dotamos de valor, o espaço ora indiferenciado adquire valores e transforma-se em lugar. Na experiência, o significado de espaço frequentemente funde-se com o de lugar, no qual o espaço

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 3.

é mais abstrato do que o lugar. No espaço, o sentimento é de liberdade e no lugar sente-se segurança, ou seja, ao mesmo tempo possuímos sentimento de apego ao lugar, desejamos a liberdade sugerida pela ideia do espaço.

Uma das preocupações de Tuan nos estudos sobre lugares era mostrar como as pessoas se sentiam nos lugares, considerando as diferentes maneiras de experienciar (sensório-motora, tátil, visual, conceitual), além de procurar interpretar esses lugares como imagens de sentimentos complexos. Herrero¹⁶⁷ afirma que foi com Tuan que o sentimento de empatia inseriu-se no campo geográfico, mas na mesma intenção esse termo já havia sido alcunhado pelo filósofo Friedrich Theodor Vischer (1807-1887) como a qualidade quase mística observada na união emocional que se produzia entre a pessoa e um objeto exterior, despertando sentimentos quando projetado sobre ele emoções pessoais.

Por outro lado, Tuan observou que essa união não necessariamente se traduzia em um sentimento agradável, mas principalmente em um sentimento de ligação do indivíduo ao lugar, os quais poderiam representar os sentimentos de amor, idolatria, rejeição ou indiferença. Propõe nas análises geográficas os termos *Topofilia*, *Topoidolatria*, *Topofobia* e *Toponegligência*, os quais constituíram as bases de muitos estudos de paisagem cultural.

Dos vários sentimentos pelo lugar, Bailly (1979, p. 115) aponta que o sentido de apego já existia no ordenamento do espaço das primeiras concentrações humanas que se agrupavam para se protegerem do mundo exterior, convertendo esses espaços rapidamente em lugares de intercâmbio e dominação. O sentido de apego veio a tornar-se um dos principais componentes do comportamento humano, responsável pela formação de guetos e zonas de grupos étnicos, setorizando os espaços, segregando-os, mas também traduzindo-se no sentido de lugar.

Esses lugares setorizados, de acordo com Frémont (1976, p. 99) representam uma combinação de elementos econômicos, demográficos, ecológicos, sociológicos e culturais, que formam “uma trama elementar no espaço, com as combinações mais simples, mas talvez as mais fundamentais das estruturas do espaço: o campo, o caminho, a rua, a oficina, a casa, a praça, o cruzamento.” Nesses lugares os homens e as coisas localizam-se, nos quais tudo pode estar carregado de sentido e significação e constituem uma paisagem cultural.

¹⁶⁷ *Id.*

Na visão de Kozel (2001, p. 153), outro aspecto é a percepção do homem sobre o lugar na qual o processo de interação com o meio ambiente seleciona informações percebidas, armazena-as e confere-lhes significado. As formas de apropriar-se do espaço é que constroem os sentidos do indivíduo pelo lugar. O lugar reflete-se em diversas porções de apropriação do espaço vivido, seja a casa, a praça, a rua ou o bairro, encerrando uma multiplicidade de relações, e apresentando funções de uso determinados pelos ritmos de vida e formas de apropriação do espaço a partir de sua função social.

Para Buttimer (1982, p. 177) as mudanças tecnológicas e econômicas evidentes nos primórdios do século XX abriram o horizonte das pessoas em função das redes de interação, porém, não solaparam o sentido de lugar responsável por modelar o padrão de vida dos indivíduos. Isso explica porque populações tecnologicamente mais sofisticadas e urbanas mantêm sua identidade territorial. Observa que muitos dos esclarecimentos acerca da territorialidade e do comportamento com o meio ambiente foram obtidos com os fundamentos cognitivos, afetivos e simbólicos da identificação com o lugar.

Esses fundamentos vieram ao encontro dos ensaios fenomenológicos sobre o espaço vivido e existencial, no qual cada pessoa possuía um lugar “natural”, considerado o “ponto zero” do seu sistema pessoal de referência. Esse lugar natural fazia parte de um ambiente espacial estruturado, em que uma série de lugares fundia-se para formar regiões. Cada pessoa estaria rodeada por camadas concêntricas de espaço vivido, em lugares como o próprio lar, a vizinhança, a cidade, a região e a nação. Constroem-se, então, lugares privilegiados, com qualidades afetivas, que se destacam para o indivíduo, por exemplo, o lugar de nascimento, as cenas do seu primeiro amor, ou certos lugares da primeira cidade estrangeira que visitou (BUTTIMER, 1982, p. 178).

3.3.2 Reconhecendo os lugares privilegiados

Os lugares privilegiados de um território como menciona Anne Buttimer (1982, p. 178) são aqueles construídos pelo indivíduo, cujas qualidades afetivas e simbólicas, os tornam lugares topofílicos. A topofilia de acordo com Tuan (1980, p.

116-130) soa falsa quando é manifestada por um extenso território, pois para ela existir é necessário um tamanho mais compacto, reduzido às necessidades biológicas do homem e às capacidades limitadas dos sentidos. A afeição das pessoas não pode estender-se a todo um Império, porque esse é um conglomerado de partes heterogêneas. Já a região natal de um indivíduo é pequena o suficiente para ser conhecida pessoalmente, permitindo-lhe desenvolver um sentimento poderoso de lealdade para com o lar, a cidade e a nação. É nesse sentimento de topofilia que se constituem os lugares privilegiados de um indivíduo.

Na complexa sociedade moderna, as pessoas sonham com lugares ideais, o homem é atraído por visitar lugares atípicos de seu cotidiano para retirar-se, temporariamente, da vida urbana. Existem três ambientes naturais de forte atração para a imaginação humana: a praia, o vale e a ilha. A forma irregular de uma orla exerce dupla atração: por um lado, as reentrâncias das praias e dos vales sugerem segurança e, por outro lado, o horizonte aberto sugere aventura. E o homem que desfruta, normalmente, apenas do ar e da terra, entra em contato com a água e a areia. Essa atração evidencia o despertar de sentimentos topofílicos e a preferências pelas pessoas por determinados lugares, privilegiando-os em suas memórias (TUAN, 1980, p. 131).

Nesse contexto de vislumbres sobre o ambiente litorâneo, Sauer¹⁶⁸ destaca que nenhum outro ambiente foi tão atrativo para o homem, em especial a parte da praia. Tão atrativa por apresentar provisões abundantes, contínuas e diversas para comer, fixar-se, reproduzir-se e apreender. Um nicho ecológico apropriado para o desenvolvimento das habilidades manuais e da cultura humana. No mundo moderno, as comunidades pesqueiras vivem de maneira humilde se comparadas com as comunidades urbanas, pois o modo de vida não visa a recompensa econômica. O lugar onde vivem é por elas privilegiado pelas satisfações obtidas desse estilo de vida ancestral e tradicional.

Para compreender como lugares tão desprovidos da tecnologia da vida moderna tornam-se privilegiados Tuan (1980) remonta aos homens primitivos para explicar tal relação de topofilia. A busca pela segurança física e psicológica era o principal fator na eleição dos lugares privilegiados. A caverna era um lugar privilegiado por manterem afastados dos perigos do ambiente natural e da exposição

¹⁶⁸ SAUER, C. O. Seashore: primitive home of man? In: LEIGHLY, J. (Ed.) **Land and life**. Berkley: University of California Press, 1963. 309-310 p.

à luz. No momento em que saíram para outros horizontes, as primeiras moradias construídas ainda mantinham contato direto com a terra, pois a estrutura semi-subterrânea lhes trazia a sensação de refúgio e proteção. Os vales substituíram as cavernas e tornaram-se lugares privilegiados devido à segurança psicológica conferida pela sua forma irregular e côncava, como a de um útero, assim como a possibilidade de subsistência fácil. Com isso, favoreceu a fixação dos homens no lugar, o início da agricultura e a formação de vilas. A vida nos cumes das montanhas era reservada à construção de templos e altares para o lar dos deuses.

Para Tuan, a ilha parece ter um lugar especial na imaginação do homem. Ao contrário do ambiente da floresta, do vale ou da praia, ela não tem como reivindicar abundância ecológica nem teve grande significância na evolução do homem. A sua importância está no reino da imaginação. Em inúmeras lendas¹⁶⁹, a ilha aparece como a residência dos mortos ou dos imortais, além de simbolizar um estado de inocência religiosa e de beatitude, isolada dos infortúnios do continente pelo mar. Contudo, acredita-se que por essa magia presente no ar, até os dias atuais, que o ambiente insular seja tão atrativo e encantador e objeto de predileção pelas pessoas.

Numa visão mais mítica, Tuan (1983, p. 165) ressalta que o valor de um lugar pode consistir em diferentes escalas, por exemplo, uma poltrona preferida pode ser um lugar assim como toda a Terra. A pátria é um tipo de lugar em escala média e os patriotas consideram-na como o *centro do mundo*. Caso um povo seja obrigado a mudar-se, esse centro do mundo pode ser deslocado e reconstruído em outro local. Não se trata de um ponto particular na superfície da Terra. O valor do lugar não está relacionado com acontecimentos singulares e de localidade. No pensamento mítico, podem coexistir sem contradição vários centros de mundo na mesma área geral. Nesses centros de mundo se constituem a identidade de um

¹⁶⁹ Tuan menciona que na cosmologia budista se reconhece quatro ilhas de “terra excelente”, situadas no mar. A primeira refere-se à doutrina hindu que acredita em uma “Ilha Essencial” formada de pó de pedras preciosas, na qual crescem árvores que expelem doces aromas. A segunda trata-se de uma lenda chinesa das “Ilhas Bem-Aventuradas ou as Três Ilhas do Genii” que se acreditava estarem localizadas no Mar Oriental. A terceira era a crença dos povos Semang e Sakai da Malásia, habitantes da floresta, que imaginavam o paraíso como uma “Ilha de Frutas” da qual foram eliminados todos os males que afligem o homem na Terra. Ela está localizada no céu e deve-se entrar nela pelo Oeste. A quarta ilha é a de alguns povos da Polinésia que percebem o seu Eliseu como uma Ilha. Porém, é na imaginação do mundo ocidental que a ilha adquiriu maior força (TUAN, 1980, p. 135).

lugar, cuja História se produz com as relações que ele estabelece com os outros lugares, ou seja, além dos limites físicos do lugar, de sua situação específica.

3.3.3 Significados atribuídos ao lugar

Os significados atribuídos ao lugar algumas vezes, na visão de Oliva e Camarero (2002, p. 68), enfrentam uma batalha entre o real e o simbólico para descrever e expressar a raiz do sentido nas experiências de um indivíduo. Essa batalha existe a partir do momento em que a identificação de símbolos locais é visível somente pelos grupos que os evocam, cuja apreciação configura um mundo de sentidos e significados, com os quais se delimita, explica e outorga sentido a uma outra realidade cotidiana, com suas próprias estratégias sociais, desejos e representações.

Nessa evocação das relações com os lugares mais cotidianos como a própria casa, percebe-se que a memória do indivíduo é tomada por expressões metafóricas, nas quais se condensam os sentimentos que suscitam uma realidade experienciada, seja, nos planos físico, social e simbólico. Esses sentimentos aflorados metaforicamente instigam a compreender o motivo pelo qual os indivíduos sentem-se ligados a alguns lugares como se pertencessem a eles ou neles estivessem enraizados. Afirmam Oliva e Camarero que essa sensação de enraizamento e pertencimento são originadas pelas marcas que um lugar deixa na memória dos indivíduos, fazendo-os sentirem como se fossem “filhos do lugar”¹⁷⁰ Essas marcas são notadamente evidentes nas comunidades tradicionais¹⁷¹, nas quais o sentimento de serem “filhos do lugar”, em geral, é sentido só por eles próprios.

¹⁷⁰ Como indicava essa prática generalizada em tantas culturas, de acompanhar o nome do indivíduo com o lugar de sua procedência. OLIVA, J; CAMARERO, L. A. *Paisajes sociales y metáforas del lugar*. Navarra: Universidad Pública de Navarra, 2002. p. 68.

¹⁷¹ De acordo com o Decreto n. 6.040/2007, o qual institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) consideram-se comunidades tradicionais não apenas os indígenas e quilombolas, mas também os faxinenses (que plantam mate e criam porcos), comunidade de “fundo de pasto”, geraizeiros (habitantes do sertão), pantaneiros, caiçaras (pescadores do mar), ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu, ciganos, dentre outras.

Na opinião de Cunha (2004, p. 107), as comunidades tradicionais caiçaras, também conhecidas como “povos da tradição”, possuem essa sensação de “filhos do lugar” que se origina na acentuada interação secular com a natureza. Constituem-se, dessa forte relação homem-natureza, os saberes patrimoniais apreendidos nas experiências e vivências herdadas de geração em geração, cujos saberes permitem que os valores culturais, as tradições e os significados atribuídos ao lugar se reproduzam no tempo. Nesses “povos da tradição”, os referenciais utilizados para atribuir significado a um lugar partem das sensações, odores, cores, formas e texturas dos fenômenos naturais. Isso se deve ao processo de ordenação espacial constituir-se pelo saber, pela experiência e pela intuição, da noção tridimensional do mar, da terra e do céu.

Na comunidade caiçara, outro referencial para significar um lugar é por meio da personificação dos fenômenos naturais, como o mar, o Sol, a Lua e o vento, pois é uma forma de hierarquizar, conferir poder e apropriar um lugar. A significação dos lugares no mundo caiçara para a pesca, o plantio e a caça ocorre principalmente pela interpretação de suas representações sociais, nas quais os elementos naturais adquirem significados e funções como se fossem ferramentas naturais de orientação. Os referenciais do relevo, como as pontas das formas, as encostas, topos de morros, formações vegetais, construções, a própria luminosidade das cidades e vilas ganham sentido à medida que atribuem significados a um lugar, tornando-se referenciais simbólicos (CARDOSO, 2004, p. 134).

Esses lugares com significação simbólica são para Bonnemaison (2002, p. 109) “espaço de geossímbolos”, termo instituído pelo autor para denominar os lugares, os rochedos, os bosques, os arvoredos, os caminhos indicados pelas pessoas que os conferiam nomes e sentido. Esses lugares geossimbólicos eram a verificação terrestre de mitos, a fonte de poderes cósmicos e os fundamentos da organização social de determinados grupos étnicos¹⁷². A essência dos geossímbolos seria vista somente aos olhos de certos grupos, os quais procuravam manter os valores culturais, religiosos e políticos ao assumir essa dimensão simbólica que os fortalecia em sua identidade.

¹⁷² Bonnemaison aborda a etnia num sentido mais amplo, fala de uma “etnia moderna” que se refere a um grupo social com contornos mais fluídos, ou seja, que não possuem territórios, como esses existem nas civilizações tradicionais, mas possuem lugares e espaços privilegiados. A etnia é todo grupo humano cuja função social ou a simples existência geográfica conduz a uma especificidade cultural, na qual mantém-se a perpetuação das crenças, rituais e práticas (BONNEMAISON, 2002, p. 93).

Nessa perspectiva, para Bonnemaïson (2002, p. 93-94), a significação dotada nos espaços geossimbólicos constitui a territorialidade de um grupo étnico que não se reduz ao sistema territorial, por ser também a expressão de um comportamento sobre o mundo vivido, seja de topofilia (fixação) ou de topofobia (repulsa) ao lugar. Contudo, Bonnemaïson ressalta que nessa territorialidade o sentimento pode oscilar entre o fixo e o móvel, ou seja, entre o lugar que dá segurança, símbolo de identidade, e o espaço que se abre para a liberdade. Uma etnia só se mantém se sua territorialidade estiver preservada, pois é na territorialidade que um povo exprime sua concepção de mundo e consagra a identidade de um povo.

3.3.4 Identidade de um lugar

A identidade de um lugar resulta na busca pela diferença, é o produto do processo de diferenciação entre os indivíduos, entre os próprios lugares, entre os mundos e entre as identidades (COPETA, 2009, p. 17). A identidade assume uma forte relação com o lugar e a paisagem vislumbrado por La Blache¹⁷³ ao considerar que cada região possuía uma individualidade geográfica, própria de cada lugar e que derivava de acontecimentos geológicos e climáticos, da flora e da fauna. Para La Blache essa individualidade vinculava-se com os lugares. Até os anos de 1950 e 1960, os geógrafos humanistas consideravam a identidade relacionada com o conceito de região (caracterizada por fenômenos físicos e econômicos).

Contudo, para os geógrafos humanistas (anos de 1970 e 1980) a nova Geografia Humanista veio colocar a identidade de um lugar relacionada com os valores simbólicos que constitui o sentido do lugar, recebendo uma nova definição. A representação territorial passa a ser determinada por certas características ambientais, culturais, históricas, paisagísticas com as que um grupo social se identifica. A identidade humana pressupõe a identidade com seu próprio lugar que assim se converte em símbolo de sossego e segurança. Essa nova visão do conceito de identidade inspirou-se nas teorias de alguns sociólogos

¹⁷³ *Tableau de géographie de la France* (1908).

fenomenológicos, os quais afirmavam que a identidade já não era substancial e pessoal, senão uma construção social e individual com base em um conjunto de relações e representações que se utilizava do sistema simbólico significativo desenvolvido na pluralidade do mundo vivido dos indivíduos (COPETA, 2009, p. 18).

No mundo contemporâneo, alguns sociólogos como “Barel¹⁷⁴ (1986) e Ianni¹⁷⁵ (1992), e outros pensadores, como Virilio (1982), Guattari¹⁷⁶ (1985) e Baudrillard¹⁷⁷ (1986 e 1991)” com abordagens mais abstratas, destacaram-se nessa retomada conceitual de identidade e território, trazendo grandes contribuições para a distinção de um espaço de identidade cultural e ou de poder, além da valorização da territorialidade em todas as especificidades e concepções próprias (HAESBAERT, 1997, p. 38).

Outro aspecto também relevante na identidade de um lugar é a conotação política, quando um lugar passa a ser delimitado e suas fronteiras são utilizadas para controlar o acesso. Porém, essa delimitação não significa a constituição de um território, pois a atribuição de significados a um determinado espaço reforça, legitima e dá forma a identidades territoriais específicas, extrapolando o caráter político do território (SACK, 1986, p. 19). Essa conotação política segundo Knight (1982) deve-se a ligação do espaço à identidade de um grupo que o mantém ou ambiciona um território, desejando obter total controle sobre ele em proveito do grupo.

Na visão de Haesbaert (1997, p. 36), no momento em que uma coletividade apropria-se simbolicamente do espaço constitui a identidade espacial, no qual o espaço não é tratado só como um território, mas também como “lugar”. A apropriação simbólica do espaço pode ser entendida como a territorialização do homem, a qual possibilita distinguir entre o espaço e o território. Nesse aspecto, Saquet (2007, p. 119), faz menção a Dematteis e Governa¹⁷⁸, para esclarecer que a identidade territorial vai além do sentido de pertencimento a um lugar, ou seja,

¹⁷⁴ BAREL, Y. Le social et ses territoires. In: AURIAC, F.; BRUNET, R. (Orgs) **Espaces, jeux et enjeux**. Paris: Fayard-Diderot, 1986.

¹⁷⁵ IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1979)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

¹⁷⁶ GUATTARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. In: **Espaço & Debates**. São Paulo, v. 5, n. 16, p. 109-120, 1985.

¹⁷⁷ BAUDRILLARD, J. *L'Amérique, ou la pensée de l'espace*. In: BAUDRILLARD, J. et al. **Citoyenneté et urbanité**. Paris: Esprit, 1991.

¹⁷⁸ DEMATTEIS, G. e GOVERNA, F. (Org.) **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello slot**. Milano: Angeli, 2005.

constitui-se do agir coletivo dos grupos sociais, os quais portam práticas e conhecimentos que lhes permitem construir novas lógicas identitárias aos lugares.

A discussão sobre uma identidade territorial, em nosso objeto de estudo, implicaria aprofundamento das questões legais e de poder em áreas preservadas, com cunho jurídico e ambiental, não sendo o objetivo desta pesquisa. Ao mesmo tempo entendemos ser importante, na perspectiva fenomenológica, a questão da identidade do lugar de uma comunidade que vive em áreas preservadas, cuja abordagem permite-nos visualizar fendas nas discussões de gestões territorial e ambiental, nas quais as experiências vividas, o entendimento do mundo vivido de um indivíduo, revelam-se frutíferos no debate político ambiental atual.

Na busca pela constituição da paisagem na perspectiva fenomenológica, observamos a relevância em compreender-se a essência da categoria lugar para desvelarmos os sentimentos que caracterizam o mundo vivido de uma paisagem. A apropriação simbólica do espaço desvela lugares privilegiados, lugares com identidade espacial que traduzem o sentimento dos “filhos do lugar” e abrem-nos ao deslumbramento de um universo de imagens sígnicas que constituem uma paisagem vista somente por aqueles que as evocam.

CAPÍTULO IV

O olhar fenomenológico dos signos da paisagem

Noite de lua cheia em Barbado, recebendo a benção da lua...



Kashiwagi, 2008

CAPÍTULO IV

O OLHAR FENOMENOLÓGICO DOS SIGNOS DA PAISAGEM

Uma investigação sob o olhar da Fenomenologia na busca por desvendar o significado dos signos da paisagem remete-nos a uma análise metodológica que parta da valorização qualitativa das informações. Assim, recorreremos aos aportes metodológicos para nossa investigação da Teoria Sínica da Semiótica a fim de consolidar nosso entendimento sobre signos, Teoria Linguística para o entendimento de homonímia e os mapas mentais para obter os dados com base na consciência, em sua essência.

Neste capítulo, apresentamos uma contextualização da construção sínica embasada na Semiótica de Peirce, as aproximações com a abordagem fenomenológica e as possibilidades de aplicação interdisciplinar, e, sobretudo apropriação de uma imagem como signo. Apresentamos também as discussões teóricas acerca do mapa mental como aporte teórico-metodológico, metodologias de interpretação e sua aplicação nas pesquisas científicas, demonstrando-o como um ferramental de análise importante que vem sendo utilizado por diversos pesquisadores geógrafos, arquitetos e psicólogos com o desenvolvimento de distintas metodologias.

Para consolidar nosso propósito de desvendar a homonímia sínica da paisagem, partimos para a conceituação do termo “homonímia” nas bases da Linguística para se compreender a ambiguidade lexical das palavras e construir os signos homônimos. Na consolidação de signo, nos fundamentos no modelo triádico do linguista Ullmann e nas bases conceituais da tríade de Peirce, os quais nos levaram a consolidar a tríade – imagem, interpretante, objeto – que considera uma imagem mental como signo. O signo constitui-se um objeto físico, um lugar e um sentimento, identificados e nominados em palavras.

Da clareza do signo e do conceito de homonímia consolidam-se a homonímia sínica de objeto, de lugar e de sentimento, analisadas entre os grupos entrevistados e/ou em um grupo, denominadas de *Homonímia Sínica Intergrupos* e *Homonímia Sínica Isolada*.

4.1 CONTEXTUALIZANDO A CONSTRUÇÃO SÍGNICA

4.1.1 As bases fenomenológicas da Semiótica e interfaces disciplinares

A Semiótica ou Teoria Sínica foi desenvolvida por Charles Sanders Peirce (1839-1914), filósofo norte-americano, o qual se dedicou ao estudo dos signos com a preocupação de descrever os fenômenos com base em todas as experiências possíveis, demonstrando uma preocupação fenomenológica que se constitui na base fundamental de toda a sua filosofia. Entretanto, esclarecemos que a Fenomenologia empregada por Peirce antecede a Fenomenologia Moderna, abordada no Capítulo III desta tese. E, apesar da importância do tema, os limites desta pesquisa impedem-nos, neste momento, de realizar esse aprofundamento. Então, apresentaremos o entendimento da Fenomenologia Clássica pelo olhar de Peirce e o quanto deu sustentação na construção de sua visão sobre os signos.

De acordo com Santaella¹⁷⁹ (1985, p. 36), o termo Fenomenologia só foi empregado por Pierce em 1902, mas a essência dessa filosofia já fazia parte de suas reflexões desde suas investigações em 1867. Na Fenomenologia, encontrou as bases para gerar uma fundamentação conceitual simples e aplicável a qualquer assunto, cuja lógica possibilitaria a criação de instrumentos científicos e métodos para orientar o raciocínio, auxiliar e ampliar o poder da razão. Nesse viés, Pierce considerou que uma ação ou experiência também poderiam funcionar como signo por apresentar-se como resposta ou uma marca deixada no mundo. Com essa consideração, Pierce mostra-nos as raízes fenomenológicas para apurar o seu olhar investigador sobre os fenômenos experienciados pelo indivíduo.

A visão de Pierce sobre a Fenomenologia consistia na descrição e na análise das experiências do homem em todo o seu cotidiano. Essas experiências eram livres de pressupostos que dividiriam os fenômenos em falsos ou verdadeiros, reais ou ilusórios e certos ou errados. O fenômeno era tudo aquilo que aparecia à mente, e correspondia a algo real, ou não. A Fenomenologia tinha por tarefa categorizar os fenômenos conforme suas características e experiências, ou seja,

¹⁷⁹ SANTAELLA, Lúcia. **O que é Semiótica**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

numa difícil tarefa de interpretar as coisas, que apareciam numa miríade de formas, enoveladas numa multiplicidade de sensações (SANTAELLA, 1985, p. 41).

Nesse sentido, os estudos semióticos peirceanos seguiram o aporte fenomenológico para observar os fenômenos e diferenciá-los, conforme a capacidade contemplativa do observador. O olhar fenomenológico permitia abrir as janelas do espírito para poder ver o que estava diante dos olhos, distinguindo e discriminando resolutamente as diferenças nessa observação, com a capacidade de generalizá-las em classes ou categorias abrangentes.

A arquitetura filosófica de Pierce considerava que a primeira instância de um trabalho filosófico é fenomenológica, considerando a Fenomenologia como base fundamental para qualquer ciência, pois permite observar os fenômenos e, com uma análise categorizada, postular as formas ou propriedades universais desses fenômenos, resultando dessa análise as categorias universais de toda e qualquer experiência e pensamento.

Nesse sentido, Santaella¹⁸⁰ afirma que Pierce usufrui da Fenomenologia como método para contribuir à Semiótica na classificação e descrição de todos os tipos de signos. E, quase na virada do século XX, com seus quase 60 anos, percebe a grande contribuição da Fenomenologia para a definição de suas categorias sógnicas, acreditando na sua *phaneroscopia* (descrição dos *phanerons* ou fenômenos). É um período que a Fenomenologia é renovada e ganha ascensão, principalmente, com os pensamentos de Husserl, fundador da Fenomenologia Moderna.

Contudo, é provável que a pouca compreensão de outros estudiosos sobre a Semiótica e as categorias sógnicas propostas por Pierce, além da forma como os fenômenos eram descritos, tenha tido como causa a falta de credibilidade na Fenomenologia, da qual a Semiótica extraíra seus princípios. Apesar dos esforços de Pierce de provar a contribuição de sua teoria na constituição e compreensão do signo, a Semiótica foi em sua época pouco compreendida. Era uma época em que prevaleciam os estudos sob a óptica do positivismo e do naturalismo, os quais defendiam a análise dos fenômenos pela observação daquilo que era real e concreto.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 38.

De acordo com Nöth¹⁸¹ (2003, p. 19), havia certa insensatez nessa incompreensão, pois os estudos semióticos já remontavam o século XVII, cuja teoria aplicada na Medicina servia como suporte aos estudos diagnósticos dos signos das doenças, atualmente, denominado de Sintomatologia. Hoje vemos a aplicação de uma Semiótica moderna na Medicina psicanalítica. Na óptica de Coelho Netto¹⁸² (2001, p. 77), a abordagem peirceana tem sua aplicabilidade mais imediata no campo das comunicações e das artes, até porque os trabalhos são mais divulgados e estão em quase todas as mídias.

Nesse contexto, percebemos a aplicabilidade da Semiótica também no campo do urbanismo, ou seja, dos estudos da cidade, como conjunto de signos. Existem no espaço urbano variados signos que interagem, mas que diante dos olhos de estudiosos do urbano, o termo “signo” é usualmente substituído por termos como símbolo, elemento urbano, marcos referencias e imagem, como podemos perceber nos estudos de Kevin Lynch¹⁸³ (1997). Na década de 1970, o arquiteto Lynch publicou os primeiros estudos que descreviam os fenômenos da cidade, por meio do significado de suas imagens, baseadas em experiências e longo trabalho de observação.

Na opinião de Nöth¹⁸⁴, atualmente, as investigações semióticas estendem-se da Semiótica da Arquitetura, da Biossemiótica ou da Cartossemiótica até mesmo a Zossemiótica, caracterizando de forma pluralista que a “Semiótica é a ciência dos signos e dos processos significativos (semiose) na natureza e na cultura”. Mas essa visão não foi muito compartilhada por outros estudiosos em Semiótica, como os da Escola de Paris, núcleo da escola semiótica de Algirdas Julien Greimas (1917-1992). Greimas recusava-se até mesmo a definir a Semiótica como uma teoria dos signos, postulando-a como uma teoria da significação e sua fidelidade aos princípios da análise estrutural consolidou em uma Semiótica altamente influente e produtiva, especialmente, para os estudos semióticos do espaço e da arquitetura, pintura, teologia, direito e ciências.

¹⁸¹ NÖTH, W. **Panorama da Semiótica**: de Platão a Pierce. 4 ed. São Paulo: Annablume, 2003.

¹⁸² COELHO NETTO, J. T. **Semiótica, informação e comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

¹⁸³ LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

¹⁸⁴ *Ibid.* p. 17, 145.

4.1.2 A construção s gnica com base na teoria Peirceana

A estruturação das ideias de Peirce¹⁸⁵ (2008, p. 10) para a construção do signo fundamenta-se em algumas reflex  es filosóficas, aprofundadas inicialmente na visão de Aristóteles sobre as diferentes espécies de raciocinar: dedução, indução, retrodu  o e analogia. Logo percebe que os métodos de raciocínio da ciência eram estudados de vários modos, resultando em teorias com diferentes formas de apreensão dos fatos. Nesse sentido, buscando encontrar a lógica dos fatos, Peirce analisa o pensamento moderno de Kant, por ser o pioneiro a observar, sob a lógica analítica, a existência de distinções tricot micas ou tripartidas. Na teoria silogística apresentada por Kant existiam três proposições, formadas de duas premissas e uma conclusão. Se uma das premissas fosse intercambiada com a conclusão, negando-se ambas, resultaria nas figuras indiretas. Nessa conversão das proposições se poderia gerar outras relações entre as figuras, porém, mesmo preservando as mesmas classes, conduziria a raciocínios dilem ticos.

Segundo Santaella¹⁸⁶, as categorias s gnicas elaboradas por Aristóteles eram mais linguísticas do que propriamente lógicas, por isso não despertaram tanto interesse em Pierce, que, por outro lado, foi profundamente influenciado por Kant. As categorias kantianas eram extraídas da análise lógica da proposição, como sendo materiais e particulares, mas não eram universais. Foi então que Pierce partiu para dedicar grande parte de sua vida   elaboração, ao aperfeiçoamento e   ampliação do campo de aplicação das suas categoriais, as quais se embasaram no exame atento e investigador da experiência.

Na busca por entender essa tríade no raciocínio visto no silogismo kantiano, N th¹⁸⁷ encontra na História da Semiótica alguns exemplos que demonstram que a visão triádica do signo podia ser vista na Antiguidade Clássica. Por exemplo, o modelo plat nico do signo apresentava uma estrutura triádica, na qual se distinguia três componentes do signo: nome (* noma*, *n mos*); noção ou ideia (*e dos*, *logos*, *dian ema*); e, a coisa (*pr gma*, *ous a*)   qual o signo se refere. Entre os povos estoicos (300 a. C. – 200 d. C) o modelo triádico de signo também era   base da

¹⁸⁵ PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Tradução José Teixeira Coelho Netto. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

¹⁸⁶ *Ibid.*, p. 36.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 27.

teoria dos signos, consistindo de: significante (*semaínon*) a entidade percebida como signo; significado (*semainómenon*) que corresponde à significação; e, objeto (*tygchánon*) o evento ao qual o signo se refere. O significante e o objeto são entidades materiais e o significado é uma entidade ideal, não-corporal.

Dentro desse raciocínio de pensar triadicamente, Peirce¹⁸⁸ visualiza outros exemplos de triplicidade como, os enunciados daquilo que é real, possível e necessário; nomes, proposições e inferências; e, respostas afirmativa, negativa (incerta) e uma pergunta. Mas, a tríade considerada mais importante para Peirce era ícone, índice e símbolo, por conduzir à descoberta de três tipos de signos indispensáveis ao raciocínio. Explica que no *ícone* ostenta-se uma semelhança com o sujeito do discurso, no *índice* refere-se à atenção que é atraída para o objeto sem descrevê-lo e no *símbolo* a mente associa numa conexão habitual o nome com seu objeto.

Na análise da natureza dessas tríades, Pierce destaca a importância de se compreender outra tríade fundamental que denomina o caráter de um fato, seja ele singular, duplo e plural. No caráter singular, o fato está relacionado a um objeto (ex.: vermelho, alto); no caráter duplo, o fato relaciona-se a pares de objeto (ex.: similar, pais); e no terceiro caráter, plural, o fato pode ser reduzido ao caráter triplo, mas jamais em duplo (ex.: uma estrada bifurcada pode levar a três terminais). Mas, podem coexistir, por exemplo, dois fatos singulares, formando uma forma degenerada de fatos duplos ou também de formas de degeneração dos fatos plurais, ao constituí-los da síntese de fatos duplos ou fatos singulares. Isso explica porque Peirce acreditava que deveria haver três classes de signos, pois existe uma conexão tripla de *signo, coisa significada e cognição produzida na mente*.

Pierce¹⁸⁹ percebeu que a tríade dava-se na lógica e não pelos sentidos e sensações, mas na tentativa de colocar essa conclusão à prova. Buscou na Psicologia encontrar vestígios da existência de três partes nos modos da consciência. Pierce verificou que Kant já reconhecia três departamentos da mente: sentimento (de prazer ou dor), conhecimento e vontade. Estas ideias não tiveram origem no pensamento kantiano, mas foram por ele tomadas aos filósofos e admitidas por psicólogos. A doutrina de Pierce despertou diversas objeções por ter chegado à conclusão de que havia uma única consciência que era a do sentido de

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 10.

¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 14.

resistência de que “podemos atingir” ou “sermos atingidos” ou “deparar com o fato”. E dessa reflexão sobre a consciência Pierce definiu três categorias: consciência passiva da qualidade, consciência de um fato externo e consciência de tempo, aprendizado e pensamento.

Uma das preocupações de Peirce¹⁹⁰ era criar uma doutrina das categorias sîgnicas, a partir do exame atento do modo como as coisas apareciam à consciência e da análise dos fenômenos mentais. E dessa análise da observação direta dos fenômenos, nos modos como eles se apresentavam a mente, que suas categorias universais puderam ser divisadas numa gradação de três propriedades que correspondem aos três elementos formais de toda e qualquer experiência: Qualidade, Reação e Mediação. Mas, Santaella¹⁹¹ menciona que, para caracterizar essas categorias sîgnicas com fins científicos, Pierce preferiu utilizar a terminologia de Primeiridade, Secundidade e Terceiridade. Essas categorias representam três tricotomias de signos conforme demonstra o Quadro 1 e compreendidas da seguinte maneira: a Primeiridade recobre o nível sensível e do qualitativo e abrange o ícone, o qualissigno e o rema; a Secundidade diz respeito ao nível da experiência, da coisa ou do evento, como nos casos do índice, do sinsigno e do dicissigno; e, por último, a Terceiridade que se refere à mente, ao pensamento, a razão, e contempla os campos do símbolo, do legissigno e do argumento (COELHO NETTO, 2001, p. 61).

Tricotomias de signos reunidas em três categorias:

		DIVISÃO DOS SIGNOS		
		O signo em relação a si mesmo	O signo em relação ao objeto	O signo em relação ao interpretante
CATEGORIA	PRIMEIRIDADE (experiência simples)	Qualissigno Ex.: a forma	Ícone Ex.: foto de um carro	Rema Ex.: É gordo.
	SECUNDIDADE (experiência diádica)	Sinsigno Ex.: a cruz	Índice Ex.: fumaça	Dicissigno Ex.: O vestido está sujo.
	TERCEIRIDADE (experiência triádica)	Legissigno Ex.: dinheiro	Símbolo Ex.: a cor verde	Argumento Ex.: Silogismo

QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO PEIRCEANA DOS SIGNOS

FONTE: Adaptado de COELHO NETO, J. T. (2001, p. 62).

¹⁹⁰ *Ibid.*, p.16.

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 46.

Na categoria Primeiridade, o signo constitui-se da experiência simples daquilo que vem imediatamente à consciência, daquilo que está na mente no presente instante, da pura qualidade de ser e de sentir que dão sabor, tom, matiz a nossa consciência imediata. A qualidade da consciência é tão pura que é impossível capturar o que está em nossa mente tal como está. Ao tocá-la, estragamos, pois temos a tendência de despedaçá-la para descrevê-la. Os elementos que constituem a consciência de um exato momento estão juntos e por ser um único sentimento, não pode ser quebrado em pedaços. Consciência em Primeiridade é qualidade de sentimento, é a primeira apreensão das coisas. Pierce esclarece que são coisas distintas a qualidade de sentimento de uma cor, de um som ou de um cheiro com os próprios objetos percebidos como vermelho, sonante ou cheiroso. A qualidade de sentir é o modo mais imediato, é nosso estar no mundo. Sentimento é um quase-signo do mundo: nossa primeira forma rudimentar, vaga, imprecisa e indeterminada de predicação das coisas. Esse estado-quase, aquilo que ainda é a possibilidade de ser, caminha para o que já é, e no seu ir sendo, já foi. Assim, entramos no universo da Secundidade.

Na Secundidade, o signo constitui-se por um primeiro fenômeno que está relacionado a um segundo fenômeno qualquer. Por exemplo, na Primeiridade, um fenômeno possui uma qualidade, mas a qualidade é uma parte do fenômeno, e, para ela existir, tem que estar encarnada numa matéria. Na Secundidade, a qualidade de um fenômeno existe na corporificação material. Qualquer sensação sobre a matéria já é Secundidade. A sensação possui duas partes dependentes: o sentimento e a força desse sentimento num sujeito. Juntos formam uma relação diádica, isto é, de Secundidade.

Na Terceiridade, o signo constitui-se numa experiência triádica, por exemplo, um homem só conhece o mundo porque o representa e só interpreta essa representação numa outra representação. O conhecimento de um signo depende do conhecimento de outra coisa, o objeto do signo, isto é, aquilo que é representado pelo signo. Em suma, para conhecer e conhecer-se o homem se faz signo e só interpreta esses signos traduzindo-os em outros signos. Somos seres simbólicos, somos no mundo, estamos no mundo.

As tricotomias descritas no Quadro 1 são as que mais ficaram conhecidas e as que mais foram divulgadas, sendo relevante descrevê-las e exemplificá-las para o entendimento da construção do signo em Pierce.

Na relação do signo em relação a si mesmo:

- Qualissigno: uma qualidade, não representa nenhum objeto.
Ex.: Uma cor ou uma forma.
- Sinsigno: uma coisa ou evento existente tomados como signo. O sinsigno só pode existir por meio da qualidade. Por esse motivo envolve um ou vários qualissignos.
Ex.: Um catavento ou uma cruz.
- Legissigno: um evento ou coisa determinada por convenções ou leis estabelecida pelos homens.
Ex.: As palavras ou o dinheiro.

Na relação do signo com o objeto:

- Ícone: signo que tem alguma semelhança com o objeto representado, algo que se dá à contemplação, o objeto do ícone é sempre uma simples possibilidade, possui um alto poder de sugestão.
Ex.: A escultura de uma mulher ou uma fotografia de alguém.
- Índice: como seu próprio nome diz, é um signo que como tal funciona porque indica outra coisa com a qual ele está factualmente ligado.
Ex.: A fumaça é um signo indicial de fogo, um campo molhado é índice de que choveu, uma seta colocada num cruzamento é índice do caminho a seguir, rastros e pegadas são índices de alguma coisa que passou e deixou marcas. Até mesmo uma impressão digital é um índice.
- Símbolo: signo que se refere ao objeto por uma associação de ideias produzida por uma convenção.
- Ex.: A cor verde como símbolo de esperança ou as palavras de uma língua. Pierce descreve símbolo como um *representamen* (o signo em si mesmo), cuja significância reside no fato de existir um hábito, qualquer outra norma que faça esse signo ser sempre interpretado como símbolo, razão pela qual há no símbolo certa espécie de índice.

Na relação do signo com o interpretante:

- Rema: signo que pode ser variável, apenas desperta sensações.
Ex.: É gordo, magro.

- Dicissígnio: signo de existência real; é um signo de fato.
Ex.: A toalha azul está limpa.
- Argumento: é um signo cujo objeto é legal; é o signo da razão.
Ex. Um silogismo (A é B, B é C, portanto A é C)

Nöth¹⁹² explica que com base na categorização das classes tricotômicas do signo (QUADRO 1) em que Peirce desenvolveu uma tipologia de signos com base em uma classificação do *representamen* (o signo em si mesmo), objeto e interpretante, visualizou possibilidades de se combinar as categorias sýnicas Primeiridade, Secundidade e Terceridade, o que resultou em um sistema de dez classes¹⁹³ principais de signos mostradas no quadro a seguir.

Classes de signos resultantes da combinação das tricotomias de Pierce:

Nº	CLASSE	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
1	Qualissigno	Uma qualidade como signo	Sensação de vermelho
2	Sinsigno icônico	Coisa ou evento existente como signo	Um diagrama particular
3	Sinsigno indicial remática	Coisa da experiência como Signo	Um grito de dor
4	Sinsigno dicente	Objeto ou evento que funciona como signo	Um cata-vento, uma foto
5	Legissigno icônico	Lei ou convenção que se apresenta como signo	Um diagrama geral
6	Legissigno indicial remático	Lei que requer os objetos correspondentes	Um pronome demonstrativo
7	Legissigno indicial dicente	Lei simbolizada por um objeto	Uma placa de trânsito
8	Símbolo remático	Signo que representa uma convenção	Um substantivo, as palavras de um dicionário
9	Símbolo dicente	Signo que representa um objeto por convenção	Uma proposição, alface verde
10	Argumento	Signo que representa seu objeto através de uma análise	Um silogismo, formas poéticas

QUADRO 2 – COMBINAÇÃO DAS TRICOTOMIAS DE PIERCE

FONTE: Adaptado de COELHO NETO, J. T. (2001, p. 64); KOZEL, S. (2001, p. 241).

¹⁹² *Ibid.*, p. 76.

¹⁹³ As definições detalhadas dessas classes de signos podem ser encontradas na obra COELHO NETO, J. T. **Semiótica, informação e comunicação**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 62-63 e com maior aprofundamento na obra PEIRCE, C. S. **Semiótica**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 55-58.

Diante do exposto, os estudos semióticos peirceanos se embasam nestas três principais tricotomias e dez classes de signos, pois dentro de um universo de dez tricotomias e 66 classes de signos propostos por Pierce foram as únicas suficientemente detalhadas (COELHO NETO, 2001, p. 57). Depois de descrever as tricotomias, classes e categorias, Pierce concluiu que nem tudo era signo, somente aquilo que se enquadrava numa relação triádica ordenada e completa. A lógica da teoria peirceana tem suas bases no pensamento do Pragmatismo¹⁹⁴, mas, ao discordar de alguns pressupostos desta, substituiu-o pelo Pragmaticismo, vinculando-o exclusivamente a questão sýnica. Partia do princípio que tanto o signo como os significados consistiam em fenômenos experimentais voltados a explicação da conduta humana (KOZEL, 2001, p. 251).

Nesse sentido, Coelho Netto¹⁹⁵ afirma que o conceito de signo para Peirce constitui-se a partir de três entidades: Signo, Objeto e Interpretante. O signo é como o Primeiro (Primeiridade, nível do sensível), o objeto como um Segundo (Secundidade, nível do evento) e o interpretante como um Terceiro (Terceiridade, nível da razão).

O signo, no esquema triádico proposto na teoria peirceana, determina seu interpretante, sendo que o próprio signo é determinado por seu objeto e é pelo signo que o objeto cria e determina seu interpretante (FIGURA 26).

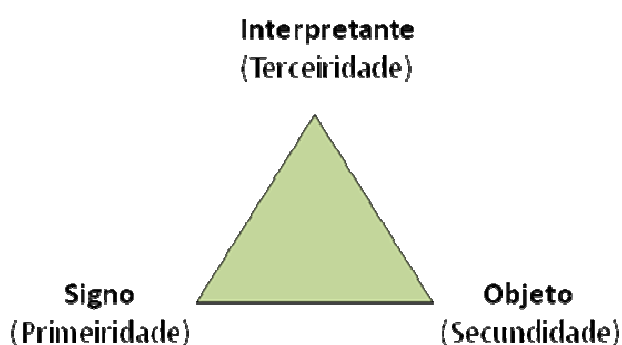


FIGURA 26 – MODELO SÍGNICO TRIÁDICO DE PEIRCE
FONTE: Adaptado de COELHO NETTO, J. T. (2001, p. 65).

¹⁹⁴ O termo “Pragmatismo” foi introduzido na filosofia em 1898 por W. James à *California Union* ao referir-se à doutrina exposta por Pierce num ensaio em 1878, intitulado “Como tornar claras as nossas ideias”. Nele Pierce declarava ter inventado o termo para a “concepção ou significado racional de uma palavra ou expressão relacionados à conduta humana” diferindo do Praticismo ou Praticalismo proposto por Kant, porém por ter sido alvo de muitas críticas e sua doutrina ser experimentalista, adotou o termo Pragmaticismo para indicar sua própria concepção, estritamente metodológica. Com isso, distinguiram-se dois Pragmatismos: metodológico que é uma teoria do significado e metafísico que é uma teoria da verdade e da realidade (ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 920).

¹⁹⁵ *Ibidem*, p. 65.

Na relação triádica peirceana, o Objeto pode ser uma coisa, um objeto ou um evento. Mas, na Doutrina de Peirce, o Objeto pode ser entendido de duas formas como um *Objeto Imediato* ou um *Objeto Dinâmico*. O Objeto Imediato é aquilo que se supõe que um objeto é, e o Objeto Dinâmico é uma representação real do objeto tal como é possível obtê-la. Por exemplo: A neve é branca. Um dos objetos é o “branco”. Essa palavra se vista como uma qualidade de sensação, então, é um Objeto Imediato, mas se vista como uma composição química é considerada um Objeto Dinâmico (COELHO NETTO, 2001, p. 68). Poderíamos assim entender que enquanto o Objeto Imediato é mais abstrato, o Objeto Dinâmico é mais concreto.

Já o Interpretante, Coelho Netto¹⁹⁶ menciona que se resulta da criação do signo-objeto, ou seja, quando o signo cria algo na mente do intérprete, algo que foi criado pelo signo, mas também de modo mediato e relativo pelo Objeto do signo. O Interpretante, em termos banais, seria o conceito ou imagem mental criada nessa relação triádica do signo. Então, o Interpretante pode ser entendido de três maneiras como Interpretante Imediato, Interpretante Dinâmico e Interpretante Final.

Para compreender a distinção desses Interpretantes vamos ao exemplo: Como está a sua mãe, hoje? A pergunta é o Signo, o Objeto é a mãe e o Interpretante Imediato é a condição de saúde da pessoa. Mas a resposta efetiva à pergunta é o Interpretante Dinâmico e outro Interpretante, o Final, é o objetivo da pessoa que fez a pergunta, junto com o efeito que a resposta tem sobre seus planos futuros.

No exemplo anterior, se a resposta fosse: Está com febre. A frase é o Signo, o Objeto Imediato é a condição de enfermidade e o Objeto Dinâmico é a doença real presente. O Interpretante Imediato é a imagem de uma pessoa acamada, o Interpretante Dinâmico é a condição do quadro clínico da pessoa e o Interpretante Final é a possibilidade de recuperação da pessoa. Pierce afirma que é no Interpretante Imediato que temos a correta compreensão do signo, e no Interpretante Dinâmico temos o efeito causado por este signo e no Interpretante Final é a representação que o signo assume em relação ao Objeto. Por outro lado, Pierce destaca que se houvesse uma fusão do Objeto Imediato ao Objeto Dinâmico, deduzindo o conhecimento pleno de uma coisa ou evento, poderíamos a chegar a uma verdadeira Interpretação Final.

¹⁹⁶ *Id.*

Outra forma de compreender a divisão do Interpretante com termos mais claros são: Sentido, Significado e Significação. Isto é, O Interpretante Imediato corresponde ao Sentido, o Interpretante Dinâmico equivale ao Significado e o Interpretante Final é a Significação. Para explicar usamos a mesma pergunta anterior: Como está sua mãe, hoje?

- O Sentido ou Interpretante Imediato é efeito imediato que o signo produz à mente, sem qualquer reflexão prévia, uma interpretação peculiar ao signo, antes de qualquer intérprete. Ex.: Mal.
- O Significado ou Intérprete Dinâmico é o efeito real que o signo produz no intérprete, e depende da condição do ato e do concretamente experimentado em cada ato de interpretação. Ex.: Diagnóstico da doença.
- A Significação é o efeito total que todo e qualquer intérprete está destinado a chegar, desde que o signo recebe a devida consideração. Ex. Não está consciente.

Na Teoria Peirceana, essa divisão do Interpretante é suficiente para poder compreender os objetivos da relação triádica (FIGURA 26), mas no sentido de ampliar mais ainda o campo de ação do Interpretante, Peirce divide-o em Interpretante Emocional, Interpretante Energético e Interpretante Lógico. No entanto, mesmo não sendo a intenção de Peirce, essa classificação adquire rumos na Estética, por exemplo, nos estudos de Max Bense¹⁹⁷ e J. Jay Zeman¹⁹⁸, os quais esboçam uma estética peircena, um signo estético. Este, a todo o momento, para diferentes receptores ou para o mesmo receptor em momentos diversos, sempre apresentará um conteúdo diversificado, não sendo possível falar em uma Interpretação Final. Nessa compreensão, buscava-se inserir uma abordagem quantitativa do signo, eliminando o fator humano. Com isso, destruindo o modelo peirceano e contrariando as ideias de Peirce, o qual ao contrário apostava no homem para a busca da verdade (COELHO NETTO, 2001, p. 76).

Com essa explicação sobre as entidades que constituem o signo em Peirce, acreditamos que essa relação triádica, como método de investigação, possa contribuir nas análises e identificação dos signos que constituem a paisagem de

¹⁹⁷ Pequena estética. São Paulo: Perspectiva, 1971. *apud* Coelho Netto, J. T. (2001, p. 76).

¹⁹⁸ The esthetic sign in Peirce's Semiótica (1977) *apud* Coelho Netto, J. T. (2001, p. 75).

Barbado. Para tanto, na compreensão dessa tríade precisamos contextualizar como uma imagem mental adquire qualidade sónica.

4.1.3 Contextualizando a imagem como signo

Santaella e Nöth¹⁹⁹ (2008, p. 36) explicam que o conceito de imagem pode assumir dois polos opostos de entendimento. Um descreve a imagem visível ou existente. O outro refere-se à imagem mental, a qual mesmo na ausência de estímulos visuais pode ser evocada. No pensamento ocidental, esses dois polos representavam a dualidade entre percepção e imaginação. Essa polissemia dos conceitos de imagem, na Antiguidade, foi observada nas possibilidades de significados da palavra grega *eikon*, que significava dois tipos de imagens: imagens artificiais como as pinturas ou uma simples estampa de selo; e imagens naturais como as imagens sombreadas e espelhadas. Outras dualidades eram observadas como entre a imagem verbal e a imagem mental ou até mesmo entre a imagem e o seu objeto de referência, causando uma oposição entre o ser e parecer.

Essa concepção grega de conceituação das imagens, ainda pode ser encontrada na atual tipologia da imagem que se distingue em: imagens gráficas (imagens desenhadas ou pintadas, esculturas); imagens ópticas (espelhos, projeções); imagens perceptíveis (dados de ideias, fenômenos); imagens mentais (sonhos, lembranças, ideias, fantasias) e imagens verbais (metáforas, descrições). Contudo, ainda em muitas culturas, as opiniões dividem-se sobre o entendimento das imagens, polarizando-as entre a imagem como representação visual e como imaginação mental.

Na visão de Santaella e Nöth²⁰⁰, a imagem pode ser observada por dois polos: na qualidade de signos que representam aspectos do mundo visível e na condição de figuras puras e abstratas ou formas coloridas. Essa dualidade reflete-se na Semiótica da Imagem, na dicotomia entre signos icônicos e signos plásticos, pois no conceito de Peirce nem todos os signos icônicos são imagens visuais. A categoria de ícone compreende também formas não visuais como, por exemplo, as

¹⁹⁹ SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Imagem**: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 2008.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 38.

formas acústicas, táteis, olfativas, formas conceituais, inclusive imagens mentais, podem ser signos.

Assim, nessa polissemia semiótica, o signo de imagem constitui-se um significante visual (*representamen*), que remete a um objeto de referência ausente, evocando no observador um significado (interpretante) ou uma ideia do objeto. O conceito de imagem pode ser encontrado em cada um dos três constituintes. Por exemplo, o *representamen* ao assumir a imagem mental (ideia, imaginação de algum objeto), o objeto de referência como a imagem original, da qual foi feita uma cópia, e o interpretante como a própria imagem mental.

A distinção entre o signo plástico e signo icônico não pode ser confundida com a simples dicotomia entre expressão e conteúdo de um signo de imagem, pois o signo plástico possui tanto expressão como conteúdos, os quais dependem do olhar do observador que une as qualidades como forma, cor e textura, e lhes dá significação. Nesse contexto, entendemos que às vezes as diferenças são sutis entre um signo icônico de um signo plástico, pois algumas imagens icônicas podem ser consideradas como signos plásticos, dificultando a análise semiótica.

Essa breve discussão sobre as imagens mentais nos faz refletir se as representações mentais como, por exemplo, os mapas mentais não estariam constituindo signos plásticos. Diante dessa preocupação, partimos para o aprofundamento dos aportes conceituais de mapas mentais, um dos aportes teórico-metodológicos utilizados nesta pesquisa.

4.2 O APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO DOS MAPAS MENTAIS

4.2.1 Contextualizando os mapas mentais

De acordo com Kozel²⁰¹ (2001, 2007), a compreensão das imagens mentais tem o seu embrião na Psicologia Social, que buscava compreender as representações sociais e cognitivas do indivíduo e de uma coletividade. A ideia de mapa mental ou mapa cognitivo, segundo Estébanez²⁰² (1982, p. 100), foi formulada em 1948 pelo psicólogo E. C. Tolman²⁰³, ao remeter esse conceito à capacidade de um animal em elaborar um mapa cognitivo de seu território, atuando e comportando-se segundo a imagem desse campo visual. No processo evolutivo das pesquisas sobre a representação espacial, Kozel afirma que as imagens espaciais foram denominadas a princípio de mapas cognitivos, mapas conceituais e posteriormente mapas mentais. A preocupação de desvendar o significado das imagens mentais iniciou-se somente a partir da década de 1960 com a consolidação da Geografia da Percepção e Comportamento.

Na visão de Estébanez²⁰⁴ (1981, p. 10), os mapas mentais tornaram-se a essência de muitos trabalhos empíricos e teóricos da Geografia de Percepção e Comportamento. Porém, a forma de elaboração dos mapas mentais oferecia uma série de limitações derivadas das técnicas empregadas em sua confecção, gerando muitas críticas numa época em que prevaleciam os paradigmas quantitativos. Supõe-se que os mapas mentais tenham-se inserido nos estudos geográficos com o intento de sanar e completar as insuficiências manifestadas dos modelos normativos daquela época. Nesse contexto, os mapas mentais emolduram-se sob o enfoque da

²⁰¹ KOZEL TEIXEIRA, S. **Imagens e linguagens do geográfico**: Curitiba capital ecológica. 310 f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. p. 208.

KOZEL, S. Mapas Mentais – Uma forma de linguagem: Perspectivas Metodológicas. In: KOZEL, S; SILVA, J. C.; GIL FILHO, S. F. (Orgs) **Da percepção e cognição à representação**: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007. p.114-138.

²⁰² ESTÉBANEZ ALVAREZ, J. **Tendencias y problemática actual de la Geografía**. Madrid: Cincel, 1982.

²⁰³ TOLMAN, E. C. **Cognitive Maps in Rats and Men**. *Psychologie Review*, v. 55, p. 189-208, 1948 *apud* ESTÉBANEZ (1981).

²⁰⁴ ESTÉBANEZ ALVAREZ, J. Problemas de interpretación y valoración de los mapas mentales. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**. Madrid, v. 1, p.15-39, 1981.

percepção e comportamento, aceitando os pressupostos básicos do positivismo e do emprego dos procedimentos metodológicos das ciências naturais sobre as ciências humanas.

A partir da década de 1960, multiplicam-se os estudos sobre mapas mentais e, conforme menciona Estébanez (1981, p. 17), os mapas mentais assumiram posturas com validade questionável indo do idealismo ao subjetivismo fenomenológico até posturas marxistas. Mas, apesar de muitas críticas, os mapas mentais contribuíram para a consolidação dessa tendência comportamental da Geografia como um complemento valioso e digno nos diferentes ramos da Geografia Humana.

Dessa forma, os mapas mentais foram despertando o interesse, principalmente, dos psicólogos, mas também dos antropólogos, arquitetos urbanistas e geógrafos. Entre os arquitetos urbanistas, Kozel (2001, p. 208) destaca Kevin Lynch por ser considerado o pioneiro na utilização de mapas mentais para investigar as relações do meio com o comportamento humano. Os estudos de Lynch visavam avaliar a qualidade visual das cidades por meio da percepção das pessoas sobre o seu entorno. Constatou, por meio de mapas mentais e outras técnicas de investigação complementares, que elas tinham visões próprias sobre os lugares, territórios e dos seus cotidianos. Os mapas mentais anunciavam a abertura de um novo caminho no desvendar dos símbolos de uma cidade.

Nos estudos de Holvoet²⁰⁵, propunha-se abordar a geografia que os indivíduos tinham dentro de seu espírito, denominando-a de “*Géographie Mentale*”. Essa Geografia agregava alguns termos empregados na Geografia da Percepção, por exemplo, percepção do espaço, imagem do espaço e cartas mentais, os quais não se limitavam apenas a análise geográfica. Verificou que, quando as áreas de estudo ficavam cada vez menores, a complexidade aumentava por estarem ligadas ao comportamento do indivíduo, e ultrapassarem os instrumentos de análise cognitivos comportamentais.

Independente da dimensão da área analisada, Herrero²⁰⁶ afirma que a percepção dos espaços geográficos pelos indivíduos está relacionada à maturação mental da pessoa e mais especificamente à sua relação geográfica e espacial. Cita

²⁰⁵ HOLVOET, M. *Exemples d'études sur la géographie mentale*. In: **Journée des Chercheurs Société Géographique de Liège**, mars, 1984 *apud* Kozel (2001, p. 144).

²⁰⁶ *Ibid.*, p. 98.

como exemplo os mapas mentais de crianças entre 4 a 7 anos, as quais por distinguirem os conceitos geográficos como cidade em função de sua idade representam o país, a região ou continente igualmente como cidade. Isso significa que a representação cartográfica das crianças reflete uma relação de tipo topológica com mapas pictóricos ou fragmentados. Trata-se de mapas mentais descoordenados que não respeitam escala, direção, orientação, distância, sendo uma representação emotiva e egocêntrica, pois primam pelos aspectos mais relevantes e vivenciais. O modo de observação é egocêntrico e sincrético, e, não distinguem as partes do todo.

Na visão de Gould e White²⁰⁷ (1974, p. 30), os mapas mentais podem representar as qualidades de uma paisagem, ou seja, a construção da imagem mental de uma área particular, refletindo muito mais que a simples representação dos marcos referenciais e rotas. O mapa mental possibilita revelar, inclusive, os espaços da cidade desagradáveis para se viver. Existe no indivíduo um mapa topográfico invisível dos espaços críticos da vizinhança, no qual os picos são os espaços evitados, e as áreas mais baixas e vales são os espaços seguros e frequentados sem medo. Os picos geralmente coincidem com zonas de gangues, em áreas de construções abandonadas, desertas, considerados lugares de venda de droga e prostituição. Nesse contexto, para Gould e White²⁰⁸ o conceito de vizinhança é importante para a construção do mapa mental, pois constatou-se que as experiências em diversas cidades evidenciaram que o rompimento da coesão da vizinhança pode desencadear efeitos sociais e psicológicos, que se refletem nos mapas mentais dos indivíduos e na representação da paisagem.

A estrutura do mapa mental, segundo Boulding²⁰⁹ (1977, p. 47), seja de um indivíduo ou de uma coletividade, não consiste apenas em imagens de fatos, mas em imagens de valores. Destaca que os aspectos de uma imagem podem ser classificados pela imagem espacial da localização do indivíduo em seu entorno, da imagem temporal das imagens percebidas desse local no decorrer do tempo, das imagens relacionadas com o universo ao redor do indivíduo, das imagens pessoais no universo de uma coletividade, ou seja, de uma sociedade, das imagens valorizadas que consiste no ordenamento, em escala, do melhor ao pior de uma

²⁰⁷ GOULD, P.; WHITE, R. **Mental maps**. New York: Penguin Books, 1974.

²⁰⁸ *Id.*

²⁰⁹ BOULDING, K. E. **The image**: knowledge in Life and Society. 11 ed. Michigan: The University of Michigan Press, 1977.

referida imagem, das imagens afetivas ou imagens emotivas, nas quais está imbuída de sentimentos e afetividade. Outra classificação está na divisão das imagens consciente, inconsciente e subconsciente, imagens com dimensões de certeza ou incerteza, claras ou vagas, ou de realidade ou uma falsa realidade na qual a imagem corresponde a uma imagem própria constituída pela realidade externa. Semelhante a essa classificação são as imagens com escalas pública ou privada, as quais podem ser compartilhadas com outros ou serem peculiar do indivíduo.

Nessa perspectiva, Bosque²¹⁰ (1979, p. 19) afirma que num mapa mental a imagem retratada é influenciada pelas tomadas de decisões que afetam o meio, mas não se efetuam sobre o meio real, senão sobre a imagem que o homem tem desse mundo. A imagem mental é um filtro que se interpõe entre o homem e o meio. Nesse caso, a percepção interpõe-se entre o mundo real e o comportamento humano como um filtro entre um emissor (o mundo real) e o receptor (os homens). A percepção converte-se em um fator decisivo quando se pretende fazer o espaço inteligível para interpretá-lo cientificamente, não somente na característica do espaço, mas também na dinâmica de suas raízes, portanto, nas suas transformações e possibilidades futuras. “O comportamento do homem em relação ao espaço depende, até certo ponto, da percepção que o homem tem deste mesmo espaço”.

O mapa mental, segundo Herrero (2001, p. 189), representa o processo de desenvolvimento da percepção de um indivíduo sobre uma paisagem real que a partir de vários fatores internos e externos resulta na construção do comportamento que este indivíduo tem sobre esta paisagem. O mundo que o homem percebe é conhecido indiretamente como o seu mundo real vivido e suas informações são filtradas por seus sentidos e pelos meios de comunicação de massa. As informações filtradas recebem a intervenção dos fatores psicológicos, culturais, sociais e econômicos e posteriormente são registradas na memória constituindo a imagem residual que passa a receber uma significação e valor com base no modelo simplificado do real. Essas fases da percepção de um indivíduo sobre o meio constituem a base do comportamento (FIGURA 27).

²¹⁰ BOSQUE MAUREL, J. Percepcion, comportamiento y analisis geografico. In: **Boletín de la Real Sociedad Geográfica**. Tomo CXV, n. 1 a 12 enero-diciembre. Madrid: Instituto Geográfico Nacional, 1979. p. 7-33.

Desenvolvimento da percepção da imagem no indivíduo

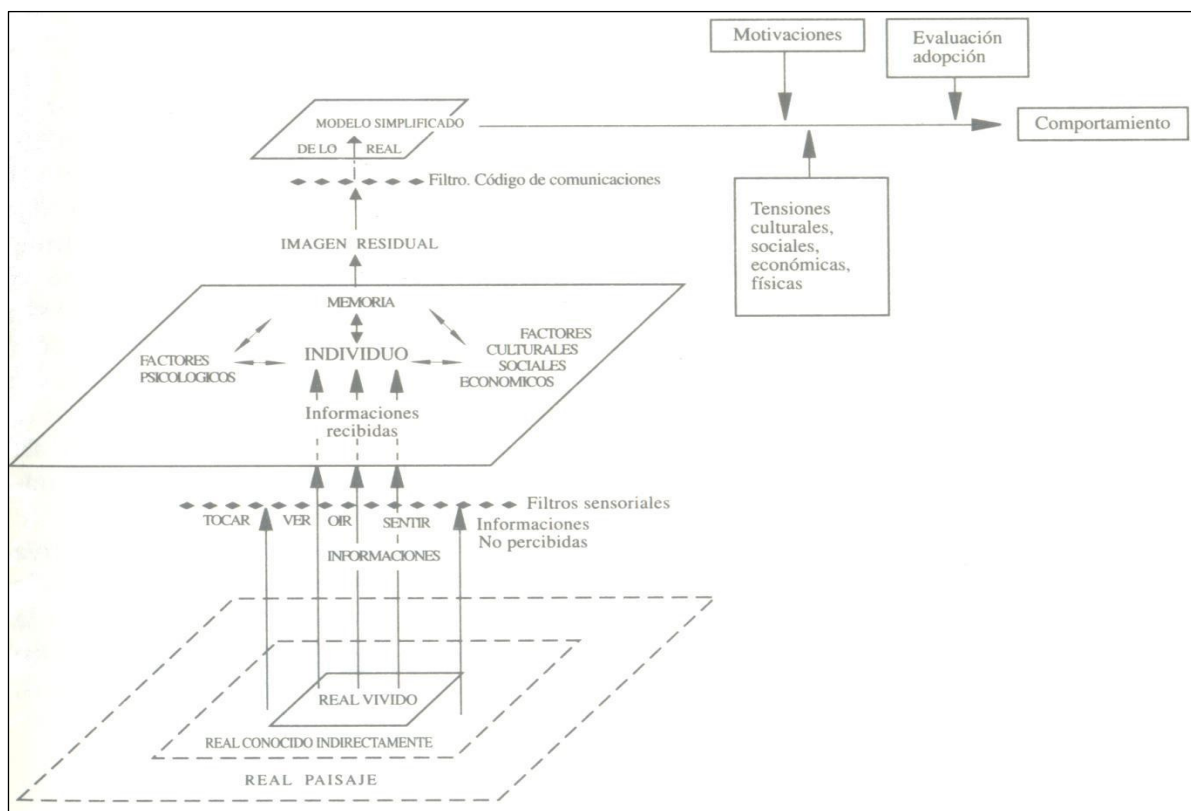


FIGURA 27 – PROCESSO DE PERCEPÇÃO DE UMA IMAGEM
 FONTE: HERRERO FABREGAT, C. (1995, p. 53)

Com esse esquema, Herrero (1995, p. 53) explica que a percepção ocupa-se da imagem que se tem de um espaço e o comportamento subsequente do indivíduo e das coletividades em função de uma dita imagem. Portanto, em função da imagem, que é o resultado da percepção e o vínculo entre homem e meio, é que se dá um comportamento espacial.

De acordo com Castro²¹¹ (2004, p. 26), ainda existem poucos registros em livros e enciclopédias sobre os estudos de mapas mentais, mas certamente tal temática está adquirindo relevância no intercâmbio cotidiano e afetando algumas áreas de saber. Os mapas mentais ainda estão imersos em águas pouco claras, mas estão inundando o saber popular. Considera Peter Gould fundamental na consolidação dos estudos em mapas mentais, cujo marco foi quando, em 1965, apresentou uma conferência ao Setor de Geógrafos (matemáticos) na pequena

²¹¹ CASTRO AGUIRRE, Constancio. **Mapas mentales**. Navarra: Universidad Pública de Navarra, 2004.

cidade de Brighton, estado de Michigan, cujo texto foi selecionado para uma obra na época que acolhia novos conceitos na Geografia Humana Contemporânea.

Esse artigo passou a integrar outro novo compêndio de leituras, focado no tratamento de mapas cognitivos e conduta espacial. Com a ajuda de um antigo estudante graduado, Rodney White, realizou várias pesquisas de campo e, com a autoria de ambos, em 1974, publicaram o livro *Mental Maps*²¹². A acolhida foi tanta que houve uma 2ª edição em 1986, com ligeiras adaptações. Jamais se poderia imaginar que o tema apresentado em 1965 se mantivesse inalterado por 20 anos.

4.2.2 Mapas mentais: um instrumento de investigação

Os mapas mentais como instrumento de investigação foram utilizados pioneiramente por Lynch nos anos de 1960, avaliando pela percepção do indivíduo as impressões reais dos elementos urbanos provocadas sobre um observador, a aquisição de valores e a criação da identidade de um lugar. Com as experiências práticas com mapas mentais em habitantes de algumas cidades norte-americanas como Boston, Jersey City e Los Angeles, Lynch observou que as imagens representadas não eram apenas o resultado de características exteriores, mas também um produto do observador. Mesmo que a percepção da cidade, em essência, seja um fenômeno temporal, a clarificação das partes já seria um primeiro passo nas tomadas de decisões de planejamento urbano (LYNCH, 1999).

Lynch (1999, p. 166) verificou que nas ações de planejamento a identificação dos elementos principais “potencialidades ou problemáticas” de uma cidade é mais efetiva quando há a correlação entre o conjunto de mapas mentais com entrevistas verbais, pois os elementos principais raramente apareciam em apenas uma fonte. Lynch acreditava que na verbalização os elementos principais destacavam-se, porque, nos mapas mentais, devido à dificuldade dos indivíduos de desenhar as partes mais complexas da observação, acabavam sendo excluídas, tornando os desenhos fragmentados e deformados. Embora as entrevistas sejam uma reação a uma realidade física, para Lynch a melhor maneira de definir essa

²¹² GOULD, P.; WHITE, R. **Mental maps**. New York: Penguin Books, 1974.

realidade não estava num método quantitativo, “factual”, mas na percepção do indivíduo.

Nogueira (2004, p. 125) mostra-nos que estudos recentes apontam os mapas mentais como metodologia de investigação nos debates de percepção ambiental, percepção de paisagens e nos trabalhos de antropologia. Nesse sentido, um bom exemplo de aplicação de mapas mentais como ferramental metodológico está na pesquisa de Kozel²¹³ (2001), “Imagens e linguagens do geográfico: Curitiba capital ecológica”, em que a autora utiliza os aportes teóricos e metodológicos de mapas mentais para investigar pelo olhar de 4 grupos de sujeitos – morador (geral, estudantes do Ensino Fundamental e estudantes do 3º grau) e não morador – a percepção deles sobre “Curitiba a capital ecológica”.

Com o caminhar natural de um tema instigante como o mapa mental, Kozel (2001) considerando o mapa mental como um “texto”, e na busca de interpretação, desenvolveu uma metodologia que possibilitou uma análise criteriosa dos signos existentes nos mapas mentais. Esse modelo foi implementado com algumas adaptações por outros pesquisadores, comprovando a validade científica dessa metodologia, atualmente, conhecida como “Metodologia Kozel”.

A Metodologia Kozel foi aplicada pela primeira vez na pesquisa de mestrado de Helena Midori Kashiwagi²¹⁴ (2004), “O processo de percepção e apropriação do espaço nas comunidades marginais urbanas: o caso da favela do Parolin em Curitiba – PR”, cuja metodologia Kozel contribuiu para interpretar os mapas mentais aplicados nos moradores de uma favela. A metodologia Kozel demonstrou-se eficaz ao apresentar resultados efetivos no desvelar dos elementos sógnicos topofílicos e topofóbicos de uma paisagem, essenciais em quaisquer processos de intervenção urbana, apontando para novos caminhos e possibilidades no planejamento urbano. Foi utilizada também nas pesquisas de mestrado de Letícia Bartoszeck Nitsche²¹⁵ (2007), “Uma abordagem da Geografia Cultural para o estudo do espaço vivido no roteiro turístico rural Caminhos do Guajuvira em Araucária – PR” e de Wilson

²¹³ KOZEL TEIXEIRA, S. **Imagens e linguagens do geográfico: Curitiba capital ecológica**. 310 f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

²¹⁴ KASHIWAGI, H. M. **O processo de percepção e apropriação do espaço nas comunidades marginais urbanas: o caso da favela Parolin em Curitiba – PR**. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

²¹⁵ NITSCHKE, L. B. **O significado do turismo no roteiro Caminhos do Guajuvira em Araucária – PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

Galvão²¹⁶ (2007), “Que Geografia se ensina? Um estudo sobre as representações de Geografia segundo alunos da 6ª série do Ensino Fundamental”.

Entretanto Estébanez (1981, p. 15) apesar de considerar a grande importância do papel dos mapas mentais nos trabalhos teóricos da Geografia, aponta as limitações desse instrumento de investigação nos resultados obtidos, gerando dúvidas nas interpretações devido às técnicas empregadas para a sua confecção. A complexidade na compreensão da imagem mental e o escasso conhecimento sobre ela são algumas das limitações que conduzem ao condicionamento dos resultados e a interpretação dos signos existentes nos mapas mentais.

Para Herrero (1995, p. 52), as críticas mais contundentes sobre mapas mentais são as de Zeno Pylyshyn (1981), o qual sustenta que as representações mentais do espaço não parecem mapas, senão descrições verbais, e jamais poderiam generalizar as formas gráficas bidimensionais. Na visão de Stephen Kosslyn (1981), as representações mentais do espaço são imagens bidimensionais, contínuas e analógicas, cujas configurações seriam similares aos mapas, e, apesar de inexatas, poderiam ser utilizadas como instrumento de trabalho.

Apesar das críticas, o pioneirismo de Lynch (1960) na utilização dos mapas mentais como instrumento de investigação da percepção humana sobre o espaço vivido, tornou-se ao longo do tempo referência mundial para os atuais pesquisadores. Como se trata de uma ferramenta subjetiva, ainda são poucos os estudos metodológicos. O que se observa são métodos de análise que resultam em classificações com critérios específicos, mas com pouca tentativa de interpretação e significação do signos existentes nas imagens mentais. Assim, partimos para uma breve exposição de algumas metodologias, por considerarmos importante para contextualizar o mapa mental como um instrumento de investigação.

²¹⁶ GALVÃO, W. **Que Geografia se ensina? Um estudo sobre as representações de Geografia segundo alunos da 6ª série do Ensino Fundamental**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

4.2.3 Metodologias de análise e interpretação de mapas mentais

Na visão de Escobar (1992, p. 50), os trabalhos publicados até o momento que se utilizam dos mapas mentais ou outros métodos não gráficos chegam a conclusões similares, independente do método empregado, permitindo dentro desse equilíbrio consensual considerar o uso do mapa mental como uma técnica válida para as representações cognitivas.

Como muitas vezes levam anos até o autor de uma metodologia torná-la pública no meio acadêmico e, sem a intenção de expor aleatoriamente, preferimos, então, adotar uma ordem temporal expondo as metodologias na década em que o autor teve sua publicação mais relevante ou afim ao tema. Assim, as metodologias apresentadas são: década de 1960, Kevin Lynch e Lloyd Rodwin; década de 1970, Peter Gould e Alexander W. Siegel; década de 1980, Gary Trent Moore; década de 1990, Constancio de Castro Aguirre; e, na primeira década do século XXI, Salete Kozel.

Metodologia de Kevin Lynch²¹⁷:

O arquiteto e urbanista Kevin Lynch (1918-1984), foi professor no Instituto Tecnológico de Massachusetts (Estados Unidos) e, por anos, pesquisou o comportamento das pessoas sobre o urbano, tornando-se precursor no desenvolvimento de uma metodologia que mostrasse o mapa cognitivo da cidade tal como elaboravam seus habitantes, expondo pela primeira vez a existência de imagens urbanas. A metodologia de Lynch consistia na definição dos elementos que constituem a imagem urbana, possibilitando a legibilidade, com o objetivo de oferecer uma base operativa ao desenho urbano. Os elementos urbanos considerados fundamentais para a legibilidade urbana são: os caminhos, limites, bairros, pontos nodais e marcos visuais. Uma cidade é legível quando estes elementos podem ser facilmente reconhecíveis e organizam-se em uma pauta geral e coerente. As entrevistas, fotografias, gravações e observação direta complementavam essa leitura urbana.

²¹⁷ LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Com a publicação do livro “A imagem da cidade” influenciou muitos investigadores de percepção urbana, sutilmente, fazendo uma crítica aos geógrafos do seu tempo ao apontar a falta de atenção à fachada visual para confeccionar os dados descritivos da cidade. Foi nessa crítica que consolidou sua metodologia, a qual tem suas bases em um agrupamento de distintas técnicas de investigação, realizadas em etapas.

Os procedimentos metodológicos de investigação começam pela realização de entrevistas (dados pessoais, limites da cidade, nomes de ruas, bairros, de lugares que considera centro e lugares mais conhecidos) com os moradores para conhecer o cenário local, seguido de solicitação de esboços da cidade, depois os pesquisadores vão aos locais mais comentados na entrevista e os fotografavam, e em seguida de acordo com a disponibilidade dos entrevistados os levam a realizar um percurso na cidade, gravando seus relatos sobre a eleição de determinado percurso, dos elementos que iam visualizando e se sentiam seguros ou perdidos. Na última etapa reuniam todo o material de cada etapa e faziam as considerações técnicas, para por fim construir os elementos de legibilidade que constituem a imagem da cidade.

Metodologia de Lloyd Rodwin²¹⁸:

O arquiteto e urbanista Lloyd Rodwin (1919-1999) foi assim como Lynch professor do Instituto Tecnológico de Massachusetts, e o aprofundamento nos estudos urbanos levou-o a desenvolver uma metodologia baseada na ideia de que os esboços eram sequenciais. Isto é, os esboços eram cartografados segundo sequências *lineares* e ou *espaciais* representadas por pontos ou superfícies mais ou menos relacionadas entre elas. Na sequência linear dos esboços de mapas mentais classificou em fragmentada, em cadeia, ramal ou circuito e em malha. Já na sequência espacial, a classificação ficou como dispersa, mosaico, comunicada e em malha ou rede. Para Rodwin, os esboços de mapas mentais em forma de malha ou rede eram os mais completos, porque traduziam uma representação coordenada. Todas essas categorias refletem a apreensão reduzida do espaço em que o sujeito desenvolve-se para realizar os deslocamentos de um lugar ao outro.

²¹⁸ RODWIN, L. **Planning urban growth and regional development the experience of the Guyana program of Venezuela**. Massachusetts: MIT Press, 1969.

Metodologia de Peter Gould²¹⁹:

O geógrafo Peter Gould (1932-2000) foi professor da Universidade do Estado da Pensilvânia (Estados Unidos) e sua carreira profissional foi marcada pela contribuição com a introdução do termo Carta Mental nos estudos geográficos. Demonstrou por meio de um método “matemático”, a relação de mapas cognitivos e a conduta espacial de um indivíduo no geográfico.

Sua metodologia consistia em levantar dados brutos e correlacioná-los por meio de tabelas, nas quais as colunas representavam os sujeitos entrevistados e as linhas eram as regiões da cidade. O conceito de preferência por uma região era medido de 1 a 10, e o sujeito deveria, então, expressar sua ordem de preferência dando-lhe as notas, porém, não permitindo uma nota igual para duas ou mais regiões. Na busca por aproximações de preferência sobre as regiões entre os sujeitos, com base nessa tabela aparentemente simples de dados brutos, Gould faz algumas correlações numéricas por meio de fórmulas estatísticas.

Com um complexo cálculo de correlação ordinal, o método de Gould procura provar matematicamente que os dados brutos (qualitativos) podem levar a um mapa de tendências agradáveis e desagradáveis de uma cidade. Os dados brutos das imagens espaciais que estão na cabeça dos homens são produzidos pelos acontecimentos históricos, sociais e econômicos registrados na memória. Os mapas mentais traduzem um mapa topográfico formado por diversas isolinhas que delimitam as regiões de preferência.

Na visão de Castro (2004, p. 57), a metodologia de Peter Gould não apresentou grande êxito, porque não gerou repercussão entre os países anglosaxões e hispânicos. Entretanto, considera que o método em si, ou seja, a identificação da preferência sobre regiões ou lugares geográficos, torna a metodologia digna de consideração. A metodologia de Gould pretendia com esses cálculos matemáticos penetrar na caixa obscura dos comportamentos individuais para desvendar os inúmeros dados valorativos que se ocultavam por detrás do enunciado de preferências e para tentar descobrir uma carga de preferência comum entre os sujeitos.

²¹⁹ GOULD, P.; WHITE, R. **Mental maps**. New York: Penguin Books, 1974.

Metodologia de Alexander W. Siegel²²⁰:

O psicólogo Alexander W. Siegel, Doutor em Psicologia Infantil (1966), atualmente, é como professor emérito da Universidade de Houston (Estados Unidos) e sua metodologia reduz os cinco elementos estabelecimentos por Lynch em três, denominando-os em marcos, caminhos e configurações.

Os marcos são aqueles elementos que chamam especialmente a atenção ou aqueles pontos de decisão do entorno que se percebem e recordam, ao redor dos quais se coordenam as ações e decisões de um indivíduo. Três situações podem converter um elemento do entorno em marco: sua significação simbólica, seu tamanho, e os contornos ou formas singulares e superfícies brilhantes.

Os caminhos são os elementos que permitem a conexão entre os marcos. Uma pessoa possui um caminho se possui um marco específico no início e durante a caminhada encontrará uma série de marcos em determinadas ordens. O conhecimento dos caminhos é, portanto, um tipo de conhecimento sequencial. Se a sequência de marcos que percebemos ao percorrer um itinerário determinado não coincide com nossas expectativas sobre esse percurso, temos a sensação de que nos perdemos.

As configurações são os meios pelos quais podemos armazenar toda a informação que nos permite a localização dentro de um entorno em uma só estrutura cognitiva. Trata-se de representações que abarcam simultaneamente e coordenadamente uma grande quantidade de informações espaciais do entorno.

Nesse sentido, a metodologia de Siegel baseia-se na identificação desses três elementos nos mapas mentais, os quais classificam dois tipos de mapas: o mapa dos caminhos e o mapa de conjunto. Os mapas de caminhos seriam formados por marcos conectados por caminhos sem incluir a informação acerca das instalações e os mapas de conjunto seriam evolutivamente mais avançados e neles os caminhos estariam integrados.

²²⁰ MARTÍN, Elena. El desarrollo de la representación espacial. In: GARCÍA MADRUGA, J. A; PARDO LEÓN, P. (Org.) **Psicología Evolutiva** (Tomo II). Madrid: UNED, 1997. p. 231-253

Metodologia de Gary T. Moore²²¹:

O arquiteto Gary Trent Moore, Mestre em Psicologia do Desenvolvimento (1973) e Doutor em Psicologia Ambiental (1982), atualmente, é professor emérito de Estudos de Comportamento Ambiental na Faculdade de Arquitetura, Design e Planejamento da Universidade de Sidney (Austrália). Sua formação interdisciplinar levou-o ao desenvolvimento de uma metodologia baseada na Teoria do Conhecimento Construtivista-Interacional na qual cada indivíduo tem muitos mundos diferentes em sua mente, e cujas noções de mundo constroem-se no contexto de uma série de relações de conduta entre o indivíduo e o meio ambiental.

Desse modo, Moore afirma que todo ser humano possui uma conduta que é o resultado da interação dinâmica entre os fatores internos (genético, biológico, valores, metas, intenciones e conhecimento) e as demandas situacionais externas: fatores sociais, culturais, históricos e fatores ambientais próximos ou não ao homem. As relações de conduta com o meio ambiente estão influenciadas pelo próprio conhecimento dos indivíduos e pelas representações cognitivas da situação ambiente-conduta.

Assim, o desenvolvimento do *conhecimento espacial* básico, em especial, nas crianças, passa por três estágios fundamentais: espaço pré-operacional ou intuitivo; espaço operacional concreto e espaço operacional formal. No primeiro estágio a criança está em fase pré-escolar e representa o espaço intuitivamente. No segundo estágio a criança está em idade escolar e representa o espaço com base nos objetos presentes. E, no terceiro estágio a criança torna-se adolescente e representa o espaço por meio de um universo de possibilidades.

Baseado nessa estrutura evolutiva mencionada, o desenvolvimento do *conhecimento ambiental* também passa, evolutivamente, por três estágios considerados como: sistema de referência egocêntrico (organiza-se na condição de criança e suas ações sobre o espaço); sistema de referência fixo (se organiza em lugares concretos fixos no ambiente) e, sistema de referência abstrato ou coordenado (organiza-se em algum padrões geométricos abstratos, como as

²²¹ MOORE, G. T. El desarrollo del conocimiento del ambiente: revisión de la teoría constructivista-interacional y algunos datos sobre las variaciones evolutivas intraindividuales. In: **Revista Estudios de Psicología**, Madrid, n. 14/15, p. 109-123, 1983.

direções cardiais). Esses sistemas de referência, postulados por Moore, centram-se nos tipos de informação que as pessoas utilizam para orientar-se no espaço.

Esses três estágios de desenvolvimento do conhecimento dos ambientes podem expressar em termos estruturais que tal progressão evolutiva aplica-se às transformações evolutivas ontogenéticas, às diferenças evolutivas entre os indivíduos e no mesmo indivíduo, com o objetivo de realizar não somente uma análise evolutiva do conhecimento do ambiente espacial, mas também do conhecimento dos ambientes cotidianos sociais, políticos e econômicos.

A análise evolutiva de qualquer conduta pode realizar-se em quatro dimensões principais: grau de diferenciação e integração; grau de complexidade; grau de abstração *versus* concretização; grau de coordenação relacional *versus* egocentrismo. Todas essas dimensões conduzem à definição de três estruturas essenciais da organização do conhecimento classificadas nos níveis: indiferenciado egocêntrico; diferenciado e parcialmente coordenado em subgrupos fixos; e, coordenado abstratamente e integrado hierarquicamente.

No nível 1 – egocêntrico indiferenciado: Os desenhos de mapas se caracterizam por serem concretos e egocêntricos, ou seja, ligados a uma ou duas experiências concretas e importantes pessoalmente da cidade. Há pouca diferenciação em seus elementos e nenhuma diferenciação do ponto de vista próprio da pessoa e outros pontos de vista da cidade. Os elementos organizam-se de forma que refletem movimentos seqüenciais, conservam-se algumas relações topológicas como as adjacentes, porém não se observam a conservação de outras relações geométricas superiores (relações projetivas e euclidianas como ângulos relativos, linhas paralelas, distâncias).

No nível 2 – diferenciado e coordenado parcialmente em grupos fixos: As representações desse nível estão caracterizadas pela presença de um ou mais conjuntos ou subgrupos de elementos da cidade que correspondem a diferentes áreas ou bairros e caracterizam-se pela relativa falta de coordenação entre os conjuntos, de forma que o resultado é o desenho de um mapa no qual as relações entre os elementos de cada conjunto têm um nível superior de organização que as relações entre os conjuntos. Estes organizam-se, em geral, ao redor de alguns elementos de referência fixo ou concreto e os outros elementos dos conjuntos interrelacionam-se com uma exatidão aproximadamente projetiva (angular) e

euclidiana (métrica). As relações entre os conjuntos são somente, em geral, exatas topologicamente.

No nível 3 – coordenado abstratamente e integrado hierarquicamente: As representações caracterizam-se por uma concepção organizada da cidade, baseada no sistema de referência coordenado e abstrato em que se relacionam os diferentes elementos e conjuntos. Os elementos do mapa estão inter-relacionados com uma aproximada precisão projetiva e euclidiana.

Com base no exposto, a metodologia de Moore estrutura-se em dois momentos:

No primeiro momento, em uma sessão particular, pedia para o indivíduo que desenhasse um mapa da cidade, incluindo tantas partes diferentes da cidade possíveis, e que verbalizassem o que estava desenhando e como havia decidido colocar os diferentes elementos. Depois, reordenava numa escala de 5 pontos tipo Likert²²² sobre familiaridade, para 15 zonas diferentes da cidade. A escala compreendia de 1= não é familiar à 5= extremamente familiar, o conheço perfeitamente.

No segundo momento, analisava o desenho sob duas condições (áreas mais ou menos familiares) em dois conjuntos de provas (desenho de mapas e desenho de associatividade e reversibilidade). Da “escala de familiaridade” que os próprios indivíduos apresentaram foram selecionadas duas áreas de familiaridade pessoal baixa (1 a 2 pontos na escala de 5 pontos) e duas áreas de alta familiaridade (4 a 5 pontos na escala). Em um conjunto de prova, pedia-se ao indivíduo que desenhasse duas das áreas selecionadas, uma de alta familiaridade e outra de baixa familiaridade. No outro conjunto de prova, pediu-se ao indivíduo que assinalasse dois caminhos de direção diferentes para poder chegar às áreas selecionadas (prova de associatividade dentro das áreas, separando as zonas familiares e não familiares) e depois que assinalasse outro jogo de direções para voltar a cada ponto inicial (prova de reversibilidade).

Percebeu-se nessa relação do nível de representação e grau de familiaridade, que os indivíduos representavam áreas familiares com um grau

²²² A Escala Likert é um tipo de escala de resposta psicométrica usada comumente em questionários, e é a escala mais usada em pesquisas de opinião. Ao responderem a um questionário baseado nessa escala, os perguntados especificam seu nível de concordância com uma afirmação. Essa escala tem seu nome devido à publicação de um relatório explicando seu uso por Rensis Likert. LIKERT, R. **A Technique for the Measurement of Attitudes**. Archives of Psychology, 140, 1932, p. 1-55.

superior de organização do que nas áreas não familiares. O nível evolutivo de representação das diferentes áreas da cidade varia em um mesmo indivíduo e que essa variação interindividual relaciona-se com o grau subjetivo de familiaridade com as diferentes áreas da cidade. As provas de associatividade e reversibilidade relacionam-se significativamente com o grau subjetivo de familiaridade.

Os três níveis postulados de representação espacial caracterizam as variações evolutivas na conduta cognitiva da mesma pessoa e do mesmo grupo de indivíduos com respeito à organização do conhecimento de diferentes ambientes. Portanto, esse resultado apóia-se na evidência de que a execução em provas cognitivas espaciais de associatividade e reversibilidade também varia sistematicamente dentro de um mesmo indivíduo. Moore não afirma com precisão se esses níveis que caracterizam as diferenças evolutivas das pessoas estão relacionados com a idade, o sexo ou com o nível intelectual geral.

A metodologia de Moore sugere que a análise evolutiva não se limita às transformações através do tempo, mas que também é aplicável às análises das variações em uma mesma pessoa e às diferenças entre as pessoas, e que os princípios da Teoria Cognitiva Evolutiva são igualmente úteis para o estudo interpretativo de mapas mentais.

Metodologia de Constancio de Castro Aguirre²²³:

O psicólogo Constancio de Castro Aguirre, Doutor em Psicologia (1976) e Doutor em Geografia (1984), atualmente, é professor emérito da Universidade Pública de Navarra (Espanha), mas sua carreira docente desenvolveu-se na Universidade Central de Venezuela. Em 1997, com a publicação da obra *La Geografía en la vida cotidiana: dos mapas cognitivos al prejuicio regional* se observa a contextualização da Geografia Cognitiva e a contribuição aos estudos geográficos. Mas em obra mais recente, *Mapas Mentales* publicada em 2004 é possível ver uma proposta metodológica de análise de mapas mentais, não exatamente um método, pois parte da contextualização do termo “preferência” geográfica, adotado na metodologia de Peter Gould para apontar os espaços familiares e não familiares.

²²³ CASTRO AGUIRRE, C. **Mapas mentales**. Navarra: Universidad Pública de Navarra, 2004.

A discussão metodológica de Castro inicia-se quando faz algumas aproximações ao termo “preferência”, acentuando a ideia de lugares agradáveis e desagradáveis. Numa primeira aproximação, comparou preferência com ordenamento e logo percebeu que gerava certa confusão, pois ordenar não induzia a limites como em preferir que ao ater-se em alguns elementos limitava os lugares. Uma segunda aproximação foi com o termo “rejeição”, pois tanto preferir como rejeitar são considerados condutas enraizadas em motivações pessoais. Assim, ao considerar que a motivação é um impulso que pode despertar o preferir ou o rejeitar em um indivíduo, concluiu que o impulso de motivação sobre os lugares geográficos manifesta-se também nessa dupla direção de preferência ou rejeição. Suas análises sobre os mapas mentais partem dessas duas premissas.

Nesses termos, Castro considera que a rejeição poderia ser entendida como uma preferência menor pelos lugares e uma maior preferência pelos lugares poderia ser a expressão de uma rejeição mínima. Contudo, o método de Castro, ainda merece mais aprofundamento, pois o próprio autor afirma que numa aproximação sensata com a realidade, as condutas de preferência e rejeição são de domínios distintos, existindo uma ruptura entre ambas. Tal afirmação conduz a crer que preferência e rejeição como condutas quando confrontadas, nascem de motivações distintas.

Metodologia de Salete Kozel²²⁴:

A geógrafa Salete T. Kozel, Doutora em Geografia (2001), atualmente, é professora adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná (Brasil). Sua metodologia fundamenta-se nas teorias sócnicas e na abordagem *sócio-interacionista-bakhtiniana* para desvendar o significado dos signos de uma imagem, contribuindo nas análises espaciais e compreendendo a lógica dos atores, desde as aspirações individuais aos sistemas de valores dos grupos sociais.

A metodologia Kozel consiste de três momentos: 1) classificar os mapas pelas categorias ou parâmetros; 2) associar às entrevistas dos indivíduos, atores da investigação; 3) Os elementos identificados nos mapas mentais são analisados por

²²⁴ KOZEL, S. T. **Das imagens às linguagens do geográfico**: Curitiba, a “capital ecológica”. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

meio das teorias linguísticas (Bakhtin) para, então, compreender a intencionalidade dos significados das imagens, considerando o mapa mental como um texto.

No primeiro momento, os parâmetros para a classificação dos mapas são: a) a interpretação quanto à forma de representação dos elementos na imagem; b) a distribuição dos elementos da imagem, quanto à especificação dos ícones (pela representação de elementos da paisagem natural, da paisagem construída, dos elementos móveis e humanos); c) a apresentação de outros aspectos ou particularidades.

- a) Interpretação quanto à forma de representação dos elementos na imagem: Nesta categoria de classificação os mapas são distinguidos pela sua diversidade de formas representativas, que são identificadas por **ícones** ou formas de representação gráfica por meio de desenho; **letras**, isto é, palavras complementando as representações gráficas; e **mapas**, formas de representação cartográfica que evidenciam a espacialização do lugar.
- b) Interpretação quanto à distribuição dos elementos da imagem: Nesta categoria as representações mentais são classificadas segundo a disposição da imagem.
 - Representação da imagem em perspectiva;
 - Representação da imagem em forma horizontal;
 - Representação da imagem em forma circular;
 - Representação da imagem em forma de quadros e quadras;
 - Representação da imagem de maneira dispersa;
 - Representação de imagens isoladas.
- c) Interpretação quanto à especificidade dos ícones: Nesta interpretação, as imagens são classificadas quanto à forma e a distribuição, partindo-se do mais simples ao complexo, com intenção de detalhar ainda mais a análise, especificou-se os ícones que compõe a imagem em quatro grupos.
 - representando elementos da paisagem natural;
 - representando elementos da paisagem construída;
 - representação de elementos móveis;
 - representação de elementos humanos.

No segundo momento, os mapas mentais são associados às entrevistas para se desvendar o mundo vivido do indivíduo, as relações de afetividade e os valores simbólicos do lugar representados nas imagens mentais. Nessa associação, identificam-se os elementos sógnicos de maior relevância para a análise.

No terceiro momento, os elementos identificados são analisados por meio da teoria linguística de Bakhtin. Nessa fase de análise, geram-se tabelas e gráficos para confrontar os dados e, por fim, compreender a intencionalidade dos significados das imagens.

Diante de todas as metodologias apresentadas, a metodologia Kozel mostra-se a mais complexa, pois vai além da classificação dos mapas mentais ao alcançar a interpretação deles com os aportes das teorias sógnicas e linguísticas. Trata-se de uma metodologia elaborada a princípio para as análises dos mapas mentais da pesquisa de doutoramento da autora, que foi sendo utilizada, com algumas adaptações, por outros pesquisadores da Geografia, Arquitetura, Turismo, demonstrando suas interfaces interdisciplinares. Por fim, o coroamento dessa “metodologia Kozel” ocorreu em 2007²²⁵, com a publicação do artigo “Mapas mentais: uma forma de linguagem: Perspectivas metodológicas”.

Dessa forma, a metodologia de Kozel tem sido referência para diversos pesquisadores brasileiros, tendo em vista suas perspectivas metodológicas interdisciplinares que consolidam os mapas mentais como eficiente instrumento científico de subsídio às políticas públicas de planejamento. Com base nesses aportes, surgem novas propostas, cujas metodologias refletem o tempo atual, apresentando novas perspectivas de investigação e possibilidades de pesquisa.

²²⁵ KOZEL, S. Mapas Mentais – Uma forma de linguagem: Perspectivas Metodológicas. In: KOZEL, S; SILVA, J. C.; GIL FILHO, S. F. (Orgs) **Da percepção e cognição à representação**: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007. p.114-138.

4.3 REFLEXÕES SOBRE UMA POSSÍVEL HOMONÍMIA SÍGNICA

4.3.1 Conceituando o termo “homonímia”

Homonímia era a forma denominada por Aristóteles para designar um termo ambíguo, ou seja, quando um mesmo termo era usado para denotar coisas diferentes (ABBAGNANO²²⁶, 2007). A homonímia foi uma das preocupações desse filósofo que a identificou nas várias maneiras para falar de algo bom ou quando se referia ao amor e a honra de um homem. A homonímia também é empregada para se referir às palavras com a mesma pronúncia e ortografia, mas com significados diferentes, por exemplo, “canto do verbo cantar” e “canto de uma parede”. A palavra “canto” é uma palavra homônima (BLACKBURN²²⁷, 1997).

A homonímia pode ser parcial quando as palavras têm a mesma pronúncia, mas com ortografia diferente, por exemplo, as palavras “ora de expressão” e “hora de tempo”, mas nesse caso considera-se uma heteronímia. Outro exemplo de heteronímia é quando as palavras têm a mesma ortografia, mas com pronúncia diferente, por exemplo, “estou com sede” e “onde é a sede do clube?”.

Ullmann²²⁸ (1964, p. 113) aprofunda-se no significado das palavras, mas suas reflexões partem da relação triádica de signo de Ogden e Richards (FIGURA 28), cujo modelo analítico do significado tem como característica essencial a distinção de três componentes do significado. Nessa interpretação, não há relação direta entre as palavras e as coisas que elas representam: a palavra simboliza um pensamento ou referência que se refere ao acontecimento falado.

²²⁶ ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 600.

²²⁷ BLACKBURN, S. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 186.

²²⁸ ULLMANN, S. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. 5 ed. Tradução de José Alberto Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

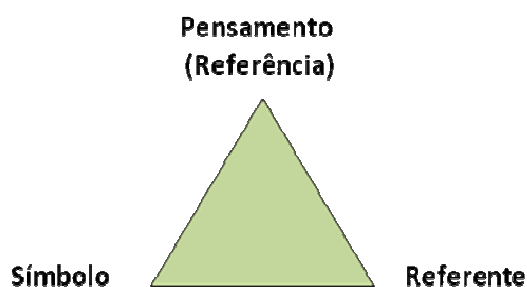


FIGURA 28 – MODELO TRIÁDICO DE OGDEN E RICHARDS
 FONTE: ULLMANN, S. (1964, p. 116).

O triângulo básico de Ogden e Richards, segundo Ullmann²²⁹, oferece certa contribuição no estudo linguístico do significado, porque o Referente (aspecto ou acontecimento) está fora do âmbito da Linguística. Explica que um objeto pode mudar o significado do seu nome de acordo com a percepção que se tem dele, mas permanece inalterado. Contudo, Ullmann na busca pela definição do significado das palavras propõe uma relação triádica – nome, sentido e coisa – cujos termos apesar de lhe parecerem vulgar, adotou-os para uma melhor compreensão na linguagem do cotidiano (FIGURA 29).

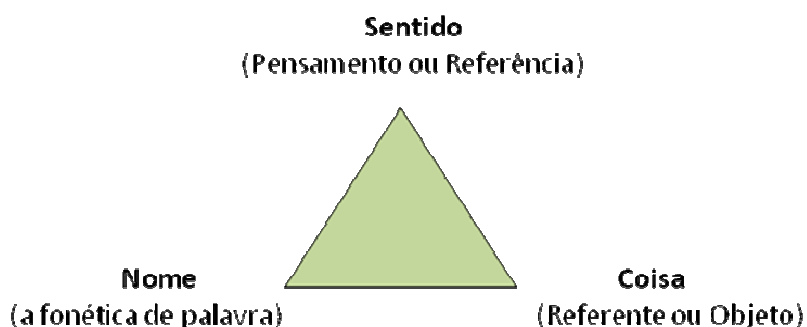


FIGURA 29 – MODELO TRIÁDICO DE ULLMANN
 FONTE: ULLMANN, S. (1964, p. 119).

Nesse sentido, Ullmann²³⁰ considera que no esquema baseado em Ogden e Richards, a sequência dos acontecimentos para o ouvinte ocorre da seguinte maneira, por exemplo: ao ouvir a palavra *mesa* (nome), pensará numa *mesa* (coisa) e assim a compreenderá o que está sendo dito sobre ela (sentido). Por outro lado,

²²⁹ *Ibid.*, p. 119

²³⁰ *Id.*

percebe que essa relação parece desprezar o ponto de vista de quem fala, então, parte da premissa de que se alguém ouve a palavra, pensará na coisa, e ao pensar na coisa, dirá a palavra, enfatizando a relação nome (som, fonética) e sentido. E é nessa *relação* som e sentido que ele propõe chamar de *significado* da palavra. Mas, Ullmann²³¹ afirma que não há nada de novo nessa conclusão que já fora explicitada por grandes estudiosos da Semântica, na Teoria do Signo de Saussure, mas serve para mostrar a sua visão sobre o sentido de significado.

Com base em uma analogia apresentada por Saussure em que compara a palavra a uma folha de papel, cujos lados são faces de um todo indivisível, no qual não é possível cortar um lado, sem cortar o outro também. Ullmann afirma que as palavras têm uma estrutura dualista, simplesmente porque são signos. Em suas discussões, prefere não envolver as interpretações mentais. Nesse sentido, Ullmann²³² explica que o linguista na utilização do significado de uma palavra precisa, antes, expandir-se em duas direções, a seguir demonstradas.

Primeiro deve-se fazer uma provisão de significados múltiplos (FIGURA 30), pois até esse momento o esquema apresenta-se em três situações: com um nome e um sentido (Situação A), mas pode apresentar-se com vários nomes ligados a um mesmo sentido (Situação B) ou inversamente com vários sentidos ligados a um nome (Situação C).

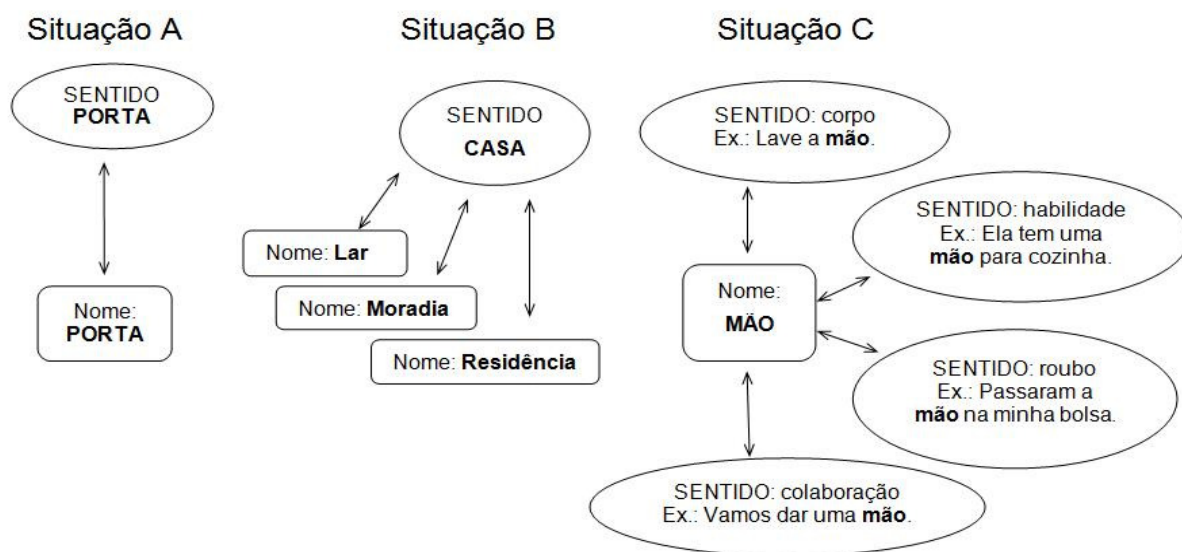


FIGURA 30 – SIGNIFICADO DE UMA PALAVRA
FONTE: Adaptado de ULLMANN, S. (1964, p. 130).

²³¹ *Ibid.*, p. 120.

²³² *Ibid.*, p. 129.

Em segundo lugar, a palavra não deve ser considerada como uma unidade isolada e fechada em si própria, pois ela vai além da relação nome e sentido. As palavras também estão associadas com outras palavras, com as quais têm alguma coisa em comum, seja, no som ou no sentido, ou em ambos ao mesmo tempo. Um exemplo utilizado pelo autor é a palavra em inglês *light* que significa luz, está ligada a dia, ao Sol por associação entre os sentidos; *light* também significa leve; ou também claro e por último o verbo *to light* que significa iluminar. Esse princípio desempenha um papel importante nas mudanças dos significados e na estrutura do vocabulário.

Nos esquemas da FIGURA 30, Ullmann observa que na situação C existe uma polissemia, ou seja, a mesma palavra pode ter dois ou mais significados diferentes. Os matizes diversos de um mesmo sentido básico de um nome caracterizam a polissemia. Na situação B, as palavras são sinônimas com um mesmo significado, e na situação A é uma palavra que tem um único significado. Com sutis diferenças da situação C, há uma quarta situação D (FIGURA 31) que nos leva a duas ou mais palavras idênticas no som, na pronúncia, com a mesma ortografia, mas com significados diferentes, o que Ullmann denominou de homonímia. Isto é, na homonímia os significados diferentes (sentido) são expressos por um mesmo nome.

Ullmann (1973a, p. 37) explica que entre a polissemia e a homonímia não existe uma linha de demarcação nítida, pois o grau de proximidade dos significados não está sujeito a uma medição precisa. É uma questão de “consciência linguística”, de se verificar se o locutor (falante) percebe alguma conexão entre os dois sentidos. Porém, o autor acredita que tanto consciência e percepção são condições mentais vagas, instáveis e subjetivas, nas quais uma disciplina rigorosamente científica não os recorreria. Diante de tal dilema, houve diversas idealizações de critérios para distinguir a homonímia da polissemia. Ullmann menciona Bréal, por exemplo, o qual destacou como critério a importância da rima como indício de homonímia. “Em meu jardim vejo uma flor... e me recordo de minha amada flor.” A mesma palavra possui dois sentidos e funções diferentes, um refere-se a uma planta e outro a uma pessoa. Outro critério é a repetição, por exemplo, “a paz mundial assegura a paz de espírito entre os cidadãos”. Nesse caso, existe uma conexão entre as palavras, uma refere-se à união entre as nações e a outra a união entre os cidadãos.

Já outros estudiosos procuraram formular critérios gramaticais para a delimitação da homonímia e da polissemia. Criteriou-se que duas formas com sentidos diferentes deveriam ser consideradas como duas palavras e não como uma, se pertencessem a duas séries de derivação distinta. Por exemplo, “polido”, que indica uma qualidade e também uma ação. Contudo, essa conclusão da existência de duas séries poderia destruir de fato a unidade da palavra.

Nesse contexto, Ullmann (1973a, p. 39) enfatiza as palavras do linguista romano O. Ducháček²³³(1959) sobre a importância dos critérios morfológicos e sintáticos (flexão, gênero e classe de palavras) para determinar se nos referimos a uma palavra ou duas. São diversos os casos limites com palavras que têm a mesma pronúncia, mas a escrita é diferente. Ullmann acredita que, nos casos em que não se aplica nenhum critério formal, é preciso recorrer a consciência linguística, as opiniões ou as reações instintivas e subjetivas do falante (locutor). Por esse motivo Ullmann corrobora com o que sugeriu o linguista americano U. Weinreich²³⁴ (1955), o qual afirmou que os problemas da homonímia analisados a partir da ciência social poderiam ser compreendidos igualmente como os assuntos políticos.

Os problemas fronteiriços entre a polissemia e a homonímia devem considerar os princípios básicos em separar a descrição e história nos estudos etimológicos. A etimologia histórica preocupa-se com a genealogia das palavras e a etimologia descritiva ocupa-se da rede de associações, formais, semânticas ou ambas, uma vez que conectam palavras entre si em um dado sistema linguístico. Por exemplo, em francês há dois verbos “*voler*”, que significam voar e roubar. Ullmann questiona se é um caso de verbos homônimos ou de polissemia, pois se trata de uma palavra que possui dois sentidos diferentes. A resposta depende do ponto de vista que se adota. Num dicionário descritivo de francês moderno, constará *voler* como dois termos separados. Já em um dicionário histórico, os dois verbos *voler* não são dois termos separados, senão uma palavra fissípara, a qual no curso da história separou em dois significados. Cabe dizer o mesmo para muitos pares de palavras que agora parecem homônimas, mas que originalmente eram únicas com um mesmo termo. Isto é, a polissemia deu lugar à homonímia: dois significados da mesma palavra evoluíram em direções divergentes até romper o nexo entre elas, acabando por serem consideradas como dois termos independentes de som igual. O

²³³ DUCHÁČEK, O. **L’homonymie et la polysémie**. Vox Romanica XXI, 1962.

²³⁴ WEINREICH, U. **Language**. XXXI, 1955.

oposto também pode ocorrer, ou seja, a homonímia se transformando em polissemia. Por exemplo, duas palavras separadas foram reinterpretadas como se fosse um só termo com dois significados. Na estrutura de um dicionário descritivo, essa mudança de polissemia à homonímia, ou vice-versa, torna-se um problema embaraçoso.

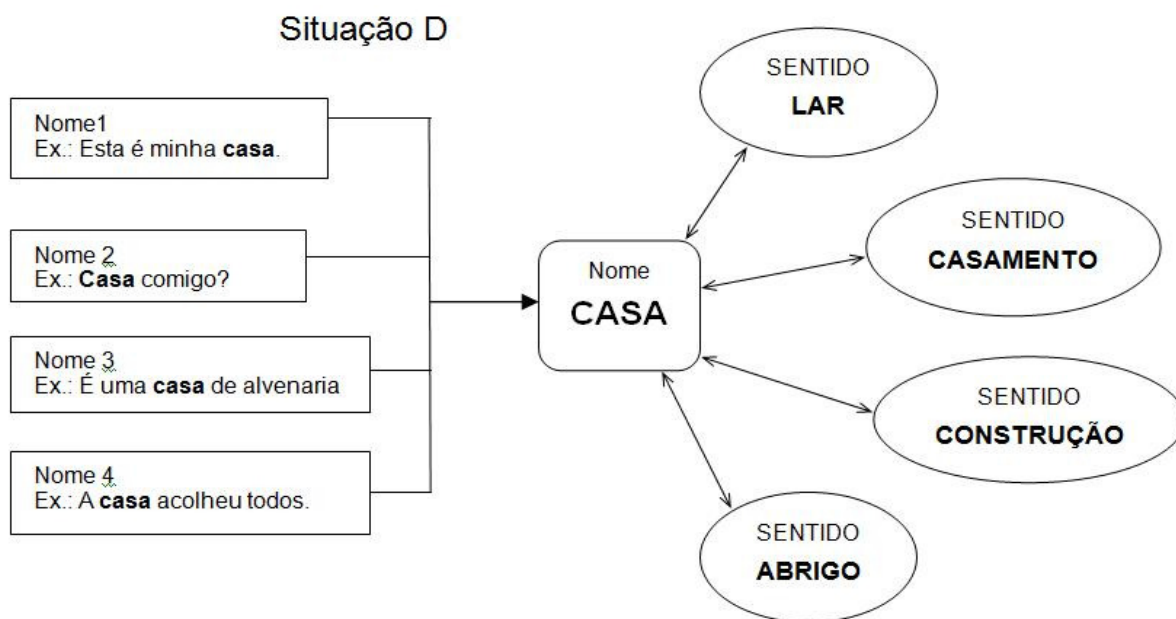


FIGURA 31 – ESQUEMA BÁSICO DA HOMONÍMIA
FONTE: A autora, 2011.

Com o esquema acima, é possível compreender, de acordo com Marques²³⁵ (1999, p. 65), que na origem da homonímia os diversos sentidos prendem-se a segmentos fônicos diferentes, mas que evoluíram para uma forma sonora idêntica, porém, mantendo-se distintos os sentidos originais. Assim, a homonímia é a definição de um mesmo nome com sentidos diferentes. Nesse sentido, Silva²³⁶ (2004, p. 148) afirma que a homonímia constitui-se de uma convergência fonética de elementos fônicos distintos, resultando em semelhança fônica e gráfica.

Marques²³⁷ salienta que o fato de uma palavra ter na origem um sentido comum que se diversifica, dando à coexistência de um mesmo nome com sentidos

²³⁵ MARQUES, M. H. D. **Iniciação à Semântica**. 4 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

²³⁶ SILVA, E. B. **As relações semânticas de polissemia e homonímia para um tratamento de heterossemânticos na interface português-espanhol**. 339 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2004.

²³⁷ *Id.*

diferentes, configuraria uma homonímia decorrente de polissemia. Por isso acredita que uma mesma palavra possa ter sentido polissêmico e homonímico. O que caracteriza a polissemia é a existência de um traço comum de significado entre os sentidos diversos de uma mesma palavra. Por exemplo, a palavra “nó” tem o significado básico de entrelaçamento de uma ou mais cordas, linhas ou fios. Desse significado desenvolvem-se outros sentidos para a palavra: união, vínculo, parte saliente e dura da madeira, embaraço, dificuldade, obstáculo, enfim, são sentidos que têm traços em comum no significado. São sentidos polissêmicos de nó que encontram oposição homonímica ao significado de medida de velocidade (um nó é igual a uma milha marítima por hora).

A visão de Ilari²³⁸ (2002, p. 103) sobre homonímia não difere de Ullmann e Marques, definindo as palavras homônimas como aquelas que pronunciam da mesma maneira, mas têm significados distintos e são percebidas como diferentes pelos falantes da língua. Destaca que as palavras homônimas podem pertencer a classes gramaticais iguais ou distintas. Por exemplo, banco (de jardim) e banco (casa de crédito) são ambos substantivos; pia (lavatório) é um substantivo e pia (conjugação de piar) é um verbo. Já a polissemia para Ilari²³⁹ são os diferentes sentidos de uma mesma palavra que são percebidos como extensões de um sentido básico. A polissemia opõe-se à homonímia. Para que haja polissemia é preciso que haja uma só palavra e para que haja homonímia é preciso que haja mais de uma palavra.

Nessa breve conceituação, sobre homonímia o objetivo consistiu em reconhecer a ambiguidade lexical de palavras homônimas para nos subsidiar na identificação de uma possível homonímia sónica nas representações de mapas mentais. Isto é, o estudo semântico das palavras presente na relação triádica de Ullmann, sob o ponto de vista da homonímia, é aplicado no modelo triádico de Peirce durante o processo de interpretação do mapa mental, no qual o falante (autor do mapa mental) exprime sua significação sobre os signos presentes em seu mapa mental. Dessa forma, os aportes teóricos de Ullmann contribuem na análise do significado dos signos presentes nos mapas mentais de diferentes sujeitos que representam um mesmo signo (nome), mas que por outro lado possuem significados divergentes. Por exemplo: nos mapas mentais, podemos observar círculos,

²³⁸ ILARI, R. **Introdução ao estudo do Léxico**: brincando com palavras. São Paulo: Contexto, 2002.

²³⁹ *Ibid.*, p. 151.

quadrados, triângulos, que para seus autores é uma tentativa de representação de uma casa, ou seja, diferentes representações que significam um mesmo nome (casa), mas que representam divergentes significados. É o caminho da polissemia para a homonímia no exercício de interpretação dos mapas mentais. As aproximações do modelo triádico de Ullmann com o modelo triádico de Peirce, clarifica-nos a contribuição da Lingüística a Semiótica.

4.3.2 Vislumbres sobre uma homonímia sígnica entre mapas mentais

Na tentativa de analisar as imagens representadas nos mapas mentais com o objetivo de identificar os elementos sígnicos e seus significados, recorreremos a uma abordagem fenomenológica associada à Teoria Sígnica da Semiótica para identificar as possíveis homonímias sígnicas entre os mapas mentais. Diante da contextualização sobre homonímia, intentamos identificar nos mapas mentais os signos homônimos que nos apontem os diferentes sentidos sobre um mesmo objeto.

Nesse sentido, com base na relação triádica de Ullmann (nome, sentido, coisa) e na relação de Pierce (signo, interpretante, objeto), observamos que apesar das distinções nas entidades, assemelham-se quando o objetivo é definir o significado de um signo. Assim, em nossa análise, fazemos aproximações dessas duas tríades e constituímos a tríade: imagem, interpretante, objeto (FIGURA 32). Em nossa tríade, o interpretante contempla os atores desta investigação: morador, Poder Público e turista. O objeto é a paisagem cultural da área de estudo. E a imagem, o signo, é a representação gráfica nos mapas mentais de um objeto físico, de um lugar, de um sentimento, identificados e nominados.

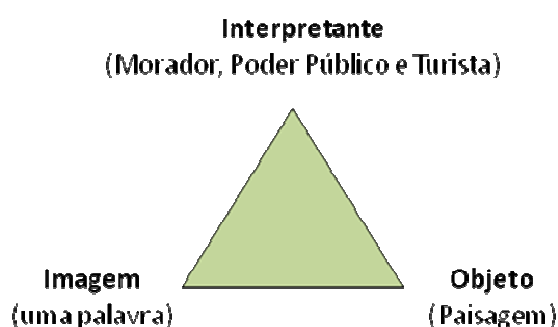


FIGURA 32 – MODELO TRIÁDICO PROPOSTO
FONTE: A autora (2011).

Nesse esquema proposto, o signo é representado por uma imagem identificada a partir de um nome, uma palavra. É nesse aspecto que assumimos a contribuição de Ullmann ao considerar uma palavra como signo. Entretanto, deixamos claro que o nosso referencial sobre signo consiste no pensamento de Peirce, ou seja, reunindo as três pontas do triângulo e considerando uma relação triádica ordenada e completa. E, segundo as classificações sógnicas de Peirce, consideramos que o signo pode ser um simples objeto, um sentimento ou até mesmo um lugar. Por esse motivo, a importância de associar as entrevistas fenomenológicas aos mapas mentais para identificar quais os signos são revelados nos esboços das imagens mentais.

Nesse contexto, vislumbramos a homonímia sógnica de objetos, de lugar e de sentimentos (FIGURAS 33, 34 e 35), cujas análises podem ocorrer entre os grupos amostrais ou num mesmo grupo amostral, as quais serão denominadas, respectivamente, neste estudo, de *homonímia sógnica intergrupos* e *homonímia sógnica isolada*. Essas duas classificações gerais de homonímia sógnica podem distribuir-se também em homonímia sógnica intergrupos de objeto, lugar e sentimento e homonímia sógnica isolada de objeto, lugar e sentimento.

Na homonímia sógnica de objeto (FIGURA 33), por exemplo, uma casa, a imagem sógnica pode ser representada de tal forma pelo sujeito que, muitas vezes, não se assemelha à forma tradicional de uma casa. Talvez a falta de habilidade no desenho ou a falta de coordenação motora não lhe permita representar graficamente a imagem tal qual ela é vista. Mas, os traços do esboço ganham forma ao associarmos as falas sob uma abordagem fenomenológica, traduzindo a linguagem do desenho e revelando a valoração de objetos, lugares e a expressão de determinados sentimentos.

O objeto tendo sua forma uma vez definida e identificada assume a entidade signo da tríade peirceana e com a análise ordenada e completa das relações com o interpretante e objeto, constituem-se os significados das imagens sógnicas. Das divergências nos significados, abstraímos a homonímia sógnica do objeto.

Na análise da homonímia sógnica de lugar (FIGURA 34), as etapas são as mesmas. A questão é identificar o elemento sógnico que remete à algum sentido de lugar. Por exemplo, as montanhas, cujos traços podem ser representados de formas bem distintas, mas que, com as falas, identifica-se um sentido de lugar com distintos significados.

Exemplo de Homonímia de Objeto

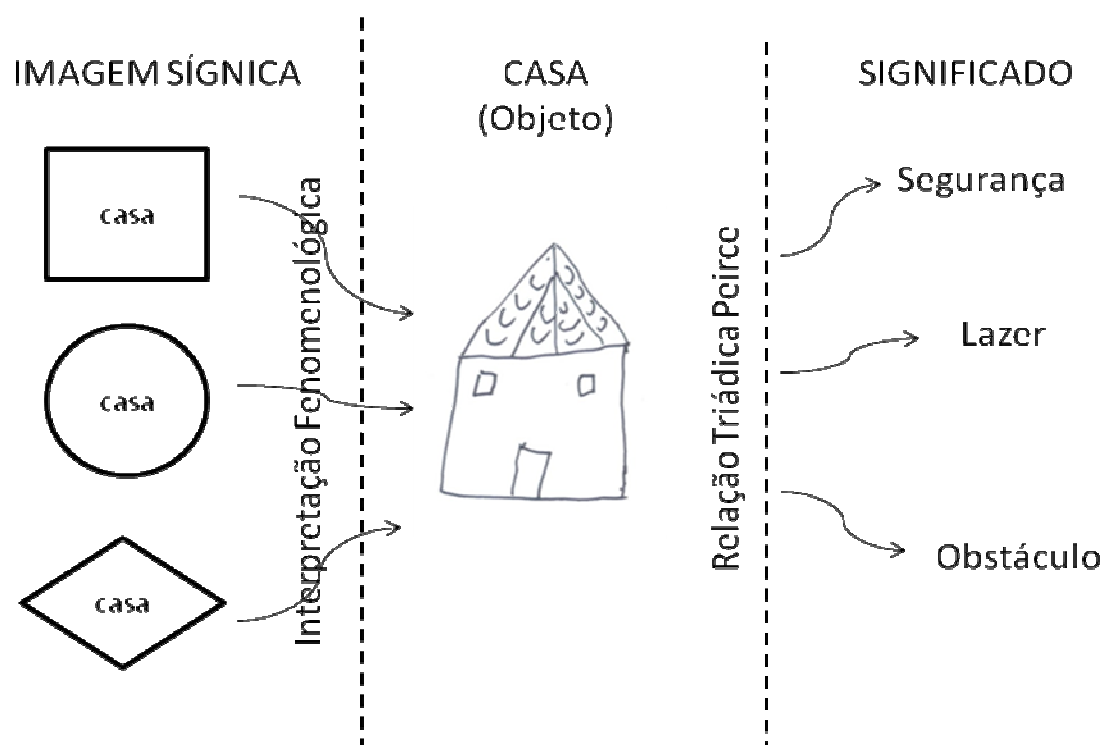


FIGURA 33 – HOMONÍMIA SÍGNICA DE OBJETOS
FONTE: A autora (2011).

Exemplo de Homonímia de Lugar

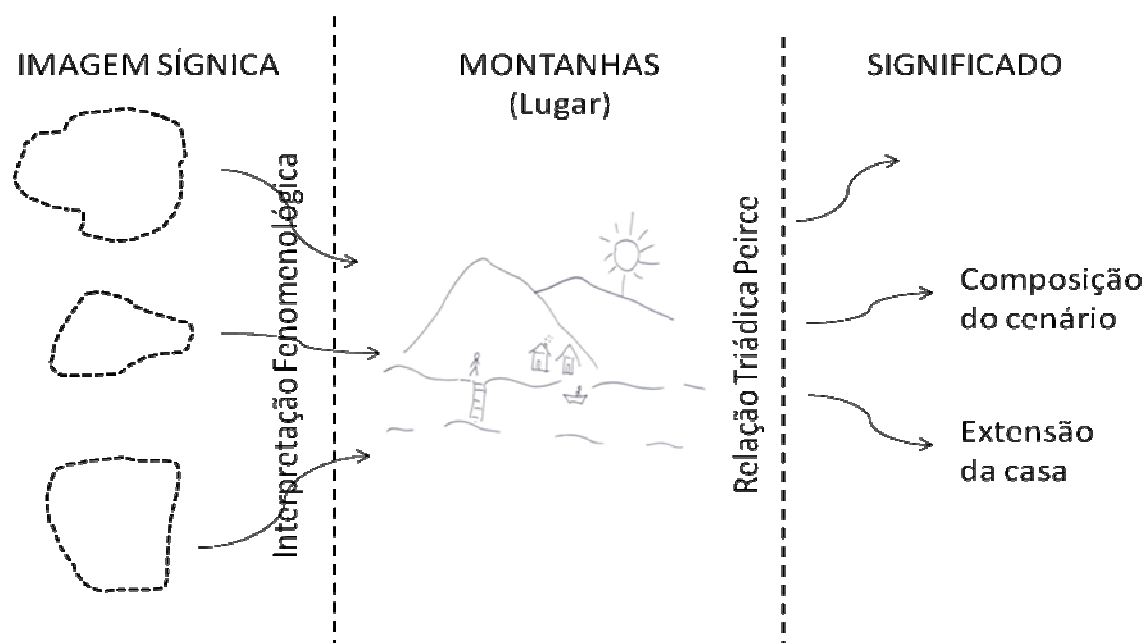


FIGURA 34 – HOMONÍMIA SÍGNICA DE LUGAR
FONTE: A autora (2011).

Contudo, na homonímia s gnica de sentimento (FIGURA 35), faz-se uma análise mais subjetiva, mas não menos importante, pois traduz o sentimento do sujeito sobre a área investigada. Assim é preciso contemplar o mapa mental como um todo, cujas partes não podem ser analisadas separadamente e com a associação da interpretação fenomenológica da entrevista, adjetivar com um determinado sentimento que traduza o que realmente expressa o desenho.

Exemplo de Homonímia de Sentimento:

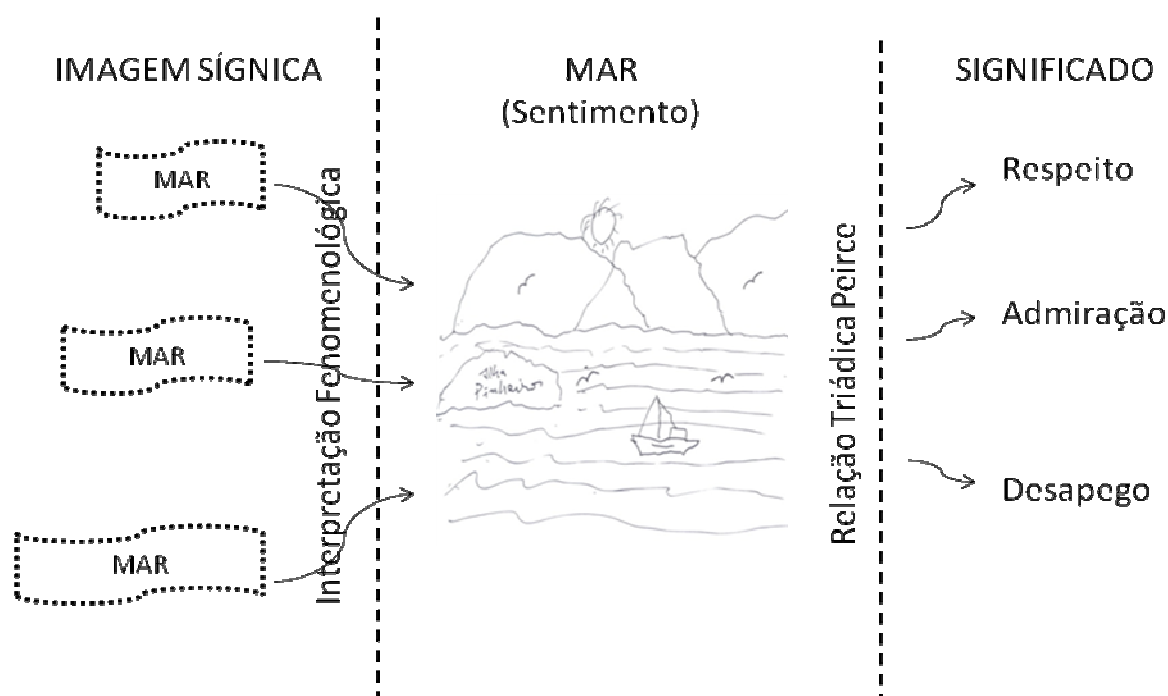
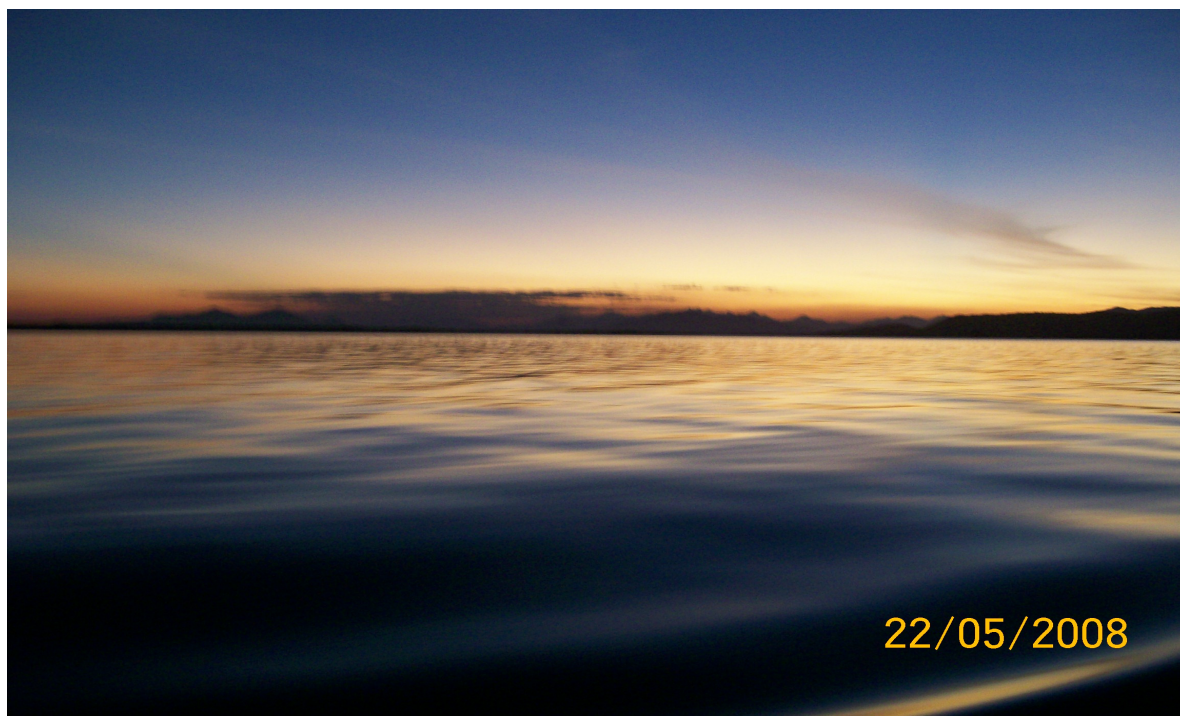


FIGURA 35 – HOMONÍMIA S GNICA DE SENTIMENTO
FONTE: A autora (2011).

CAPÍTULO V

Desvendando a homonímia sígnica da paisagem de Barbado

Entardecer em Barbado: possível homonímia sígnica da paisagem?



Kashiwagi, 2008

CAPÍTULO V

DESVENDANDO A HOMONÍMIA SÍGNICA DA PAISAGEM DE BARBADO

Neste último capítulo, buscamos aplicar os aportes teórico-metodológicos apresentados nesta pesquisa para consolidar a existência de homonímias sígnicas nas representações dos mapas mentais de três grupos: moradores, Poder Público e turistas. A escolha dos entrevistados consolidou-se a partir das observações e identificação de quais eram os atores contracenando no cenário de transformações da paisagem cultural do objeto de estudo.

A metodologia de análise para se identificar a homonímia sígnica consiste em dois momentos: no primeiro, a associação das entrevistas para interpretar as imagens sígnicas e, no segundo, o signo é analisado por meio da tríade imagem-objeto-interpretante. Num terceiro momento, a classificação da homonímia é mostrada no esquema abaixo (FIGURA 36). Nosso interesse nesta tese não é concluir as homonímias sígnicas, como um conceito fechado, mas mostrar a importância desse conceito nas pesquisas da Geografia Humanista-Cultural, o qual permite abrir-se para novas possibilidades de investigação.

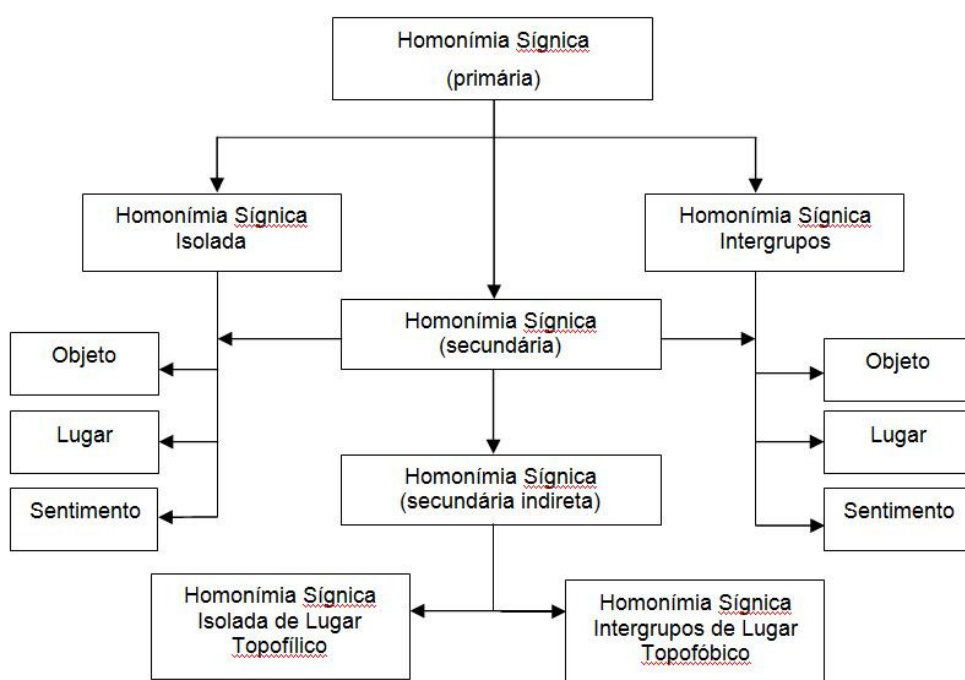


FIGURA 36 – ESQUEMA PROPOSTO DE CLASSIFICAÇÃO HOMONÍMIA SÍGNICA
FONTE: A autora (2011).

5.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE

5.1.1 Definindo a pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa constituiu-se a partir da vivência e observação do cotidiano da comunidade de Barbado. Diante de uma atmosfera de conflitos ambientais velados, percebemos inicialmente dois atores sociais fortemente presente no universo empírico: o morador e Poder Público. Outro grupo identificado no contexto pesquisado é o dos turistas. Os turistas em menor grau de participação, mas essenciais por serem sujeitos de uma nova alternativa econômica que se instala na região, o turismo. Dessa forma, definimos para a investigação três grupos de entrevistados: moradores, Poder Público e turistas. O número de entrevistados por grupo foi de 11 pessoas por considerarmos o suficiente dentro do que nos propusemos a pesquisar.

No grupo de moradores, o critério principal de escolha dos entrevistados foi a função do indivíduo dentro da comunidade, desde uma representação ao Poder Público, representação na própria comunidade e importância social e histórica. Assim, entre os entrevistados estão a professora da escola, o atual presidente da Associação de Moradores, a presidente da Associação das Mulheres, o conselheiro dos conselhos de representação da comunidade (Conselho Consultivo e Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba), o proprietário do único restaurante da comunidade, a cozinheira, a proprietária da única mercearia, o 1º presidente da Associação de Moradores, a moradora mais antiga da comunidade, a ex-curandeira e um pescador.

No grupo do Poder Público, o primeiro passo foi elencar os órgãos das esferas federal, estadual e municipal envolvidos com o Parque Nacional de Superagui e comunidades da região. Em segundo descobrir os funcionários que tiveram ou ainda têm algum envolvimento com os moradores de Barbado e principalmente ter conhecido pessoalmente o local onde se situa a comunidade. Nesse sentido, da esfera do Governo Federal entrevistamos três funcionários do

ICMBio²⁴⁰, o atual chefe do Parque Nacional do Superagui, a chefe substituta – bióloga que já foi chefe do Parque por 13 anos, e o chefe da Unidade do ICMBio de Guaraqueçaba; do Governo Estadual, entrevistamos da Secretaria do Estado da Cultura o curador do patrimônio natural e cultural; da Secretaria do Estado da Saúde e Bem Estar Social (PROVOPAR)²⁴¹ a coordenadora de implantação de programa de artesanato em comunidades tradicionais; da Secretaria do Estado da Segurança Pública – Força Verde²⁴² o comandante do 3º Pelotão da 1ª Companhia de Policiamento Ambiental (área litoral: municípios Morretes, Antonina e Guaraqueçaba); da Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IAP²⁴³ a chefe do Departamento Socioambiental atuando nas comunidades tradicionais do Paraná; do Governo Municipal, foram entrevistados três funcionários da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, o atual prefeito, o secretário municipal de meio ambiente e a assessora do prefeito que atuou intensamente nas comunidades da Baía de Pinheiros quando estava lotada na Secretaria de Ação Social, em gestões anteriores; e ainda do poder municipal, um vereador da Câmara Municipal de Guaraqueçaba.

No grupo de turistas, encontramos certa dificuldade em constituir o grupo, pois a visitação é eventual e a inexistência de pousadas inviabilizou as entrevistas no local. Mas, conversando com os moradores de Barbado soubemos que os eventuais turistas vão à Barbado porque essa comunidade está sendo incluída no roteiro alternativo de passeios turísticos organizados por guias informais de Guaraqueçaba e Paranaguá. Durante o dia com suas voadeiras e barcos a motor desembarcam os turistas em Barbado para saborear a comida do restaurante do

²⁴⁰ Algumas pessoas ainda denominam o ICMBio de “antigo IBAMA”. Mas, na verdade o ICMBio é um órgão criado pelo Ministério do Meio Ambiente para administrar as unidades de conservação federais. Assim, desde 2007 as UCs federais (parques nacionais, reservas biológicas e extrativistas, áreas de proteção ambiental – APA, e estações ecológicas) passaram a ser administradas pelo ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Trata-se de uma divisão do IBAMA para cuidar e fiscalizar especificamente as UCs. Em Guaraqueçaba, o ICMBio cuida da APA de Guaraqueçaba, da Estação Ecológica de Guaraqueçaba e do Parque Nacional de Superagui (FONSECA, A. Ministério do Meio Ambiente cria órgão para administrar as unidades de conservação federais. **Infoguará**, Guaraqueçaba, 1º dez. 2010. ano 1, 1 ed., p. 1.)

²⁴¹ PROVOPAR – Programa do Voluntariado Paranaense, vinculado à Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social. Instituído pelo Decreto Estadual n. 2.194 de 15 de abril de 1980.

²⁴² FORÇA VERDE é o nome popular do Batalhão de Polícia Ambiental (BPAmb-FV). É uma unidade especializada da Polícia Militar do Paraná, criada em 04 de abril de 1957, cujo nome e atribuições foram se alterando ao longo dos anos. Está vinculada a Secretaria do Estado de Segurança Pública.

²⁴³ IAP – Instituto Ambiental do Paraná resulta da fusão, em 1992, da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA) e do Instituto de Terras Cartografia e Florestas – ITCF, vincula-se à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMA).

Senhor Lopes e tomar um café com bolos na cozinha comunitária da comunidade. Ao final da tarde, retornam para a sede de Guaraqueçaba, para Vila Barra do Superagui ou retornam à Paranaguá para se acomodarem em hotéis ou pousadas. Assim, na tentativa de constituir esse grupo de entrevistados, contatamos os guias informais e soubemos que os turistas eram oriundos de municípios próximos e até mesmo da própria sede de Guaraqueçaba. Apesar das dificuldades, conseguimos realizar as entrevistas nas próprias casas dos turistas ou nos locais de trabalho.

Nesse contexto, o grupo de turistas é constituído por dois guias informais: um proprietário de pousada em Guaraqueçaba e uma técnica de turismo residente em Paranaguá que organiza eventuais passeios turísticos de barco; o presidente da associação de moradores da comunidade de Açungui (área rural de Guaraqueçaba); uma estagiária do ICMBio residente na sede de Guaraqueçaba; um funcionário da prefeitura de Guaraqueçaba, residente no próprio município; um fotógrafo da Secretaria do Estado da Cultura residente em Curitiba; uma funcionária pública aposentada residente em Guaratuba; um técnico de turismo residente em Matinhos; uma artesã residente em Pontal do Paraná, um estudante do Ensino Médio também residente em Pontal do Paraná e um funcionário da Sadia residente em Paranaguá.

Apesar da proximidade da sede de Guaraqueçaba com Barbado, muitos ainda não a conhecem devido à dificuldade no acesso, o qual exige um bom conhecimento do navegador sobre a região para não se perder nos canais emaranhados como labirinto. Nesse sentido, as raras oportunidades de visita são motivadas por alguma festividade. O longo tempo de viagem à tranquila comunidade de Barbado pode durar quase cinco horas àqueles que vêm de Guaratuba ou Pontal do Paraná, fazendo desse percurso um passeio turístico de grande contemplação.

5.1.2 As ferramentas para coleta de dados

As ferramentas de análise adotadas foram determinadas pelo objeto de estudo, pois nas primeiras aproximações verificamos muita apreensão por parte dos moradores da comunidade. As falas eram arredias e curtas em virtude da constante presença de pesquisadores na região. Percebeu-se a necessidade de se aproximar com o intuito de construir laços de amizade. Apesar da dificuldade de acesso à

comunidade de Barbado, as primeiras visitas com duração de três a cinco dias foram apenas para conhecer o cotidiano, vivenciar a rotina da comunidade e fazer as aproximações. O método de aplicação de mapas mentais pareceu-nos menos agressivo, sendo bem aceito pelas pessoas. As entrevistas com perguntas estruturadas não eram bem-vindas. Então, optamos por realizar um roteiro de questões que foram memorizadas e perguntadas no decorrer da conversa, sem seguir uma sequência lógica, uma entrevista fenomenológica gravada, como na história oral, porém, constantemente retomada a um determinado tema.

A gravação das entrevistas com os moradores da comunidade deu-se depois de um longo processo de aproximação com o compromisso de usar as falas somente para fins acadêmicos. Da mesma maneira, expusemos para os grupos entrevistados do Poder Público e turistas. O registro oral é essencial, mas não obrigatório, para a validação das fontes. Em nosso caso, optamos por gravar as entrevistas, tendo em vista a importância dos detalhes nas falas para sustentar o uso da abordagem fenomenológica.

O mesmo método de mapas mentais e entrevistas fenomenológicas foram aplicados aos grupos do Poder Público e dos turistas. Entre os representantes do Poder Público percebeu-se certa desconfiança, uma vez que intentam mediar os conflitos territoriais existentes na região. As falas foram extremamente moderadas, mas diante de uma entrevista fenomenológica, as pessoas se expressaram com mais liberdade de expressão afluindo sentimentos contidos. A técnica dos mapas mentais pareceu-lhes indiferente e, em meio à preocupação de demonstrar suas habilidades artísticas, realizaram seus esboços a fim de colaborar em nossa pesquisa de campo.

No grupo de turistas, a primeira dificuldade foi em encontrá-los, mas logo em seguida mostraram-se pessoas amistosas e participaram das entrevistas, registrando o quanto ficaram admiradas com a beleza cênica da região e especialmente com o carisma do povo de Barbado. Sem resistência, realizaram os mapas mentais com entusiasmo, representando os signos mais significativos presentes em suas memórias da paisagem de Barbado.

5.1.3 Método de interpretação dos mapas mentais

Em nossa investigação, não utilizamos uma metodologia específica para a análise e interpretação de mapas mentais, mas a aproximação de alguns métodos para podermos identificar as homonímias sógnicas nos mapas mentais.

Num primeiro momento, com base na tríade de Ullmann (FIGURA 29), associou-se as entrevistas fenomenológicas aos mapas mentais para se nominar e identificar os elementos sógnicos, posteriormente classificou-se os signos por meio dos critérios da metodologia Kozel²⁴⁴ quanto a especificidade dos ícones: elementos da paisagem natural, construída e humanos (QUADRO 3, 5 e 7).

Num segundo momento, cada signo é analisado com base na tríade de Peirce (FIGURA 26), porém, de acordo com a tríade proposta (FIGURA 32) numa relação triádica completa e ordena entre imagem-objeto- interpretante, buscando-se a essência do significado do signo.

Num terceiro momento, verifica-se a reincidência de um mesmo signo por grupo de entrevistados e com base nos significados identifica-se a existência de homonímia sógnica, podendo ser classificada em homonímias sógnicas isoladas ou homonímias sógnicas intergrupos (consideradas as homonímias primárias), em homonímias secundárias e secundárias indiretas/terciárias (FIGURA 36).

²⁴⁴ KOZEL, S. Mapas Mentais – Uma forma de linguagem: Perspectivas Metodológicas. In: KOZEL, S; SILVA, J. C.; GIL FILHO, S. F. (Orgs) **Da percepção e cognição à representação**: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007. p.114-138.

5.2 IDENTIFICANDO AS HOMONÍMIAS SÍGNICAS

5.2.1 Identificando as homonímias sígnicas isoladas

Nos quadros a seguir (QUADRO 3, 5 e 7), apresentamos o primeiro momento da interpretação dos mapas mentais. Para preservar a identidade dos entrevistados, especialmente, do Poder Público que se sentiram inseguros com a divulgação, mesmo que acadêmica, das informações prestadas, decidimos identificá-los por meio da letra “P” para o grupo de Poder Público, letra “M” para o grupo de moradores e letra “T” para o grupo de turistas.

Para organizar os dados, distribuímos os elementos sígnicos na primeira coluna em três blocos: elementos da paisagem natural, elementos da paisagem construída e elementos humanos respectivamente. Na segunda coluna, inserimos os signos afins por bloco elencados com a análise de todos os mapas mentais de cada grupo e identificados com o aporte das entrevistas. Nessa eleição, foram considerados todos os signos, sem exclusão, independente do número de aparições nos mapas mentais. As 11 colunas (QUADRO 3, 5 e 7) indicadas por P1 a P11, M1 a M11 e T1 a T11, representam os entrevistados dos grupos. Ao definir-se a estrutura do quadro, a próxima etapa foi identificar o número de incidência de um determinado elemento sígnico indicado nas colunas de amostragem com a letra “x”.

No grupo de Poder Público (QUADRO 3) constatamos que os signos que aparecem com maior frequência nos mapas mentais dos entrevistados são: mar, floresta-montanha-árvore, casa e barco. Com o intuito de investigar a existência de uma homonímia sígnica isolada entre os indivíduos do grupo, visualizamos a partir da tríade peirceana imagem-objeto-interpretante as imagens homônimas, mas com significados similares. Nessa relação triádica (FIGURA 37) o mar e a floresta-montanha-árvore assumem a entidade signo e constituem-se a partir do interpretante (poder público) e do objeto (Barbado). O significado de mar, floresta, montanha e árvores são iguais, pois assumem o mesmo sentido de preservação considerado pelo interpretante mediante o forte contexto de proteção ambiental aonde a comunidade esta inserida. O mesmo ocorre com o barco, cuja função é exclusivamente para fiscalizar mesmo que de forma velada.

Grupo amostral Poder Público:

ESTRUTURAÇÃO DADOS MAPAS MENTAIS PODER PÚBLICO

	Elementos identificados nos mapas mentais a partir de seus autores	Amostragem Grupo Poder Público										
		P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11
Elementos da Paisagem Natural	Mar	x	x	x		x		x	x	x	x	x
	Sol								x			
	Nuvens									x		
	Floresta-Montanha-Árvore	x		x		x	x	x	x	x	x	x
	Flores-Bambuzal-Jardins			x				x				
	Rocha (pedra)	x		x								
	Ilha				x							
	Trilhas – caminhos	x	x		x		x	x				
	Aves					x				x		
	Animais (cachorro)										x	
Elementos da Paisagem Construída	CASA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Trapiche	x	x	x				x	x	x		
	Igreja			x			x			x		
	Cozinha comunitária – museu	x						x				x
	Campo de futebol	x						x		x		
	Barco		x	x		x		x	x	x	x	x
	Rede de pesca							x			x	
	Artesanato			x								
	Roupas no varal			x								
	Ruínas (casa de Michaud)							x				
	Área plantio		x									
	Área cultivo de ostras		x									
	Rabeca (instrumento musical)											x
Elementos humanos	Pessoas (turista)		x									
	Pessoas (moradores)							x	x	x	x	

QUADRO 3 – CLASSIFICAÇÃO DOS SIGNOS MAPA MENTAL PODER PÚBLICO
 FONTE: A autora (2011).



FIGURA 37 – RELAÇÃO TRIÁDICA PODER PÚBLICO
FONTE: A autora (2011).

O elemento sógnico “casa” apesar de ser plenamente representado nos mapas mentais dos indivíduos do Poder Público, durante as entrevistas percebemos algumas distinções no seu entendimento. Observamos que o elemento sógnico “casa” uma vez decodificado das imagens mentais e nominado adquire diferentes significados ao associá-lo às entrevistas fenomenológicas (FIGURA 38). Neste sentido, com base no esquema básico de homonímia (FIGURA 31), visualizamos no elemento “casa” a constituição de uma homonímia sógnica no grupo de entrevistados do Poder Público (QUADRO 3).

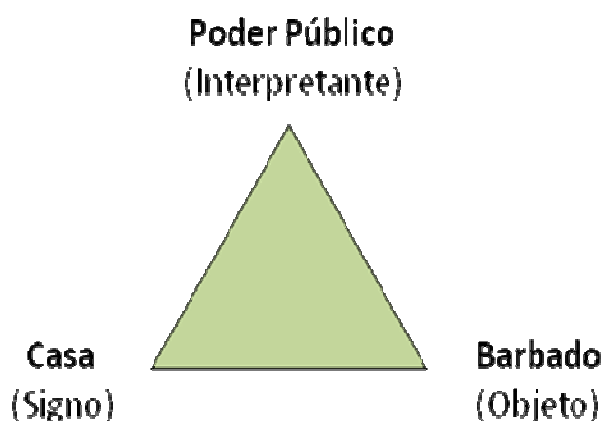


FIGURA 38 – RELAÇÃO TRIÁDICA PODER PÚBLICO- CASA
FONTE: A autora (2011).

Significados distintos de CASA no grupo Poder Público

Grupo amostral	Significados do elemento sígnico CASA
P1	Saneamento básico
P2	Ocupação irregular
P3	Assistência do Governo Federal
P4	Garantia de voto
P5	Impacto ambiental
P6	Poluição da Paisagem Natural
P7	Produção de artesanato
P8	Aglomeração
P9	Elemento intocável
P10	Policiamento
P11	Reconhecimento legal

QUADRO 4 – SIGNIFICADO DE CASA: GRUPO PODER PÚBLICO

FONTE: A autora (2011).

No Quadro 4, podemos visualizar diferentes significados de “casa” num mesmo grupo, mas isso não significa polissemia, pois estamos trabalhando com as imagens representadas nos mapas mentais. Portanto, os significados distintos resultam de uma mesma imagem sígnica que pode ter sido representada de diferentes formas, conforme a habilidade dos entrevistados, porém, nominada igualmente como CASA. Assim, identificamos nesse caso uma homonímia sígnica isolada para o grupo de Poder Público (FIGURA 39).

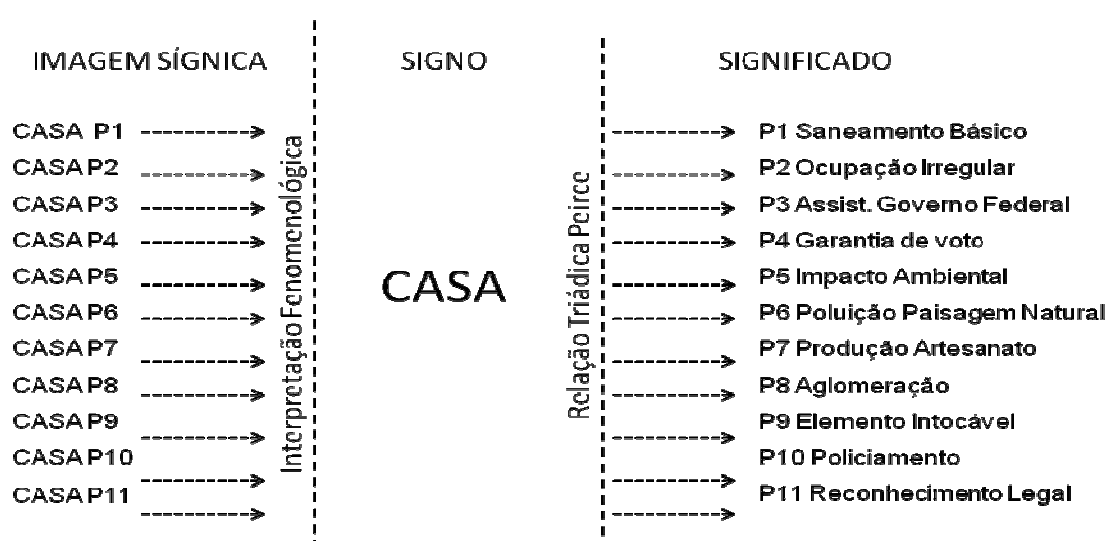


FIGURA 39 – Homonímia Sígnica Isolada

FONTE: A autora, 2011

EXEMPLOS DE MAPAS MENTAIS DO PODER PÚBLICO:

Exemplo: Mapa Mental P1



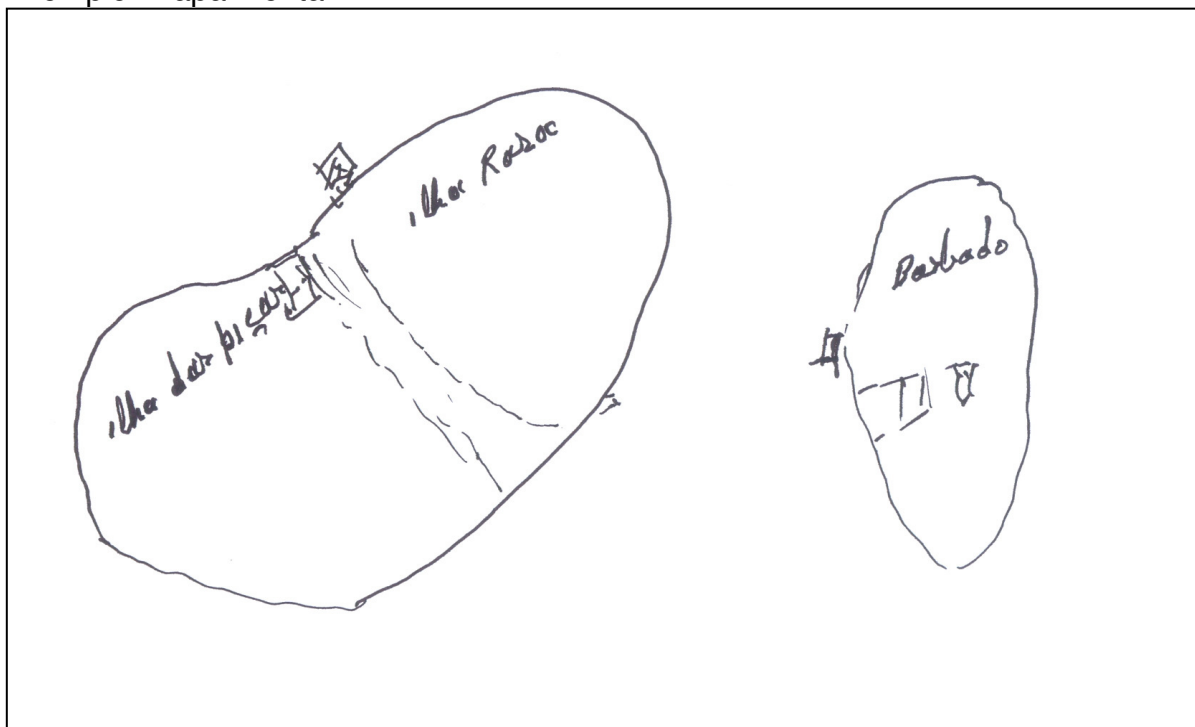
Nessa representação do mapa mental P1, o autor destacou os elementos mais significativos de Barbado que lhe vieram a memória, “[...] temos aqui o trapiche, esse aqui é o mar, aqui é o morro de florestas densas. Esse morro é fechado, tudo são montanhas, aqui são as casas das pessoas, aqui são tudo casas... aqui. E, aqui... veja, aqui tem um caminho com uma rocha, uma pedra, acho que dever ser milenar. Bem aqui tem o museu William Michaud da Provopar, e aqui quase em frente o museu é um campo de futebol. É mais ou menos isso, eu não sou muito nesse desenho né”. A descrição do lugar está naquilo que se vê e apesar dos traços irregulares corresponde ao mundo percebido pelo autor sobre o local.

Considerando o elemento “casa”, comum entre os indivíduos desse grupo (QUADRO 3), buscou-se identificar a homonímia sígnica com a interpretação da relação imagem-objeto-interpretante em cada um dos mapas mentais. Orientando-se em Peirce, o signo determina seu interpretante, sendo que o próprio signo é determinado por seu objeto e é através do signo que o objeto cria e determina seu interpretante. Considerou-se a casa como sendo a imagem, Barbado assumindo o objeto e o autor do mapa como o interpretante. Nesse sentido, a casa (imagem)

representada determina o autor do desenho (interpretante), mas a própria casa é determinada por seu contexto local, Barbado (objeto), e, é por essa imagem casa que Barbado cria e determina quem a interpretou. Em outras palavras, um signo tem sua interpretação completa quando se exercita ordenadamente essas reflexões.

Para o autor desse mapa mental, as casas são construções irregulares por estarem em área preservada, sendo consideradas um problema para o Poder Público, pois implicam medidas que promovam a saúde e o bem estar da comunidade, como o saneamento básico.

Exemplo: Mapa Mental P4



Os elementos mais significativos nesse mapa mental P4 são as ilhas, caminhos, barco e casa, como afirma a fala do autor “[...] aqui é a frente da Ilha das Peças onde a gente embarca e aqui atrás é Barbado. De barco a gente logo chega em Barbado e vê umas calçadas de pedra, as casas e o centro comunitário”. A objetividade com que foram traçados e o dimensionamento das Ilhas vai ao encontro do imaginário do autor que vê o tamanho das comunidades conforme o número de eleitores. Em Barbado, o número de eleitores não é significativo, mas a presença de

uma única casa no desenho indica a *garantia de voto*. Barbado é vista simplesmente como um “objeto” para angariação de votos.

Exemplo: Mapa Mental P6



Nesse mapa mental P6, o autor representou, sob um discurso ambientalista, uma Barbado que não é real, mas é exatamente como ele gostaria que fosse. Os poucos elementos representados, como a montanha, casa, igreja e caminhos, demonstram o desejo de ver uma paisagem de Barbado sem elementos construídos e as famílias desapropriadas, pois o autor relembra que “[...] há 60 anos, quando garoto, fui muito naquelas montanhas, isso tudo era deserto, sem casas, com muitos manguezais, tinha milhares de guarás, imagina quem conheceu aquele paraíso e vê hoje a população.” Procurando humanizar a situação atual e justificando a presença do ser humano em áreas preservadas, salienta que “[...] é preciso fazer a prova do ser tradicional para resolver o problema daquelas comunidades”. As casas, neste caso, são vistas como *poluição visual da paisagem*.

Grupo amostral Moradores:

ESTRUTURAÇÃO DE DADOS MAPAS MENTAIS MORADORES

	Elementos identificados nos mapas mentais a partir de seus autores	Amostragem Grupo Moradores										
		M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11
Elementos da Paisagem Natural	Mar		x									x
	Sol	x		x								
	Nuvens	x		x								
	Floresta-Montanha-Árvore	x				x					x	
	Flores-Bambuzal-Jardins	x		x			x		x	x		x
	Ilha		x									
	Trilhas – caminhos	x	x		x							
	Aves			x							x	
	Animais (macaco)										x	
	Borboleta	x										
Elementos da Paisagem Construída	CASA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Trapiche							x				
	Igreja	x			x	x	x				x	x
	Cozinha comunitária – museu		x						x		x	
	Campo de futebol										x	
	Mercearia				x							
	Restaurante							x				
	Barco	x	x					x		x		x
	Rede de pesca	x						x				x
	Roupas no varal						x					
	Área de plantio							x				
	Área cultivo de ostras							x				
	Ruínas (casa de Michaud)										x	
	Escola	x										
	Lixo na comunidade		x									
	Postes de luz		x		x							
	Placas solares		x									
Elementos humanos	Pessoas (Turista)		x									
	Pessoas (Moradores)	x	x									x

QUADRO 5 – CLASSIFICAÇÃO DOS SIGNOS MAPA MENTAL MORADORES
FONTE: A autora (2011).

No grupo amostral dos Moradores, constatamos que apenas um signo aparece em destaque, a casa, sendo unânime sua representação entre todos os indivíduos entrevistados (QUADRO 5). Os significados de casa assemelham-se muito entre si, inexistindo, nesse caso, uma homonímia sêmica isolada, como mostra o quadro a seguir:

Significados similares de CASA no grupo Moradores

Grupo amostral	Significados do elemento sêmico CASA
M1	Lar
M2	Aconchego familiar
M3	União
M4	Prosperidade
M5	Sossego, paz
M6	História de vida
M7	Base familiar
M8	Porto Seguro
M9	Tranquilidade
M10	Direito do cidadão
M11	Felicidade

QUADRO 6 – SIGNIFICADO DE CASA: GRUPO MORADORES

FONTE: A autora (2011).

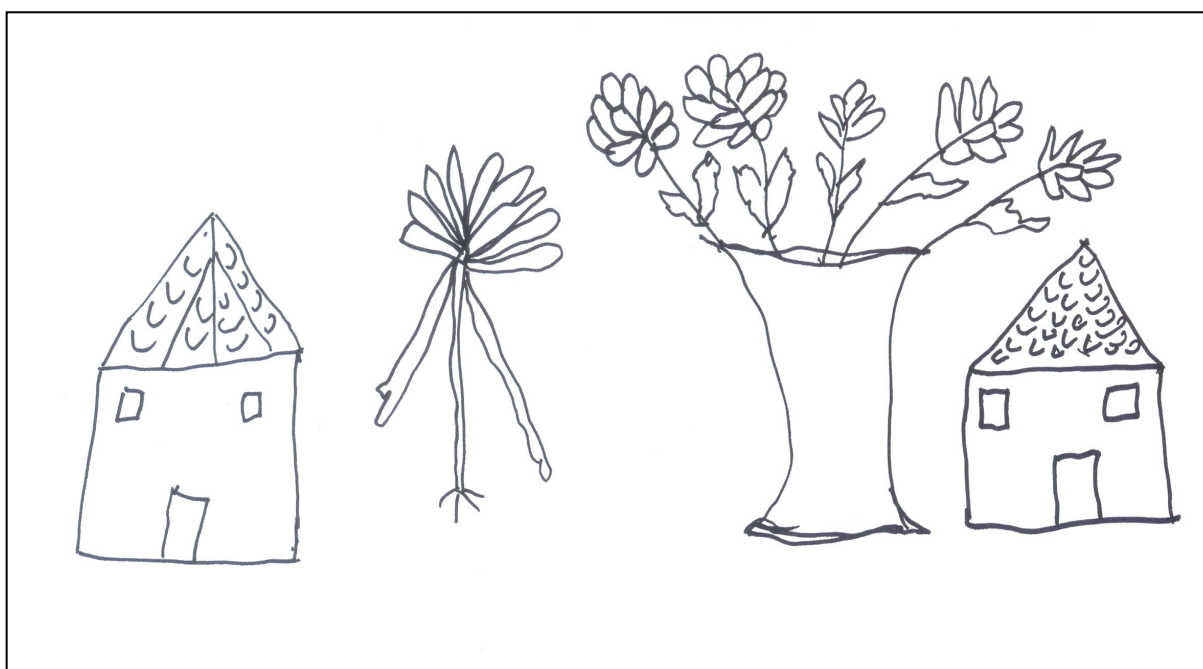
EXEMPLOS DE MAPAS MENTAIS DE MORADORES:

Exemplo: Mapa Mental M1



O mapa mental M1 representa com riqueza de detalhes o mundo vivido constituído no imaginário do autor de como ele vê a realidade e sente-se no lugar. O autor descreve “[...] Barbado é uma beleza que a gente está vendo aí, com muita árvore, muita flor, uma paisagem muito bonita, mar, morro, mata, rios, cercada de pedra, muita árvore... de se sentir feliz num lugar assim”. A representação revela também o cotidiano da comunidade com crianças brincando em direção à escola, o pescador no mar providenciando o alimento para a família, a igreja ao centro do desenho indicando a importância da religiosidade e ao fundo a casa protegida por uma frondosa árvore. A representação da casa no alto da encosta não representa o local da casa do autor, mas demonstra o sentimento pela casa, elevando-a como o lugar mais seguro, o *lar* da família.

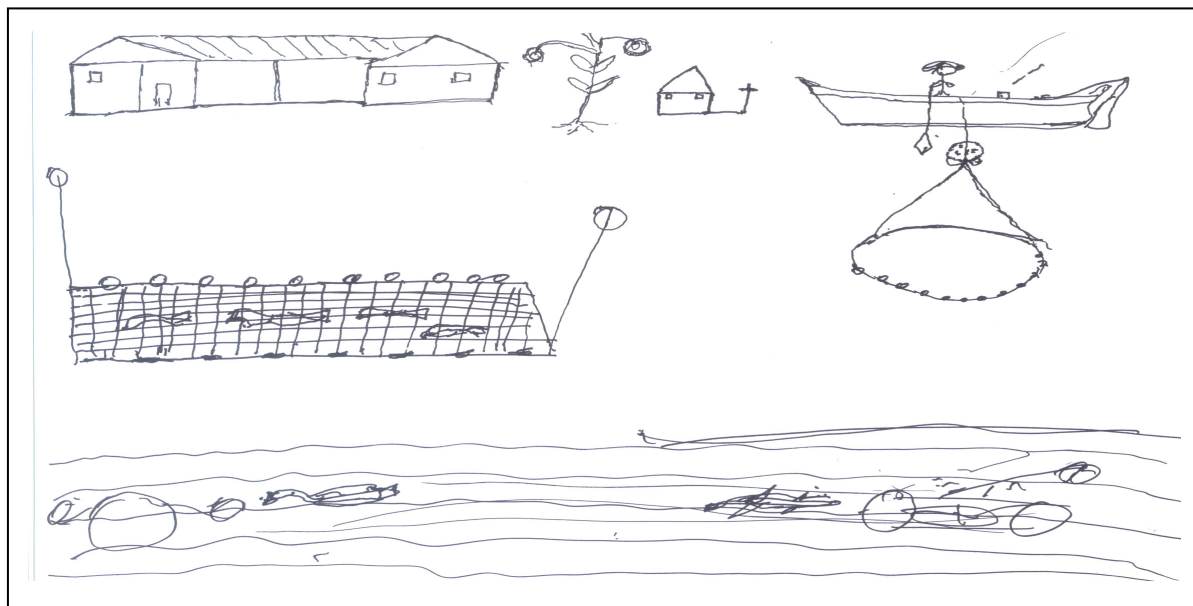
Exemplo: Mapa Mental M8



Nesse mapa mental M8, observa-se a simplicidade na composição dos elementos da paisagem, o autor representa apenas dois elementos: a casa e as flores. É a representação de como é o mundo vivido constituído no imaginário do autor que se encanta com “[...] as mata, mas o lugar que eu acho mais bonito são as minhas planta e as planta que eu vejo daqui de minha casa, acho muito encantador,

e a cozinha lá, o espaço comunitário também que foi feito, é muito lindo”. Para o autor, a paisagem de Barbado é valorizada com a presença de sua casa e flores de seu jardim, a casa é como um porto seguro da família, onde os filhos distantes podem atracar com segurança.

Exemplo: Mapa Mental M11



Os elementos sígnicos representados nesse mapa mental M11 revelam elementos dispersos e o mundo vivido do autor caracterizado não apenas pela atividade da pesca, mas pela religiosidade e apego à família. Nas palavras do autor, vemos destacar a importância da casa, sendo representada com dimensões maiores. “Fiz um desenho que primeiro quero representar a minha casa, moradia, o jardim, meu quarto, mas também desenhei uma igreja porque é a cultura da comunidade há muitos anos”. Os signos existentes no mapa mental procuram demonstrar a importância da cultura da pesca artesanal, ainda muito presente nas comunidades da região. Para o autor “[...] a volta da pesca para minha casa é o momento mais feliz do meu dia”. A casa representa a *felicidade*.

Grupo amostral Turistas:

ESTRUTURAÇÃO DADOS MAPAS MENTAIS TURISTAS

	Elementos identificados nos mapas mentais a partir de seus autores	Amostragem Grupo Turistas										
		T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10	T11
Elementos da Paisagem Natural	MAR	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Sol	x				x						x
	Nuvens						x					x
	Floresta-Montanha-Árvore	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x
	Flores-Bambuzal-Jardins					x		x			x	x
	Rocha (pedra)		x									
	Ilha	x	x			x						
	Trilhas - caminhos		x		x			x	x	x	x	
	Aves	x										x
Elementos da Paisagem Construída	CASA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Trapiche		x	x				x	x		x	
	Igreja		x	x	x		x	x			x	x
	Cozinha comunitária – museu		x	x				x		x	x	
	Restaurante		x					x				
	Campo de futebol				x	x	x	x			x	x
	BARCO	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Rede de pesca				x			x	x			
	Artesanato									x		
	Ruínas (casa de Michaud)						x					
	Área cultivo de ostras									x		
	Placas solares			x							x	
Elementos humanos	Pessoas (Turista)											
	Pessoas (Moradores)				x	x	x	x	x	x		x

QUADRO 7 – CLASSIFICAÇÃO DE SIGNOS MAPA MENTAL TURISTAS
FONTE: A autora (2011).

No grupo amostral de Turistas, destacam-se quatro signos que se sobressaíram nas representações dos mapas mentais: mar, floresta-montanha-árvore, casa e barco (QUADRO 7). O significado de mar, as florestas, montanhas, árvores aproximam-se ao sentido de preservação exposto no grupo de poder público, pois visualizam a criação do Parque como um mecanismo de perpetuação da beleza cênica presente. Uma beleza desfrutada pelos turistas com êxtase e deslumbramento. O significado de mar, floresta, montanha e árvores são similares, pois assumem o mesmo sentido de contemplação considerada pelo interpretante mediante a preservação da paisagem aonde a comunidade esta inserida.

Por outro lado, opostamente ao sentido de fiscalizar, o barco para os turistas assume o sentido de aproximar e conhecer locais de difícil acesso. Já a casa, é vista como uma possibilidade de abrigo, de pernoite, de proteção contra os mosquitos, de um bom banho quente e de provar a comida local. Como os significados se assemelham não se constituem em signos homônimos, por esse motivo, nesse caso, não há uma homonímia sígnica (QUADRO 8).

Significados similares de CASA no grupo Turistas

Grupo amostral	Significados do elemento sígnico CASA
T1	Pousada
T2	Abrigo da chuva
T3	Descanso
T4	Banho quente
T5	Pernoite
T6	Abrigo
T7	Proteção de mosquitos
T8	Empreendimento
T9	Instalações sanitárias
T10	Acampamento
T11	Gastronomia

QUADRO 8 – SIGNIFICADO DE CASA: GRUPO TURISTAS

FONTE: A autora (2011).

Nos exemplos a seguir, podemos observar que a visão do turista sobre Barbado é como a de um pintor que está distante retratando o seu objeto. As imagens parecem-nos retratos de uma paisagem muito mais observada, percebida, do que propriamente vivida.

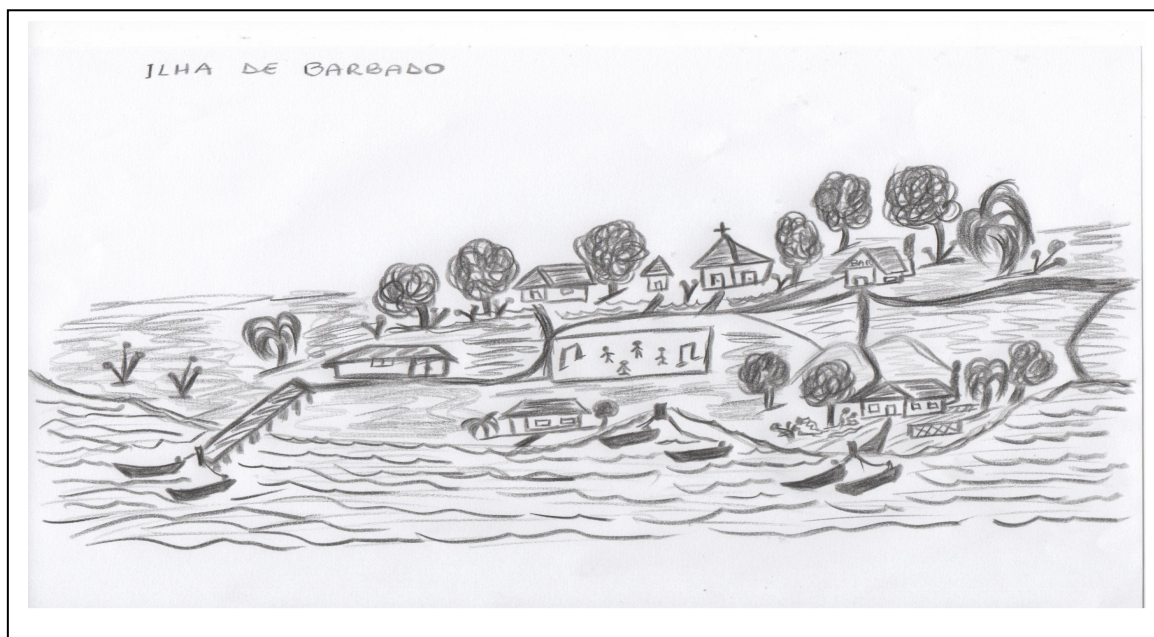
EXEMPLOS DE MAPAS MENTAIS DE TURISTAS:

Exemplo: Mapa Mental T3



Na representação da paisagem desse mapa mental T3 destacam-se os elementos que mais impressionaram e ficaram gravados na memória do turista em sua primeira visita a Barbado. Apesar de Barbado estar numa encosta de montanha, as casas enfileiradas demonstram uma percepção primária das casas mais próximas ao mar, pois a maioria encontra-se no entorno das trilhas que adentram por entre pedras e árvores. Como ocorre com a maioria dos turistas, a visitação em Barbado é rápida, pois como explica o turista “[...] o passeio de voadeira é muito rápido e eu gostaria de pernoitar, mas apesar dos moradores oferecerem suas casas, elas não tem banheiro e muito menos chuveiro de água quente, por isso servem apenas para o descanso e logo retornarei com o guia para Guaraqueçaba”. Porém, mesmo com uma percepção primária da paisagem de Barbado, observa-se o destaque para as casas com suas respectivas placas solares, o trapiche, a igreja, a cozinha comunitária, o morro, as árvores e o barco, segundo o autor, embaixo do trapiche. Percebe-se o desejo dos turistas de pernoitar em Barbado, porém, com a mínima infraestrutura de uma pousada. A casa representa apenas um possível lugar para *descanso*, mas não para o *pernoite*.

Exemplo: Mapa Mental T7



Nesse mapa mental T7, o turista demonstra por meio da representação dos caminhos e árvores que sua percepção sobre o lugar é de quem vivenciou e percorreu as trilhas da comunidade de Barbado. O turista descreve Barbado como “[...] um lugar maravilhoso, tranquilo, com um por de sol deslumbrante, povo acolhedor e simples, com muita história dos antepassados”. Destaca os signos presentes na paisagem com riqueza de detalhe, destacando “[...] a vegetação típica, pedras enormes, mangue, árvores altas, palmeiras, muitas árvores frutíferas, pescado, água potável do morro, muitas aves, animais marinhos típicos e muitos mosquitos”. Além desses elementos, destacam-se a cozinha comunitária, a igreja, os barcos, o trapiche e as casas dos moradores. O turista apontou para a necessidade de um transporte regular, como meio de comunicação, principalmente no atendimento de primeiros socorros. “Estou sujeita a tropeçar nas raízes das árvores, levar uma picada de cobra, ou ter uma reação alérgica a picada de butuca, e aí como faço?” Cada turista registra em sua memória as impressões sobre o lugar, destacando-se ora aspectos negativos ou positivos. Nesse exemplo, a casa serviu para o turista se *proteger das picadas de mosquitos*, mas apesar da hospitalidade dos moradores, a falta de instalações sanitárias e telas de proteção nas janelas foram um dos motivos para não pernoitar na comunidade.

Exemplo: Mapa Mental T10



Essa representação em perspectiva demonstra a percepção de um turista que caminhou pelas trilhas e conheceu as casas mais distantes, escondidas entre as pedras. Nesse mapa mental T10, destaca-se em primeiro plano o trapiche com vários barcos atracados como se houvesse grande fluxo de turistas como em outras comunidades. Destacam-se na paisagem, o espaço comunitário (cozinha comunitária), o campo de futebol, a igreja, algumas palmeiras, constituindo no imaginário deste turista um gracioso vilarejo. As casas amontoadas sem muita infra-estrutura para atender aos turistas são vistas como um lugar de *acampamento*. “Barbado é um lugar aonde a gente pode abrir o saco de dormir no meio do campo de futebol, numa noite de lua cheia, e simplesmente dormir, é muito bom desde que você não se importe com luxo”. Diante desse relato, constatamos que mesmo nas condições atuais de Barbado, existe uma demanda para o turismo. O turista relata que “[...] para Barra do Superagui e Guaraqueçaba existe barco de linha, mas é mais difícil vir para Barbado, porque sai caro contratar um barco particular”. Por esse motivo, os moradores que possuem barco na comunidade de Barbado estão se organizando para atenderem a essa nova demanda de transporte de turistas. As mulheres estão investindo no artesanato local e algumas famílias estão vislumbrando em transformar suas casas em pousadas. Verifica-se na comunidade uma evidente ressignificando dos valores.

Em resumo, são apenas alguns exemplos para compreender a dimensão do significado de um mesmo signo em distintos grupos amostrais. Considerando o elemento de maior destaque nos grupos amostrais a “casa”, pudemos identificar a homonímia sígnica isolada somente no grupo amostral poder público, pois nos demais grupos o significado de casa é homogêneo em sua coletividade. É no exercício de análise triádica peirceana com os aportes linguísticos de Ullmann que nos permitiu evidenciar os diferentes sentidos do significado dos signos analisados. Assim, com a identificação de uma homonímia sígnica isolada, podemos visualizar o quanto divergem as opiniões das pessoas de um grupo sobre um mesmo tema.

5.2.2 Interpretando o significado do signo “casa”

Com base na classificação dos signos dos mapas mentais dos três grupos amostrais, verificamos que um mesmo elemento sígnico foi reincidente em todas as representações dos mapas mentais. Esse signo a “casa” confirma-se num primeiro momento como um signo idêntico com significado igual entre todos os entrevistados. Contudo, ao analisarmos o signo sob a tríade peirceana signo-objeto-interpretante, visualizamos distintos significados entre os grupos amostrais.

Para demonstrar em nosso objeto de estudo a aplicação da relação triádica de Peirce, primeiro, relembramos que nessa tríade, inicialmente, as entidades que constituíam as pontas desse triângulo eram Qualidade, Reação e Mediação. As três propriedades que correspondiam a toda e qualquer experiência, que mais tarde foram denominadas por Primeiridade (signo), Secundidade (objeto) e Terceiridade (interpretante). Nesse sentido, na busca pelo significado construímos nossa tríade considerando a “casa” como signo, “Barbado” como objeto e “indivíduo de um determinado grupo – poder público, moradores, turistas – como interpretante (FIGURAS 40, 41 e 42).

A compreensão dessa relação triádica é explicitada da seguinte forma: a “casa”(signo) é o elemento da paisagem construída que vem imediatamente à consciência, é a primeira apreensão das coisas, daquilo que está na mente do indivíduo, constituindo a experiência simples, a consciência imediata, a qualidade do signo (primeiridade). Isto é, o fenômeno experienciado precisa estar encarnado em

uma matéria para possuir qualidade. Essa corporificação material do signo ocorre quando relacionamos a “casa” no contexto da paisagem de Barbado (objeto) e lhe é depositado sentimento, formando uma relação diádica (secundidade). Para configurar uma relação triádica completa a “casa” é interpretada (interpretante), cujo significado dá-se conhecendo “Barbado” (o objeto do signo). Por fim, pensar com a razão para desvendar aquilo que realmente é representado pelo signo “casa” (terceiridade). Dentro desse contexto, na interpretação do significado do signo na relação triádica de Peirce devem ser consideradas essas três propriedades da experiência (primeiridade, secundidade e terceiridade), analisando de forma ordenada e completa o signo.

No grupo de Poder Público, a interpretação do significado de “casa” sob a relação triádica de Peirce é interpretada da seguinte forma: com a função direta ou indiretamente de fiscalizar a ocupação em área de preservação ambiental, a observação imediata da “casa” é inevitável, sendo a primeira apreensão no contexto da paisagem, nesse caso, da comunidade de Barbado. A casa deixa de ser um fenômeno de uma simples experiência ao ser corporificada em uma construção de dois pavimentos em alvenaria, causando desaprovação e revolta (aos mais ambientalistas). A barreira invisível imposta pelo Poder Público impede que conheçam o cotidiano das pessoas, o mundo vivido da comunidade, considerando a “casa”, sob a interpretação da razão, em um imóvel irregular que requer uma série de ações governamentais (FIGURA 40).

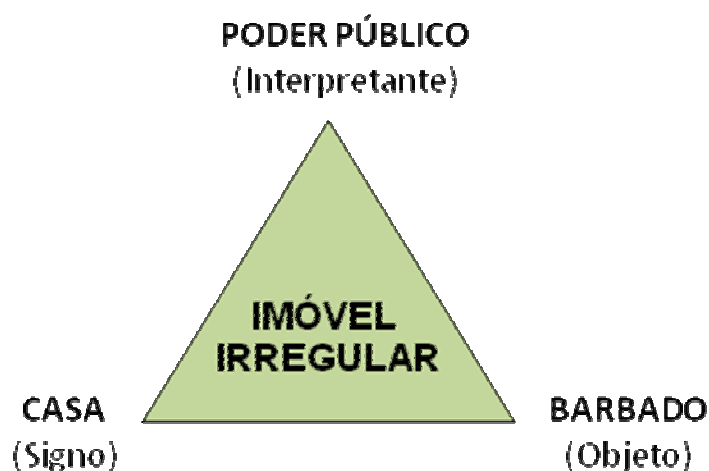


FIGURA 40 – SIGNIFICADO DO SIGNO “CASA” NO GRUPO PODER PÚBLICO
 FONTE: A autora (2011).

As interpretações que conduziram ao significado de **imóvel irregular** resultam da análise individual dos onze entrevistados do Poder Público, a seguir explicitadas. Onde há casa em área irregular existe solicitação na prefeitura local para a implementação da infraestrutura básica como o *saneamento básico* (tratamento de esgoto e água encanada, entre outros). Mesmo sendo uma *ocupação irregular* os moradores consideram-se donos da terra, implicando um longo e doloroso processo de regularização fundiária. As famílias vivem em condições precárias necessitando de *assistência do governo federal*, estadual e municipal como os programas de Bolsa Família, Auxílio-defeso, aposentadorias, entre outros. Para os mais interesseiros, as casas nessas comunidades isoladas representam a *garantia de voto*, principalmente, para as eleições de vereadores municipais. Outros consideram as casas inseridas (mesmo que involuntariamente) em áreas de Unidade de Conservação como uma *aglomeração* incomoda, o verdadeiro *impacto ambiental* ou até mesmo uma *poluição da paisagem natural*. Numa falsa benevolência, alguns consideram importante preservar a casa, mas como um *elemento intocável* que não necessita de melhorias. Infelizmente, a existência de uma casa implica maior *policiamento*, para impedir os moradores de realizar até mesmo as atividades básicas de subsistência. As casas representam número de famílias para se trabalhar a *produção de artesanato* como uma nova alternativa econômica, demandando técnicos do governo para a capacitação. Muitas casas constituem núcleos de aglomeração humana, cujo histórico sociocultural pode conduzir a um processo multidisciplinar para o *reconhecimento legal* da comunidade.

No grupo dos moradores, a interpretação do significado de “casa” sob a relação triádica de Peirce é mostrada no texto seguinte. A “casa” é o núcleo familiar, onde se têm as primeiras experiências e apreende-se as primeiras lições da vida, as primeiras apreensões do espírito de união e solidariedade. A casa deixa de ser um simples fenômeno quando se corporifica em um elemento da paisagem construída e surgem os laços de afetividade pelo lugar. A casa representa muito mais que uma construção em si, dela nascem histórias e nela se registram as lembranças, e sob a interpretação da razão, pura e simplesmente, a casa representa um lar (FIGURA 41).



FIGURA 41 – SIGNIFICADO DO SIGNO “CASA” NO GRUPO MORADORES
 FONTE: A autora (2011).

As interpretações que conduziram ao significado de **lar** resultaram da análise individual dos 11 entrevistados do grupo de Moradores, a seguir explicitadas. A casa é muito mais que um local simplesmente para dormir. A casa é um *lar*, um espaço de *aconchego familiar*, para as crianças ouvirem as histórias dos mais velhos e para reunir a família. A casa é um espaço de *união*, de *prosperidade* e *felicidade* familiar. A casa é onde se constrói a *base familiar*, e sempre será o *porto seguro* para quando os filhos quiserem voltar da cidade. A casa também armazena a *história de vida* de uma família que se perpetua para as futuras gerações. Além dos laços de afetividade a casa é também significado de sossego, paz e tranquilidade. A casa também é vista como um direito de todo o cidadão.

No grupo dos turistas, a interpretação do significado de “casa” sob a relação triádica de Peirce configura-se no seguinte texto. A “casa” é o primeiro elemento da paisagem construída reconhecido numa observação imediata, e logo é visualizada dentro de um cenário mais amplo, a comunidade. No caminhar pelas trilhas da comunidade as casas vão surgindo, se corporificando e produzindo outras sensações de encantamento. Desse vislumbamento de vivenciar o novo, vem a vontade de estender aquele momento ao máximo e a razão impede de visualizar a casa de outra forma a não ser como um local de abrigo (FIGURA 42).



FIGURA 42 – SIGNIFICADO DO SIGNO “CASA” NO GRUPO TURISTAS
 FONTE: A autora (2011).

As interpretações que conduziram ao significado de **abrigo** resultaram da análise individual dos onze entrevistados do grupo de Turistas, a seguir explicitadas. Nos primeiros momentos logo após a chegada em Barbado, os turistas constataam a ausência de pousadas e logo compreendem a impossibilidade de se construir um empreendimento dessa natureza em uma área de Parque Nacional. Por esse motivo, que os turistas vislumbram nas casas possíveis *pousadas*, para tomar um *banho quente*, para o uso das *instalações sanitárias*, para o *descanso* ou simplesmente para o *pernoite*. A casa também é vista como um simples *abrigo da chuva* e local para *proteção dos mosquitos*. Outros com espírito investidor veem as casas como *empreendimento*, reformando-as para serem um simples *abrigo* para os turistas, uma espécie de *acampamento* improvisado. Há também o turista que vê a casa como um possível local em que haja alguém para preparar e servir a *gastronomia* local.

No quadro a seguir, apresentamos uma síntese do significado “casa” por grupo amostral para podermos investigar uma possível homonímia sógnica entre os grupos amostrais.

CASA		
Grupo amostral	Significados	Síntese
PODER PÚBLICO	Saneamento básico, ocupação irregular, assistência do governo federal, garantia de voto, impacto ambiental, poluição da paisagem natural, produção de artesanato, elemento intocável, infração ambiental, reconhecimento legal.	IMÓVEL IRREGULAR
MORADORES	Lar, aconchego familiar, união, prosperidade, sossego, paz, história de vida, base familiar, porto seguro, tranquilidade, direito do cidadão e felicidade.	LAR
TURISTAS	Pousada, abrigo da chuva, descanso, banho quente, pernoite, abrigo, proteção de mosquitos, empreendimento, instalações sanitárias, acampamento e gastronomia.	ABRIGO

QUADRO 9 – SÍNTESE DO SIGNIFICADO CASA
FONTE: A autora (2011).

5.2.3 Consolidando a homonímia sógnica intergrupos

Com base na reincidência do signo “casa” nos três grupos amostrais e na identificação de diferentes significados desse signo em cada grupo amostral, é possível vislumbrar uma homonímia sógnica intergrupos. Partindo da premissa que as diferentes imagens representadas nos mapas mentais assumem uma mesma denominação CASA e que esse signo possui diferentes significados, é possível identificar uma homonímia sógnica intergrupos (FIGURA 43).

No momento em que se desvendam nas imagens representadas nos mapas mentais signos com as mesmas denominações (decorrente de uma interpretação fenomenológica), mas que manifestam diferentes significados (resultante da análise

triádica peirceana), identificamos os signos homônimos. Podem ser encontrados no mesmo grupo amostral que denominados de homonímia sígnica isolada e entre grupos amostrais que denominamos de homonímia sígnica intergrupos.

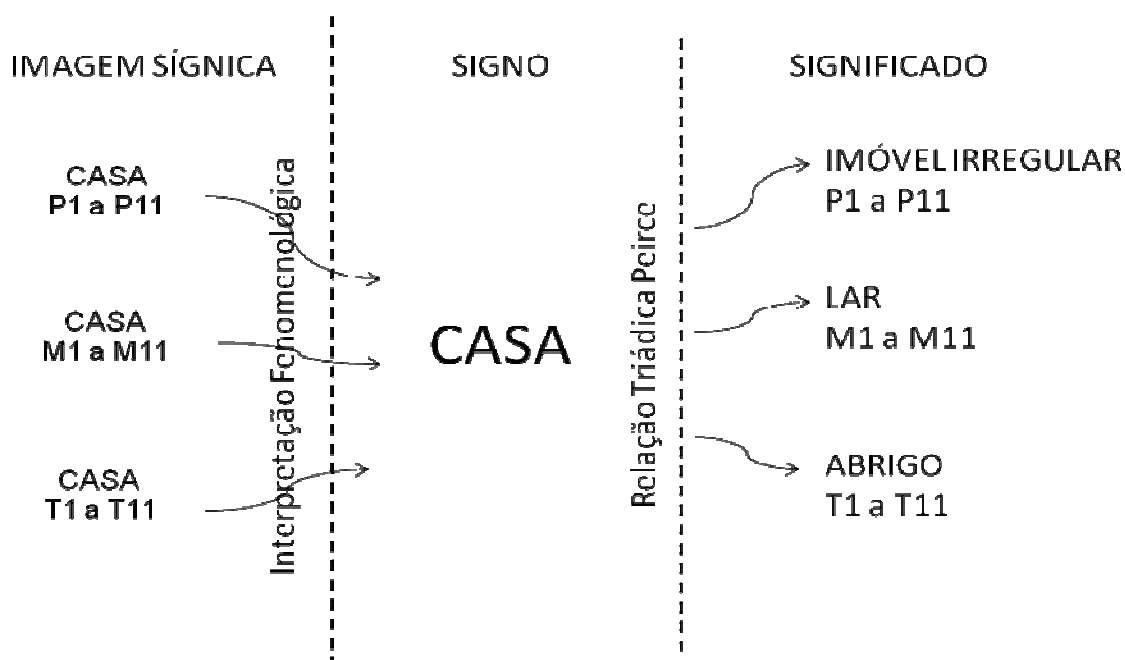


FIGURA 43 – HOMONÍMIA SÍGNICA INTERGRUPOS
FONTE: A autora (2011).

Dessa forma, quando propomos uma análise entre grupos amostrais, nesse caso, com três grupos, é importante destacar que antes do signo assumir o sentido de homônimo ele é a expressão de uma coletividade sobre o objeto “casa”. O signo passa a ser um signo homônimo quando confrontado com o mesmo signo de outros grupos e, dessa comparação, ele pode assumir ou não o sentido de signo homônimo.

Nesse sentido, acreditamos que, para se obter uma homonímia sígnica intergrupos, é preciso que haja a totalidade de incidência de um mesmo signo nos mapas mentais de cada indivíduo de cada grupo. Não considerar a totalidade poderia incorrer numa expressão parcial do significado do signo, desencadeando uma falsa homonímia sígnica.

Nessa análise, a homonímia sígnica intergrupos nos revela as divergências de significado de um mesmo signo nas representações mentais, mas que somente torna-se visível aos nossos olhos quando submetemos os mapas mentais as análises fenomenológicas e das teorias semióticas.

5.3 CATEGORIZAÇÕES DAS HOMONÍMIAS SÍGNICAS

5.3.1 Homonímias sígnicas de objeto, lugar e sentimento

Com os aportes teóricos de Peirce, observamos que nas classificações sígnicas um objeto (físico), um lugar e até mesmo um sentimento podem ser considerados um signo. Ao seguir esse pensamento, propomos possibilidades de classificação da homonímia sígnica em objeto (físico), lugar e sentimento. Consideramos que o exemplo do signo “casa” se enquadraria na homonímia sígnica de objeto, porém, entendemos que esse mesmo signo também possa representar um lugar e produzir relações de sentimento por ele. Nesse sentido, utilizando o mesmo Quadro 3, 5 e 7, destacamos somente os elementos da paisagem natural e construída elencado por grupo para identificar quais signos são mais reincidentes nos mapas mentais (QUADRO 10, 11 E 12).

ESTRUTURAÇÃO DE DADOS DE LUGAR MAPAS MENTAIS PODER PÚBLICO

	Elementos identificados como lugares nos mapas mentais a partir de seus autores	Amostragem Grupo Poder Público										
		P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11
Lugares na Paisagem Natural	A baía de Pinheiros	x	x	x		x		x	x	x	x	x
	Montanha (morro)	x				x	x	x	x	x		
	Floresta e manguezal	x		x		x		x		x	x	x
	Jardins			x				x				
	Rocha (pedra)	x		x								
	Ilha de Pinheiro e Pinheirinho				x							
	Trilhas – caminhos	x	x		x		x	x				
Lugares na Paisagem Construída	Casa	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Trapiche	x	x	x				x	x	x		
	Igreja (missas e reuniões)			x			x			x		
	Cozinha Comunitária – museu (reunião da Ass. de mulheres)	x						x				x
	Campo de futebol (jogos intercomunidades)	x						x		x		
	Ruínas (casa de Michaud)							x				

QUADRO 10 – SIGNOS DE LUGAR NOS MAPAS MENTAIS PODER PÚBLICO
 FONTE: A autora (2011).

ESTRUTURAÇÃO DE DADOS DE LUGAR MAPAS MENTAIS MORADORES

	Elementos identificados como lugares nos mapas mentais a partir de seus autores	Amostragem Grupo Moradores										
		M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11
Lugares na Paisagem Natural	A baía de Pinheiros		x									x
	Montanha (morro)	x									x	
	Floresta e manguezal	x				x						
	Jardins	x		x			x		x	x		x
	Rocha (pedra)											
	Ilha de Pinheiro e Pinheirinho		x									
	Trilhas – caminhos	x	x		x							
Lugares na Paisagem Construída	Casa	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Trapiche							x				
	Restaurante							x				
	Igreja (missas e reuniões)	x			x	x	x				x	x
	Cozinha Comunitária – museu (reunião da Ass. de mulheres)		x								x	
	Campo de futebol (jogos intercomunidades)										x	
	Ruínas (casa de Michaud)										x	

QUADRO 11 – SIGNOS DE LUGAR NOS MAPAS MENTAIS MORADORES

FONTE: A autora (2011).

ESTRUTURAÇÃO DE DADOS DE LUGAR MAPAS MENTAIS TURISTAS

	Elementos identificados como lugares nos mapas mentais a partir de seus autores	Amostragem Grupo Turistas										
		T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10	T11
Lugares na Paisagem Natural	A baía de Pinheiros	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Montanha (morro)	x		x		x			x	x	x	x
	Floresta e manguezal		x	x		x	x	x	x			x
	Jardins					x		x			x	x
	Rocha (pedra)		x									
	Ilha de Pinheiro e Pinheirinho	x	x			x						
	Trilhas – caminhos		x		x			x	x	x	x	
Lugares na Paisagem Construída	Casa	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Trapiche		x	x				x	x		x	
	Igreja (missas e reuniões)		x	x	x		x	x			x	x
	Cozinha Comunitária – museu (reunião da Ass. de mulheres)		x	x				x		x	x	
	Campo de futebol (jogos intercomunidades)				x	x	x	x			x	x
	Ruínas (casa de Michaud)						x					

QUADRO 12 – SIGNOS DE LUGAR NOS MAPAS MENTAIS TURISTAS

FONTE: A autora (2011).

Diante da estruturação dos dados sobre “lugar”, apresentada nos Quadros 10, 11 e 12, o mesmo signo que é reincidente nos três grupos amostrais é a “casa”, porém, observamos no grupo de turistas a incidência de um mesmo signo a “Baía de Pinheiros” em todos os mapas mentais desse grupo. Com esses dados, podemos visualizar uma homonímia sígnica intergrupos de lugar (os três grupos) e uma homonímia sígnica isolada de lugar (grupo de turistas).

Com base nas entrevistas fenomenológicas e na análise do signo “casa” na relação tríadica, obtive-se algumas considerações acerca do significado casa como um lugar. Para o Poder Público, a casa como objeto é considerada um imóvel irregular que representa um lugar de “degradação ambiental”; para os moradores a casa como objeto foi considerada um lar, que representa um lugar de “segurança e proteção”; e para os turistas a casa como objeto é apenas um abrigo, que representa um lugar de “paz e tranquilidade”, longe do estresse da vida da cidade (FIGURA 44).

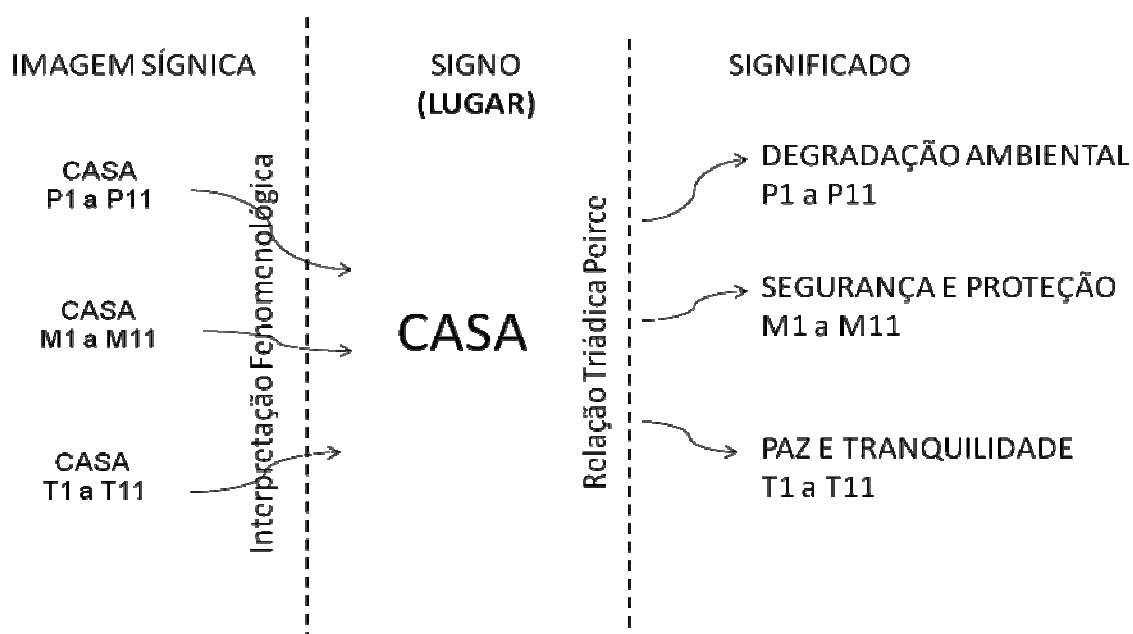


FIGURA 44 – HOMONÍMIA SÍGNICA INTERGRUPOS DE LUGAR
FONTE: A autora (2011).

Na homonímia s gnica isolada de lugar do grupo amostral de turistas o signo “Baía de Pinheiros” apresentou diferentes significados (FIGURA 45).

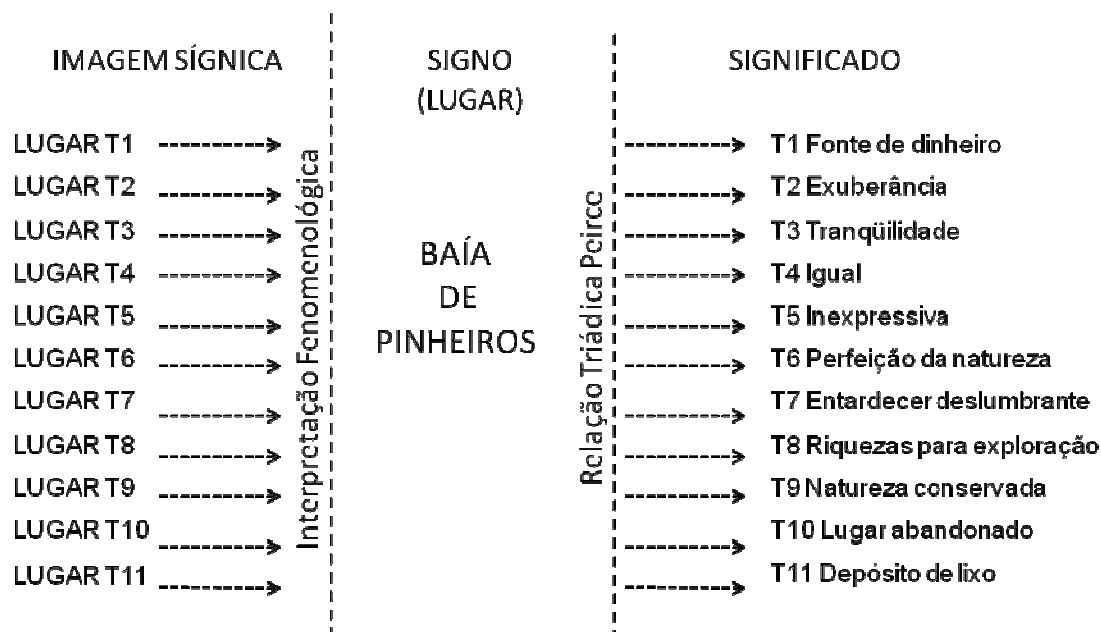


FIGURA 45 – HOMONÍMIA S GNICA ISOLADA DE LUGAR
FONTE: A autora (2011).

A homonímia s gnica de sentimento poderia ser considerada como uma homonímia s gnica secundária, pois está indiretamente presente na homonímia s gnica de objeto e de lugar. O signo “sentimento” resulta do significado atribuído a uma imagem s gnica representada nos mapas mentais com base na análise triádica de Peirce. Da mesma forma que a homonímia s gnica de objeto e lugar, busca-se encontrar os signos homônimos, ou seja, aqueles que transmitem sentimentos diferentes. Diante dos outros, é um signo complexo, pois não   fácil a tarefa de discernir os sentimentos. Por ser um campo muito específico da Psicologia, preferimos nos aprofundar nessa homonímia em estudos futuros.

Com este capítulo, procuramos expressar a contribuição de outros campos de conhecimento para fundamentar teoricamente a existência de uma homonímia s gnica e seus desdobramentos. A homonímia s gnica pode desdobrar-se em primária e secundária. Na homonímia s gnica primária, tem-se a homonímia s gnica intergrupos e a homonímia s gnica isolada, ambas podem ser classificadas como de objeto, lugar e sentimento, sendo essas homonímias s gnicas secundárias. Mas, as ramificações podem prosseguir nos desdobramentos das homonímias s gnicas

secundárias, dependendo do que se pretende investigar, podendo ser consideradas de homonímias sígnicas indiretas (FIGURA 46).

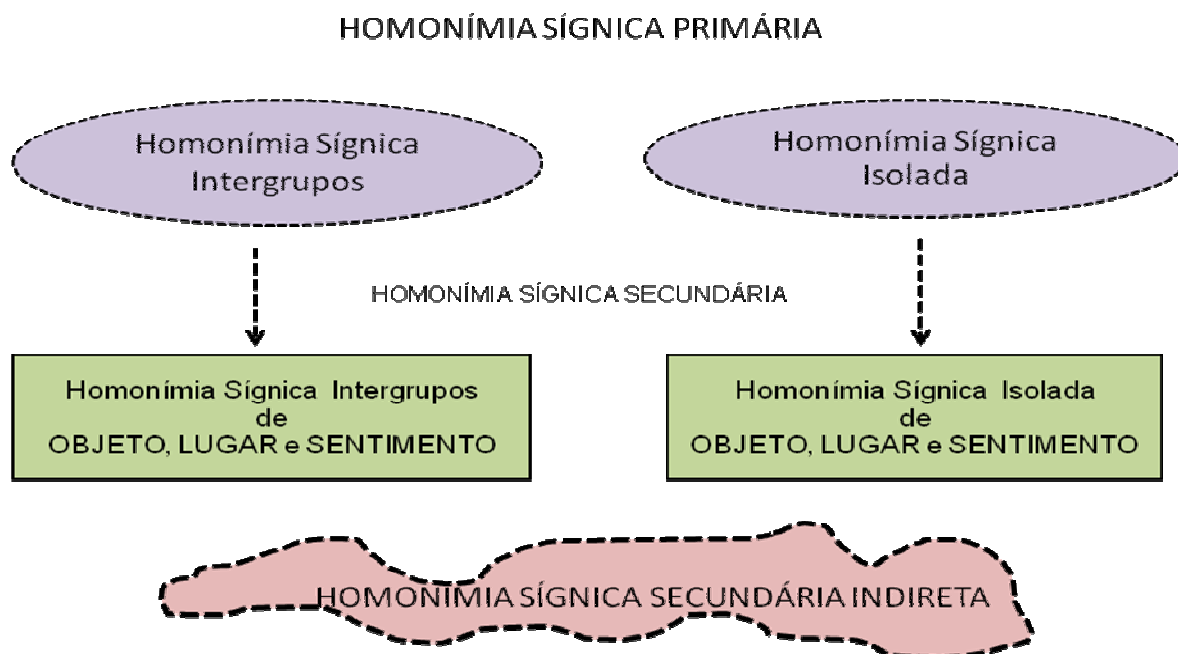


FIGURA 46 – RAMIFICAÇÕES DA HOMONÍMIA SÍGNICA
FONTE: A autora (2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa mostrou-nos desde o princípio que os aportes teóricos e metodológicos se solidificariam com as experiências e vivências no cotidiano da área de estudo. Partimos da premissa que a dificuldade na elaboração e implementação de uma política de desenvolvimento sustentável na região provinha da inconsistência dos levantamentos socioambientais e culturais baseados em métodos positivistas de análise dos fenômenos.

Dessa forma, os aportes teórico-metodológicos fundamentaram-se na Geografia Humanista-Cultural, em sua vertente fenomenológica, para se compreender as experiências vividas e desvendar os porquês das atuais transformações na paisagem cultural da comunidade estudada. Na análise da paisagem sob a perspectiva fenomenológica, as pessoas, o lugar, o contexto natural e construído adquiriram novos significados e as histórias de vida relatadas foram clarificando imagens de um mundo vivido de tradições em ruínas.

Na busca por compreender esse cotidiano, utilizamos os mapas mentais como ferramenta para registrar as imagens desse mundo vivido envolto de saberes e tradições. Muito mais do que simples desenhos tornaram-se valiosos registros das representações mentais do mundo vivido de cada indivíduo. Nesse sentido, a necessidade de interpretar esses mapas mentais instigou-nos ao aprofundamento dessa temática, conduzindo a realizar um estágio de doutorado *sandwich* na Universidad Autónoma de Madrid, sob a orientação do geógrafo Professor Doutor Clemente Herrero Fabregat.

Além da reconhecida metodologia Kozel²⁴⁵ para interpretação de mapas mentais expusemos outras metodologias, cujos autores em sua maioria sob o aporte da Psicologia têm uma maior preocupação com a classificação do que com a interpretação em si das imagens mentais. Na metodologia Kozel, as análises embasam-se na interface da Geografia com outros campos disciplinares como a Cartografia, Psicologia, Linguística e Teoria Social. Nesse sentido, consideramos relevante conhecer outras formas de ver os mapas mentais, entretanto, a estrutura

²⁴⁵ KOZEL, S. Mapas Mentais – Uma forma de linguagem: Perspectivas Metodológicas. In: KOZEL, S; SILVA, J. C.; GIL FILHO, S. F. (Orgs) **Da percepção e cognição à representação**: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007. p.114-138.

interdisciplinar de Kozel pareceu-nos mais completa e próxima dos intentos desta pesquisa.

A complexidade de problemáticas presentes na área de estudo abrangendo aspectos ambientais, territoriais, sociais, econômicos e culturais levou-nos a ampliar nossa escala visual para identificar além dos moradores, os representantes do Poder Público e os eventuais turistas também como atores sociais do universo pesquisado. Dessa forma, o universo analisado resultou em distintos mapas mentais e depoimentos orais gravados, ambos com conteúdos que revelaram certo distanciamento entre o discurso e a prática, implicando sensíveis divergências sobre a comunidade de Barbado.

Assim, com base em um exame atento das imagens mentais associadas às entrevistas sob a abordagem fenomenológica visualizamos algumas incongruências como imagens identificadas nominalmente de forma igual, mas com significados divergentes. Nessa estrutura de pensar sobre as imagens dos mapas mentais, buscamos os aportes na Linguística, em particular no conceito de palavras homônimas, para fundamentar a constituição de imagens homônimas, signos homônimos, ou melhor, de homonímias sígnicas.

6.1 Contribuições às Políticas de Planejamento Urbano e Ambiental

As políticas públicas de planejamento urbano ou ambiental, atualmente, estruturam-se sob práticas de gestão democrática e participativa, flexibilizando as normatizações em função das particulares locais e regionais. Com a quebra do engessamento da legislação com maior participação popular e de outras entidades, vimos o transparecer das dificuldades no consenso e na estruturação das diretrizes. A desigualdade social e a dificuldade de alguns grupos sociais em expressar seus anseios são uma das causas dos impasses na aprovação de uma lei. Mas, outra causa é a não compreensão de uma linguagem técnica pautada na legislação, inviabilizando sua plena compreensão.

Nesse sentido, vislumbramos nas representações de mapas mentais como uma linguagem igualitária de investigação, pois se referencia em linhas, traços e rabiscos para desvendar as impressões e os valores de um indivíduo. Apesar das

crescentes contribuições científicas sobre o uso de mapas aplicado aos estudos do urbano, vemos o mapa mental ainda sendo empregado sem muita credibilidade. Utilizado como meio de descontração e desinibição das pessoas nos programas de integração empresarial e em meios escolares. Infelizmente, há pouca literatura específica, sendo um dos principais motivos para tal banalização.

Por esse motivo, muito mais que simplesmente mostrar as etapas para se identificar as homônimas sígnicas, intentou-se estruturar um método de investigação que considere o uso dos mapas mentais como uma ferramenta válida, resultando em ricas contribuições nos processos de diagnóstico das políticas de planejamento. Por exemplo, em nosso objeto de estudo, a principal homonímia sígnica foi o signo “casa” que pelas análises revelou divergências nos significados. O significado de “casa” é interpretado nos três grupos entrevistados (Poder Público, morador e turista) sob diferentes olhares. O signo “casa” na condição de objeto ou de lugar demonstra que na pureza dos moradores significa lar, um lugar de segurança e proteção. Na visão egoísta dos turistas significa nada além de um abrigo, um lugar distante da cidade que lhes oferece paz e tranquilidade. Na visão ambientalista do Poder Público a casa é um imóvel irregular que representa um lugar de degradação ambiental.

Essas veladas divergências de significados sobre um determinado signo são as principais causas dos incompreensíveis conflitos entre os sujeitos, pois as opiniões estão sob diversos invólucros mantidos propositalmente selados. Com a identificação da homonímia sígnica entre os grupos entrevistados, vislumbramos o alicerçar das pontes de integração ao diálogo, principalmente, entre Poder Público e moradores da comunidade, possibilitando significativas contribuições para nortear as diretrizes de planejamento.

Numa visão realista, apoiada na experiência de ter o uso de mapas mentais ridicularizado pelos entrevistados do grupo de Poder Público, os quais apontaram como uma pseudoferramenta, com dados inconsistentes e imprópria para uma pesquisa de doutoramento, concluímos o seguinte:

- a) As pesquisas com aportes teórico-metodológicos subjetivos com resultados qualitativos devem avançar e continuar se solidificando, apoiadas em núcleos de estudos como o NEER no Brasil, usufruindo

do poder da interdisciplinaridade para consolidar métodos de investigação respaldados na Geografia Humanista-Cultural.

- b) Considerar os métodos sob a abordagem tecnicista e positivista como uma forma válida de analisar o espaço geográfico, porém reconhecer que os insucessos dessas análises abrem fendas, nas quais as pesquisas qualitativas sobressaem e mostram-se consistentes.
- c) Diante dos avanços nas políticas públicas urbanas, como o Estatuto da Cidade ou nas políticas ambientais como o SNUC, percebemos a contemplação do ser humano como apenas mais um elemento do meio ambiente, sem sentimento e desejos. Com isso, entendemos o porquê da atual tendência do planejamento das cidades de homogeneizar os signos da cidade e de preservar o meio ambiente ao custo de inúmeras desapropriações.
- d) O reconhecimento legal de uma comunidade como tradicional tem sido um processo extremamente moroso, com a justificativa de que é necessário provar a relação dos indivíduos com o lugar, os costumes e tradições, a cultura local, aspectos não contemplados nas pesquisas de cunho quantitativo.

Com efeito, são conclusões que nos mostram que o reconhecimento das pesquisas sob o viés da Geografia Humanista-Cultural ainda confrontarão por um bom tempo com uma política de planejamento autoritária, racional, e com interesses unilaterais. Mas, são com essas valiosas contribuições que procuramos mudar o panorama da atual política, ou melhor, dos seus governantes para uma visão mais humana sobre o ser humano.

6.2 Os limites da pesquisa e perspectivas de novos estudos

Ao atravessarmos as fronteiras disciplinares realizando interfaces nos conhecimentos, reconhecemos que as especificidades de cada disciplina nos abrem para a expansão de novas possibilidades. Assim, estamos realizando uma pesquisa, embrionária e inicial, embora muito importante.

As reflexões que nos levaram a pensar em uma possível homonímia sýgnica nas representações mentais consolidaram-se nos aportes teórico-metodológicos da Fenomenologia, da Semiótica e da Linguística. Nessa interface de conhecimento, analisou-se os mapas mentais, sob uma interpretação fenomenológica, estruturando-se a identificação do significado dos signos em dois momentos: o primeiro sob a tríade de Ullmann e o segundo sob a tríade de Peirce. Num terceiro momento, a identificação de imagens homônimas, ou seja, signos homônimos.

Nesse contexto, consolidamos a homonímia sýgnica em duas classes: homonímia sýgnica intergrupos (considerando todos os grupos amostrais) e a homonímia sýgnica isolada (somente um grupo amostral). São as homonímias sýgnicas primárias. Um novo desdobramento permite identificar as homonímias sýgnicas de objeto, de lugar e de sentimento, consideradas homonímias sýgnicas secundárias.

Ao considerarmos as imagens como signos homônimos abrimos um imenso universo de perspectivas para novos estudos. Intentamos iniciar com esta tese novas formas de pensar as imagens representadas em mapas mentais, ressignificando-as e interpretando-as para mostrar aos métodos baseados na lógica e racionalidade que podemos encontrar grandes contribuições no interior das “fendas”. Para isso é preciso parar nas margens e observar atentamente em meio à nebulosidade a pequena luz que brilha intensamente. No caminho da luz, do renascer, do brilho intenso, que surgem inúmeras pesquisas sob o viés humanista que são responsáveis por consagrar a Geografia Humanista-Cultural como uma corrente geográfica deste século.

Como algo iniciado, recém-nascido, observa-se nesta pesquisa possibilidades de trabalhos futuros, com novas reflexões, ampliando as interpretações em outros caminhos interdisciplinares. Nesse sentido, baseado nessas perspectivas, pretende-se ampliar a pesquisa em duas vertentes:

1. Fortalecer a interface da Geografia Humanista-Cultural com a Psicologia Ambiental para compreender o processo de cognição que conduz o indivíduo a construir uma relação de afetividade por um lugar dentro de uma coletividade. Com isso, busca-se estruturar as bases psicológicas para identificar a *homonímia sýgnica de sentimento*, e as possíveis contribuições nos processos de

implementação de políticas de desenvolvimento do turismo nas comunidades tradicionais de forma sustentável.

2. Estruturar os desdobramentos das homonímias sígnicas de lugar nas homonímias sígnicas secundárias indiretas, como, por exemplo, a homonímia sígnica de lugar toponímico ou toponímico, distinguindo-as da homonímia sígnica de sentimento. Com isso, vislumbrando possíveis contribuições nas políticas de planejamento urbano, na colaboração de processos de regularização fundiária, implantação de novos empreendimentos habitacionais, de lazer ou de entretenimento, entre outros processos de intervenção urbana.

Em resumo, esta tese representa uma semente para refletir o imenso potencial de contribuição teórico-metodológica que as pesquisas na área da Geografia Humanista-Cultural podem trazer às políticas de planejamento e o desabrochar de novas perspectivas de abordagem interdisciplinar.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 145-182, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 05/08/2009.

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: Processos de territorialização e movimentos Sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 9-32, mai. 2004.

AMORIM FILHO, O. B. A evolução do pensamento geográfico e a Fenomenologia. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 11, n. 21/22, p. 67-87, jan./dez. 1999.

ANDREOTTI, G. **Per una architettura del paesaggio**. Trento: ValentinaTrentini Editore, 2008.

ARAUJO, M. L. G. **Ciência, Fenomenologia e Hermenêutica**: diálogos da Geografia para os saberes emancipatórios. 205 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BAILLY, A. S. **La percepción del espacio urbano**. Tradução de Jesus J. Oya. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1979.

BLACKBURN, S. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOLÓS I CAPDEVILLA, M. T. de. Paisaje y Ciencia Geográfica. **Revista de Estudios Geográficos**, Madrid, v. 36, n. 138/139, p. 93-106, jan./jun. 1975.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia Cultural**: um século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BOSQUE MAUREL, J. Percepción, comportamiento y análisis geográfico. **Boletín de la Real Sociedad Geográfica**. Tomo CXV, n. 1 a 12 enero-diciembre. Madrid: Instituto Geográfico Nacional, p. 7-33, 1979.

BOULDING, K. E. **The image**: knowledge in life and society. 11 ed. Michigan: The University of Michigan Press, 1977. p. 47.

BRASIL. Decreto-Lei n. 3.999, de 6 de janeiro de 1942. Autoriza o contrato de concessão do Canal do Varadouro, ligando a Baía de Cananeia, no Estado de São Paulo, à Baía de Paranaguá, no Estado do Paraná. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, 31 de dez. 1942. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 17/1/2011.

_____. Decreto-Lei de 18 de setembro de 1945. Rescinde o contrato de concessão do canal de Varadouro, ligando a Baía de Cananeia, no Estado de São Paulo, à Baía de Paranaguá, no Estado do Paraná, a que se refere o Decreto-lei n.º 3.999, de 6 de janeiro de 1942. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, 18 set. 1945. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 17/1/2011.

_____. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto n. 97.688, de 25 de abril de 1989. Cria, no Estado do Paraná, o Parque Nacional do Superagui, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 1989. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 3/11/2010.

_____. Lei n. 9.513, de 20 de novembro de 1997. Amplia os limites do Parque Nacional do Superagui, criado pelo Decreto n. 97.688, de 25 de abril de 1989. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 nov. 1997. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 3/11/2010.

_____. Decreto n. 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro em 5 de junho de 1992. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 17 de mar. 1998. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 10/1/2011.

_____. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 10/8/2009.

_____. Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 agosto 2002.

_____. Decreto-Lei de 27 de dezembro de 2004. Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 28 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 10/8/2009.

_____. Decreto-Lei de 13 de julho de 2006. Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 14 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 10/8/2009.

_____. Decreto n. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Institui a PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 10/8/2009.

BRESOLIM, M. **Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação**. Parque Nacional de Superagui. Disponível em: <<http://www.redeproc.org.br/parquesnacionais/post.asp?codigo=178>>. Acesso em: 21/12/2010.

BRUNET, R. **Les mots de la Géographie**. Paris: Reclus – Documentation Française, 1992.

BUTTIMER, A. **Sociedad y medio en la tradición geográfica francesa**. Barcelona: Oikos-Tau, 1980.

_____. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193.

_____. Fénix, Fausto, Narciso: esperanzas y riesgos del humanismo en Geografía. Tradução de Maria Teresa Rico Francia (Revisión de Pilar Bosque Sendra). In: GARCÍA BALLESTEROS, A. (Org.) **Geografía y humanismo**. Barcelona: Oikos-Tau, 1992. p. 19-55.

CAPEL SAEZ, H. **Filosofía y ciência en la Geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1981.

CARDOSO, E. S. O vento, o fundo, a marca: diálogos sobre a apropriação da natureza no universo pesqueiro. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.) **Enciclopédia caçara: o olhar do pesquisador**. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB; CEC/USP, 2004. 133-146p. v.1.

CASTRO AGUIRRE, Constancio. **Mapas mentales**. Navarra: Universidad Pública de Navarra, 2004.

CLAVAL, P. **Evolución de la Geografía Humana**. Barcelona: Oikos-tau, 1974.

_____. **A Geografia Cultural**. Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.

_____. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 35-86.

_____. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 13-74.

_____. Prefácio. In: KOZEL; S. SILVA, J. C.; GIL FILHO, S. F. **Da percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural Humanista**. São Paulo: Terceira Margem. Curitiba: NEER, 2007. p. 9-14

COPETA, C. La identidad: nueva categoria descriptiva del territorio y del paisaje. In: COPETA, C; LOIS, R. (Org.) **Geografía, paisaje e identidad**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009. p. 17-42.

COELHO NETTO, J. T. **Semiótica, informação e comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 77.

COSTA FILHO, A.; ALMEIDA, R. A.; MELO, P. B. **Comunidades tradicionais e as políticas públicas**. In: MDS/SAIP/NPCTE. [ca 2004].

CUNHA, L. H. de O. Saberes patrimoniais pesqueiros. In: DIEGUES, A. C. (Org.) **Enciclopédia caiçara: o olhar do pesquisador**. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB; CEC/USP, 2004, p. 105-115. v.1.

DELVAL, J. **El mecanismo y las etapas del desarrollo**. Madrid: *Servicios de Publicaciones del MEC*, 1985.

DELVAL, J. **El desarrollo humano**. 7 ed. Madrid: *Siglo XXI de España Editores*, 2006.

DEPRAZ, N. **Compreender Husserl**. São Paulo: Vozes, 2007.

DERREAU, M. **Tratado de Geografía Humana**. 3. ed. Tradução de Raimundo Griño. Barcelona: Editorial Vicens Vives, 1974.

DIAS, F. **A fisga**. Atitudes proposicionais e emoções. Disponível em: <<http://ferndias.blogspot.com/2010/09/atitudes-proposicionais-e-emocoes.html>> Acesso em: 13/1/2011.

DIEGUES, A. C. **Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1988.

DIEGUES, A. C.; VIANA, V. M. (Org.) **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da mata atlântica**. 2. ed. São Paulo: Editora HUCITEC; NUPAUB; CEC, 2004.

DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 91-132.

ENTRIKIN, J. N. O Humanismo contemporâneo em Geografia. Tradução de Lucila Elisa Lorenz Goes. **Boletim Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 10, n. 19, p. 5-30, 1980.

ESTÉBANEZ ALVAREZ, J. Problemas de interpretación y valoración de los mapas mentales. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**. Madrid, v. 1, p.15-39, 1981.

_____. **Tendencias y problemática actual de la Geografía**. Madrid: Cincel, 1982.

EVANGELISTA, H. A. A sociedade de geographia do Rio de Janeiro. **Revista Geopaisagem**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1., jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/socgeorio.htm>>. Acesso em: 10/10/2010.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio de língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FONSECA, A. Ministério do Meio Ambiente cria órgão para administrar as unidades de conservação federais. **Infoguará**, Guaraqueçaba, 1º dez. 2010. Ano 1, 1. ed., p. 1.

FRÉMONT, A. **La région espace vécu**. Paris: Presses Universitaires de France, 1976. p. 195-223.

GARCÍA BALLESTEROS, A. (Org.) **Geografía y Humanismo**. Barcelona: Oikos-Tau, 1992. p. 87-96.

GUISAN, M.; LAMBERT, F. **William Michaud**: Lettres, dessins et aquarelles d'un émigrant vaudois au Brésil. Montreux: Imprimerie Corbaz, 2002.

GONCHOROSKY, J. Prefácio. In: GALANTE, M. L. V.; BESERRA, M. L.; MENEZES, E. O. **Roteiro metodológico de planejamento**: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; IBAMA, 2002.

GALANTE, M. L. V.; BESERRA, M. L.; MENEZES, E. O. **Roteiro metodológico de planejamento**: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; IBAMA, 2002. 136 p.

GALVÃO M.; SILVA D. M.; MELLINGER, L. L. **As lendas na educação caiçara**. Curitiba: PETROBRAS; UFPR; GIA; HSBC, 2007. 44 p. Relatório Técnico Projeto Cultimar.

GALVÃO, W. **Que Geografia se ensina?** Um estudo sobre as representações de Geografia segundo alunos da 6ª série do Ensino Fundamental. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GÓMEZ MENDOZA, J. *et al.* **El pensamiento geográfico**. Madrid: Alianza, 1982.

GONZALEZ BERNALDEZ, F. **Ecología y paisaje**. Madrid: H. Blume Ediciones, 1981.

GOULD, P.; WHITE, R. **Mental maps**. New York: Penguin Books, 1974.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense (EDUFF), 1997.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

HERRERO FABREGAT, C. **Madrid visto por los niños**. Madrid: Centro Madrileño de Investigaciones Pedagógicas, 1992.

_____. **Geografía y Educación**: sugerencias didácticas. Madrid: Huerga y Fierro, 1995.

_____. Reflexiones acerca de la Geografía Comportamental. In: TONDA MONLLOR, E. M.; MULA FRANCO, A. (Orgs.) **Scripta in memoriam** (Homenaje al profesor Jesús Rafael de Vera Ferre). Murcia: Compobell, 2001. p. 187-201.

_____. El medio ambiente urbano y la estructura simbólica de la ciudad. **Revista Didáctica Geográfica**, Madrid, n. 6, p. 15-32, mar./jun. 2005.

_____. Las colinas en los espacios simbólicos de las ciudades. **Revista Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 1(2), p. 9-28, ago./dez. 2007.

HUSSERL, E. **Meditações cartesianas**: introdução à Fenomenologia. Tradução de Frank de Oliveira. São Paulo: Madras, 2001.

_____. **A ideia da Fenomenologia**. Tradução de Artur Mourão. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

ILARI, R. **Introdução ao estudo do léxico**: brincando com palavras. São Paulo: Contexto, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Unidade Estadual do IBGE no Paraná. Setor de Disseminação de Informações. **Dados demográficos do Parque Nacional de Superagui**. [Mensagem de trabalho]. Mensagem recebida por: <luiz.paganotto@ibge.gov.br>, em: 25/2/2011.

IPARDES. **Zoneamento da APA de Guaraqueçaba**. Curitiba: IPARDES, 2001.

JEUDY, H. P. Tempo e território da estética urbana. In: _____. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. p. 107-153

KASHIWAGI, H. M.; KOZEL, S. Reflexões sobre o projeto político pedagógico da UFPR / Setor Litoral – Brasil e suas interfaces interdisciplinares nas práticas pedagógicas. **Revista Didáticas Específicas** (UAM), Madrid, v. 2, p. 15-25, 15 maio 2010. Disponível em: <<http://www.didaticasespecificas.com>>. Acesso em: 1/2/2011.

KASHIWAGI, H. M. Paisagens, identidade e significações do universo caiçara. In: III NEER – Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações, 2009, Rondônia. **Anais...** Rondônia: UNIR, 2009. CD-ROM.

KASHIWAGI, H. M.; GIL, A. H. C. F. Representações sociais e a cidade: transparências cotidianas. In: XII Encuentro de Geografos de America Latina, 2009, Montevideo-Uruguay. **Anais...** Montevideo-Uruguay: Imprenta GEGA, 2009. CD-ROM.

_____. _____. Homogeneidade dos signos urbanos: uma tendência atual do planejamento das cidades. In: VII Colóquio Internacional de Transformações Territoriais, 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2008. CD-ROM.

_____. _____. A percepção do espaço: uma ferramenta para a construção do diagnóstico urbano e ambiental. In: II Simpósio Paranaense de Pós-graduação em Geografia, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

KASHIWAGI, H. M.; KOZEL, S. O processo de percepção dos espaços marginalizados no urbano: o caso da Favela do Parolin em Curitiba – PR. **Revista RA E GA (UFPR)**, Curitiba – PR, v. 9, n. IX, p. 69-82, 2005.

KASHIWAGI, H. M. A contribuição da Fenomenologia nos processos de intervenção urbana em ocupações irregulares. **Revista Geografia (UEL)**, v. 14, p. 197/2-208, 2005.

KASHIWAGI, H. M. **O processo de percepção e apropriação do espaço nas comunidades marginais urbanas**: o caso da favela Parolim em Curitiba – PR. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

KOZEL TEIXEIRA, S. **Das imagens às linguagens do geográfico**: Curitiba, a “capital ecológica”. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

KOZEL, S.; MENDONÇA, F. (Org.) **Elementos da epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

KOZEL, S. As representações no geográfico. In: KOZEL, S.; MENDONÇA, F. (Org.) **Elementos da epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. p. 215-232.

KOZEL; S. SILVA, J. C.; GIL FILHO, S. F. (Org.) **Da percepção e cognição a representação**: reconstruções teóricas da Geografia Cultural Humanista. São Paulo: Terceira Margem. Curitiba: NEER, 2007.

KOZEL, S. Mapas mentais: uma forma de linguagem – perspectivas metodológicas. In: KOZEL, S.; SILVA, J. C.; GIL FILHO, S. F. (Org.) **Da percepção e cognição à representação**: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007. p.114-138.

KOZEL, S. Das “velhas certezas” a (Re) Significação do Geográfico. In: SILVA, A. A. D. da; GALENO, A. (Org.) **Geografia**: ciência do complexus. Ensaio transdisciplinares. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 160-180.

KOZEL, S.; SILVA, J. C.; GIL FILHO, S. F. (Org.) **Expedição amazônica: desvendando espaços e representações dos festejos em comunidades amazônicas** – A festa do boi bumbá: um ato de fé. Curitiba: SK Ed., 2009.

KOZEL, S.; SOUZA, L. F. Parintins, que espaço é esse? Representação espacial sob a ótica do morador e do visitante. In: **Expedição amazônica: desvendando espaços e representações dos festejos em comunidades amazônicas**. “A festa do boi-bumbá: um ato de fé”. Curitiba: SK Ed., 2009. p. 117-143.

KRAEMER, M. C. **Malhas da pobreza: exploração do trabalho de pescadores artesanais na baía de Paranaguá**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1982.

LEÃO, E. C. Prefácio. In: HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 19-20.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

LICHTSTEINER, N. **Memória e narrativa através das cartas de William Michaud (1848-1902)**. Revista Eletrônica das Monografias do Curso de História, Curitiba, n.2, 1-71, 2008. ISSN 2177-6326. Disponível em: <<http://www.utp.br/historia/Tcc/index.htm>>. Acesso em: 18/11/2010.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOPES, J. C. V. **Superagui: informações históricas**. Curitiba: Instituto Memória, 2009.

LUCHIARI, M. T. D. P. **A relação do homem com o meio ambiente no universo caiçara**. [1999?].

MACHADO, J. No Brasil as relações entre cultura e desenvolvimento são desafiadoras. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, v. 62, p. 6-13, jun./jul. 2010.

MADERUELO, J. **La mirada del arquitecto**. In: PISÓN, E. M.; CANTERO, N. O. (Org) Los valores del paisaje. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 2009, p. 215-231.

MARQUES, M. H. D. **Iniciação à Semântica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

MARTÍN, E. El desarrollo de la representación espacial. In: GARCÍA MADRUGA, J. A.; PARDO LEÓN, P. (Org.) **Psicología Evolutiva**. Madrid: UNED, 1997. p. 231-253. v.2.

MARTÍNEZ DE PISÓN, E. El concepto de paisaje como instrumento de conocimiento ambiental. In: _____. **Paisaje y Medio Ambiente**. Salamanca: Hergar, 1998, p. 9-28.

MARTÍNEZ DE PISÓN, E. **Miradas sobre el paisaje**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2009.

MATA, R. Un concepto de paisaje para la gestión sostenible del territorio. In: MATA, R.; TARROJA, A. (Org.) **El paisaje y la gestión del territorio**. Barcelona: Diputació de Barcelona, 2006. p.17-40.

MERLEAU-PONTY, M. **A estrutura do comportamento**. Tradução de José de Anchieta Corrêa. Belo Horizonte: Interlivros, 1975.

_____. **Merleau-Ponty na Sorbonne**: resumo de cursos. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1990.

_____. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O visível e o invisível**. Tradução José Artur Gianotti e Armando Mora d'Oliveira. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MILANI, R. **El arte del paisaje**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2007.

MOUTINHO, L. D. S. **Razão e experiência**: ensaio sobre Merleau-Ponty. Rio de Janeiro: Editora UNESP, 2006.

MOORE, G. T. El desarrollo del conocimiento del ambiente: revisión de la teoría constructivista-interaccional y algunos datos sobre las variaciones evolutivas intraindividuales. In: **Revista Estudios de Psicología**, Madrid, n. 14/15, p. 109-123, 1983.

MON. Museu Oscar Niemeyer. Séries do Porto: **Porto de Paranaguá 75 anos**. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.museuoscarniemeyer.org.br/exposicoes/seriesdoporto.html>. Acesso em: 04/11/2010.

NITSCHKE, L. B. **O significado do turismo no roteiro Caminhos do Guajuvira em Araucária – PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

NOFFS, P. da S. **Os caixas de Toque-Toque Pequeno. Um estudo de mudança espacial**. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

NOGUEIRA, A. R. B. Uma Interpretação Fenomenológica na Geografia. In: SILVA, A. A. D. da; GALENO, A. (Orgs.) **Geografia: Ciência do Complexus**. Ensaios Transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 209-236.

NOGUEIRA, A. R. B. **Mapa Mental**: Recurso didático no ensino de Geografia no 1º grau. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

NOGUÉ I FONT, J. **Una lectura geogràfico-humanista del paisatge de la Garrotxa**. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, Col·legi Universitari de Girona, 1985.

_____. El paisaje existencial de cinco grupos de experiencia ambiental: ensayo metodológico. In: GARCÍA BALLESTEROS, A. (Org.) **Geografía y Humanismo**. Barcelona: Oikos-Tau, 1992. p. 87-96.

_____. **Entre paisajes**. Barcelona: Àmbit Servicios Editoriales, 2009.

NÖTH, WINFRIED. **Panorama da Semiótica**: de Platão a Pierce. 4. ed. São Paulo: Annablume, 2003. p. 19.

OLIVA, J; CAMARERO, L. A. **Paisajes sociales y metáforas del lugar**. Navarra: Universidad Pública de Navarra, 2002.

PARANÁ. Lei n. 3.076, de 4 de abril de 1957. Fixa de acordo com as tabelas anexas, o efetivo da Polícia Militar do Estado, para o ano de 1.957. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 5 de abril de 1957. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br>. Acesso em: 10/1/2011.

_____. Lei n. 6.774, de 8 de janeiro de 1976. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Paraná e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 14 de janeiro de 1976. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br>>. Acesso em: 10/1/2011.

_____. Decreto Estadual n. 2.194, de 15 de abril de 1980. Instituiu o Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR), vinculado à Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 15 de abril de 1980. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br>>. Acesso em: 10/1/2011.

_____. Lei n. 16.575, de 28 de setembro de 2010. Dispõe que a Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) destina-se à preservação da ordem pública, à polícia ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas na legislação federal e estadual. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 29 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br>>. Acesso em: 10/1/2011.

PAVIANI, J. A descrição fenomenológica em M. Merleau-Ponty. **Revista Veritas**, Porto Alegre, v. 39, n. 156, p. 569 a 579, out./dez., 1994.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Tradução José Teixeira Coelho Netto. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 10

PIERSON, D.; TEIXEIRA, C. B. **Survey de Icapara**. Sociologia, São Paulo, n. 9, 1947.

RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Revista Geografia**. Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, abr., 1979.

RIBEIRO, B. G. **O índio na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Unibrade/UNESCO, 1987.

RODWIN, L. **Planning urban growth and regional development the experience of the Guyana program of Venezuela**. Massachusetts: MIT Press, 1969.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University, 1986.

SALGUEIRO, T. B. Paisagem e Geografia. **Revista Portuguesa de Geografia – Finisterra**. Portugal, v. XXXVI, n. 72, p. 37-53, 2001.

SAMPAIO, T. **O tupi na Geografia nacional**. Brasileira, 1987.

SANCHES, R. A. **Caiçaras e a estação ecológica de Jureia-Itatins**: litoral sul de São Paulo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004. p. 140-151.

SANTAELLA, L. **O que é Semiótica**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 39.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Imagem**: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 2008.

SANTOS, M. F. **Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais**. São Paulo: Matese, 1963.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CÔRREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 13-73.

SEEC/PR. Secretaria de Estado da Cultura do Estado do Paraná. **Pintores da paisagem paranaense**. 2. ed. Curitiba: Editora Solar do Rosário, 2005.

SEED/PR-PDE. Secretaria de Estado de Educação do Estado do Paraná. **Atlas do Paraná**: o uso de novas tecnologias. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2008.

SHERER, E. **Michaud**: o pintor de Superagui. Tradução Joaquim Graf. Curitiba: Secretaria Municipal da Cultura / Fundação Cultural de Curitiba, 1988.

SILVA, E. B. **As relações semânticas de polissemia e homonímia para um tratamento de heterossemânticos na interface português-espanhol**. 339 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2004.

SILVA, J. G. S. da. **Caiçaras e jangadeiros**: cultura marítima e modernização no Brasil. São Paulo: CEMAR/USP, 1993.

SIQUEIRA, R. P. *et al.* **Recursos naturais na vida caiçara**. Curitiba: PETROBRAS, UFPR, GIA, HSBC, 2007.

MATA, R.; TARROJA, A. (Org.) **El paisaje y la gestión del territorio**. Barcelona: Diputació de Barcelona, 2006.

TARROJA, A. Transformaciones territoriales y valorización social del paisaje. In: MATA, R.; TARROJA, A. (Org.) **El paisaje y la gestión del territorio**. Barcelona: Diputació de Barcelona, 2006. p. 41-50.

TUAN Y. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 143-164.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

ULLMANN, S. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. 5 ed. Tradução de José Alberto Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

_____. **The principles of semantics**. 3. ed. (reprinted) Oxford: Basil Blackwell, 1967.

_____. **Lenguaje y Sstilo**. 1. ed. Traducción por Juan Martin Ruiz-Werner. Madrid: Aguilar S. A. Ediciones, 1973a.

_____. **Meaning and Style**. Oxford: Basil Blackwell, 1973b.

UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. **Señas**: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. Departamento de Filología. Tradução de Eduardo Brandão e Claudia Berliner. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID. **Reglas de catalogación**. Edición refundida y revisada. Ministerio de Educación y Cultura. Madrid: Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SISTEMA DE BIBLIOTECAS. **Normas para apresentação de documentos científicos**. 2. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

VIANNA, L. P. **Considerações críticas sobre a construção da ideia de população tradicional no contexto das unidades de conservação**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.

VICENS VIVES, J. **Tratado general de Geopolítica**. 3. ed. Barcelona: Editorial Vicens Vives, 1972.

VIVEKANANDA, G. **Parque Nacional do Superagui**: a presença humana e os objetivos de conservação. 103 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

ZOIDO NARANJO, F. Paisaje y actuación pública: Inserción en la legislación y planificación europeas. In: **Paisaje y Medio Ambiente**. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998, p. 9-28.

ANEXOS:

ANEXO 1: Roteiro para entrevista – morador

Entrevistado: _____ Idade: ____ Data entrevista: __/__/2010.
Estado civil: _____ Nome do cônjuge: _____ Idade: ____ Filhos: _____
Local de nascimento: _____ Tempo de residência em Barbado _____
Profissão: _____ Há quanto tempo _____

1ª PARTE:

- 1 – O que significa para o senhor morar em Barbado?
- 2 – Poderia citar 3 pontos positivos e 3 negativos desse lugar? Justifique.
- 3 – Como era a paisagem de Barbado na sua infância? O que mudou atualmente?
- 4 – O que mais o encanta na paisagem de Barbado?
- 5 – Quais as mudanças no cotidiano da comunidade após a criação das leis ambientais?
- 6 – Poderia indicar algumas intervenções do Poder Público em Barbado?
- 7 – Qual a contribuição do Espaço Comunitário para Barbado?
- 8 – Qual sua opinião sobre o desenvolvimento do turismo em Barbado?
- 9 – Poderia descrever a localização de Barbado?
- 10 – Na sua visão, o que é paisagem?

2ª PARTE: Representar Barbado por meio de desenho, destacando os elementos mais significativos que veem a sua memória.

ANEXO 2: Roteiro para entrevista – Poder Público

Entrevistado:_____Idade:____Data entrevista:____/____/2010.
Instituição:_____
Profissão:_____Tempo de trabalho na instituição:_____no cargo:_____
Função administrativa _____

1ª PARTE:

- 1 – Há quanto tempo o Senhor conhece a comunidade de Barbado?
- 2 – O que mais o encantou na paisagem de Barbado?
- 3 – Poderia citar 3 pontos positivos e 3 negativos de Barbado? Justifique.
- 4 – Nos últimos anos, o Senhor percebeu alguma intervenção do governo (3 esferas) em Barbado?
- 5 – Em dezembro de 2009, foi inaugurado o Espaço Comunitário em Barbado. O Senhor acompanhou esse processo? Poderia explicar como iniciou esta ideia?
- 6 – O Senhor saberia dizer se houve alguma contrapartida da prefeitura?
- 7 – O Senhor acredita que Espaço Comunitário (cozinha comunitária) de Barbado pode colaborar para o desenvolvimento do turismo na região?
- 7 – Qual a sua opinião sobre o desenvolvimento do turismo na região?
- 8 – Com o turismo, o que poderia mudar no cotidiano dos moradores de Barbado?
- 9 – Na sua visão, o que é paisagem?

2ª PARTE: Representar Barbado por meio de desenho, destacando os elementos mais significativos que veem a sua memória.

ANEXO 3: Roteiro para entrevista – Turista

Entrevistado:_____Idade:____Data entrevista:___/___/2010.
Estado civil:_____Idade:___Filhos:___ Primeira visita a Superagui () sim () não.
Local de nascimento:_____ Local de moradia:_____
Profissão:_____

1ª PARTE:

- 1 – O que o atraiu para querer conhecer a comunidade de Barbado?
- 2 – Como imaginava a paisagem de Barbado antes de conhecê-la?
- 3 – Poderia citar 3 pontos positivos e 3 negativos desse lugar? Justifique.
- 4 – Poderia descrever a paisagem de Barbado depois de conhecê-la?
- 5 – O que mais o encantou na paisagem de Barbado?
- 6 – Com base na sua observação, como descreveria o cotidiano da comunidade de Barbado?
- 7 – Poderia indicar algumas intervenções do governo na paisagem de Barbado?
- 8 – Qual a sua opinião sobre o Espaço Comunitário?
- 9 – Como o Senhor vê o desenvolvimento do turismo em Barbado?
- 10 – Na sua visão, o que é paisagem?

2ª PARTE: Representar Barbado por meio de desenho, destacando os elementos mais significativos que veem a sua memória.